

Resenha

de Política Exterior do Brasil
número 87, 2º semestre de 2000

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL
Número 87, 2º semestre de 2000 - Ano 27, ISSN 0101 2428

© 2010 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Antonio de Aguiar Patriota

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Embaixador Hélio Vítor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília : Ministério das Relações Exteriores, 1974 - .

250p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 32(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMÁRIO

DISCURSOS 19

ALMOÇO OFERECIDO AO REI E À RAINHA DA ESPANHA 19

TEXTO BASE DO PRONUNCIAMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO REI JUAN CARLOS I DA ESPANHA E À RAINHA DONA SOFIA. BRASÍLIA, 10 DE JULHO DE 2000

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CHILE 23

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CHILE, RICARDO LAGOS. BRASÍLIA, 13 DE JULHO DE 2000

III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP) 27

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP). MAPUTO, MOÇAMBIQUE, 17 DE JULHO DE 2000

ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ROMÊNIA 31

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ROMÊNIA, EMIL CONSTANTINESCU. BRASÍLIA, 25 DE JULHO DE 2000

SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL 33
NO INSTITUTO RIO BRANCO

COMENTÁRIOS DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO ENCERRAMENTO DE SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL NO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 2 DE AGOSTO DE 2000

XI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA ALADI 37

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO DEBATE-GERAL DA XI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA ALADI. MONTEVIDÉU, 11 DE AGOSTO DE 2000

SESSÃO PLENÁRIA DA CÚPULA DO MILÊNIO 41

DISCURSO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, POR OCASIÃO DA SESSÃO PLENÁRIA DA CÚPULA DO MILÊNIO. NOVA YORK, 6 DE SETEMBRO DE 2000

COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL 43

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. BRASÍLIA, 7 DE SETEMBRO DE 2000

ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO MINISTRO DE CINGAPURA 47

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO MINISTRO DE CINGAPURA, SR. GOH CHOK TONG. BRASÍLIA, 11 DE SETEMBRO DE 2000

ABERTURA DA 55ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU 49

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ FELIPE LAMPREIA, NA
ABERTURA DA 55ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL
DA ONU. NOVA YORK, 12 DE SETEMBRO DE 2000

**PALESTRA NO CEBRI - “O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO
E O CONTEXTO INTERNACIONAL”** 55

PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO CENTRO
BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI).
RIO DE JANEIRO, 14 DE SETEMBRO DE 2000 “O BRASIL EM
TRANSFORMAÇÃO E O CONTEXTO INTERNACIONAL”

**ALMOÇO OFERECIDO AO PRÍNCIPE-HERDEIRO
DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA** 61

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO
OFERECIDO AO PRÍNCIPE-HERDEIRO ABDULLAH BIN ABDUL
AZIZ AL SAUD, VICE-PRIMEIRO MINISTRO DO REINO DA
ARÁBIA SAUDITA. BRASÍLIA, 18 DE SETEMBRO DE 2000

ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA INDONÉSIA 65

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO
AO PRESIDENTE DA INDONÉSIA, ABDUHRAHMAN WAHID.
BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 29 DE SETEMBRO DE 2000

**JANTAR OFERECIDO PELO CHANCELER DA
ALEMANHA E SENHORA EM BERLIM** 67

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR
OFERECIDO PELO SENHOR GERARD SCHRÖDER, CHANCELER
DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, E SENHORA DORIS
SCHRÖDER-KOEPPF. BERLIM, 4 DE OUTUBRO DE 2000

+

**REUNIÃO ALUSIVA AOS 70 ANOS DE EXISTÊNCIA
DO INSTITUTO IBERO-AMERICANO DE BERLIM
E AOS 5 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO
CULTURAL BRASILEIRO NA ALEMANHA (ICBRA)** 71

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE REUNIÃO ALUSIVA AOS 70 ANOS DE EXISTÊNCIA DO INSTITUTO IBERO-AMERICANO DE BERLIM E DOS 5 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO NA ALEMANHA (ICBRA). BERLIM, 5 DE OUTUBRO DE 2000

SOCIEDADE ALEMÃ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS 73

PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA SOCIEDADE ALEMÃ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS. BERLIM, 5 DE OUTUBRO DE 2000

VISITA À CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA 79

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE VISITA À CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. HAIA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

VISITA ÀS CÂMARAS ALTA E BAIXA DOS ESTADOS GERAIS 81

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA VISITA ÀS CÂMARAS ALTA E BAIXA DOS ESTADOS GERAIS. HAIA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

**SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO EXECUTIVO
DA ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO
DAS ARMAS QUÍMICAS (OPAQ)** 85

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS (OPAQ). HAIA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL - ALEMANHA 2000 89

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO PAINEL “A” DO ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL - ALEMANHA 2000: “O DIÁLOGO BRASIL - ALEMANHA COMO MOTOR DA INTEGRAÇÃO MERCOSUL - UNIÃO EUROPÉIA”. POTSDAM, ALEMANHA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE DEFESA DAS AMÉRICAS 93

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE DEFESA DAS AMÉRICAS. MANAUS, 17 DE OUTUBRO DE 2000

PRÊMIO DE PERSONALIDADE DO ANO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL - ESTADOS UNIDOS 99

DISCURSO DO MINISTRO LUIZ FELIPE LAMPREIA AO RECEBER O PRÊMIO DE PERSONALIDADE DO ANO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL-ESTADOS UNIDOS. NOVA YORK, 19 DE OUTUBRO DE 2000

PRÊMIO PRÍNCIPE DE ASTÚRIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL 103

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO RECEBER O PRÊMIO PRÍNCIPE DE ASTÚRIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. OVIEDO, ESPANHA, 27 DE OUTUBRO DE 2000

XXI REUNIÃO DE CHANCELERES DO G-15 107

TEXTO DE INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA XXI REUNIÃO DE CHANCELERES DO G-15. CIDADE DO MÉXICO, 30 DE OUTUBRO DE 2000

**CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DA
ORDEM DO MÉRITO CULTURAL** 111

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE
CONDECORAÇÃO DA ORDEM DO MÉRITO CULTURAL. BRASÍLIA,
PALÁCIO DO PLANALTO, 7 DE NOVEMBRO DE 2000

**IX REUNIÃO CONJUNTA DO COMITÊ DE
COOPERAÇÃO ECONÔMICA BRASIL – JAPÃO** 115

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS
CORRÊA, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA IX REUNIÃO
CONJUNTA DO COMITÊ DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA
BRASIL – JAPÃO. SÃO PAULO, 7 DE NOVEMBRO 2000

LANÇAMENTO DO FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS 119

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO
ALMOÇO DE LANÇAMENTO DO FÓRUM DE MUDANÇAS
CLIMÁTICAS. BRASÍLIA, 8 DE NOVEMBRO DE 2000

**INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “DE
TORDESILHAS AO MERCOSUL”** 125

TEXTO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
NA INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “DE TORDESILHAS
AO MERCOSUL”. PALÁCIO ITAMARATY, RIO DE
JANEIRO, 10 DE NOVEMBRO DE 2000

**CERIMÔNIA DE CESSÃO EM DEPÓSITO DAS ATAS
DO CONGRESSO ANFICTIÔNICO DE 1826** 127

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA
CERIMÔNIA DE CESSÃO EM DEPÓSITO DAS ATAS DO
CONGRESSO ANFICTIÔNICO DE 1826. EDIFÍCIO BOLÍVAR,
CIDADE DO PANAMÁ, 18 DE NOVEMBRO DE 2000

**ALMOÇO EM HOMENAGEM AO
PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL** 129

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO
ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO
SUL, THABO MBEKI. BRASÍLIA, 13 DE DEZEMBRO DE 2000

**XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
DO MERCADO COMUM** 131

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA
XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO
COMUM. FLORIANÓPOLIS, 15 DE DEZEMBRO DE 2000

ATOS INTERNACIONAIS 135

**COMUNICADOS, NOTAS,
MENSAGENS E INFORMAÇÕES** 137

MENSAGEM DE FELICITAÇÕES DO PRESIDENTE FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO PELA VITÓRIA DO CANDIDATO
VICENTE FOX, ELEITO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS (03 DE JULHO DE 2000) 137

VISITA DOS REIS DA ESPANHA AO BRASIL
(06 DE JULHO DE 2000) 137

VISITA DO PRESIDENTE LAGOS AO BRASIL
(06 DE JULHO DE 2000) 138

CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO
(07 DE JULHO DE 2000) 139

III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE
GOVERNO DA CPLP (11 DE JULHO DE 2000) 140

III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP (11 DE JULHO DE 2000)	143
III CONFERÊNCIA DA CPLP - CIMEIRA DE MAPUTO (11 DE JULHO DE 2000)	145
ASSINATURA DE ACORDO BRASIL-JAPÃO BENEFICIA NORDESTE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE (13 DE JULHO DE 2000)	145
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ROMÊNIA, SENHOR EMIL CONSTANTINESCU (20 DE JULHO DE 2000)	147
III CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (20 DE JULHO DE 2000)	148
BRASIL TREINA MÉDICOS UCRANIANOS PARA TRATAR DE VÍTIMAS DE CHERNOBIL (21 DE JULHO DE 2000)	153
VISITA AO BRASIL DA MINISTRA DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA BULGÁRIA, NADEJDA MIKHAILOVA (25 DE JULHO DE 2000)	154
VIIIª REUNIÃO DO MECANISMO POLÍTICO DE CONSULTA BRASIL - VENEZUELA (25 DE JULHO DE 2000)	155
ARGENTINA - MEDIDA ANTIDUMPING CONTRA FRANGOS BRASILEIROS E TRATAMENTO DO AÇÚCAR NO COMÉRCIO REGIONAL (27 DE JULHO DE 2000)	155
RELATÓRIO AMERICANO SOBRE COMÉRCIO GLOBAL DE AÇO (31 DE JULHO DE 2000)	156
SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL (02 DE AGOSTO DE 2000)	157
VISITA A BRASÍLIA DA COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANAS (24 DE AGOSTO DE 2000)	158

OPAQ CONDUZ INSPEÇÃO EM MOGI-MIRIM, SÃO PAULO (29 DE AGOSTO DE 2000)	158
TRIBUNAIS DE CONTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA DEBATEM FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS (30 DE AGOSTO DE 2000)	160
COLETIVAS DOS PRESIDENTES DA VENEZUELA E DO URUGUAI (30 DE AGOSTO DE 2000)	160
BRASIL RECORRE AO MECANISMO DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS DO MERCOSUL NO CASO DOS FRANGOS COM A ARGENTINA (30 DE AGOSTO DE 2000)	161
DECLARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA FRANCESA DA UNIÃO EUROPÉIA SOBRE A REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL (31 DE AGOSTO DE 2000)	161
COMUNICADO CONJUNTO VENEZUELA - BRASIL (31 DE AGOSTO DE 2000)	163
COMUNICADO DE BRASÍLIA (01 DE SETEMBRO DE 2000)	163
INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A CÚPULA DO MILÊNIO (04 DE SETEMBRO DE 2000)	175
ATAQUES EM TIMOR OCIDENTAL (06 DE SETEMBRO DE 2000)	176
<i>BRIEFING</i> À IMPRENSA DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA ASSUNTOS DO MERCOSUL, EMBAIXADOR JOSÉ BOTAFOGO GONÇALVES, EM 5 DE SETEMBRO DE 2000, SOBRE ASSUNTOS RELACIONADOS AO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E PAÍSES DO MERCOSUL (06 DE SETEMBRO DE 2000)	176
EXPOSIÇÃO “O SÉCULO XIX NA FOTOGRAFIA BRASILEIRA (06 DE SETEMBRO DE 2000)	181

COMUNICADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE SOBRE AS ELEIÇÕES PARA VICE-PRESIDENTE NO PARAGUAI (17 DE SETEMBRO DE 2000)	181
PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE ALBERTO FUJIMORI SOBRE A CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES GERAIS (17 DE SETEMBRO DE 2000)	182
MÚSICOS PARAENSES INTEGRAM BANDA OLÍMPICA (18 DE SETEMBRO DE 2000)	182
ASSINATURA DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO EM TECNOLOGIA ESPACIAL ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA (20 DE SETEMBRO DE 2000)	183
ASSINATURA DE CONVENÇÃO ENTRE OS GOVERNOS BRASILEIRO E PARAGUAIO (20 DE SETEMBRO DE 2000)	184
CRIAÇÃO DE MECANISMO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO CONSULAR AOS NACIONAIS DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE (22 DE SETEMBRO DE 2000)	185
NOTA SOBRE A POSIÇÃO DO GOVERNO DO PANAMÁ A RESPEITO DA SITUAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL NO PERU (25 DE SETEMBRO DE 2000)	186
JUSTIFICATIVA ELEITORAL DO BRASILEIRO RESIDENTE NO EXTERIOR OU EM TRÂNSITO (25 DE SETEMBRO DE 2000)	186
SEMINÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO E PERSPECTIVAS DO SETOR SUCRO-ALCOOLEIRO NO MERCOSUL (27 DE SETEMBRO DE 2000)	187

MERCOSUL / REUNIÃO DO GRUPO AD HOC AÇÚCAR (27 DE SETEMBRO DE 2000)	187
INAUGURAÇÃO DA EMBAIXADA EM BERLIM (28 DE SETEMBRO DE 2000)	188
EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA (28 DE SETEMBRO DE 2000)	189
AVALIAÇÃO GERAL DO RELACIONAMENTO BRASIL - PAÍSES BAIXOS (28 DE SETEMBRO DE 2000)	192
O GOVERNO BRASILEIRO ACOMPANHA COM APREENSÃO OS ACONTECIMENTOS EM JERUSALÉM E NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS, QUE RESULTARAM EM MORTOS E CENTENAS DE FERIDOS (30 DE SETEMBRO DE 2000)	197
MECANISMO DE COOPERAÇÃO EM MATÉRIA DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO CONSULAR (04 DE OUTUBRO DE 2000)	197
RELACIONAMENTO BRASIL-ESPANHA (11 DE OUTUBRO DE 2000)	198
SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (12 DE OUTUBRO DE 2000)	199
BRASIL É ELEITO PARA MAIS UM MANDATO NO ECOSOC (13 DE OUTUBRO DE 2000)	199
INFORMAÇÃO SOBRE A PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE APOIO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (20 DE OUTUBRO DE 2000)	200
COMUNICADO DO MERCOSUL SOBRE A SITUAÇÃO NO PERU (25 DE OUTUBRO DE 2000)	200
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DA ESTÔNIA (01 DE NOVEMBRO DE 2000)	201

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA MALÁSIA, DATUK SERI SYED HAMID ALBAR (01 DE NOVEMBRO DE 2000)	202
DELEGAÇÃO DO BRASIL FAZ DISCURSO SOBRE O PROBLEMA DA AIDS NO MUNDO (03 DE NOVEMBRO DE 2000)	203
III REUNIÃO DO COMITÊ DE NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA (06 DE NOVEMBRO DE 2000)	203
VISITA DA DELEGAÇÃO TIMORENSE AO DIRETOR-GERAL DA ABC (07 DE NOVEMBRO DE 2000)	205
CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA MEDALHA ALUSIVA AOS 250 ANOS DE ASSINATURA DO TRATADO DE MADRI E DA PRESENÇA MILITAR NA AMAZÔNIA (07 DE NOVEMBRO DE 2000)	205
III RODADA DE NEGOCIAÇÕES PARA A ASSOCIAÇÃO MERCOSUL - UNIÃO EUROPÉIA (10 DE NOVEMBRO DE 2000)	206
X CÚPULA IBERO-AMERICANA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO (14 DE NOVEMBRO DE 2000)	207
REUNIÃO PREPARATÓRIA À CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS (20 DE NOVEMBRO DE 2000)	207
CONSULADO EM NAGOYA LEVA ASSISTÊNCIA A 8 MIL BRASILEIROS QUE VIVEM EM TOYOHASHI (20 DE NOVEMBRO DE 2000)	208

COMUNICADO DO MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE SOBRE A SITUAÇÃO NO PERU (20 DE NOVEMBRO DE 2000)	208
ESTUDO COMPARATIVO DAS CONDIÇÕES DE ACESSO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS MEXICANOS E BRASILEIROS NO MERCADO AMERICANO SOB O ASPECTO TARIFÁRIO, O QUAL PODERÁ SERVIR DE SUBSÍDIO PARA A POSIÇÃO BRASILEIRA NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA.(22 DE NOVEMBRO DE 2000)	209
VISITA AO BRASIL DO SENHOR JOAQUIM RAFAEL BRANCO, MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE (24 DE NOVEMBRO DE 2000)	210
REUNIÃO REGIONAL PREPARATÓRIA DA CONFERÊNCIA DE 2001 DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE EM TODOS OS SEUS ASPECTOS (24 DE NOVEMBRO DE 2000)	210
OBTENÇÃO FRAUDULENTA DE PASSAPORTES DE SERVIÇO (24 DE NOVEMBRO DE 2000)	213
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL, THABO MBEKI (08 DE DEZEMBRO DE 2000)	214
DIRETOR DA FAO VISITA BRASÍLIA (11 DE DEZEMBRO DE 2000)	216
MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES AO NOVO PRESIDENTE- ELEITO DOS EUA (14 DE DEZEMBRO DE 2000)	217
COMUNICADO CONJUNTO DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE E URUGUAI SOBRE TRANSPORTE DE MATERIAL RADIOATIVO (21 DE DEZEMBRO DE 2000)	217

ARTIGOS

219

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, NO JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, PUBLICADO EM 28 DE JULHO DE 2000. JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 28/07/2000 219

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NO JORNAL DO BRASIL. “POLÍTICA EXTERIOR SEM COMPLEXOS” JORNAL DO BRASIL , 04/08/2000 221

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NO JORNAL CORREIO BRASILIENSE DE 22 DE AGOSTO DE 2000. “REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL” 225

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, PUBLICADO NO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 30 DE AGOSTO DE 2000 – “O BRASIL E UMA NOVA AMÉRICA DO SUL” 227

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, NO JORNAL VALOR ECONÔMICO DE 6 DE SETEMBRO DE 2000 231

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, PUBLICADO NO JORNAL DE BRASÍLIA EM 26 DE SETEMBRO DE 2000. “GLOBALIZAÇÃO, DIVERSIDADE E SOLIDARIEDADE”. BRASIL, 26/09/2000 233

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, PUBLICADO NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE DE 9 DE OUTUBRO DE 2000. “POLÍTICA EXTERNA E DEMOCRACIA” 235

ENTREVISTAS

237

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL “O GLOBO”, PUBLICADA EM 2 DE JULHO DE 2000. 237

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL “CORREIO BRAZILIENSE” EM 24 DE AGOSTO DE 2000 JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, 24/08/2000 239

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”, SOBRE A REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL. 28 DE AGOSTO DE 2000. 243

ENTREVISTA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, AO JORNAL VALOR ECONÔMICO, EM 31 DE AGOSTO DE 2000. “META DA REUNIÃO É AMPLIAR O MERCOSUL”. 245

ÍNDICE REMISSIVO

247



DISCURSOS

ALMOÇO OFERECIDO AO REI E À RAINHA DA ESPANHA

TEXTO BASE DO PRONUNCIAMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AO REI JUAN CARLOS I DA ESPANHA E À RAINHA DONA SOFIA. BRASÍLIA, 10 DE JULHO DE 2000

É com grande satisfação que recebemos os Reis da Espanha no ano em que comemoramos o Quinto Centenário do Descobrimento do Brasil. Vossa Majestade, Rei Juan Carlos, e a Rainha Sofia são muito bem vindos. Poderão sentir de perto, nesta visita, o carinho que o povo brasileiro tem pela Espanha.

Há razões para isso. Brasil e Espanha estão unidos por muitas afinidades históricas e culturais. Compartilham, em tempos recentes, a experiência de processos pacíficos de reconquista da democracia e de fortalecimento do compromisso com os direitos humanos – e a Vossa Majestade coube um papel central como garante da transição espanhola.

Nossos dois países têm economias de tamanho comparável, situadas ambas entre as dez maiores do mundo. As últimas décadas registraram fases de acentuado crescimento, que nos permitiram desenvolver nossos potenciais naturais, atrair capital externo e assimilar novas tecnologias. Além desses pontos em comum, Vossas Majestades reconhecerão aqui traços da contribuição da Espanha para a formação do Brasil. Mais de

15 milhões de brasileiros são descendentes diretos de espanhóis.

Ao celebrarmos os 500 anos de nosso descobrimento, é bom lembrar, também, que já houve um momento – ao final do século XVI e início do XVII – em que Brasil, Portugal e Espanha estiveram unidos em uma única jurisdição territorial, em uma única soberania. Mas digo isso sem pretensões, e quero deixar claro aos convidados espanhóis que o Brasil não tem a intenção de reivindicar o Quijote – publicado durante aquele período – como uma obra da literatura brasileira.

De toda forma, estamos cada vez mais próximos da língua de Cervantes. Eu, que estudei o castelhano no colégio e sempre tive gosto por esse idioma, vejo com satisfação que no Brasil de hoje valoriza-se cada vez mais o ensino do espanhol, inclusive pelo aprofundamento da integração com nossos vizinhos.

Hoje, temos o desafio de transformar nossas afinidades em realidades. Essa percepção é nítida em ambos os países e está no cerne das

iniciativas e decisões que vêm dinamizando, nos últimos anos, as relações comerciais e financeiras entre Brasil e Espanha.

Os contatos cada vez mais freqüentes entre atores econômicos permitem o desenvolvimento de confiança mútua, que se vem traduzindo no vertiginoso crescimento de associações e operações entre empresas brasileiras e espanholas. Quanto mais nos conheçamos, maiores serão as perspectivas de empreendimentos conjuntos. Por isso, desejamos um maior intercâmbio na área cultural, em particular a cooperação entre instituições universitárias, que ajuda a disseminar idéias e reflexões atualizadas sobre processos semelhantes e alimenta a descoberta de soluções adequadas para problemas de natureza comum.

Vossas Majestades visitam agora um Brasil que está colhendo os frutos da reorganização de sua vida econômica. A estabilização da moeda, que foi a primeira etapa nesse processo de transformação, trouxe como benefício o fim da espoliação inflacionária, a liquidação da injustiça de um imposto que pesava sobre a renda dos mais pobres. A etapa seguinte, que estamos concluindo, é a das reformas estruturais, que demandaram revisão da Constituição nas áreas relativas à ordem econômica, à ordem social e à administração pública, de modo a viabilizar o crescimento em bases sustentáveis e em níveis compatíveis com as necessidades da população. Nesse esforço, encontramos dificuldades, inclusive as que vêm do exterior, da instabilidade dos mercados internacionais. Mas a sociedade brasileira já demonstrou, repetidas vezes, que é capaz de desmentir todos os pessimismos.

Os ajustes macroeconômicos, a estabilidade, as privatizações, o êxito com que enfrentamos as turbulências financeiras tornaram ainda mais evidentes as oportunidades de

investimento estrangeiro no Brasil. E as empresas espanholas souberam identificar essas oportunidades e têm demonstrado sua confiança na economia brasileira.

Também as empresas nacionais, públicas e privadas, retomaram seus projetos de investimento, principalmente em setores de infra-estrutura, agro-comercial e de produção de bens duráveis. O mercado brasileiro confirma-se como um dos mais promissores do mundo. A reorganização da economia brasileira permitiu também ao Governo retomar a iniciativa na condução de programas destinados a assegurar que o crescimento econômico se faça na única perspectiva que lhe dá sentido: a da justiça social.

Estamos alcançando avanços sem precedentes na educação, na saúde, na reforma agrária. Estamos atuando de forma decidida para garantir a segurança pública, que é uma exigência inescapável de qualquer sociedade.

As transformações do Brasil de hoje nos dão condições para uma presença mais ativa no plano internacional. Na Europa, a Espanha é para nós um parceiro fundamental. E o adensamento de nossas relações vai além da dimensão bilateral. Pode e deve trazer um impulso significativo à aproximação do Mercosul com a União Européia.

Assim como o Mercosul é hoje um fator essencial na estratégia brasileira de desenvolvimento, a Espanha está firmemente engajada na União Européia, que se fortalece como ator indispensável na construção de um sistema internacional pluralista e avesso a todos os monopólios – monopólios de poder, de riqueza ou de conhecimento.

Os vínculos regionais não nos distanciam. Ao contrário, favorecem uma articulação mais estreita e mais proveitosa de nossos valores e interesses comuns. O mundo de hoje não comporta opções excludentes.

Isso é muito claro na América do Sul, que tende a se afirmar como um espaço integrado de paz, democracia e prosperidade. Uma região que reforça sua identidade e que, por isso mesmo, abre-se para o mundo com maior segurança e com maior capacidade de realização. Por isso, estarei proximamente reunido aqui em Brasília com os Presidentes da América do Sul para fazer avançar a agenda da integração regional e discutir questões diretamente afetas à nossa vizinhança.

Além disso, Brasil e Espanha são as duas maiores economias da Ibero-América e, como tais, podem enriquecer o desenvolvimento das relações tradicionais entre a península ibérica e a América Latina. A densidade gerada por séculos de convívio próximo entre as duas regiões é exemplo, talvez único no planeta, de influências recíprocas que se refletem no cotidiano de muitos países.

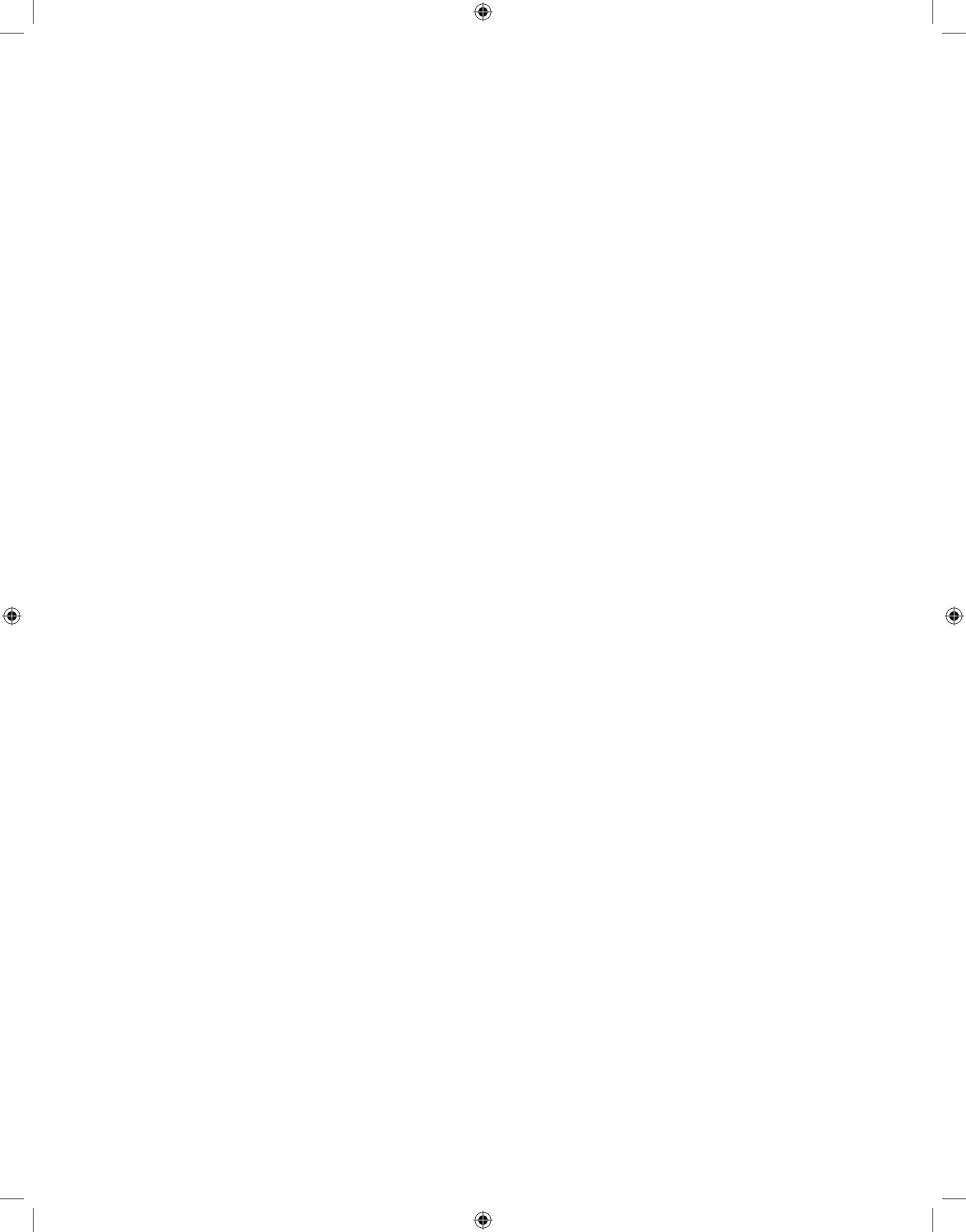
É grande o entusiasmo do Brasil diante dos resultados expressivos já alcançados em

sua parceria com a Espanha. O muito que realizamos nos incentiva a avançar. Não se trata de simples projeto de governos. Esta é uma realidade que se vê no entrosamento crescente entre nossas sociedades, no aumento dos investimentos, no volume do comércio, nas iniciativas de cooperação cultural, no diálogo fluido entre lideranças políticas e parlamentares.

Majestades,

Em novembro se completarão os primeiros 25 anos de seu reinado. Uma data memorável, e mais ainda se vemos a transformação por que passou a Espanha nesse quarto de século – uma democracia moderna, próspera, que se internacionaliza e se afirma como uma potência cultural.

Meu brinde é pelo continuado progresso da Espanha, com os votos de todos os brasileiros de que esses 25 anos do reinado de Juan Carlos I se multipliquem, e pela felicidade pessoal dos Reis da Espanha e de seu povo.



ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CHILE

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA DO CHILE, RICARDO LAGOS. BRASÍLIA, 13 DE JULHO DE 2000

As fórmulas habituais do discurso diplomático são aqui insuficientes. Eu hoje estou tendo a emoção de receber um amigo de longa data, que nos visita como o Chefe de Estado de um país vizinho e amigo do Brasil. De um país com o qual, como todos aqui sabem, eu tenho laços afetivos muito especiais. Por isso quero pedir aos presentes que me permitam algumas palavras em tom mais pessoal, para expressar ao Presidente Ricardo Lagos e a Luisa a nossa enorme satisfação de acolhê-los aqui em Brasília e de que possamos, juntos, dar novos passos para reforçar o entendimento e a cooperação entre Brasil e Chile.

Nos anos 60, vivi no Chile e, depois, voltei muitas vezes, inclusive entre maio e agosto de 1973. E aquele não era um momento qualquer. Era um momento em que o Brasil sofria, internamente, com o autoritarismo, e no qual o Chile – até então – era terra de asilo, abrigando tantos brasileiros que se viram forçados a sair de seu próprio país.

O mesmo Chile que, a partir de 1973, também iria passar por uma experiência trágica de ruptura da ordem democrática. Ruth e eu guardamos com afeto muito especial a memória de nossa vida no Chile. E uma das boas lembranças dessa época é a convivência

próxima com Ricardo e Luisa – de cujo pai, Dr. Hernán Durán, meu colega na CEPAL, fomos vizinhos em Santiago. Ricardo e eu também fomos colegas, mas na FLACSO. Mais tarde, estivemos juntos no Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais. Desde essa época, sempre nos mantivemos em contato, e esta é uma amizade que prezo muito.

Alguns brasileiros com quem convivi no Chile naqueles tempos são agora meus ministros e colaboradores no Governo, e, para nossa satisfação, eles puderam acompanhar-nos ontem à noite no jantar que oferecemos aos amigos Luisa e Ricardo no Palácio da Alvorada. Todas essas circunstâncias fazem desta visita, Presidente Lagos, um momento ímpar na longa história de amizade entre nossos países. E eu tenho muito prazer de protagonizá-lo com Vossa Excelência.

Quem poderia pensar, tantos anos atrás, que dois pesquisadores que se conheceram naquele ambiente intelectual extremamente fecundo que pude encontrar no Chile estariam hoje aqui, juntos, investidos de nossas responsabilidades atuais? Como você disse ontem no jantar, Ricardo, estávamos envolvidos então com o mundo das idéias, com o trabalho de reflexão. Sua trajetória, como a minha, logo passaria ao campo da ação.

E hoje temos a coincidência de estarmos ambos com o encargo de exercer a Presidência, de liderar, de apontar caminhos, em um momento em que são enormes os desafios que devem ser enfrentados por nossos países, na consolidação e aperfeiçoamento da democracia, na construção de sociedades mais justas, na busca de uma inserção competitiva na economia internacional. Hoje, aqui estamos comprometidos em dar impulso ainda mais forte às relações de amizade fraterna entre Brasil e Chile, que tanto se têm desenvolvido nos últimos anos e que têm tanto potencial para desenvolver-se ainda mais.

Compartilhamos, ainda, o desafio – que é ao mesmo tempo político e intelectual – de encontrar formas criativas para a atualização do pensamento social-democrata, para o fortalecimento daquilo que agora tem sido chamado de “modo progressista de governar”. De modo que, meu caro Ricardo, com todos esses aspectos que nos unem, e com a estima e admiração de sempre, seja bem-vindo ao Brasil. Se temos muito a recordar, temos também muito a enaltecer no momento atual.

Em primeiro lugar, o diálogo político no mais alto nível, e com uma confiança recíproca que não poderia ser maior. A reunião desta manhã confirmou a coincidência de pontos de vista e interesses entre nossos países. E a esse diálogo corresponde um relacionamento que envolve os mais diversos setores da sociedade.

Os valores que compartilhamos – a democracia, os direitos humanos, a justiça social, o desenvolvimento sustentável – nos incentivam a intensificar esforços na promoção de interesses comuns. Uma ilustração disso se vê no aumento dos investimentos recíprocos. O seminário empresarial que se realizará amanhã em São Paulo será uma mostra das potencialidades do nosso relacionamento.

Na economia, Brasil e Chile têm perspectivas extraordinárias. Enfrentamos dificuldades nos

últimos tempos, mas estamos no caminho da plena recuperação e, o que é muito importante, já participando, junto de nossos parceiros do Mercosul, de um exercício pioneiro de coordenação macroeconômica que haverá de ser extremamente benéfico para nossos países.

As dificuldades ocasionais no intercâmbio bilateral, sobretudo em razão das turbulências financeiras internacionais, não nos desanimaram. Os últimos meses são de franca recuperação, e os dados mais recentes mostram a vitalidade de nossas trocas comerciais.

Este é um dos paradoxos de nosso tempo. Há uma crise na Ásia, do outro lado do mundo, e em consequência retrai-se o comércio entre Brasil e Chile! É um exemplo de como são complexos os problemas com que temos que lidar no âmbito global. É também uma ilustração da necessidade de reforçar os vínculos no âmbito regional. Quanto mais densos os nossos laços de integração, maior será nossa capacidade de enfrentar instabilidades no plano global. Quanto mais avance nossa integração, mais ouvida será a nossa voz.

O Presidente Lagos falou ontem à noite, no jantar que lhe oferecemos no Alvorada, de seu empenho em que falemos com uma única voz. Pois este é o sentido deste encontro: a profunda identidade de interesses e aspirações que nos une ao Chile, ao Mercosul, aos nossos vizinhos, que é a garantia de que a nossa voz, sendo uma, será mais forte. Tudo isso reforça a grande importância da aproximação do Chile com o Mercosul. Como já foi dito tantas vezes – e sempre é bom repetir – o Mercosul é, para nós, uma prioridade absoluta. É um processo irreversível rumo à construção de um mercado comum. Tem uma dimensão política, fundada no comprometimento com a democracia.

Considero, portanto, fundamental – e sei que assim também pensam nossos outros parceiros no processo de integração – avançar

com determinação com vistas à incorporação do Chile como membro pleno do Mercosul, como sócio em pé de igualdade deste que já é um marco histórico da integração latino-americana. As conversas que mantivemos há pouco em Buenos Aires, e agora em Brasília, evidenciam que não há obstáculos intransponíveis e que os Governos do Brasil e do Chile têm percepções coincidentes. Por isso, o Presidente Lagos e eu decidimos esta manhã iniciar negociações efetivas para permitir-nos chegar a este objetivo. Este é, sem dúvida, um momento histórico.

Tenho confiança de que, em breve, o Chile deixará a condição de simples membro associado para tornar-se, ao lado da Argentina, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, membro pleno do Mercosul. E no futuro – confiamos – também com a Bolívia. Congratulo-me com Vossa Excelência, Presidente Lagos, por este entendimento de grande significado não só para nossos países, mas para toda a região.

Brasil e Chile estarão juntos também na reunião dos Presidentes da América do Sul, que realizaremos proximamente aqui em Brasília. Nossa região – que é praticamente um continente em si mesma – atravessa um momento particularmente importante de sua história. Todos os países sul-americanos vivem em regimes democráticos e estão comprometidos com o aperfeiçoamento e o aprofundamento das instituições do Estado de Direito. Temos, hoje, a capacidade de olhar e planejar o desenvolvimento, sem a distorção do Estado paternalista, dirigista, do passado, e com a vantagem de conduzir esse processo em uma perspectiva regional. Para isso, é fundamental a integração física, que hoje nos permite levar a efeito um verdadeiro redesenho da geografia econômica da América do Sul.

Estamos confirmando a vocação sul-americana de liberdade e de prosperidade compartilhada. Estamos reforçando a

identidade própria de nossa região – e isso é essencial para fortalecer nossa presença nos diversos cenários internacionais.

Presidente Ricardo Lagos,

Nas reuniões de trabalho desta manhã, o tema da ciência e da tecnologia destacou-se como um dos mais importantes. Isso não é surpreendente. Não é a toa que, em nosso tempo, já se fala em uma “economia do conhecimento”, uma economia na qual a informação e a técnica são fatores de produção de primeira ordem.

Hoje, mais do que nunca na história da humanidade, “saber é poder”. Não o poder no sentido tolo de imposição de interesses, mas no sentido de ser capaz de resolver problemas, de ter influência e de participar em condições de igualdade do jogo das relações internacionais.

Brasil e Chile são países que têm condições para responder a esse desafio do conhecimento e da técnica. Temos ótimas universidades, empresas modernas e estamos fazendo avanços extraordinários na educação, que é a base de tudo o que se pode fazer nessa área. Por isso, é fundamental que caminhemos juntos e que procuremos explorar de forma concreta as possibilidades de cooperação científica e tecnológica.

E que exploremos possibilidades também em áreas como defesa, cultura, educação, e tantas outras em que a parceria brasileiro-chilena abre perspectivas de interesse para nossos povos. Estamos decididos a continuar a trabalhar juntos, e os resultados desta visita nos confirmam a qualidade excepcional de nosso diálogo e o empenho que temos em prosseguir no rumo de uma aproximação cada vez mais estreita, tanto no plano bilateral quanto no Mercosul.

É com esses objetivos em mente que desejo fazer um brinde ao contínuo aprofundamento dos vínculos de amizade entre Brasil e Chile, e à felicidade pessoal de Ricardo Lagos e Luisa.



III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (CPLP)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E
DE GOVERNO DA COMUNIDADE DE PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
(CPLP). MAPUTO, MOÇAMBIQUE, 17 DE JULHO DE 2000

Trago uma saudação muito afetuosa do Brasil a Moçambique, país-irmão que completa seu primeiro quarto de século. Moçambique é hoje exemplo de opção pela paz e reconciliação. De perseverança na democracia, na convivência harmoniosa de diferentes etnias, na cooperação com os vizinhos. Também me cativa a vitalidade cultural desta nação, berço dos artesãos dos Macondes, de escultores como Alberto Chissano, de poetas como José Craveirinha e de escritores como Mía Couto, Membro correspondente da Academia Brasileira de Letras, como o havia sido Eça de Queiroz.

Receba meus cumprimentos, Presidente Joaquim Chissano, pela assunção da presidência da Comunidade de Países de Língua Portuguesa. Estou certo de que sua gestão será marcada pelo mesmo dinamismo com que Vossa Excelência tem conduzido a modernização econômica e social de Moçambique.

Permita-me saudar a presença entre nós do Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão. A incorporação do Timor Leste à CPLP como

Membro Pleno é aguardada com grande expectativa por todos nós.

Como tive oportunidade de assegurar ao Presidente Xanana em Brasília, o Governo e a sociedade brasileira estão comprometidos com a reconstrução e o progresso do Timor. Hoje, perante nossos parceiros e amigos da CPLP, reafirmo esse compromisso, como já o fizemos ao abrir este ano nosso Escritório de Representação em Dili.

Desejo cumprimentar também o ex-Primeiro-Ministro de Angola, Doutor Marcolino Moco, e o Chanceler de São Tomé e Príncipe, Doutor Rafael Branco, que encerram seus mandatos como Secretário-Executivo e Secretário-Executivo Adjunto da Comunidade. Cabe agora ao Brasil e a Moçambique a tarefa de coordenar o Secretariado.

É com muito orgulho que apresento como candidata ao cargo de Secretária-Executiva da CPLP a Doutora Dulce Maria Pereira. Entre inúmeros atributos, nossa candidata tem a seu favor uma extraordinária capacidade de concertação e diálogo, que pude comprovar quando exerceu a presidência da Fundação

Cultural Palmares, instância do Governo brasileiro responsável pela questão racial. Não tenho dúvidas de que, com Dulce Pereira, a Secretaria-Executiva da Comunidade estará em ótimas mãos. Aproveito para manifestar apoio à indicação por Moçambique do Doutor Zeferino Martins ao cargo de Secretário-Executivo Adjunto. A Comunidade certamente se beneficiará de sua experiência na área educacional.

O trabalho de Dulce Pereira e Zeferino Martins será facilitado pelos avanços que temos alcançado nos três eixos de atuação da CPLP: a concertação político-diplomática, a valorização da língua portuguesa e a cooperação técnica, científica e tecnológica.

A Comunidade recebeu batismo de fogo na mediação da crise em Guiné-Bissau. Pude aferir nosso êxito quando o então Primeiro-Ministro Francisco Fadul, em visita ao Brasil, declarou sua gratidão à CPLP por ajudar a manter a unidade do território guineense. No esforço de promover e difundir nosso idioma, estamos hoje em condições de impulsionar o trabalho do Instituto Internacional da Língua Portuguesa e de superar os obstáculos à vigência do Acordo Ortográfico. Na área de cooperação técnica, desejo congratular-me com meus colegas da CPLP pela decisão de instalar, em Moçambique, o Centro Regional de Excelência em Administração Pública e, em Angola, o de Desenvolvimento Empresarial.

Estou convencido, contudo, de que a maior conquista da CPLP até o momento foi a conscientização de nossas sociedades quanto à importância dos ideais que animam a Comunidade. Vejamos a experiência da sociedade brasileira, que se mobilizou diante da crise em Guiné Bissau, reagiu com indignação à violência no Timor, foi solidária com os irmãos moçambicanos na resposta às

trágicas inundações e acompanha com atenção o rumo dos acontecimentos em Angola e em São Tomé e Príncipe.

Não nos esqueçamos de que, ao fortalecer suas relações com a África, o Brasil reconcilia-se consigo mesmo, com a inestimável dimensão africana de sua formação. Contamos com a inspiração e apoio da Comunidade para superar de vez um passado de intolerância e de injustiça com os grupos afro-brasileiros. O resgate dessa dívida, mediante maior participação da população negra no desenvolvimento econômico e social do país, é prioridade de meu Governo.

O certo é que o interesse no Brasil pela CPLP hoje mobiliza não apenas instituições como a Agência Brasileira de Cooperação, mas um leque de organizações não-governamentais, universidades e empresas. Isto sem falar do Congresso Nacional, onde a Frente Parlamentar Brasil-África tem emprestado expressivo apoio ao estreitamento de vínculos com a Comunidade.

Alegro-me em anunciar que se criou há pouco no Brasil a Comissão Nacional de Apoio à CPLP, com a participação de personalidades de prestígio no meio político, representantes de Ministérios, professores universitários e homens de imprensa.

O Brasil quer o progresso da CPLP. Não se trata de uma meta de Governo, mas de uma vontade partilhada por todos os brasileiros. Não são poucos os desafios à nossa espera, a começar pela expectativa de um papel fundamental na consolidação da paz em Angola.

É preciso que estejamos coesos na exigência de implementação pelas Nações Unidas das sanções contra a UNITA. É mais do que hora de Jonas Savimbi receber uma mensagem clara sobre a vontade da comunidade internacional

em assegurar o fim do conflito em Angola, que se espera culmine em eleições livres e justas em 2001.

Além das questões regionais, é importante que a CPLP articule posições sobre temas mais amplos da agenda contemporânea. O Brasil confia, por exemplo, em que possamos atuar de maneira concertada na Assembléia do Milênio. O mundo lusófono tampouco deve abrir mão da prerrogativa de criticar os efeitos penosos e assimétricos da globalização.

Nada justifica que sujeitemos nossa capacidade de gerir políticas públicas ao comportamento por vezes aleatório dos mercados financeiros. Vamos unir vozes na defesa de regras e instituições mais afinadas com as preocupações do mundo em desenvolvimento.

Sabemos todos que o reforço da presença internacional da CPLP passa pela valorização da cultura lusófona. Na época em que vivemos, marcada pela diluição de fronteiras, é mais do que necessário dispor de uma face própria e diferenciada que nos dê visibilidade suficiente para pleitear maior espaço internacional. Isto requer ou mesmo exige uma ênfase absoluta de nossos Governos na educação. Uma educação pluralista, atenta às diferenças, inclusive de gênero, e que saiba valorizar nosso acervo linguístico, onde está codificado o que somos, o que aspiramos a ser. É hora de congregarmos esforços na difusão internacional da língua portuguesa, inclusive na promoção de seu aprendizado em realidades multilíngues como a do Timor Leste.

Já fiz saber ao Presidente Xanana Gusmão - que vê o idioma português como um dos emblemas da identidade do povo timorense - que meu Governo está pronto a partilhar com seu país programas educativos que se mostraram de grande utilidade no Brasil.

Atribuo também muita importância à decisão da CPLP de incluir em sua pauta o tema da governabilidade. Sei que foi reservada ao Brasil a tarefa de coordenar um programa voltado para o aperfeiçoamento de nossas instituições públicas, o que será feito com o máximo denodo.

De todos os campos abertos à cooperação, nenhum me parece mais urgente do que o do combate à AIDS, mal que tem ceifado milhões de vidas ao redor do mundo e que atinge gravemente o Brasil e a África, embora em proporções diferentes. Registro, portanto, com satisfação a importância dispensada ao tema nas deliberações desta Conferência da CPLP aqui em Maputo.

O Brasil está convencido de que a cooperação entre os países em desenvolvimento é caminho dos mais valiosos na luta contra a AIDS. Foi com esse espírito que participamos da recente Conferência de Durban e lá reafirmamos a premência de uma concertação internacional a favor da redução dos preços dos medicamentos em geral e particularmente daqueles utilizados para o controle da AIDS.

O Brasil volta a afirmar seu interesse em partilhar a experiência adquirida nos últimos quatro anos com a política de distribuição universal e gratuita dos anti-retrovirais, que já tornou possível conquistas como a redução em 50% do número de óbitos e a queda em 80% do volume de internações hospitalares.

É com base nessa experiência que o Brasil, com o apoio das Nações Unidas, deseja ampliar a cooperação que mantém com os países africanos de língua portuguesa, através do treinamento e capacitação de profissionais nas áreas de educação e prevenção da AIDS. Sensível ao compromisso do Brasil com a CPLP, o Congresso Nacional, por iniciativa do ex-Presidente José Sarney, aprovou rubrica

orçamentária destinada à cooperação com a Comunidade. Posso anunciar hoje que, desses recursos, o Brasil contribuirá, no presente exercício, com a quantia de trezentos mil dólares para o Fundo Especial da CPLP.

Sinto-me igualmente satisfeito em antecipar a Vossa Excelência, Presidente Joaquim Chissano, que o Brasil está em condições de traduzir em novas medidas seu apoio a que Moçambique supere as recentes adversidades e mantenha o índice de crescimento econômico e progresso social alcançado na última década.

No uso de minhas prerrogativas, tomei a decisão de autorizar a redução em 95 por cento da dívida moçambicana com o Brasil. Desejo concluir reafirmando minha convicção de que a CPLP ingressa em uma nova era. Seremos realistas, trabalhando com metas exequíveis, mas vamos escapar do paroquialismo, da anomia burocrática. Vamos pensar grande, como exigem nossas expectativas de futuro, mas sem esquecer as regras e agindo em concertação, inclusive na busca de parcerias externas.

A CPLP não é monopólio de Governos ou de Chancelarias. Ela só faz sentido como projeto de sociedades que acreditam na força de nossos valores. Daí a essência eminentemente democrática da Comunidade, o que lhe confere legitimidade, mas impõe deveres. O desempenho da CPLP será julgado sempre, e assim deve ser, segundo o aporte dado à felicidade e ao bem-estar de nossos povos. Isto não impede que a CPLP olhe para

seu entorno. Se algo está inscrito no ideário de nossas sociedades, de todas elas, é justamente o sonho de uma África em permanente ascensão, política, econômica e social. Não aceitamos receituário algum de modernidade que alije de seus benefícios o continente africano.

A única ordem internacional a que o Brasil se vê associado é aquela que se faça com a África. Não por generosidade, mas por uma questão de justiça, de reconhecimento ao brio e à determinação dos povos deste continente. Com essa convicção, quero formalizar aqui o oferecimento do Governo brasileiro para sediar a próxima Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2002.

Senhoras e Senhores,

Há dois séculos viveu em Moçambique, terra a que se afeiçoou e onde viria a falecer, o poeta luso-brasileiro Tomás Antonio Gonzaga, um dos heróis da Inconfidência Mineira. Em sua obra maior, “Marília de Dirceu”, encontramos um tributo à eternidade da poesia, e também da história: “só podem conservar um nome eterno os versos ou a história”.

A nós, simples governantes, pode faltar o pendor do verso. Mas, pensando em Gonzaga, arrisco-me a dizer que temos com a CPLP a oportunidade de construir uma obra duradoura, quiçá eterna, uma obra que faça história, uma história sem dor, uma história solidária, alegre, fiel à nossa índole.

Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ROMÊNIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ROMÊNIA, EMIL CONSTANTINESCU. BRASÍLIA, 25 DE JULHO DE 2000

É uma grande satisfação, para mim, dar as boas vindas a Vossa Excelência, Presidente Emil Constantinescu, e à sua esposa, a Senhora Nadia Ileana Constantinescu.

Brasil e Romênia são países que têm muito em comum. Compartilhamos a herança latina, que é tão importante em nossa cultura, em nossa forma de ver o mundo. Enfrentamos as tarefas do desenvolvimento econômico e social, com a preocupação de encontrar caminhos que permitam a nossos povos melhores condições de vida e padrões cada vez mais elevados de justiça social.

Além disso, somos países que superamos, no passado recente, o desafio de realizar com êxito a transição de regimes autoritários para a democracia – e Vossa Excelência teve um papel importante nas transformações políticas vividas pela Romênia nos anos 90.

Senhor Presidente,

O Brasil que Vossa Excelência visita hoje é um país que vem empreendendo, nos últimos anos, mudanças importantes em sua economia e na organização de seu Estado. Estabilizamos a moeda. Eliminamos entraves ao crescimento econômico. Fizemos avanços sem precedentes em áreas essenciais como

a saúde e a educação. Criamos condições para uma inserção adequada na economia internacional. Tornamo-nos um dos maiores receptores de investimento estrangeiro direto no mundo. Avançamos na integração regional, juntamente com a Argentina, Paraguai e Uruguai – e, cada vez mais, também Chile e Bolívia –, fazendo do Mercosul uma prioridade e um êxito irreversível de nossa política externa.

Sei que também a Romênia tem passado por transformações e desafios importantes, no aperfeiçoamento da democracia – que é uma tarefa de todos os países –, nas reformas econômicas e no aprofundamento de seus laços de integração no contexto europeu. Essas transformações abrem, para nossos países, novos horizontes de desenvolvimento e novas oportunidades de cooperação para benefício mútuo no plano bilateral. Embora sejam centenárias as relações de amizade entre o Brasil e a Romênia, a densidade do relacionamento ainda não reflete a riqueza e o potencial de intercâmbio entre os dois países. A visita de Vossa Excelência nos permite identificar áreas prioritárias para aprofundar a nossa cooperação.

Os números do comércio bilateral mostram que temos aí grandes possibilidades de crescimento.

Os seminários econômico-comerciais de que Vossa Excelência participará no Rio de Janeiro e em São Paulo serão, sem dúvida, ocasiões para discutir novas idéias e identificar possíveis parcerias no setor empresarial. Da mesma forma, os acordos que hoje assinamos nas áreas de turismo e de cooperação zôo- e fito-sanitária abrem perspectivas de intensificação de nosso intercâmbio.

Uma das idéias que têm sido ventiladas para avançar no plano comercial é a de que o Porto de Constança, no Mar Negro, poderia servir como uma plataforma para a dinamização das exportações do Brasil para a Romênia e para toda uma região situada em pleno coração do continente europeu. Idéias como esta merecem exame atento, não somente pelos dois Governos, mas por empresas dos dois países, com vistas à identificação de parcerias e iniciativas conjuntas que possam resultar em benefícios recíprocos.

Temos muito o quê fazer juntos também na área cultural. E este é um tema particularmente importante, em virtude de nossas afinidades. Vossa Excelência – que, como eu, teve longa experiência acadêmica – visitará a Universidade de São Paulo e a Academia Brasileira de Letras.

Já me referi à nossa herança latina comum. Este é um patrimônio importante, que nos cabe preservar e desenvolver. Vivemos em uma época na qual a aceleração das trocas internacionais e aquilo que já se chamou de

“morte da distância” tornam cada vez mais fáceis e corriqueiros os contatos culturais entre os povos.

Isso favorece a afirmação de valores universais, como a democracia, os direitos humanos, a proteção ao meio ambiente. Mas não pode significar uma homogeneização dos padrões culturais. Na cultura, um dos valores universais é o da particularidade, o da diversidade de manifestações, a “cor local”, as diversas formas de viver a vida e de enriquecer a experiência humana.

Os países de origem latina têm a responsabilidade de preservar e de aprofundar o legado que lhes é próprio, aquilo que já foi chamado de “romanidade” – inclusive por Darcy Ribeiro, que falava de uma “romanidade tropical” do Brasil.

Brasil e Romênia têm muito a ganhar com o estreitamento do intercâmbio cultural. Ambos são países criativos, inovadores, com manifestações extremamente ricas nos diversos domínios das artes e da produção intelectual. Nessa confluência de origens comuns, desejo expressar a Vossa Excelência e à Senhora Constantinescu a satisfação que temos de recebê-los no Brasil e de usarmos essa oportunidade para dar novos passos no estreitamento dos vínculos de amizade entre o Brasil e a Romênia.

E é no espírito dessa amizade que faço um brinde pela prosperidade do povo romeno e pela saúde e felicidade pessoal do Presidente Emil Constantinescu e da Senhora Nadia Ileana Constantinescu.

SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL NO INSTITUTO RIO BRANCO

COMENTÁRIOS DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO ENCERRAMENTO DE SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL NO INSTITUTO RIO BRANCO. BRASÍLIA, 2 DE AGOSTO DE 2000

O Seminário sobre a América do Sul foi organizado a pedido do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que considerou importante antecipar neste foro informal um debate sobre temas que farão parte da agenda da Reunião de Presidentes da América do Sul, a realizar-se no final deste mês, de maneira a incorporar uma dimensão não-governamental à base de pensamento que se está formando em torno do tema. O Itamaraty sente-se particularmente honrado em haver podido contribuir para a realização do Seminário, através do IRBr, de cuja eficiente colaboração tenho o prazer de fazer registro.

O adensamento da cooperação entre os países da América do Sul é um fenômeno relativamente recente, cujo alcance ainda não temos condições de vislumbrar, mas cujos benefícios já estão à vista. Achamos, portanto, que já era hora de abrir um espaço de reflexão capaz de integrar as principais dimensões conceituais e operativas em que se desdobram a convivência e a cooperação sul-americana.

Tivemos a satisfação de acolher no IRBr, nestes últimos três dias, nomes entre os mais ilustres de nossa região. Ouvimos contribuições muito importantes, que enriquecem a nossa visão sobre o processo de integração na América do Sul,

sobre sua origem, seus desdobramentos e suas perspectivas. Agradeço muito especialmente, em meu nome e no do Ministro Lampreia, aos organizadores do Seminário, os Professores Hélio Jaguaribe e Celso Lafer, que fizeram intervenções de grande qualidade - e não se poderia esperar outra coisa de dois dos maiores nomes da cultura e da inteligência brasileira, ambos profundamente ligados em sua reflexão e em sua ação à problemática latino-americana. Registro, ainda, com especial agradecimento, o apoio recebido do BID e do IPEA.

O Seminário cumpriu plenamente seus objetivos. Tivemos três dias de debates muito proveitosos. É evidentemente difícil resumir em poucas palavras a diversidade e a riqueza das contribuições apresentadas e dos debates que se seguiram em cada um dos seis painéis temáticos. Arrisco-me, contudo, a dizer que a essência do Seminário poderia ser refletida na grande convergência quanto à necessidade de fortalecer os vínculos entre os países da América do Sul, de dar maior coerência e consistência a uma série de iniciativas bilaterais e sub-regionais que já estão em curso, e que só terão a ganhar com uma visão integrada da agenda comum de nosso subcontinente.

Há uma série de matizes, como não poderia deixar de ser, em torno desta percepção comum da necessidade de aprofundamento dos vínculos entre os países sul-americanos. Para uns, trata-se em primeira linha de promover a formação de um front comum de defesa contra efeitos perversos da globalização, que nos preocupam a todos, tais como o aumento das desigualdades e os desafios à capacidade de atuação dos Estados, entre outros. O Professor Hélio Jaguaribe expressou idéias e conceitos nesta linha em exposição muito vívida sobre a ordem mundial e suas conseqüências reais e potenciais para nossos países, tendo como ponto de referência o objetivo de resistir à potência hegemônica e, em particular, à ALCA.

Para outros participantes do Seminário, a “organização do espaço sul-americano”, na expressão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, está ligada a um enfoque que privilegia a criação de condições para o adensamento dos laços da região com os principais pólos políticos e econômicos do sistema internacional. Neste enfoque, fortalecer a articulação da América do Sul significa melhor prepará-la para uma inserção mais proveitosa e equilibrada nos grandes fluxos de comércio, investimentos, finanças e conhecimentos deste mundo globalizado. Segundo essa linha de pensamento, a América do Sul, unida e fortalecida, poderia negociar com base em fundamentos mais sólidos a conformação de uma futura Área de Livre Comércio das Américas.

Como quer que seja, o importante é que em qualquer uma dessas duas vertentes prevalece a idéia de que o adensamento dos vínculos entre nossos países torna-se um vínculo para todos. Esta é, creio, a mensagem do Seminário. Temos pela frente uma ampla agenda comum de desafios e oportunidades. Nosso encontro contribuiu para o “mapeamento” desta agenda, e para enriquecer a discussão dos temas que serão tratados pelos Presidentes sul-americanos dentro de um mês.

Infelizmente não pude assistir, na segunda sessão deste Seminário, à exposição de meu querido amigo Rosendo Fraga, que, porém, li com muito proveito. Seus comentários representam uma contribuição de grande importância para a compreensão acadêmica do conceito de América do Sul, de suas especificidades no conceito mais amplo de América Latina e Caribe. Compartilho inteiramente sua análise sobre a importância de fortalecimento do MERCOSUL, como uma base indispensável para promover a articulação da América do Sul. Pensamos no Itamaraty que essa articulação deve ser feita com base nos processos sub-regionais, em especial o MERCOSUL e a Comunidade Andina, aqui representada pelo Embaixador Sebastian Alegrètt, cuja presença em Brasília sempre nos dá muita satisfação.

Sobre o tema da democracia, tivemos o privilégio de assistir a uma verdadeira aula de ciência política do Presidente Raul Alfonsín. Com sua visão de estadista e sua grande capacidade intelectual, proporcionou-nos reflexões muito densas sobre aspectos da consolidação da democracia em nosso continente, sobre a necessidade da participação de cada um nos processos políticos e de fortalecimento dos partidos como canal principal das reivindicações e interesses do conjunto da população. Ouvimos com interesse seus comentários sobre a necessidade de maior rigor no emprego tão em voga da expressão “sociedade civil”, que alguma vezes parece refletir uma terceira parte não definida, alheia ao jogo político. Responsável pela redemocratização na Argentina, o Dr. Alfonsín falou com autoridade da importância dos chamados aspectos formais da democracia, e lembrou-nos que não deve haver uma visão excludente entre esses aspectos e os direitos essenciais ligados a um Estado de bem-estar social.

Democracia e estabilidade institucional são, de fato, os eixos da agenda da cúpula presidencial. A reunião foi estruturada de tal forma que os demais itens se referem, de um lado, aos fatores que podem fortalecer a democracia mediante o desenvolvimento econômico e social (comércio, ciência e tecnologia, infra-estrutura); de outro, aos fatores que podem desestabilizá-la no nosso continente (no caso, toda a problemática associada ao tema da droga).

Parece-me, em suma, que se produziu uma ampla coincidência de opiniões sobre a importância do tratamento do tema da democracia em âmbito sul-americano. O compromisso comum com a democracia é fundamental para as perspectivas de fortalecimento institucional em nossa região. Na verdade, este bem pode ser visto como o ponto central da concepção do processo ora posto em marcha, e que poderá vir um dia a ser conhecido como a “Operação Sul-Americana”, para parafrasear a expressão do Presidente Juscelino Kubitschek, cuja “Operação Pan-Americana” na década dos 50 produziu uma verdadeira revolução diplomática na região, com resultados muito concretos e duradouros, entre os quais a própria criação do BID.

Creio que acompanhamos todos com grande interesse e atenção, por outro lado, o painel sobre infra-estrutura de integração -- ou sobre os “eixos sinérgicos”, para usar a terminologia dos organizadores do Seminário. Não há dúvida de que esta é uma área-chave para fazer avançar a integração entre nossos países. Na Europa, a integração no campo do carvão e do aço -- a CECA -- foi o ponto de partida daquilo que veio a ser a UE. Estamos trilhando o mesmo caminho na América do Sul. O processo de integração energética já está em curso avançado. As apresentações e debates no Seminário foram muito enriquecedoras, e mostram que as perspectivas são promissoras.

Quero aqui fazer uma referência especial à satisfação do Itamaraty com a presença do Presidente da CAF, Embaixador Enrique Garcia. A CAF tem sido uma parceria muito importante na preparação da Reunião de Presidentes. Está prestando valiosos subsídios à elaboração do Plano de Ação na área de infra-estrutura que será anexado ao comunicado final do encontro. Teremos, em 31 de agosto e 1º de setembro, a oportunidade de rever o Presidente da CAF, e de contar com sua contribuição para o êxito da Reunião de Presidentes.

Na sessão sobre a articulação entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, registrou-se consenso quanto à importância de focar a integração como um processo de natureza estratégica, cuja importância vai muito além dos aspectos econômico-comerciais. Não há dúvida de que a articulação da América do Sul deve partir dos processos sub-regionais existentes, e o MERCOSUL e a Comunidade Andina são as entidades que terão maior relevância para esta meta.

Destaquei apenas alguns aspectos do Seminário. Haveria outros a comentar. Como disse, as contribuições e intervenções foram, todas, pertinentes e muito úteis para a preparação da Reunião de Presidentes. O Professor Jaguaribe já me antecipou o projeto de publicar um sumário executivo, com a essência das intervenções havidas nos três dias, a tempo de que possa ser lido e examinado pelos Presidentes antes da Reunião de Brasília. Isto é muito importante.

Este Seminário, como os Senhores sabem, não teve qualquer conotação oficial. Não tenho a intenção de, ao encerrá-lo, oficializá-lo de maneira alguma. Mas não queria deixar passar esta oportunidade para mencionar muito brevemente alguns pontos essenciais que têm orientado o governo brasileiro na preparação da Reunião de Presidentes da América do Sul.

A integração latino-americana é o compromisso mais importante da política externa brasileira. É um compromisso muito forte, porque reflete sentimentos profundamente arraigados na sociedade. A sociedade não vem “a reboque” do governo. Ao contrário: o governo atua para canalizar e dar forma a um sentimento pré-existente, muito forte como disse, que deve necessariamente encontrar modos adequados de expressão e institucionalização.

Como temos observado desde sempre, as iniciativas sub-regionais ou com grupos determinados de países têm sido o impulso mais dinâmico da integração latino-americana e caribenha. Os exemplos são muitos: o MERCOSUL, a Comunidade Andina, o Mercado Comum Centro-Americano, a CARICOM, a ALADI, o G-3 e assim por diante. Somadas, todas estas iniciativas contribuem para a solidez e a riqueza do processo de integração latino-americana e caribenha. Todas convergem para a meta comum da integração do conjunto da América Latina e Caribe. No caso da Reunião de Presidentes da América do Sul, trata-se de uma proposta de caráter inovador, e de grande importância histórica para toda a América Latina e Caribe.

A própria especificidade geográfica da América do Sul cria uma agenda comum de desafios e de oportunidades. Em uma série de temas, impõe-se a adoção de um enfoque sul-americano. Queremos tratar de forma muito pragmática de uma agenda limitada, com uma perspectiva sul-americana. A questão da infra-estrutura, por exemplo, é vital para a integração entre os nossos países, e diz respeito especificamente a países contíguos. Queremos também dar um impulso político à negociação de um acordo entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, entre outros temas.

Não queremos duplicar o trabalho feito em outros foros de integração regionais ou

hemisféricos. Ao contrário: consolidar a noção de América do Sul significa fazer avançar a integração latino-americana e caribenha. O fortalecimento das estruturas de cooperação em cada uma das sub-regiões da América Latina e Caribe trará benefícios, também, para o conjunto da região.

Gostaria de acrescentar um comentário sobre o Grupo do Rio. A articulação da América do Sul não se volta, absolutamente, contra esse mecanismo. Ao contrário: nosso objetivo é fortalecê-lo, e não esvaziá-lo. A própria denominação do Grupo reflete o compromisso do Brasil com os seus rumos. O Grupo do Rio tem a vocação para ser, no longo prazo, um ponto de referência para a convergência dos diferentes processos de integração latino-americana e caribenha, uma espécie de “Assembléia-Geral” da região. Esta continua a ser a nossa convicção.

A Reunião de Presidentes não representa, portanto, nada que se volte contra qualquer outro mecanismo. A agenda é unicamente positiva. Queremos trabalhar juntos para aproximar cada vez mais nossos países. Somar forças. Agregar valor à nossa capacidade de operação diplomática e, portanto, melhor contribuir para a consecução da maior prioridade da política externa contemporânea dos países de nossa região: viabilizar no plano externo os processos geminados do fortalecimento da democracia, de um lado, e, de outro, o da promoção do desenvolvimento econômico e social.

O Dr. Celso Lafer citou com muita propriedade ao abrir os trabalhos do Seminário o grande filósofo espanhol, objeto de nosso culto comum, Ortega y Gasset. A ele volto para encerrar os nossos debates. Ortega y Gasset dizia profeticamente em seu tempo: “España es el problema; Europa es la solución”. Digamos hoje que o problema somos cada um de nossos países: a América do Sul é a solução.

Muito obrigado.

XI REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DA ALADI

INTERVENÇÃO DO MINISTRO DE ESTADO, INTERINO, EMBAIXADOR
LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO DEBATE-GERAL DA XI REUNIÃO DO
CONSELHO DE MINISTROS DA ALADI. MONTEVIDÉU, 11 DE AGOSTO DE 2000

Senhor Presidente,

Antes de mais nada, gostaria de manifestar nossa satisfação em vê-lo na presidência de nossos trabalhos. A coordenação do Uruguai, mais do que uma tradição que se afirma, é também o reconhecimento da generosidade do país-sede da Associação.

Senhor Presidente,

Na comemoração dos vinte anos da ALADI, o Brasil deseja reafirmar solenemente seu compromisso com o processo de integração regional que, com autonomia e forças próprias, se desenvolve no quadro do Tratado de Montevidéu-1980. É um processo particularmente exitoso para todos nossos países. Demonstram-no os fluxos de comércio, a intensidade dos vínculos econômicos e as excelentes relações que prevalecem na região. Hoje, na América Latina, a integração deixou de ser uma figura de retórica. É uma realidade irreversível, respaldada pela sociedade civil. Converteu-se em tema central das políticas de governo e em elemento catalisador do desenvolvimento econômico e social da região.

Senhor Presidente,

O intercâmbio com os países membros da Associação ocupa espaços cada vez mais significativos no contexto de nossas relações comerciais. O Brasil é o principal mercado

regional de destino para a maioria dos nossos sócios na ALADI. Absorvemos quase um terço das vendas intra-regionais. Somos o principal destino das exportações regionais de alimentos, de matérias-primas de origem agrícola, de combustíveis e de produtos minerais e metálicos.

A importância do comércio intra-regional dá substância e reforça a vocação integracionista do Brasil, respaldada institucionalmente pelo preceito constitucional que identifica a integração latino-americana como um objetivo fundamental do País. É dessa perspectiva que reitero o compromisso permanente do Governo brasileiro com a criação de um espaço econômico comum na região.

Com nossos sócios do Mercosul, estamos construindo uma união aduaneira. Integramos e, com base no princípio do regionalismo aberto, buscamos relacionar-nos cada vez mais com outros países e blocos da região. As decisões da última Cúpula em Buenos Aires apontam para o relançamento do Mercosul e estabelecem as bases para uma agenda intensa de negociações com os países da ALADI.

Com o Chile e a Bolívia, já mantemos uma relação privilegiada, orientada para a liberalização total do comércio e sua incorporação plena no Mercosul. No caso

do Chile, em seguimento das conversações mantidas por ocasião da visita do Presidente Lagos ao Brasil, já se encontram em curso os procedimentos preliminares, de acordo com a sistemática estabelecida no âmbito do Mercosul.

Com os países da Comunidade Andina, o Brasil firmou, no ano passado, um acordo de preferências fixas. Com nossos sócios do Mercosul, trabalharemos em favor do lançamento das negociações com o bloco andino de um acordo de livre-comércio, que entre em vigor antes de fins de 2001.

Com o México, estamos negociando um acordo bilateral de preferências fixas, que consideramos como etapa prévia à negociação de um acordo de livre-comércio entre Mercosul e México, que desejamos concluir também em 2001.

Com Cuba, membro mais novo da Associação, o Mercosul espera poder também, no momento oportuno, atualizar seu relacionamento institucional, no marco da ALADI.

Segundo entendemos, a integração regional deve orientar-se, hoje, para a construção de uma extensa rede de acordos bilaterais e sub-regionais de livre-comércio, cada vez mais profundos e completos. Além da intensificação do comércio, o Brasil persegue paralelamente novas iniciativas de cooperação nos campos da infra-estrutura de transportes e comunicações e da interconexão energética com nossos vizinhos imediatos. Juntos, esperamos adotar, na reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, em fins deste mês, decisões que acelerem nossa integração física, dimensão fundamental do relacionamento entre vizinhos.

Senhor Presidente,

Todas essas ações de integração são possíveis graças ao Tratado de Montevideu-1980. Para o Brasil, o Tratado de Montevideu, e, portanto, a ALADI, estão

adaptados à realidade da integração em nossa região. Estão, pois, cumprindo plenamente sua função. Além de servir de “guarda-chuva jurídico” da integração regional junto à OMC, o Tratado garante a continuidade do processo de negociação e de aprofundamento da rede de acordos entre os países-membros, e deve servir como marco orientador do relacionamento com outros países ou agrupamentos regionais extra-zona.

A preservação do patrimônio institucional vigente é, assim, a melhor garantia de que a ALADI possa continuar a desempenhar um papel relevante no futuro da integração. Pareceram-me especialmente relevantes nesse sentido as propostas formuladas pelo Chanceler Giavarini para a agenda de futuro da ALADI.

Senhor Presidente,

Temos sob nossa consideração dois textos que refletem os consensos alcançados no Comitê de Representantes. O projeto de declaração destaca o balanço muito positivo destes vinte anos. Reafirma o valor dos instrumentos de trabalho sob o TM-80, e sublinha a vontade política de avançar em nossas múltiplas iniciativas que convergem para a conformação de um espaço econômico ampliado na região. A Declaração reconhece que os esquemas sub-regionais e os acordos de nova geração constituem hoje a vertente mais dinâmica da integração e a base para alcançar os objetivos do TM-80.

O projeto de resolução, ao reafirmar a vigência e a atualidade dos mandatos aprovados no Décimo Conselho de Ministros, estabelece prioridades de ação em temas em que a Associação detém vantagens comparativas ou pode apoiar atividades de interesse dos países-membros. São dois textos densos, de muito boa qualidade, que refletem visões precisas e oportunas de nosso processo de integração. Minha delegação apóia sem restrições os dois projetos.

Senhor Presidente,

Depois de vinte anos de avanços concretos, construímos um patrimônio de realizações que nos permite encarar o futuro da ALADI com confiança, sem voluntarismos de qualquer espécie. A ALADI cumpre hoje uma função reconhecida como relevante pelos Governos, justamente porque se mantém em sintonia com a realidade multifacetada e cambiante da integração. No horizonte próximo, isto significa que a Secretaria da ALADI – sob a competente direção do Embaixador Juan Francisco Rojas, cujo relatório ouvimos com grande interesse - deve continuar promovendo sua modernização e adequação institucional, para respaldar, com crescente eficiência, os esforços dos países-membros.

Felizmente, com a retomada do crescimento econômico sustentável em nossa região e a gradual superação da crise financeira mundial, já se abrem melhores perspectivas. Sabemos que ainda há muito por fazer para alcançar os objetivos ambiciosos a que nos propusemos há vinte anos. Alegro-me ver nesta celebração que não nos falta disposição e que seguimos compartilhando a determinação de levar a cabo essa tarefa.



SESSÃO PLENÁRIA DA CÚPULA DO MILÊNIO

DISCURSO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
MARCO MACIEL, POR OCASIÃO DA SESSÃO PLENÁRIA DA
CÚPULA DO MILÊNIO. NOVA YORK, 6 DE SETEMBRO DE 2000

Senhora Presidente, Senhor Presidente,

É para mim motivo de grande satisfação trazer a esta cúpula histórica a saudação do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso e de toda a Nação brasileira. Estou certo de que a Presidente da Finlândia, Sra. Tarja Halonen, e o Presidente da Namíbia, Sr. Sam Nujoma, co-presidentes da Cúpula do Milênio, saberão guiar-nos de forma inspiradora e segura na condução de nossas deliberações. Cumprimento, ademais, o Secretário-Geral Kofi Annan, cuja experiência e visão ampla do mundo têm sido fundamentais no fortalecimento da ONU.

Presidentes,

A Cúpula do Milênio representa momento propício para ratificar o compromisso coletivo com a paz e a segurança internacionais, a observância dos direitos humanos, o respeito ao direito internacional, a proteção ao meio ambiente, a erradicação da pobreza e o bem-estar de todos, objetivos que só são alcançáveis através do desenvolvimento econômico e social.

As Nações Unidas têm papel preponderante na implementação dessas aspirações. Não existe alternativa aos caminhos propostos pela Organização para a promoção dos ideais de liberdade, igualdade, solidariedade

e tolerância entre os povos. É cada vez mais necessário recorrer à ONU para resolver coletivamente os desafios do mundo moderno.

Presidentes,

A criação da Organização das Nações Unidas é um dos grandes legados do século XX. É chegada a hora de revitalizá-la para que reflita a nova realidade do cenário mundial, em sintonia com o propósito de democratizar as relações internacionais. É necessário reformar o Conselho de Segurança para dar-lhe maior representatividade, eficácia e legitimidade. Não se pode mais conviver com estruturas anacrônicas, em que o processo decisório, além de ser seletivo, não reflete a dinâmica das transformações mundiais sobrevindas nas últimas décadas.

Urge evitar a criação de um ambiente propício a atos unilaterais, fora do marco da Carta das Nações Unidas e do Direito Internacional. Urge também trazer de volta à ONU o debate sobre a questão básica do desenvolvimento econômico, social e cultural.

O Brasil compartilha a avaliação expressa pelo Secretário-Geral Kofi Annan de que a extrema pobreza constitui uma afronta à humanidade. A erradicação da pobreza, o acesso à educação, a oferta de serviços básicos de saúde e ao desenvolvimento sustentável

exigem convergência de esforços de toda a comunidade internacional. A globalização deve servir para a construção de um mundo mais solidário e, portanto, mais simétrico. Apelamos ao países desenvolvidos para que intensifiquem os esforços em prol da redução da dívida dos países mais pobres. Esta medida certamente favorecerá a implementação de programas de educação em benefício das comunidades mais carentes, ampliando, em particular, o acesso de todas as crianças ao ensino básico.

Da mesma forma, a ONU não pode ficar alheia à crescente distância tecnológica entre ricos e pobres e às restrições que inibem a participação mais ativa dos países em desenvolvimento na economia mundial. É preciso democratizar o acesso à ciência e à tecnologia para acelerar a participação na era da informação a todos os povos do mundo.

Presidentes,

No momento em que mandatários de todo o mundo nos reunimos para reafirmar compromissos coletivos, devemos salientar os importantes esforços de coordenação regional. Permitam-me, a propósito, ressaltar a recente celebração, pela primeira vez na história, de uma reunião dos Presidentes de todos os países

da América do Sul. O êxito da “Reunião de Presidentes da América do Sul”, realizada em Brasília, reforça a perspectiva de organização de um espaço comum de prosperidade em que todos os países da região poderão tratar de seus desafios e oportunidades. Tenho certeza de que as conclusões do encontro de Brasília constituem expressiva contribuição de nossas sociedades aos processos de integração indispensáveis nesses tempos em que o mundo se globaliza.

A Reunião de Brasília evidenciou prioridades da região. Fortaleceu-se o compromisso democrático. Firmou-se a convicção de que a infra-estrutura para a integração, o incremento dos fluxos comerciais, o adensamento da cooperação científica e tecnológica, e o combate ao narcotráfico e delitos conexos são fundamentais para promover o pleno desenvolvimento regional. Como expressão renovada da vocação pacífica dos países da região, acordou-se, finalmente, na criação de uma Zona de Paz sul americana.

Façamos da Cúpula do Milênio um marco para a construção de um mundo melhor. No limiar do século XXI, o fortalecimento da ONU é essencial para alcançar esse objetivo.

Muito obrigado

COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

PRONUNCIAMENTO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DAS COMEMORAÇÕES DO DIA DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL. BRASÍLIA, 7 DE SETEMBRO DE 2000

Meus amigos e minhas amigas: hoje, 7 de Setembro, o Brasil comemora sua Independência. Para mim, desde menino, o Dia da Pátria foi sempre de festa, orgulho e reflexão. Hoje, como Presidente, quero conversar com vocês sobre os rumos do nosso país, nossos problemas e nossos sonhos.

A construção de um país soberano, justo, respeitador das suas diversidades culturais e raciais e dos direitos de todos – mulheres, jovens, idosos - é nosso objetivo comum. As decisões que tenho tomado, com serenidade, mesmo as mais difíceis, são fruto de minha preocupação clara com os interesses permanentes do país e não se submetem a nenhuma outra prioridade, senão à que mais importa: o bem-estar das pessoas. Para explicar melhor isso, quero expor a vocês os motivos de algumas das decisões que tomei nos últimos meses.

Já na campanha eleitoral de 1998, coloquei com franqueza em pronunciamento à nação as dificuldades que enfrentaríamos no meu segundo mandato. Fui claro ao dizer que a situação internacional era de crise. E que os efeitos desta crise nos trariam sérios problemas. O Brasil sofreu forte ataque às

suas reservas cambiais. Foi preciso mudar o câmbio, estancar a saída de divisas e recuperar as condições para seguir em frente. Não foram decisões fáceis. Mas era preciso garantir o Real.

Fizemos também um profundo ajuste nas contas do governo. Este ajuste e a manutenção do equilíbrio fiscal têm permitido manter a inflação dentro de limites aceitáveis, impedindo sua volta. Hoje, podemos afirmar com segurança que as medidas no campo econômico deram certo.

No ano passado, o ano da mudança no câmbio, a inflação ficou pouco abaixo de 9% e, neste ano, ficará próxima de 6%. No ano que vem, será ainda menor. Agora mesmo, diante de aumentos de alguns preços, localizados, mas intensos, o governo tomou todas as providências para impedir uma alta maior. A sociedade não quer a inflação. Isto é bom, demonstra uma preocupação e um reconhecimento do valor da estabilidade. Com o fim da inflação, o Brasil ganhou mais do que uma moeda estável, ganhou um projeto de país. É por isso que este é um compromisso definitivo deste governo. A inflação não voltará.

Uma questão crucial para a retomada do crescimento é a queda das taxas de juros. Hoje, estamos com uma taxa no seu nível mais baixo em muitos e muitos anos. Vão continuar caindo, principalmente o juro na ponta, para as empresas e para os consumidores que compram à prestação. Por isso, estamos produzindo mais, exportando mais e começando a gerar mais empregos.

Outro ponto a que gostaria de me referir é exatamente este: a geração de empregos. É evidente que essa é a nossa preocupação central. Sei que os brasileiros e brasileiras que estão à procura de um trabalho ainda têm um olhar crítico com relação ao governo e que este olhar só mudará na medida em que conseguirmos transformar em realidade nosso compromisso de crescimento, gerando trabalho e uma vida mais digna para todos.

Passamos por períodos difíceis, porém, estamos começando a viver um momento melhor na vida brasileira. Os investimentos estão acontecendo, a economia está se aquecendo e novos empregos estão surgindo, na cidade e no campo. Nos últimos doze meses, foram criados quase 800 mil postos de trabalho somente nas seis maiores regiões metropolitanas do país. No Brasil como um todo, o emprego cresceu ainda mais. O desemprego ainda é alto e me preocupa, mas já está em queda.

Quando, na última eleição, dizia que o compromisso central do governo seria trabalhar para criar empregos não fazia apenas um discurso eleitoral. Assumia, repito, compromisso com os brasileiros e quero deixar claro: vamos honrá-lo. Sabemos que o Brasil ficará mais perto do ideal de todos nós quando houver maior igualdade de oportunidades e isto só se consegue tendo como ponto de partida a educação.

Temos, hoje, quase todas as nossas crianças dentro das salas de aula. São 37 milhões de crianças estudando. Mais ainda, para estimular as famílias a manterem seus filhos na escola sem precisar que eles trabalhem, meu governo já distribui bolsas escola para mais de um milhão de famílias. No ensino médio, nos últimos 6 anos as matrículas cresceram 66%. Em 5 anos, o número de alunos matriculados em cursos universitários aumentou mais de 40%. O resultado deste imenso avanço é que o nível médio de instrução dos brasileiros vem aumentando substancialmente ano após ano. Estamos enfrentando com coragem os problemas de saúde pública que afligem nossa população. Hoje, as campanhas de vacinação chegam a todos os brasileiros, até aos mais idosos. Isto nunca havia sido feito antes. O programa brasileiro contra a AIDS é considerado pela ONU como um dos melhores do mundo.

A saúde da mulher e da criança tornou-se nossa prioridade número um: o atendimento de mulheres durante a gravidez saltou de 2,5 para 8 milhões de consultas por ano. Combatemos a falsificação de medicamentos e estamos lutando contra o abuso de preços. Com o início da produção de genéricos, estamos conseguindo até reduzir preços de remédios. Iniciado no meu governo, o Programa Saúde da Família conta hoje com 10 mil equipes atendendo mais de 33 milhões de pessoas. Em parceria com Estados e municípios, vamos ampliar o Programa para até 2002 atendermos 80 milhões de brasileiros.

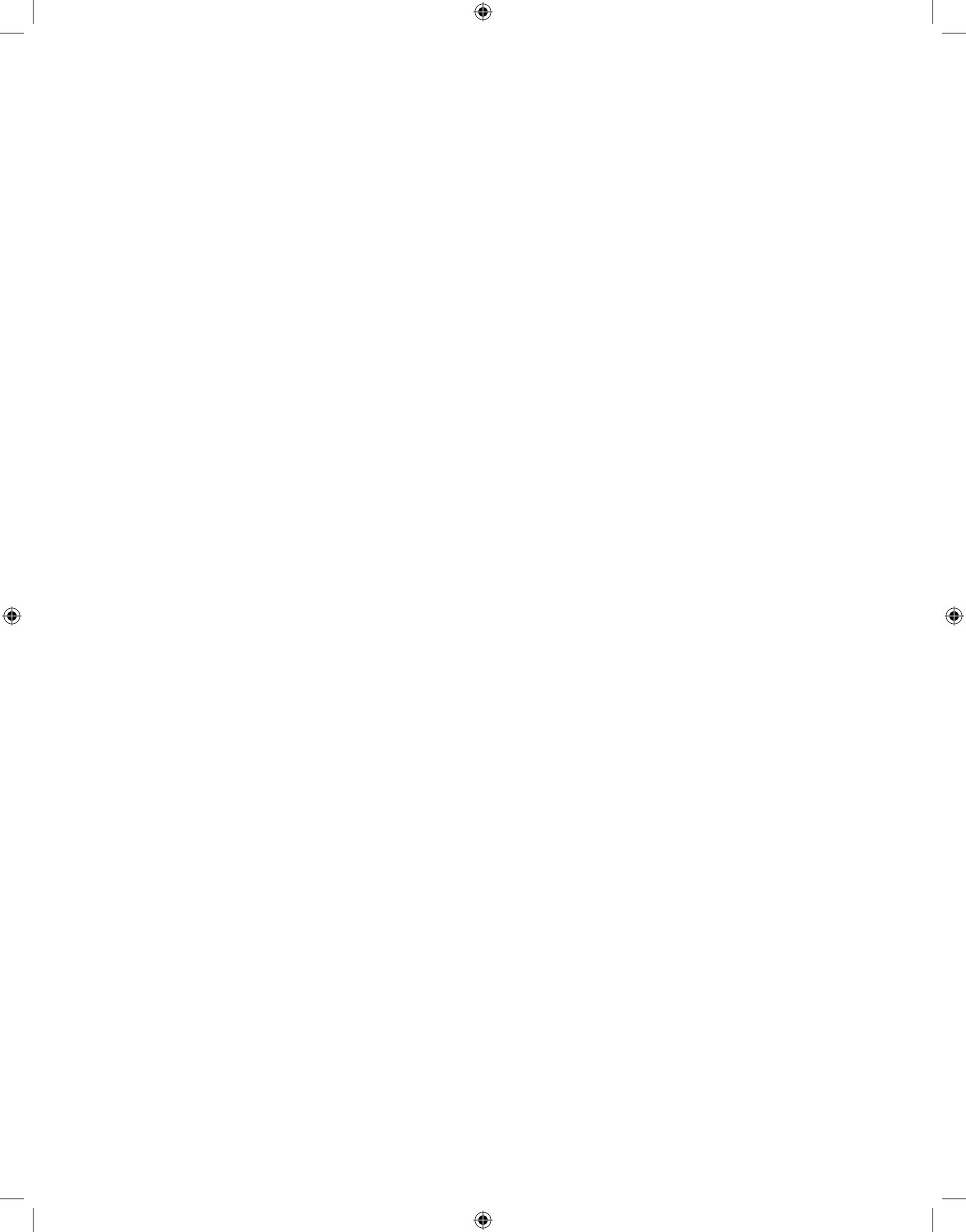
É com educação, saúde e emprego que vamos conseguir diminuir a pobreza no nosso país. Por isso, no orçamento para o próximo ano estes programas foram ampliados. Da mesma maneira, avançamos no programa

de reforma agrária e no apoio à agricultura familiar.

Quando olhamos com atenção, notamos que são muitas as mudanças e avanços em curso que preparam o nosso país para o século 21. O Brasil está modernizando a sua infra-estrutura de transportes e energia. As telecomunicações, uma condição essencial para participar da nova economia, são talvez o maior exemplo destas transformações. Tenho consciência de que os frutos desta recuperação ainda não chegaram de forma plena ao dia a dia de todos os brasileiros.

Continuar lutando para que isto seja realidade é minha responsabilidade. Voltamos a ser um país em crescimento. Podemos sonhar com um futuro melhor, com um país mais digno, mais justo. Enfrentamos sérios problemas, mas estamos saindo deles mais fortes e melhores.

Muito obrigado pela sua atenção. Boa noite.



ALMOÇO OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO MINISTRO DE CINGAPURA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO
OFERECIDO EM HOMENAGEM AO PRIMEIRO MINISTRO DE CINGAPURA,
SR. GOH CHOK TONG. BRASÍLIA, 11 DE SETEMBRO DE 2000

É com grande satisfação que recebemos hoje, aqui em Brasília, a primeira visita de um Chefe de Governo de Cingapura ao Brasil. Dou-lhe, por isso, Primeiro Ministro Goh Chok Tong, as mais cordiais boas vindas, extensivas aos membros de sua comitiva.

As distâncias geográficas não impediram que Brasil e Cingapura fossem capazes de desenvolver, ao longo dos anos, um relacionamento importante e mutuamente benéfico. Nosso comércio chegou a ultrapassar 700 milhões de dólares em 1996 e temos assistido, mais recentemente, ao início de um fluxo promissor de investimentos diretos de Cingapura no Brasil, nos setores de siderurgia, construção naval e outros.

Em realidade, temos muito em comum. Brasil e Cingapura trabalham ambos para a consolidação de seus entornos regionais, para o aprofundamento da integração comercial com seus vizinhos e para o fortalecimento do sistema de comércio multilateral. Defendemos a necessidade da reforma das Nações Unidas para tornar a Organização mais legítima e mais eficiente, e estamos comprometidos com a construção de um sistema internacional sem hegemonias e sem monopólios do poder, do

saber ou da prosperidade. Estamos unidos em um mesmo objetivo: queremos o desenvolvimento de nossos povos e o fortalecimento da segurança e da confiança entre as nações.

A diversidade não é um obstáculo à aproximação entre nossos países. Ao contrário. Temos muito a ganhar em nossa cooperação. Nosso comércio já é importante, mas tem potencial para crescer muito mais, explorando a complementaridade entre nossas economias. As diferenças estimulam o desejo de melhor conhecimento mútuo através do crescimento do turismo, do comércio, dos investimentos, da cooperação científica e tecnológica.

Quando assumi o Governo, em 1995, determinei que se dedicasse especial atenção a nossas relações com as economias emergentes da Ásia-Pacífico. Visitei a região naquele mesmo ano, e vimos com satisfação a ampliação do comércio e a intensificação dos contatos. Esse processo foi interrompido pela crise que assolou recentemente nossas duas regiões, mas chegou a hora de relançarmos, e agora sobre bases ainda mais sólidas, nossa parceria com o Sudeste Asiático. Cingapura ocupa lugar de destaque nesse objetivo, por seu papel como importante pólo de transportes, comunicações e serviços na região.

Graças às reformas estruturais realizadas nos anos anteriores e à determinação e persistência com que aplicamos os remédios – amargos, mas necessários – para restaurar a confiança dos agentes econômicos, o Brasil conseguiu superar sua crise de forma mais rápida e menos traumática do que acreditavam muitos observadores.

A principal conquista do povo brasileiro nesta década – a estabilidade da moeda – foi preservada, ao mesmo tempo em que prosseguimos na tarefa de eliminar os entraves ao crescimento econômico e demos continuidade ao desafio de corrigir os desequilíbrios históricos em áreas fundamentais como saúde e educação.

Podemos dizer com convicção – e uma convicção amparada pelos fatos – que o Brasil está preparado para um novo e sustentado ciclo de desenvolvimento. Em um futuro próximo, pela primeira vez em várias décadas, o Brasil poderá ter uma taxa de crescimento superior à taxa de inflação. E dispomos de todas as condições para que esse crescimento com estabilidade se sustente por muitos anos.

Acabamos de realizar, aqui em Brasília, a Reunião de Presidentes da América do Sul. Dentre as conclusões do encontro, destacaria a decisão de estabelecer, até janeiro de 2002, uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina.

Abre-se a perspectiva de conformação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul. Decidimos também coordenar esforços para a expansão e modernização da infra-estrutura física na América do Sul, em especial nas áreas de energia, transportes e comunicações, com vistas a configurar novos eixos de integração e de desenvolvimento econômico na região.

Gostaríamos que nossos parceiros asiáticos participassem desses empreendimentos. As obras de infra-estrutura necessárias para a integração física implicam investimentos

vultosos, nos quais serão importantes as parcerias internacionais. Por sua vez, o avanço da integração física, aliado à conformação de uma área de livre-comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina, transformará a América do Sul em um mercado integrado com mais de 330 milhões de consumidores e renda de quase 1,5 trilhões de dólares.

Devemos sempre ter em mente o potencial estratégico de nossas respectivas regiões, que dispõem de todas as condições para estarem entre as áreas mais dinâmicas do planeta no século XXI. Nesse sentido, as perspectivas de cooperação entre nós são amplamente promissoras.

Cingapura conhece bem o potencial para um maior relacionamento entre nossas regiões. A iniciativa de Vossa Excelência de criação do FALAL – Foro Ásia do Leste - América Latina –, que visa a estabelecer uma instância de diálogo e cooperação entre os países da América Latina, Leste Asiático e Oceania, é particularmente oportuna, e vem ao encontro do objetivo do Brasil e dos países latino-americanos de estreitar relações com a Ásia e a Oceania.

Agora nos cabe aproveitar o lado positivo da globalização, que diminui as distâncias e permite que países como o Brasil e Cingapura se aproximem, se conheçam melhor, tenham empreendimentos conjuntos. Os governos do Brasil e de Cingapura querem aprofundar seu diálogo e sua cooperação. A visita de Vossa Excelência é uma demonstração disso. Esperamos que os empresários, jornalistas, pesquisadores, estudantes e turistas do Brasil e de Cingapura sigam esse exemplo e busquem explorar, cada vez mais, as numerosas oportunidades que se abrem aos nossos países neste momento.

É nesse espírito que faço um brinde pela prosperidade do povo cingapuriano e pela saúde e felicidade pessoal do Primeiro Ministro Goh Chok Tong.

ABERTURA DA 55ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU

DISCURSO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LUIZ FELIPE LAMPREIA, NA ABERTURA DA 55ª SESSÃO DA ASSEMBLÉIA-GERAL DA ONU. NOVA YORK, 12 DE SETEMBRO DE 2000

Senhor Presidente,

O Brasil aplaude sua eleição para presidir esta 55ª sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Sua experiência política pessoal, e a contribuição histórica da Finlândia à promoção da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento social são valiosas credencias que Vossa Excelência traz para o honroso exercício de presidir nossos trabalhos.

Manifesto o reconhecimento do Governo brasileiro a seu antecessor, o Chanceler Theo Ben Gurirab, cuja habilidade diplomática e identificação com os melhores valores das Nações Unidas foram essenciais para o papel decisivo que desempenhou à frente da 54ª Sessão.

Faço uma referência muito especial ao nosso Secretário-Geral Kofi Annan. Sua autoridade moral tem sido referência segura na luta pelos princípios e propósitos das Nações Unidas. Seu relatório “Nós, os povos” é uma contribuição fundamental em favor da paz e da justiça, e do fortalecimento da atuação das Nações Unidas. Trata-se de documento que continuará a inspirar as decisões que somos chamados a tomar no âmbito de nossa organização. O Brasil teve a satisfação de copatrocinar a resolução que integra Tuvalu à família das Nações Unidas. Saudamos a sua admissão.

Senhor Presidente,

Pela sexta vez consecutiva, tenho a honra de estar aqui na abertura do debate geral.

Em todas as ocasiões anteriores, falei sobre aspectos positivos e negativos da realidade mundial, de fatos que nos causam satisfação, e de outros que geram sentimentos de frustração e até de indignação. Esses são os nossos desafios diários e a razão de ser do nosso trabalho.

Nos reunimos aqui pela última vez neste século. Todos sabemos que o século XX foi marcado pela contradição entre, de um lado, a abundância crescente de recursos intelectuais e materiais que teriam permitido aproximar oportunidades, perspectivas e condições de vida, e, do outro, a incapacidade de articular a vontade política necessária para tal aproximação.

Essa é uma crítica que vale para o conjunto da comunidade internacional, e vale também para a grande maioria das nações aqui representadas, entre elas o próprio Brasil. Continua a ser útil identificar na relação com o meio internacional condicionantes e até obstáculos ao desenvolvimento nacional. Mas é igualmente esclarecedor buscar no interior de cada um de nossos países, nos êxitos e fracassos de nossas sociedades, elementos capazes de explicar a realidade mundial.

Aglobalização é assimétrica em parte porque emanada de sociedades nacionais também assimétricas, nas quais o objetivo da equidade social parece não ter hoje a mesma força de tempos atrás. O valor maior da liberdade, felizmente, avança em todos os continentes. Mas os valores fundamentais da igualdade e da fraternidade estão perigosamente relegados a segundo plano. É preciso trazê-los de volta ao topo de nossas agendas, ao centro de nossas estratégias, antes que seja tarde demais. Antes que alguns povos possam ser levados a acreditar, erradamente, que o preço inevitável da liberdade é a perpetuação dos muros entre ricos e pobres, incluídos e excluídos, globalizados e abandonados.

O aprofundamento de um sentido genuíno de solidariedade, e a sua concretização em políticas eficazes, será, cada vez mais, condição para o enraizamento da liberdade e da democracia, no plano interno dos países, e para a construção de uma ordem internacional mais favorável à preservação da paz e à promoção do desenvolvimento.

Não deve haver manipulação das grandes causas globais, de movimentos solidários transnacionais, em tentativas de encobrir e promover interesses de grupos e setores. É o que tem ocorrido, lamentavelmente, no terreno do comércio internacional. Primeiro, o descompasso entre a retórica do livre comércio e a manutenção de políticas protecionistas dos mais diversos tipos por parte dos países desenvolvidos.

Como afirmei na Conferência da Organização Mundial do Comércio em Seattle, o nome desse jogo é discriminação. E a discriminação, sobretudo quando aplicada contra os mais fracos, é a negação absoluta da solidariedade. Precisamos corrigir as graves distorções que afetam o comércio internacional, especialmente o comércio dos produtos da agricultura.

É inaceitável que os países mais prósperos, com economias baseadas quase integralmente nas áreas da indústria e dos serviços, possam legalmente restringir o acesso aos seus mercados de bens agrícolas, ao mesmo tempo em que cobram abertura ainda maior para os produtos nos quais podem competir sem risco, e com esmagadora vantagem.

Mais inaceitável ainda é que se permita a tais países, como ocorre hoje, conceder subsídios de dezenas de bilhões de dólares à produção e às suas próprias exportações de produtos agrícolas, com grave prejuízo para nações exportadoras mais eficientes e competitivas, embora mais pobres e, portanto, menos capazes de estender favores fiscais aos seus agricultores.

Em segundo lugar, não satisfeitos com a manutenção desse quadro agudamente discriminatório, em que a prática se apresenta muitas vezes como o oposto do discurso, algumas vezes de países desenvolvidos, ecoando interesses de setores específicos, pregam uma nova ofensiva contra as exportações das nações em desenvolvimento. É o que se pode antecipar da retórica protecionista, travestida de internacionalismo humanitário, que levanta a bandeira sedutora das cláusulas trabalhistas e ambientais, cujo principal efeito seria o de fechar ainda mais o acesso dos produtos dos países em desenvolvimento aos mercados das nações ricas.

Essa retórica, e o seu apelo junto a determinados segmentos da opinião pública, poderiam levar a crer que as exportações dos países em desenvolvimento ameaçam o bem-estar econômico e o modo de vida das sociedades mais desenvolvidas. Todos sabemos que isto não é verdade. Afinal, essas exportações representam menos de um terço do comércio mundial e são constituídas principalmente de matérias-primas.

O objetivo principal daqueles que desejam aplicar requisitos trabalhistas às regras do comércio não é elevar a qualidade de vida dos trabalhadores dos países pobres. Seu propósito central é o de proteger setores de suas respectivas economias – alguns deles entre os mais arcaicos do ponto de vista trabalhista – que, a rigor, já não têm capacidade de operar em um ambiente de livre concorrência internacional.

Sanções e barreiras comerciais não são uma maneira adequada de elevar os padrões trabalhistas e promover a defesa do meio ambiente nas nações em desenvolvimento, que são as primeiras interessadas nesses mesmos objetivos e precisam, isto sim, de mais e não menos exportações e crescimento econômico para realizá-los.

Essa é uma mensagem que nós, países em desenvolvimento, devemos apresentar com toda força e clareza. Devemos ajudar as sociedades desenvolvidas a perceber que não estão sozinhas no mundo, e, sobretudo, que não podem pretender elaborar regras para o comércio internacional com base apenas nos seus pontos de vista, nos seus interesses, como se não houvesse outros mais de cinco bilhões de seres humanos com aspirações igualmente legítimas de bem-estar, progresso e justiça.

Senhor Presidente,

Cada vez mais, as nações devem ser capazes de compreender e respeitar as diferenças de realidade, perspectiva e objetivo que existem entre elas. Devem ser capazes, ao mesmo tempo, de identificar semelhanças e afinidades; explorar e ampliar convergências e possibilidades de cooperação; superar desconfianças, rivalidades e conflitos.

Os processos de integração regional são hoje a fonte principal desse aprendizado necessário. Para a maioria dos países, são o caminho para uma participação mais intensa, profunda e benéfica no ambiente global. Nas

Américas, e mais especificamente na América Latina, temos seguido esse percurso com determinação. Os países da região estamos mais integrados entre nós, e mais integrados ao mundo. São as duas faces inseparáveis de uma mesma progressão.

Dias atrás, pela primeira vez na história, realizou-se em Brasília, por iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a Reunião de Presidentes da América do Sul. O encontro teve o propósito de reunir os líderes sul-americanos em torno dos desafios comuns gerados pela realidade da geografia, do espaço compartilhado, da vizinhança física. Nada mais natural que a primeira reunião se fizesse no Brasil, que divide fronteiras com nove de seus onze vizinhos do subcontinente e convive com todos eles, há mais de um século, numa atmosfera de paz, amizade e, cada vez mais, de forte ânimo integracionista.

Os Presidentes tomaram decisões importantes e concretas, que certamente irão ter efeitos duradouros. No campo político, concordaram em aprofundar o compromisso dos países da América do Sul com a democracia e decidiram que a manutenção do estado de direito e o pleno respeito ao regime democrático passa a ser condição para a participação em futuros encontros sulamericanos. Decidiram, ainda, realizar consultas entre seus governos na hipótese de ameaça de ruptura da ordem democrática na região.

Na área comercial, resolveram iniciar negociações para estabelecer, antes de janeiro de 2002, uma área de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina, com vistas à futura conformação de um espaço econômico ampliado na América do Sul, com a presença do Chile, da Guiana e do Suriname.

Com esse mesmo propósito, os Presidentes resolveram coordenar o planejamento e o financiamento das iniciativas de integração de

nossa infra-estrutura, de projetos prioritários nos campos da energia, transportes, telecomunicações. Assim, trabalhando juntos, teremos condições de criar, em menos tempo, as ligações físicas que servirão à unidade da América do Sul.

Com relação ao combate ao narcotráfico e ao crime organizado, um problema que atinge, sob formas diferentes, todas as regiões do mundo, os Presidentes destacaram o papel desempenhado pela OEA na luta contra as drogas nas Américas, e o estabelecimento, no ano passado, do Mecanismo de Avaliação Multilateral para avaliação do desempenho dos países do hemisfério nesse esforço. Resolveram, também, criar um sistema de consultas entre os órgãos dedicados a combater o narcotráfico e, ainda, instituir uma força-tarefa sul-americana contra a lavagem de dinheiro.

A Reunião de Presidentes da América do Sul foi um evento que jamais havia ocorrido em quase dois séculos de vida independente da maioria das nações do nosso subcontinente. Além do significado histórico, e de seus prováveis desdobramentos no longo prazo, foi uma cúpula da qual resultaram decisões e conseqüências imediatas.

A principal delas é o compromisso democrático. Como afirmou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, em termos muito diretos, “a América do Sul de hoje é sinônimo de democracia. (...) Não deixaremos que haja abusos nesse alvorecer democrático. E cada vez mais exigiremos não apenas o voto, mas as condições de liberdade, de informação e de garantias jurídicas que dão ao sufrágio o significado efetivo da democracia”.

Senhor Presidente,

O ano que passou foi marcado por realizações importantes para as Nações Unidas. E eu aponto algumas delas. O

objetivo da construção de uma sociedade mais justa, mais tolerante, foi reafirmado nas revisões das conferências mundiais sobre a mulher (Pequim+5) e para o desenvolvimento social (Copenhague+5). Na conferência do Tratado de Não Proliferação, houve avanços – modestos, mas significativos – no sentido de livrar o mundo das armas nucleares. Como membro da Nova Agenda, o Brasil orgulha-se de ter contribuído para o êxito da Conferência, cujos resultados servirão de baliza para medir os progressos futuros no campo do desarmamento nuclear.

O trabalho para a constituição de um tribunal penal internacional avançou e o Brasil assinou o Estatuto de Roma. Aqueles que praticam crimes contra a humanidade não devem, de modo algum, permanecer impunes.

No relatório Brahimi, temos um guia para fortalecer os mecanismos das operações de paz da ONU e, com isto, superar as mazelas do passado recente.

A coragem dos relatórios sobre Ruanda e Srebrenica deu-nos a dimensão precisa do que é necessário fazer.

No Timor, sob a liderança de um funcionário internacional exemplar, Sérgio Vieira de Mello, um novo Estado se desenha e começa a nascer. Expressamos nosso veemente repúdio ao ataque a inocentes voluntários no Escritório das Nações Unidas em Atambua, em Timor Ocidental, que vinham trabalhando em favor desse objetivo.

Em contrapartida, as frustrações são conhecidas. Operações de paz que não se completam em Sierra Leoa e na República Democrática do Congo; a persistência do conflito em Angola, em razão da resistência inaceitável da UNITA em obedecer às decisões e ao Direito internacionais; a consciência da dimensão trágica das conseqüências da AIDS na África e no mundo.

Há menos de uma semana, em encontro histórico aqui mesmo nesta sala, as lideranças mundiais fizeram um balanço das atividades e realizações do multilateralismo. O resultado foi uma afirmação mais clara do compromisso firme e inequívoco de fortalecer as Nações Unidas.

Saiu reforçada a convicção de que os níveis de justiça e as raízes da paz internacional continuarão a depender, cada vez mais, do que se fizer nesta Organização. O Brasil sempre esteve convencido disso. Sem a ONU, os direitos humanos estariam mais desprotegidos; os pontos de acomodação dos conflitos estariam mais distantes; as dificuldades para erradicar a pobreza seriam ainda maiores; o aprendizado da tolerância estaria mais atrasado; as soluções democráticas enfrentariam resistências ainda maiores.

A Assembléia do Milênio expressou o que talvez já soubéssemos. Mas ela pode e deve ter o efeito histórico de nos levar a agir. Sabemos que é a articulação da vontade política que

poderá fazer a diferença. E este é o foro político por excelência da comunidade internacional. Nosso objetivo principal é o de criar meios e instrumentos que permitam a efetiva realização de nossos ideais, valores e propósitos. Aqui, tantas vezes, palavras e ações, objetivos e instrumentos estiveram divorciados, como se pertencessem a dois universos distantes e in comunicáveis.

Senhor Presidente,

Apenas diálogo político entre os Estados, por intermédio do multilateralismo, pode conferir algum grau de racionalidade e previsibilidade à lógica das forças globais. O multilateralismo – com o fortalecimento das Nações Unidas e com sua perspectiva moderna, que tem no indivíduo o beneficiário de suas ações – é a garantia de uma governança progressiva e justa neste mundo integrado. É nossa obrigação realizar os nossos compromissos comuns, reafirmados tão vigorosamente na Assembléia do Milênio. Devemos fazer isto com determinação e sentido de urgência.



PALESTRA NO CEBRI - “O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO E O CONTEXTO INTERNACIONAL”

PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI). RIO DE JANEIRO, 14 DE SETEMBRO DE 2000
“O BRASIL EM TRANSFORMAÇÃO E O CONTEXTO INTERNACIONAL”

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, a oportunidade que me é oferecida pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais de falar a este público tão qualificado. O CEBRI é uma novidade no cenário político-intelectual brasileiro. E é uma boa novidade. Dará impulso à reflexão sobre os temas internacionais, sobre a nossa inserção no cenário mundial, sobre como responder aos desafios que nos são impostos de fora.

Quero registrar, por isso, meu reconhecimento aos que vêm liderando o processo de implantação do CEBRI, como o Dr. Daniel Klabin e, naturalmente, o Ministro Lampreia, que tem sido um patrono exemplar das atividades do Centro. Faço uma saudação especial ao embaixador Walter Moreira Salles, cujo espírito empreendedor e amor à cultura estão personificados neste instituto que tive a honra de inaugurar no ano passado e ao qual retorno hoje com prazer.

Começo meus comentários sobre o tema desta palestra – O Brasil em transformação e o contexto internacional – por recordar que se torna cada vez mais difícil separar – na política, na economia e mesmo nas áreas sociais – o interno do externo. A rigor, isso não é novo.

Eu próprio examinei alguns aspectos dessa interface interno/externo em meus estudos sobre a questão da dependência na América Latina.

O problema ali era entender como a dependência, ao contrário do que sugeriam algumas análises, não era meramente uma variável externa na experiência histórica dos países latino-americanos, mas algo que se incrustava na própria organização interna das sociedades. Algo que se refletia no sistema de produção, na estrutura de classes e na própria vida política dos países.

Hoje, se olharmos retrospectivamente o ambiente intelectual dos anos 50, 60 e 70, veremos que havia uma certa moldura de pressupostos que, de certa forma, condicionava a visão da inserção internacional dos países latino-americanos e dos países em desenvolvimento de maneira geral.

Um desses pressupostos foi o de que, em uma situação de vulnerabilidade e dependência, a abertura para o mundo tornava mais difíceis, se não impossíveis, os processos de transformação que se impunham pelas necessidades internas de desenvolvimento. Havia, naturalmente, fatores internacionais

que restringiam a capacidade de afirmação autônoma dos países latino-americanos e, portanto, a sua capacidade de levar a efeito transformações sociais.

A própria Guerra Fria, cujas lembranças já soam talvez longínquas, tornava tudo mais difícil, dada a lógica perversa da confrontação ideológica. Naquele contexto, a dimensão internacional teve, em vários momentos, o efeito de abafar iniciativas de reforma. E, em muitos casos, essa dimensão não era algo abstrato, mas eram tanques na rua ou interferência aberta em processos políticos internos.

Tudo isso era acentuado pelo nível incipiente – se comparado ao que existe hoje – de desenvolvimento nos países do Sul. A vulnerabilidade econômica era maior e a capacidade de competir no cenário internacional, significativamente menor. O modelo de substituição de importações respondia, em certa medida, a esse quadro.

Mas é interessante assinalar uma diferença entre aquelas circunstâncias dos anos 50, 60 e 70, e o cenário que se delineia em nossos dias: houve uma inversão de sinal. Hoje as transformações econômicas e sociais do Brasil passaram a representar aspectos positivos em nossas relações com o mundo. Basta considerar os reflexos sobre nossa atuação nos foros internacionais, o diálogo com as ONGS e a inserção na economia internacional.

Mas isso não significa que o sistema internacional tenha-se tornado mais facilmente permeável aos nossos interesses. Não há explicações simples, unidimensionais. Mudou o Brasil, mudou também o mundo, e o resultado dessa evolução é um novo padrão de relação entre o interno e o externo, um padrão que nos é mais favorável.

Se examinarmos, uma a uma, as principais reformas realizadas pelo Brasil nos últimos

tempos, veremos que elas têm um caráter duplo. De um lado, respondem a aspirações urgentes de nossa sociedade. De outro, produzem efeitos significativos sobre nossa inserção nos fluxos internacionais de idéias, mercadorias, capitais, ciência e tecnologia. Dou alguns exemplos.

Primeiro, a redemocratização, nos anos 80. Ninguém aqui tem dúvida de que ela era uma exigência profunda da sociedade brasileira, e todos sabemos que foi alcançada em lutas que requeriam esforço, mobilização, liderança e participação da cidadania. E é inegável, igualmente, que o retorno à democracia teve um impacto de extraordinária importância sobre nossas relações exteriores. Deixamos de ter um passivo que nos restringia em nossa capacidade de iniciativa, que nos tornava um país acanhado.

O mesmo poderíamos dizer sobre a conquista da estabilidade econômica, que também era uma exigência interna de nossa sociedade – uma exigência de longa data – e que, ao mesmo tempo, não é menos importante no plano internacional. E há tantos outros exemplos semelhantes, em áreas como direitos humanos, meio ambiente, políticas sociais. Há sempre os que continuam a pensar a nossa relação com o mundo com categorias herdadas dos anos 50 e 60. Esses são os que buscam em tudo razões para denunciar uma suposta submissão a “forças internacionais”.

O erro aí é o de não ter a sensibilidade para entender que o mundo já não é mais o mesmo, e que o Brasil já não é mais o mesmo. Eu próprio sancionei, há pouco tempo, a Lei de Responsabilidade Fiscal, que representa uma autêntica revolução na gestão da coisa pública no Brasil. Um passo de gigante no esforço de superar o patrimonialismo, o populismo e todas as distorções que o acompanham.

Seria de uma extrema miopia intelectual

supor que as vantagens que isso acarreta para nós em termos de credibilidade externa seriam mais importantes, ou mais fortes do que a demanda de responsabilidade e seriedade fiscal que é uma exigência da sociedade brasileira, que cansou do descaso com a coisa pública, cansou de ver o Estado tratado como objeto de apropriação privada.

Há, portanto, muito mais coincidência, hoje, entre nossas necessidades internas de transformação e as tendências a que respondemos no plano internacional. E isso é verdade também para aquilo que é, talvez, a grande questão pendente no Brasil: a questão social, em todas suas dimensões, mas muito especialmente na distribuição de renda e no imperativo de assegurar a todos igualdade de oportunidades - na educação, na saúde, na previdência.

Digo que se trata de uma questão pendente porque, como é óbvio, não é algo que se possa solucionar da noite para o dia. Uma herança de séculos de injustiça não se apaga só pela vontade dos que governam. Mas é também uma questão que estamos encarando de frente, como mostram os avanços inegáveis que o país tem alcançado na área social.

O Brasil em transformação não é apenas o país que estabilizou sua moeda, que coloca em ordem as contas públicas ou que normalizou suas relações com a comunidade financeira internacional. O Brasil em transformação é também o país que já tem 97 por cento de suas crianças em idade escolar dentro das salas de aula.

É o país que, em dois anos, terá todas as suas escolas da rede pública dotadas de computador com acesso à Internet. É o país que já fez, só nos últimos anos, assentamentos de terra equivalentes ao tamanho de “três Bêlgicas”. É o país que enfrenta com coragem os problemas de saúde pública, que tem um

programa contra a AIDS considerado pela ONU como um dos melhores do mundo. É o país que tem o Programa Saúde da Família, que atende hoje mais de 33 milhões de pessoas.

Mas a transformação não incide tão somente no resgate das nossas hipotecas do passado. A transformação deve preparar, também, o nosso futuro, e aí é uma questão de vida ou morte, para o Brasil, responder ao desafio da competitividade internacional.

Na nova economia que se está afirmando, é decisivo – para qualquer país, e por mais forte razão para um país como o Brasil, que tem vocação para estar na linha de frente em áreas de ciência e tecnologia – poder contar com uma força de trabalho qualificada, em condições de adaptar-se às inovações técnicas e aos avanços cada vez mais velozes no sistema produtivo.

Esse objetivo é incompatível com a persistência de uma situação de exclusão social. Não poderemos explorar os benefícios potenciais da Internet e das novas tecnologias da informação se não dermos um salto de qualidade na educação e na saúde. É o que estamos fazendo.

Em suma, o Brasil que entra no século XXI é um país cujos objetivos prioritários de transformação interna, de desenvolvimento, estão em consonância com os valores que se difundem e se universalizam no plano internacional.

Isso não significa que as reformas e mudanças no Brasil de hoje deixem de seguir um caminho próprio. E nisso, longe de abraçarmos propostas que impliquem o desmantelamento do Estado ou a mera idolatria do mercado, o caminho do Brasil passa pela necessidade de aperfeiçoar a ação do Estado, de dotá-lo de mecanismos mais eficazes na defesa e promoção do interesse público. É o que estamos fazendo. Nós que

conduzimos uma das maiores privatizações na história do capitalismo nunca aceitamos a idéia de um “Estado mínimo”. O que buscamos é precisamente construir um novo Estado.

Não quero cansá-los com exemplos. Lembro apenas o quanto já avançamos: a criação das agências reguladoras, o fortalecimento das agências estatais de fomento como o BNDES, a descentralização de políticas sociais, o reforço do nosso sistema de ciência e tecnologia, a instituição dos fundos de pesquisa nas áreas privatizadas ou abertas à competição.

É positivo para o Brasil que os principais valores que se difundem no âmbito internacional – direitos humanos, desenvolvimento social, meio ambiente – estejam em consonância com os nossos objetivos nacionais. Mas isso não significa que tenham deixado de existir problemas no plano externo.

Eles existem, e se não chegam a representar, para nós, verdadeiros obstáculos ao desenvolvimento, acarretam sem dúvida dificuldades que temos que enfrentar. Tenho falado, já há algum tempo, da necessidade de combater as assimetrias da globalização, para fazer com que os seus ganhos possam distribuir-se de forma mais equitativa.

Mas essas assimetrias não se exprimem apenas como um problema de fora, e aqui volto à discussão sobre a dificuldade de separar o interno do externo. Foi o que bem lembrou o Chanceler Lampreia esta semana, ao discursar na Assembléia Geral das Nações Unidas, quando assinalou que a globalização é assimétrica em parte porque emanada de sociedades nacionais também assimétricas.

Na economia internacional, as assimetrias que enfrentamos são o reflexo de dois fenômenos principais: a manutenção (e às vezes a intensificação) de medidas de caráter protecionista por países desenvolvidos

e as inadequações do sistema financeiro internacional.

O protecionismo no mundo desenvolvido subtrai aos países em desenvolvimento a oportunidade de competir, de fazer valer suas vantagens comparativas. O Brasil precisa ter maior dinamismo em suas exportações, precisa aumentá-las em volume e em valor agregado. A obtenção de acesso crescente aos mercados mais ricos do mundo é, para nós, um imperativo de primeira ordem.

Nas finanças internacionais, já não temos os problemas que tínhamos nos anos 80, com a crise da dívida externa. Hoje, o endividamento externo é uma questão praticamente equacionada, sobretudo quando se tem em conta que se vem alterando o perfil dos débitos, com uma redução, em termos proporcionais, dos encargos do setor público (hoje responsável por apenas cerca de 40% da dívida externa).

E o Brasil tem sido capaz de atrair capitais para investimento direto, que refletem uma grande confiança no futuro de nosso desenvolvimento. Precisamente porque estamos cada vez mais ligados ao sistema internacional, temos interesse em que exista maior estabilidade, maior previsibilidade na realização das funções básicas de financiamento da produção, de garantia da liquidez para as trocas internacionais e de prevenção ou minimização de crises.

Em 1998 e 1999, sofremos os efeitos da instabilidade da ordem financeira internacional. Para o Brasil, será importante que o sistema internacional evolua na direção de uma arquitetura financeira renovada, mais estável, menos sujeita a crises. Já mencionei que as transformações internas no Brasil – sobretudo a reconquista da democracia e a estabilidade econômica – reforçam

nossa credibilidade no diálogo com nossos interlocutores internacionais.

Essa maior credibilidade se traduz em maior potencial de operação diplomática. Foi o que tornou possível, por exemplo, a construção e a consolidação do Mercosul. É também o que torna possível o avanço na organização do espaço sul-americano – e isso se pôde ver de forma muito clara na Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília. E é o que nos motiva a participar dos entendimentos com vistas a uma Área de Livre Comércio das Américas, nos quais buscamos contribuir para um arranjo que seja vantajoso para todos os países do hemisfério.

Senhoras e Senhores,

Fiz, no início desta exposição, uma comparação com o passado, mostrando que há diferenças entre o que vivemos hoje e o que foi a nossa inserção internacional há 30 ou 40 anos. Desejaria agora concluir falando do futuro. E falo do futuro com cautela, porque o caráter indefinido da atual configuração do sistema internacional não autoriza previsões muito nítidas.

Ao mesmo tempo, falo com um otimismo fundado nas tendências que identificamos no Brasil atual e em sua relação com o sistema internacional. Se temos hoje um sistema que tende a uma certa unipolaridade político-militar, temos também elementos de multipolaridade econômica, tecnológica e cultural. Além disso, o próprio processo de globalização introduz nas relações internacionais algo de fluidez, de mobilidade, que opera em sentido contrário à concentração de poder em um único pólo.

Desenha-se, com isso, um panorama de alguma incerteza, onde é visível aquilo que já denominei, em várias ocasiões, um “*déficit* de governabilidade” internacional.

Tudo isso pede a ação responsável de países como o Brasil. Abre espaços para aqueles que, como nós, têm a vocação e a tradição do universalismo na política externa. Mostra a necessidade de que o Brasil saiba identificar as oportunidades que correspondem às nossas necessidades e aspirações.

O Brasil não encontra, no cenário internacional, obstáculos intransponíveis. Podemos encontrar obstáculos setoriais, localizados, mas isso não nos fará acreditar que o melhor caminho para o nosso desenvolvimento seja o de nos distanciarmos dos núcleos mais dinâmicos da economia internacional.

Um país que recebe mais de 2 bilhões de dólares mensais em investimento estrangeiro direto não pode deixar de perceber que a globalização, se não é exatamente um mar de rosas, traz vantagens consideráveis para aqueles que alcançam ter credibilidade. E o Brasil, nesse sentido, é o país certo na hora certa.

Precisaremos, é natural, estar atentos para a defesa de nossos interesses, como temos estado. Podemos, por exemplo, apesar do bom trabalho de nossos negociadores, sofrer um revés neste ou naquele litígio na OMC – como já tivemos vitórias expressivas no passado.

Mas compreendemos que o mesmo sistema que nos impõe um revés funciona, no longo prazo, a nosso favor. O fortalecimento de um sistema multilateral de comércio, com regras e disciplinas claras e respeitadas, é importante para evitar a ação unilateral dos países que têm maior poder econômico.

Não vejo, portanto, obstáculos insuperáveis. Vejo, ao contrário, uma extraordinária “janela de oportunidade”, criada pela difusão de valores favoráveis à transformação modernizadora das sociedades

e à afirmação nacional de países como o nosso, cujos esforços não estão dirigidos para a acumulação de poder ou para veleidades de hegemonia, mas para a construção democrática de sociedades mais justas. Se isso é assim, é em parte porque o mundo mudou e porque o fim da Guerra Fria abriu o caminho para a difusão de valores como direitos humanos, desenvolvimento social e proteção ambiental.

Mas se deve também – e com este ponto desejo concluir – ao fato de que o Brasil é um país que aprendeu, bem cedo em sua história, a definir o seu próprio interesse nacional. Sabemos entender que as relações entre os Estados não são um “jogo de soma zero”, mas um jogo no qual todos podem ganhar. Sabemos que o Brasil tem a ganhar com um sistema internacional mais estável, mais democrático e mais aberto.

E sabemos que nossos vizinhos e nossos interlocutores em todas as regiões só têm a ganhar com um Brasil mais justo, mais forte, mais desenvolvido, mais capaz de resolver seus próprios problemas e de contribuir para a solução dos problemas de todos.

Muito obrigado.

ALMOÇO OFERECIDO AO PRÍNCIPE-HERDEIRO DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE ALMOÇO OFERECIDO AO PRÍNCIPE-HERDEIRO ABDULLAH BIN ABDUL AZIZ AL SAUD, VICE-PRIMEIRO MINISTRO DO REINO DA ARÁBIA SAUDITA. BRASÍLIA, 18 DE SETEMBRO DE 2000

É com satisfação que recebemos no Brasil a visita de Vossa Alteza Real, Príncipe-Herdeiro, irmão de Sua Majestade o Rei Fahd.

Estamos honrados em contar com a presença, pela primeira vez em nosso país, de Vossa Alteza Real. Esta visita marca o encontro entre duas nações que sempre se respeitaram e se estimaram, e que estão determinadas a imprimir substancial impulso às suas relações. Nosso diálogo está lastreado na confiança mútua. O Brasil tem, em seus vínculos com as nações árabes, um elemento decisivo de aproximação: a presença, em nosso país, da maior comunidade de origem árabe em todo o mundo.

São mais de dez milhões de árabes e descendentes, oriundos de diversos países da região, que fizeram do Brasil a sua nova pátria e ajudaram-na a desenvolver-se e a modernizar-se, levando seu trabalho e sua cultura aos mais distantes rincões do território nacional. Aqui contribuíram para a construção de uma sociedade que preza a tolerância e a diversidade. A amizade entre o Brasil e os

povos árabes desenvolve-se, assim, de forma harmoniosa e construtiva, alicerçada por valores, interesses e objetivos comuns.

O Brasil e Arábia Saudita ocupam posições singulares em seus respectivos contextos regionais e caracterizam-se, em sua atuação política, pela busca do entendimento, da estabilidade e do desenvolvimento. O interesse pelo Oriente Médio constitui uma das vertentes da nossa atuação diplomática. Acompanhamos a evolução política nessa área do planeta, de importância nevrálgica.

Vislumbramos confiantes a perspectiva de instauração de uma paz ampla, justa e duradoura no Oriente Médio, baseada nas resoluções pertinentes das Nações Unidas e na vontade política dos povos e governos da região. O Governo brasileiro observa com atenção os esforços desenvolvidos por Sua Majestade o Rei Fahd e por Vossa Alteza Real com vistas à pacificação e consolidação da estabilidade política na região, particularmente na superação de antigos contenciosos fronteiriços.

São reconhecidos os esforços diplomáticos sauditas para um entendimento que permita a viabilização de um Estado palestino independente. O Brasil espera que se possam concretizar em breve as melhores expectativas de paz para todos os povos da região. Recebemos como prova de maturidade política e de confiança no diálogo a decisão do Conselho Palestino de adiar a declaração de um Estado independente em 13 de setembro último, dando mais uma chance ao processo negociador em busca da paz definitiva.

O Brasil, no seu contexto geográfico, zela igualmente pela manutenção da paz, pela preservação e aperfeiçoamento da ordem democrática e pela promoção do desenvolvimento econômico-social regional. Como sabe Vossa Alteza Real, dedicamos ao MERCOSUL prioridade, com o propósito de manter as conquistas da integração sub-regional já alcançadas e de preparar as bases para novos avanços. A partir da experiência do MERCOSUL, poderemos caminhar com mais firmeza na integração sul-americana, na integração hemisférica e na aproximação com outros agrupamentos regionais, como a União Européia.

A recente reunião de Presidentes da América do Sul foi um marco histórico. Avançamos no fortalecimento dos vínculos comerciais, no desenvolvimento da infra-estrutura de energia, transportes e comunicação, bem como no diálogo sobre temas de interesse comum da região e de toda a comunidade internacional, como a democracia, o combate ao narcotráfico e a ciência e a tecnologia.

Alteza Real,

O Governo brasileiro tem acompanhado os construtivos esforços do governo saudita para manter a produção de petróleo dos países da OPEP em nível satisfatório para exportadores e importadores, garantindo a estabilidade do mercado e o desejado crescimento do

comércio e da economia mundiais. As iniciativas sauditas são particularmente bem-vindas para nós, pois sabemos que os elevados incrementos nos preços prejudicam, sobretudo, os países em desenvolvimento.

Acompanhamos atentamente, nesse sentido, as negociações de Viena e aguardamos com expectativa a Cúpula que se abrirá muito em breve em Caracas. O Brasil considera necessário fortalecer os mecanismos de cooperação econômica internacional, para corrigir as distorções e assimetrias que ainda caracterizam a economia mundial e que afetam de forma negativa os efeitos da globalização, sobretudo para os países em desenvolvimento.

É necessário fazer com que o processo de globalização econômica seja mais simétrico, fazendo do movimento de capitais e do acesso aos mercados instrumentos efetivos de desenvolvimento. Só dessa forma poderemos evitar a cristalização de hegemonias e o agravamento das desigualdades.

A visita de Vossa Alteza Real ao nosso país significa um salto qualitativo em nossas relações. Embora satisfeitos com o nível de entendimento já alcançado, acreditamos no potencial de ampliação do intercâmbio, dos investimentos, da cooperação técnica e das iniciativas culturais.

O comércio entre nossos países, que já chegou a cerca de quatro bilhões de dólares anuais, no início da década de 1980, situa-se hoje no patamar de um bilhão de dólares. A constatação desse declínio nos estimula à busca de caminhos renovados para dar novo impulso ao nosso comércio bilateral. Um desses caminhos é a renegociação do Acordo de Cooperação Econômica e Técnica de 1975, que possibilitará, inclusive, o incremento da cooperação esportiva.

É com prazer que registro a conclusão com êxito das negociações relativas ao acordo bilateral com vistas à adesão da Arábia Saudita

à Organização Mundial do Comércio. O Brasil junta-se agora ao Japão, Austrália, Uruguai, Paquistão e Coréia do Sul no rol de países que concluíram negociações com a Arábia Saudita no contexto do ingresso do Reino à OMC.

Os encontros dos membros da ilustre comitiva de Vossa Alteza Real com autoridades e representantes do empresariado brasileiro deverão contribuir, igualmente, para que possam ser exploradas novas oportunidades em todos os campos de cooperação. Por tudo isso, esta histórica visita constitui marco inestimável para o relançamento das nossas relações em bases compatíveis com os novos tempos e os novos desafios que se apresentam a nossos países.

Aceite os meus mais sinceros votos de saúde e de felicidade a Sua Majestade o Rei Fahd, a Vossa Alteza Real e nobre família, bem como a todos os distintos membros de sua comitiva.



ALMOÇO OFERECIDO AO PRESIDENTE DA INDONÉSIA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA,
FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, EM ALMOÇO OFERECIDO
AO PRESIDENTE DA INDONÉSIA, ABDUHRAHMAN WAHID.
BRASÍLIA, PALÁCIO ITAMARATY, 29 DE SETEMBRO DE 2000

É com muita satisfação que o Brasil recebe Vossa Excelência, Presidente Abduhrrahman Wahid, e os membros de sua comitiva.

Saiba de minha admiração pessoal pelas qualidades que fazem de Vossa Excelência merecedor da estima e confiança do valoroso povo indonésio. Quero fazer uma menção especial ao compromisso histórico de Vossa Excelência com as causas da democracia e dos direitos humanos. Aprecio seu passado de luta em defesa dos dissidentes políticos e das minorias religiosas.

Não faz muito tempo que o povo brasileiro também se viu empenhado na restauração das liberdades públicas. Foi um processo árduo, que exigiu paciência e conciliação, mas que nos deixou convencidos de que as perspectivas do Brasil, inclusive no âmbito regional, passam por uma adesão irrestrita aos princípios democráticos.

Reunidos neste Palácio há menos de um mês, os Chefes de Estado da América do Sul coincidiram em situar a democracia como fundamento do projeto que nos é caro de constituição de um espaço econômico sul-americano. A cláusula democrática deixou de ser um traço específico do Mercosul para

lastrear a conformação de uma América do Sul coesa e integrada.

É também sob a égide da democracia e do respeito aos direitos humanos, Presidente Wahid, que o Brasil tem procurado adensar seus vínculos históricos e culturais com os demais países lusófonos. Ocupamos desde julho último a Secretaria-Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, onde aguardamos com grande expectativa a incorporação do Timor Leste como Membro Pleno.

Como sabe Vossa Excelência, o Brasil não tem poupado esforços em contribuir para o progresso e a reconstrução do Timor. Trata-se de um compromisso não apenas de meu Governo, mas de toda a sociedade brasileira, que se sente inteiramente identificada com o anseio do povo timorense pela autodeterminação.

O Brasil comunga da preocupação da comunidade internacional com atos que coloquem em risco a consolidação da paz no Timor, como o trágico e inaceitável episódio de Atambua. Meu Governo sabe da disposição de Vossa Excelência a contribuir para que se respeite de maneira plena o resultado do plebiscito que consagrou a independência do

Timor. Confiamos em seu espírito democrático para que se coíba de vez a ação dos grupos que ainda apostam no arbítrio e na violência. Estou certo de que o novo tempo que Vossa Excelência está inaugurando na Indonésia logo se refletirá em proveito da paz e da prosperidade regional.

Senhor Presidente,

É chegado o momento de o Brasil e a Indonésia concentrarem sua atenção nas imensas possibilidades que se oferecem para o reforço das relações bilaterais. O maior país do Sudeste Asiático e o maior país da América do Sul, as maiores democracias do Sudeste Asiático e da América do Sul, o quarto e o quinto países mais populosos do mundo, devem a seus povos uma parceria mais estreita, por significativo que já seja nosso intercâmbio.

A Indonésia é o segundo maior sócio comercial do Brasil no Sudeste Asiático, mas os 400 milhões de dólares de nosso comércio bilateral estão certamente aquém daquilo que pode ser alcançado. O crescimento de nossas economias criará meios para que ultrapassemos a curto prazo a cifra de 600 milhões de dólares atingida em 1997. Para tanto é importante que aperfeiçoemos a base jurídica de nosso intercâmbio. A assinatura de acordos nas áreas sanitária e fitossanitária, por exemplo, facilitará o comércio de produtos de origem animal e vegetal.

Brasil e Indonésia têm se desdobrado no esforço de liberalização do comércio agrícola mundial. Meu Governo atribui fundamental importância à parceria que mantém com a Indonésia no âmbito do Grupo de Cairns. Vamos continuar lutando lado a lado contra os entraves às nossas exportações. Lembro a necessidade de uma maior concertação em áreas-chave como a do comércio internacional do café.

Vossa Excelência acaba de regressar da Reunião de Cúpula da OPEP em Caracas, que foi acompanhada com atenção pelo Governo brasileiro. O Brasil considera a estabilidade do mercado de petróleo como essencial para o crescimento do comércio e da economia mundiais. Uma elevação desmesurada dos preços prejudica, sobretudo, os países em desenvolvimento.

Detentores das maiores áreas de floresta tropical do planeta, Brasil e Indonésia têm muito a ganhar com o intercâmbio de experiências, de recursos genéticos e de práticas de manejo sustentável, sem falar da importância da coordenação de posições em foros internacionais.

Nossa situação de grandes países tropicais faz com que partilhemos problemas, assim como oportunidades. Em um mundo em que desenvolvimento se tornou sinônimo de conhecimento, teremos muito a ganhar com a união de esforços na pesquisa agrícola e em medicina tropical. Dispomos dos recursos naturais e da capacidade crítica de produção científica. Resta-nos explorar o potencial de sinergia que existe entre nossos países.

Se as possibilidades de cooperação são por demais amplas para serem exploradas em um breve encontro, o importante é reconhecer o caráter histórico desta visita. Estou certo, Presidente Wahid, de que a presença de Vossa Excelência no Brasil, que muito me enobrece, servirá de marco para o relançamento da parceria entre dois grandes países que aprenderam a se estimar e respeitar.

Desejo-lhe os meus melhores votos na condução do povo indonésio a seu merecido futuro de paz e prosperidade.

Muito obrigado.

JANTAR OFERECIDO PELO CHANCELER DA ALEMANHA E SENHORA EM BERLIM

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO JANTAR OFERECIDO PELO SENHOR GERARD SCHRÖDER, CHANCELER DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, E SENHORA DORIS SCHRÖDER-KOEPF. BERLIM, 4 DE OUTUBRO DE 2000

Quero agradecer, também em nome de Ruth e no de todos os integrantes de minha comitiva, o carinho desta acolhida que nos dispensam nossos caros amigos Doris e Gerhard.

Estamos felizes de voltar à Alemanha, esta nação que é grande e respeitada no mundo, não simplesmente por sua força econômica ou pela vitalidade da sua democracia, mas também pela riqueza de sua cultura, que os brasileiros tanto admiram. Brasil e Alemanha têm estado juntos na travessia rumo ao século XXI, que conheceu um momento decisivo há pouco mais de 10 anos, quando toda a humanidade, durante vários dias, teve os olhos postos em Berlim. Pois aqui se consumou um capítulo fundamental do fim da Guerra Fria. Aqui se resgatou a unidade da nação germânica. E aqui se descortinaram muitas esperanças não só para a Alemanha ou para a Europa, mas para a comunidade internacional como um todo.

Quero saudar o povo alemão por intermédio de Vossa Excelência, Chanceler Schröder, e felicitá-lo pela passagem, no dia de ontem, do décimo aniversário da reunificação. Brasil e Alemanha estão juntos porque compartilham a consciência das mudanças e dos desafios

que temos vivido. Porque sabemos que nosso relacionamento atingiu um grau tão elevado de densidade e qualidade que passou a ter sentido verdadeiramente estratégico para a atuação internacional de ambos os países. E, também, porque entre nós existe uma extraordinária convergência de percepções sobre os interesses e valores primordiais que podemos promover tanto no plano bilateral, como no campo internacional. Isso foi o que me trouxe a Hannover, para a inauguração da Exposição Universal, e foi o que me trouxe também a Berlim para o nosso segundo encontro sobre o tema da governança progressista.

Hoje, trago uma mensagem de confiança renovada no futuro de nossas relações. Na capacidade de ambos os países tanto de aproveitar as oportunidades da globalização quanto de enfrentar seus riscos e distorções. A estabilidade, o programa de reformas que estamos implementando, os planos de investimento em infra-estrutura e na área social e, agora, a retomada consistente do crescimento garantem uma inserção mais competitiva do Brasil na economia internacional. Vejo, por isso, possibilidades significativas de uma parceria econômica

ampliada com a Alemanha, possibilidades que não se restringem às grandes companhias ou conglomerados, mas se apresentam hoje, sobretudo, para as pequenas e médias empresas, o agronegócio e os setores energéticos e de serviços.

A Alemanha já é um de nossos principais sócios comerciais em todo o mundo, o maior na Europa. As empresas alemãs que têm investimentos tradicionais em nosso país respondem, juntas, por cerca de 500 mil empregos no Brasil. Há um horizonte promissor em projetos de tecnologias de ponta e na cooperação acadêmica e científica. E, além de tudo, a Alemanha é hoje, para nós, um interlocutor político privilegiado. Pelo seu peso internacional, pelo papel crucial que desempenha na obra da integração europeia, pela sua crença no multilateralismo.

Quantas das grandes questões contemporâneas não estão a exigir um diálogo cada vez mais estreito entre nossos países? A luta contra a pobreza, a proteção ambiental, os direitos humanos, a reforma das Nações Unidas, os rumos da sociedade da informação, a nova arquitetura financeira mundial, o futuro do sistema multilateral de comércio, o crime organizado, e inúmeras outras.

Para fortalecer e expandir essa colaboração, que não é de hoje, muito nos inspira a contribuição que a comunidade de origem alemã no Brasil sempre deu ao desenvolvimento do país, e da qual nos orgulhamos. Minha confiança está, também, na aproximação do Mercosul com a União Europeia.

Gostaria de dizer-lhe, Chanceler Schröder, que, na condição atual de responsável pela Presidência Pro Tempore do Mercosul, acredito na disposição de seu governo de

continuar a trabalhar, junto com seus parceiros da União Europeia, para que cheguemos o quanto antes a um acordo de livre comércio entre os dois agrupamentos.

Um passo fundamental foi dado no Rio de Janeiro, quando presidimos juntos, e com o Presidente do México, a Cimeira América Latina e Caribe – União Europeia. E foi graças, sobretudo, ao empenho do governo de Vossa Excelência, ao encerrar-se a última presidência alemã da União Europeia, que se aprovou o mandato para que a Comissão de Bruxelas desse início às negociações com o Mercosul.

Cabe-nos, agora, avançar. Uma associação efetiva do Mercosul com a União Europeia ensejará maior simetria e equilíbrio entre as múltiplas esferas de integração de que participamos, dentro e fora do continente americano.

Acompanhar a experiência da implantação do euro tem sido importante para nós, e embora estejamos longe de iniciativas similares, evoluímos em nossa própria região para formas cada vez mais aperfeiçoadas de integração. E integração na democracia, pois sem democracia, a integração não se realiza, e esta é, também, uma das lições que vêm da Europa. E se a democracia é vital para o Mercosul, ela o é também em toda a região sul-americana, com a qual o Brasil partilha, em função da vizinhança geográfica, uma ampla agenda de interesses e preocupações.

Por isso, fizemos a Reunião de Presidentes da América do Sul, há pouco mais de um mês em Brasília, com o intuito de dar seqüência ao esforço de fortalecimento do sistema democrático, ao desenvolvimento da infraestrutura física da integração, ao combate ao narcotráfico e outras ações.

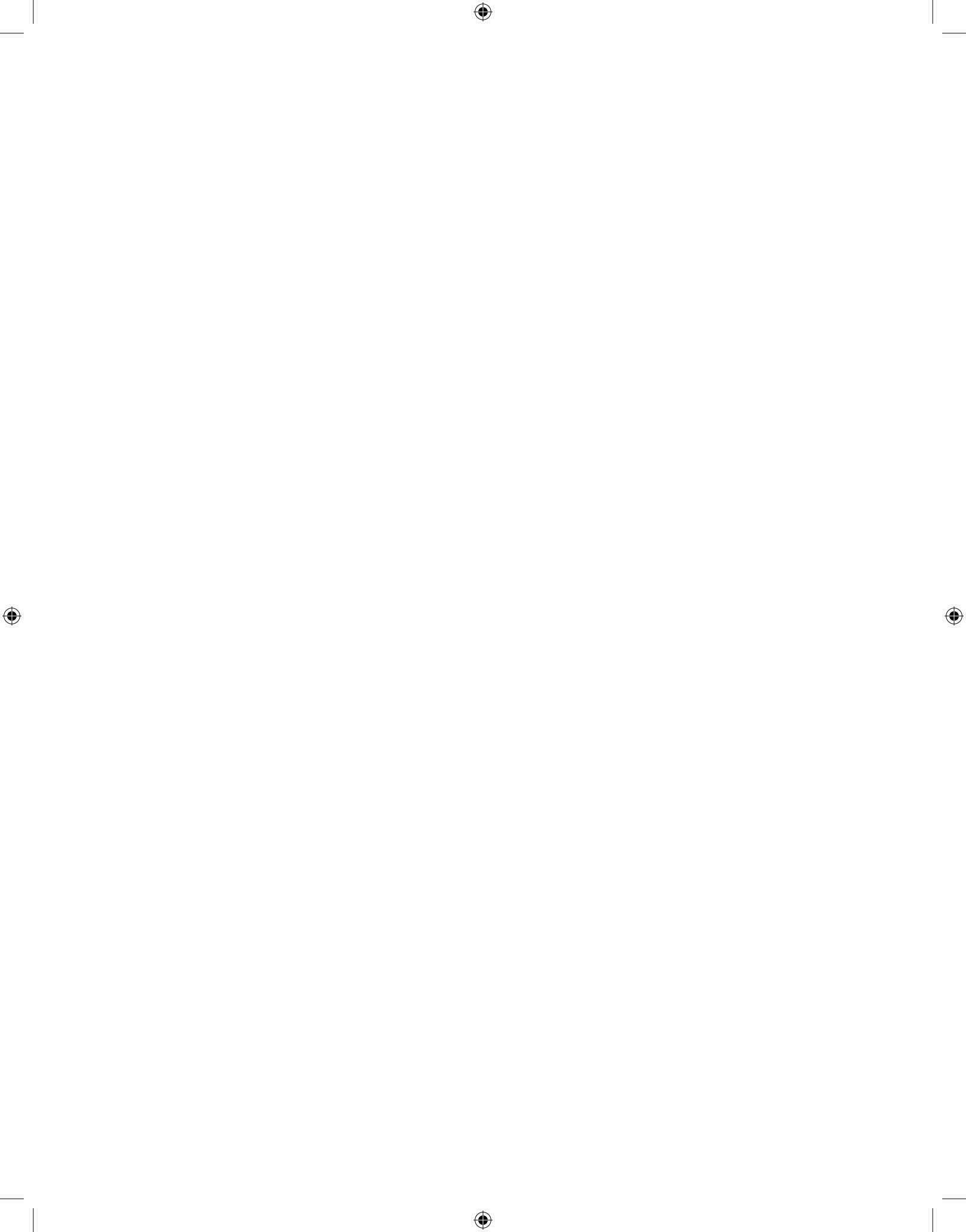
Senhoras e Senhores,

Esta visita marca, simbolicamente, o retorno do Brasil a Berlim. Terei aqui a satisfação de inaugurar a nossa Embaixada, o que representa um novo ponto de partida, um recomeço. Berlim conheceu muitas cicatrizes em sua história, mas jamais perdeu seu signo de grandiosidade, sua força humana, seu papel irradiador de cultura, de saber, de criatividade. Hoje, ela encarna a nova Alemanha, o presente e o futuro deste grande país com o qual o Brasil deseja estar firmemente associado.

Assim como a Berlim dividida foi o símbolo da iniquidade de um conflito ideológico, a nova Berlim é hoje um símbolo das esperanças da humanidade para o século XXI – esperanças de progresso científico e tecnológico, de avanço da cultura, de superação de preconceitos e intolerâncias, de prevalência dos direitos humanos, esperanças que refletem os ideais que vários filósofos alemães souberam expressar com a belíssima palavra “Aufklärung”.

Por tudo isso, esta visita que começa hoje aqui na capital da Alemanha significa, para mim, muito mais do que o prazer renovado da sua hospitalidade. Representa um momento de reafirmação da sólida amizade entre nossos países e uma oportunidade de relançar projetos comuns, na perspectiva das esperanças e aspirações de nossos povos.

E é pensando nisso que peço a todos que me acompanhem em um brinde ao progresso contínuo desta grande nação, a um futuro de crescente cooperação entre o Brasil e a Alemanha e, em especial, à saúde e felicidade do casal Schröder.



**REUNIÃO ALUSIVA AOS 70 ANOS DE EXISTÊNCIA DO INSTITUTO
IBERO-AMERICANO DE BERLIM E AOS 5 ANOS DE FUNDAÇÃO DO
INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO NA ALEMANHA (ICBRA)**

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, POR OCASIÃO DE REUNIÃO ALUSIVA AOS
70 ANOS DE EXISTÊNCIA DO INSTITUTO IBERO-AMERICANO DE BERLIM
E DOS 5 ANOS DE FUNDAÇÃO DO INSTITUTO CULTURAL BRASILEIRO
NA ALEMANHA (ICBRA). BERLIM, 5 DE OUTUBRO DE 2000

Quero expressar, antes de mais nada, a satisfação de visitar este Instituto que, desde 1930, desenvolve atividades voltadas para o estreitamento de relações entre a Alemanha e o mundo ibero-americano. Já havia estado aqui em minha anterior visita oficial à Alemanha, em setembro de 1995, e é com especial prazer que aqui retorno no momento em que se celebram os 70 anos de sua fundação.

Sei da importância do Instituto Ibero-Americano. Sei, por exemplo, que ele tem a maior biblioteca sobre a América Latina na Europa, com cerca de 800.000 volumes que documentam as diversas áreas do conhecimento e da cultura de nosso subcontinente, da Espanha e de Portugal. Isso não é pouca coisa.

E temos a satisfação, hoje, de ajudar a construir este acervo, com a doação dos CDs do “Projeto Resgate”, realizado com o apoio do Ministério da Cultura e que é um dos exemplos mais felizes de utilização das novas tecnologias da informação para facilitar o

acesso a documentos fundamentais da história do Brasil.

Sei também dos programas de pesquisa nos quais o Instituto Ibero-Americano tem contribuído para estabelecer parcerias entre cientistas europeus e latino-americanos, tornando Berlim um ativo centro de irradiação de temas latino-americanos e de diálogo entre nossas sociedades.

Para os nossos pesquisadores e estudiosos, o Instituto Ibero-Americano tem sido um dos principais pontos de apoio na Alemanha. Esses vínculos de cooperação são indispensáveis e é importante reforçá-los. Esta cidade sempre teve vocação cosmopolita, universalista. É uma cidade da cultura, do saber, das artes, do conhecimento. Quem entende isso entende que os vínculos de cooperação acadêmica e cultural entre o Brasil e a Alemanha devem refletir-se em uma presença brasileira em Berlim.

Lembro-me que, há cinco anos, quando aqui estivemos, inaugurei oficialmente o Instituto

Cultural Brasileiro na Alemanha. Com o apoio do Ministério das Relações Exteriores, o Instituto ganhou rapidamente espaço na vida da cidade, e hoje é com satisfação que constatamos que ele se situa entre as instituições brasileiras que mais atuam para divulgar a cultura do nosso país no exterior.

Nesses cinco anos, promoveu-se uma vasta gama de atividades em todos os domínios da cultura e do pensamento brasileiro. Confirmou-se que existe um interesse particularmente forte na Alemanha por temas brasileiros. O trabalho do Instituto tem contribuído para que os alemães percebam o Brasil como “nação de cultura”, como uma Kulturnation. Além disso, esse trabalho consolida elementos importantes de aproximação entre os dois países.

Mais do que apenas produzir e divulgar cultura, o que se realiza com o Instituto é o estabelecimento de uma rede de parcerias com instituições alemãs que hoje já incorporam regularmente assuntos brasileiros em sua pauta de programação. Um exemplo disso é o colóquio sobre o Brasil – “Repensando cinco séculos de uma nação” –, que se inaugura hoje com a participação de intelectuais brasileiros e alemães, e que é apenas um dos frutos dessas parcerias. Para mim, que antes da atividade pública estive sempre ligado ao ensino e à pesquisa, é um prazer verificar que a presença brasileira na nova Berlim tem essa dimensão cultural tão desenvolvida e tão rica.

Quero felicitar o Instituto Ibero-Americano pelos 70 anos de profícua existência, e desejo

ao seu diretor, Dr. Günther Maihold, todo êxito nos empreendimentos desta instituição que é de especial importância para as relações da Alemanha com a América Latina.

Quero cumprimentar, igualmente, o Diretor Executivo do Instituto Cultural Brasileiro na Alemanha, Dr. Tiago de Oliveira Pinto, e os membros do Conselho Diretor, Professores Berthold Zilly, Carlos Ladeira e Professora Lígia Chiappini.

Nas relações entre os países, há sempre uma convivência complexa entre elementos de identidade e de diferença. E é bom que seja assim. Porque além dos valores universais, o pluralismo é essencial nas relações internacionais. E o meio onde melhor se realiza essa dialética do universal e do particular é a cultura, que é capaz de fazer a síntese dos dois aspectos, que pode reunir a identidade e a diferença. É o que nos permite entender que Brasil e Alemanha, sendo tão diferentes, sejam também, ao mesmo tempo, tão semelhantes. E estando tão distantes, estejam tão próximos. E falando línguas tão distintas, possam entender-se tão bem.

Por isso, os dois Institutos que estamos homenageando hoje têm um papel de grande relevo a desempenhar no estreitamento ainda maior da amizade entre o Brasil e a Alemanha. Deixo, portanto, aqui, minha palavra de confiança na continuidade desse trabalho e a expressão do nosso interesse em que ele prossiga com êxito cada vez maior.

Muito obrigado.

SOCIEDADE ALEMÃ DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PALESTRA DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, NA SOCIEDADE ALEMÃ DE RELAÇÕES
INTERNACIONAIS. BERLIM, 5 DE OUTUBRO DE 2000

Desejo, antes de mais nada, expressar minha satisfação de compartilhar algumas reflexões sobre a política externa brasileira com este público tão qualificado. Agradeço à Sociedade Alemã de Política Internacional a iniciativa de organizar este evento e pela sua atuação na promoção de um melhor entendimento dos desafios com que se defronta atualmente a comunidade internacional.

Pode soar trivial, mas ainda assim é verdade afirmar que a política externa de qualquer país deve refletir – em suas linhas gerais – aquilo que o país é. E essa noção é ainda mais relevante quando o país atravessa mudanças importantes. O Brasil não é exceção.

Nas últimas décadas, o país tem-se transformado em pelo menos três dimensões fundamentais. E em todas as três houve conseqüências importantes para a política externa. Em primeiro lugar, o Brasil passou de um regime autoritário à democracia. Em segundo, abriu seus mercados de forma significativa, reduzindo tarifas e cortando barreiras não-tarifárias. Por fim, foi capaz de estabilizar sua moeda, após décadas de inflação fora de controle.

Essas três dimensões de mudança tornaram possível que nós avançássemos naquilo que

vem a ser um genuíno processo de construção de um novo Estado no Brasil. Não um mero embelezamento do velho Estado, que já não tem um papel a desempenhar no mundo de hoje. Nem tampouco uma demolição do Estado, como nas propostas neoliberais de um “Estado mínimo”. Ao contrário, estamos redesenhando a administração pública para livrá-la de distorções seculares, para torná-la mais transparente e, portanto, mais forte e mais capaz de implementar políticas públicas.

A privatização foi parte desse processo, mas estamos indo muito além. Estabelecemos novos instrumentos para proteger o interesse público, tais como agências regulatórias, fundos de ciência e tecnologia, um novo modelo de gestão pública e planejamento, descentralização de recursos e de processos decisórios, uma crescente participação da sociedade civil nas políticas de governo, maior acesso à tecnologia da informação, e assim por diante.

Em virtude dessas mudanças, a relação do Brasil com o sistema internacional é hoje consideravelmente diferente do que era há quinze ou vinte anos. Com o retorno à democracia, ocorrido em meados dos anos 80, abrimos o caminho para um

melhor relacionamento com a comunidade internacional em todas os temas que, no passado, haviam sido sensíveis, como os direitos humanos, o desenvolvimento social, o meio ambiente ou a não-proliferação nuclear.

Em todas essas áreas, a democracia operou um milagre simples: o de tornar claro para todos os brasileiros que ninguém está mais interessado do que nós mesmos na promoção desses valores em nosso país. Uma vez que isso está claramente estabelecido, as influências que vêm de fora em matéria de direitos humanos, de meio ambiente, etc. deixam de ser recebidas por nós como ameaças à nossa soberania – como foram durante os anos de regime autoritário –, e passam a ser vistas, antes, como meios e modos adicionais que fortalecem o nosso esforço em uma luta justa: a da proteção dos direitos humanos, a da preservação do meio ambiente ou a da promoção do desenvolvimento social.

Essa foi uma mudança importante. Como nação democrática, já não tínhamos que estar na defensiva. É muito afortunado, para o Brasil, no alvorecer do século XXI, que os valores que ele cultiva internamente, como parte de sua identidade nacional, são também, em grande medida, os valores prevaletentes no plano internacional. Direitos humanos, democracia, desenvolvimento social, a proteção do meio ambiente: em todos esses campos falamos a mesma linguagem que a maioria de nosso parceiros em todo o mundo. E esta é uma característica decisiva de nossa política externa.

Encoraja-nos o fato de que, em nossas relações com a comunidade internacional, mantemos um diálogo no qual nos esforçamos para contribuir para a promoção desses valores e através do qual, ao mesmo tempo, somos estimulados a fazer jus aos nossos próprios princípios.

Tome-se, por exemplo, o caso dos direitos humanos. Recentemente, o Brasil recebeu uma visita do Relator das Nações Unidas contra a Tortura, Sr. Nigel Rodley, com o objetivo de fortalecer a cooperação para a eliminação dessa forma particularmente odiosa de violação dos direitos humanos. Sua presença no Brasil teve um impacto significativo. Ele nos ajudou a mobilizar a atenção pública para o problema. Fez sugestões importantes. E o resultado foi extremamente positivo. Eu próprio o recebi em meu gabinete. Há cerca de vinte anos, isso teria sido impensável para um Presidente do Brasil. O mesmo pode ser dito com relação a outros temas que envolvem valores e princípios básicos.

Para mencionar apenas mais um exemplo, poderíamos recordar o caso da não-proliferação nuclear. Em 1988, apenas três anos após o restabelecimento da democracia, a nova Constituição brasileira estabeleceu como um princípio legal que a energia nuclear só pode ser usada para propósitos pacíficos.

Em conformidade com esse princípio, o Brasil deu vários passos – inclusive a aceitação da entrada em vigor do Tratado de Tlatelolco e, mais recentemente, a adesão ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear. Esses passos não fizeram mais do que traduzir, no plano internacional, o que já estava claro para o povo brasileiro: que nós não temos, qualquer intenção de construir armas nucleares.

Em função disso, reforçou-se nossa credibilidade e nossa habilidade de atuar nos assuntos internacionais aumentou de forma proporcional. O Brasil não se sente ameaçado pelo mundo. Sentimo-nos desafiados pelo mundo. E há uma grande diferença entre uma ameaça e um desafio.

Se nos sentíssemos ameaçados, seríamos impelidos a buscar proteção com o fechamento de nossas fronteiras, promovendo a autarquia

e a auto-suficiência. Quando nos sentimos desafiados, somos encorajados a abrir-nos ao mundo e a usar nossa interação com a comunidade internacional como um meio para transformar o Brasil em um país melhor, de acordo com os padrões dos próprios brasileiros.

E isso nos traz à segunda mudança importante em nossa política externa. Tendo aberto seu mercado ao comércio internacional e, sobretudo, tendo alcançado a estabilidade monetária, o Brasil tornou-se capaz de estabelecer uma relação inteiramente diferente com a economia internacional: uma relação que já não se baseia na idéia de ameaça, mas na idéia de desafio.

Internamente, os resultados foram sem precedentes. A maior abertura aos fluxos externos de bens, serviços, capital e tecnologia contribuiu para uma reestruturação abrangente de nossa base produtiva. Nossas empresas tornaram-se mais competitivas. Nossa força de trabalho viu-se confrontada com a necessidade de adaptar-se a um ambiente de inovação incessante, que valoriza a qualificação e as habilidades técnicas.

Por nos tornarmos mais abertos, ficamos também mais sensíveis ao que ocorre em torno de nós. Em conseqüência, o Brasil vem expressando seus pontos de vista e suas preocupações sobre o funcionamento da economia internacional e, de forma mais ampla, do sistema internacional. Desejaria compartilhar com as Senhoras e Senhores algumas de minhas reflexões sobre esse tema.

Não é fácil fazer uma avaliação do cenário mundial de nossos dias. Isso se deve, em parte, ao fato de estarmos ainda atravessando um longo período de transição, que começou com a queda de um muro nesta cidade e que continua hoje com muitos pontos de interrogação.

Entre esses pontos de interrogação, existe um que se destaca do ponto de vista da política externa do Brasil: até onde poderemos ir na direção de crescentes fluxos transnacionais e de uma interdependência internacional cada vez maior sem o desenvolvimento proporcional de estruturas de governança? Não existe, acaso, um “*déficit* de governança” em um mundo que se torna, a cada dia, mais “globalizado”, mas no qual a cooperação internacional deixa de responder a alguns dos problemas mais sérios?

Esta é, para o Brasil, uma séria razão de preocupação, na medida em que os ganhos que resultam do processo de globalização podem desperdiçar-se – ou, se não desperdiçar-se, serem distribuídos de forma desigual – em virtude da insuficiência da cooperação e da coordenação no plano internacional. Já é hora da comunidade internacional encarar de frente o fato de que o processo atual de globalização envolve assimetrias e distorções inaceitáveis.

Para aqueles de nós que não têm fé no fundamentalismo do mercado – e, quanto a mim, sou cético com relação a todas as formas de fundamentalismo –, resulta evidente que os frutos da globalização econômica só podem ser colhidos, e só podem ser equitativamente distribuídos, se as questões urgentes do comércio e das finanças internacionais forem adequadamente resolvidas.

Em primeiro lugar, verifica-se na área do comércio uma notável discrepância entre as regras aceitas para o jogo e o comportamento de alguns dos principais jogadores. O Ministro Lampreia tratou desse tema em profundidade em seu discurso perante a Assembléia Geral das Nações Unidas, no mês passado, e não é necessário elaborar sobre esse ponto aqui, a não ser para enfatizar o ponto mais importante: o de que se jogamos pelas regras do livre-comércio e se aos países mais ricos se permite

a manutenção de um aparato altamente elaborado de políticas protecionistas, então o nome do jogo é “discriminação”.

Não é difícil entender que o único resultado que poderia advir de uma situação desse tipo seria a gradual erosão das normas aceitas de comércio. E este seria um resultado extremamente lamentável. Não devemos retornar à era das políticas do *beggar-thy-neighbor*, que tanto mal causaram à economia internacional no passado.

Um sistema multilateral de comércio forte é do interesse de todos os países. E para ser forte um sistema multilateral não pode ser discriminatório. Deve permitir aos países em desenvolvimento que compitam e tenham acesso crescente aos mercados mais dinâmicos, inclusive em produtos agrícolas. A cooperação e coordenação internacional são igualmente imperativas nas questões financeiras. Nos últimos anos todos presenciamos a ocorrência de uma série de crises na economia internacional, as quais afetaram severamente a capacidade dos países emergentes de crescer.

O Brasil foi capaz de superar essas crises e recuperar-se plenamente. Apesar de um ano bastante difícil em 1999, soubemos preservar a estabilidade monetária e estamos claramente orientados no rumo do crescimento sustentado.

Mas esta não é a questão. A questão é que o Brasil e outros países emergentes poderiam ter um desempenho melhor se a arquitetura financeira internacional fosse mais estável, mais previsível. Isso exige um esforço sério no sentido do fortalecimento da coordenação e para assegurar uma estrutura financeira que favoreça o investimento produtivo, e não a especulação desenfreada. O G-20 é um passo importante na direção certa. Há discussões relevantes também em outros fóruns, como o BIS, na Basileia. Mas nitidamente há ainda um longo caminho a percorrer.

Feitas essas observações, desejo salientar que o Brasil não enxerga o seu desenvolvimento econômico e social ameaçado por obstáculos insuperáveis no plano internacional. Ao contrário: vemos um mundo de oportunidades diante de nós, e sabemos que depende de nós fazer o melhor para estar à altura do desafio da competição internacional.

Não pedimos aos outros que resolvam nossos problemas. Não estamos choramingando ou reclamando. De toda forma, não se deve esperar muita reclamação de um país que está recebendo 2 bilhões de dólares por mês em investimento estrangeiro direto. Mas sentimos que temos responsabilidade de contribuir, de forma positiva, para aprimorar a cooperação internacional e para tirar o máximo possível da globalização. Somos afetados pelo problema e queremos ser parte da solução.

Vivemos tempos fascinantes. Novas tecnologias, especialmente na área da informação, estão abrindo horizontes sem precedentes para a humanidade. A Internet conecta as pessoas nos pontos mais afastados do globo terrestre. Depende de nós assegurar que o potencial inerente a essas novas tecnologias não se limite a tornar ainda mais privilegiados os mais ricos ou a tornar as desigualdades ainda mais intransponíveis.

Uma “separação digital” não significaria outra coisa senão uma nova e mais perversa forma de exclusão. E quando digo perversa, é em sentido literal, porque seria absurdo aceitar que uma revolução tecnológica baseada na idéia de permitir que as pessoas se conectem pudesse terminar fazendo com que as pessoas fiquem excluídas, separadas. Não podemos permitir que isso ocorra. O medo de que isso ocorra está, sem dúvida, ente as causas da atual “reação negativa à globalização”.

As pessoas que fazem demonstrações diante dos locais de reunião do FMI, do Banco Mundial ou da OMC talvez estejam

usando táticas impróprias, e é certamente enganoso descrever a globalização como algo intrinsecamente ruim. É também certamente equivocado opor-se à globalização para defender interesses corporativos em países desenvolvidos.

Mas seria tolo ignorar que essas demonstrações – por mais que sejam equivocadas – apontam na direção de vários problemas sérios. Se a crescente globalização não for acompanhada pela necessária cooperação e coordenação de políticas, não será surpresa se ela terminar sendo percebida como o “império das empresas” ou que ela suscite protestos veementes.

Tudo isso diz respeito à questão da governança. Mais especificamente, eu diria, diz respeito à necessidade da “governança progressista”, que não deve estar limitada à política interna, mas deve mostrar sua face também no plano internacional.

E a governança – tanto interna como internacional – não pode ser construída apenas com base no poder. Ela tem que ser construída sobre a legitimidade e a responsabilidade, que só podem alcançar-se por meio da participação e do diálogo – e não somente entre as sete ou oito nações mais poderosas. O Brasil está pronto para fazer a sua parte. E de fato, temos feito muito, em particular no plano regional.

O Mercosul, qualquer que seja o padrão com que o avaliemos, é uma história de êxito. Tornou possível uma ampliação significativa dos fluxos comerciais desde 1990 e coloca-se agora em condições de avançar para a consolidação da integração, para promover a coordenação macroeconômica entre seus membros e para aprofundar o processo de institucionalização.

Se vocês acompanham as notícias sobre nossa região, terão certamente ouvido bastante sobre “problemas” no Mercosul. Não é incomum que a imprensa exagere a

dimensão desses problemas e faça previsões alarmistas. Minha resposta a tudo isso é a seguinte: Quem disse que seria fácil? Nenhum processo de integração jamais o foi. Nada de importante pode realizar-se sem alguma dificuldade, e o Mercosul é, sem dúvida, algo muito importante.

Na realidade, o êxito do Mercosul foi o que tornou possível para nós contemplar um processo mais amplo de integração sul-americana, baseado na convergência dos dois blocos comerciais sub-regionais, o próprio Mercosul e a Comunidade Andina, assim como no desenvolvimento de uma infraestrutura física de integração nas áreas de transporte, energia e comunicações.

Por isso foi que realizamos, há poucas semanas, em Brasília, a primeira reunião de Presidentes da América do Sul. Foi um momento histórico para o Brasil e para a América do Sul. E os resultados da reunião deixaram claro que nossa região tem uma identidade própria e que os doze países sul-americanos estão dispostos a trabalhar juntos para fortalecer a democracia e o Estado de Direito, para avançar na integração, e para reunir seus recursos com vistas à solução de problemas comuns, como o narcotráfico, e para buscar objetivos comuns, como a educação universal, a inovação científica e tecnológica, e o desenvolvimento social de forma geral.

Estou convencido de que uma América do Sul forte e unida pode fazer uma contribuição destacada à paz, à estabilidade e ao desenvolvimento internacional. E o Brasil está disposto a desempenhar o papel que lhe cabe nesse processo. O Brasil está também disposto a desempenhar um papel mais ativo na discussão de questões políticas internacionais.

As Nações Unidas, por exemplo, enfrentam problemas sérios. Espera-se

que elas respondam a crises humanitárias e de segurança em diferentes regiões, especialmente na África. Ao mesmo tempo, confronta-se com graves restrições fiscais e tem sido lenta em seu processo de reforma. A composição de membros permanentes do Conselho de Segurança ainda é determinada por eventos que ocorreram há mais de 55 anos. Seria difícil acreditar que nenhuma mudança significativa teve lugar durante um período de tempo tão longo.

Aqui, novamente, há um “*déficit* de governança” na política internacional. E aqui, mais uma vez, a questão não diz respeito ao poder, mas à legitimidade.

A questão não é saber se os países no Conselho de Segurança terão os meios necessários para responder às ameaças à paz e à segurança. A questão é: em nome de quem o Conselho estará agindo, quando agir? E só há uma resposta a essa questão. O Conselho de Segurança deve agir e deve ser percebido como agindo em nome da comunidade internacional como um todo. Seu processo de tomada de decisões deve refletir isso. De outra forma, ele estará condenado a desempenhar um papel bastante modesto, se é que terá algum papel, na solução de crises internacionais.

Já mencionei anteriormente que o Brasil vê a si mesmo em harmonia com os principais valores prevalecentes nas relações internacionais de hoje. Uma das razões disso é que esses valores são a expressão de uma profunda identidade de pontos de vista entre as pessoas em diferentes países em todo o mundo. Isso é bastante evidente quando se discutem questões como direitos humanos ou o meio ambiente.

Temos aqui os alicerces de uma perspectiva autenticamente cosmopolita, no sentido tão bem expresso pelo filósofo alemão Immanuel Kant, quando defendeu um estilo de política internacional que refletisse não apenas um equilíbrio de poder entre as diferentes nações, mas também um ponto de vista mais elevado: o da humanidade como um todo.

Alguns chamarão isso de utopia. Eu chamo de ética. E estou convencido de que um dos desenvolvimentos mais importantes nas relações internacionais nas últimas décadas foi precisamente o fortalecimento dessa dimensão ética.

A difícil tarefa que temos diante de nós é a de traduzir os valores universais em políticas práticas e concretas que possam fazer uma diferença para as pessoas comuns, especialmente nos países em desenvolvimento, onde os problemas de pobreza, doença e exclusão são mais agudos. Este é o verdadeiro desafio da governança no plano internacional.

O Brasil e a Alemanha compartilham muitos pontos de vista a esse respeito, e o diálogo entre essas duas grandes democracias será sempre um elemento importante na construção de uma ordem internacional pacífica e justa. No que lhe diz respeito, o Brasil tem consciência de que tem muito a ganhar em uma economia internacional mais aberta e mais estável, sem distorções ou monopólios de qualquer tipo – de riqueza, de conhecimento ou de poder.

Sabemos que quanto mais formos capazes de resolver nossos próprios problemas, mais a nossa voz será ouvida no exterior, como eu espero que tenha sido ouvida no dia de hoje.

Muito obrigado.

VISITA À CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DE VISITA À CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA. HAIA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

É para mim uma grande honra, e uma grande satisfação, visitar esta Corte que, mais do que o principal órgão judiciário do sistema das Nações Unidas, é um símbolo do direito e da justiça no plano internacional. E o faço com particular alegria porque esta visita ocorre poucos dias após aquela com que Vossa Excelência e os juízes Vereshchetin e Rezek me distinguiram em Brasília.

O Brasil sente-se especialmente vinculado à Corte Internacional da Haia. E não apenas no ideal do primado do direito nas relações entre os Estados – que é a sua razão de ser –, mas na própria história de nossa participação nesta instituição. E é por isso um grande prazer reencontrar aqui hoje, entre meus anfitriões, o Doutor José Francisco Rezek, ex-Chanceler do Brasil, cuja presença nesta Corte dá continuidade, com muito brilho, a essa tradição. Uma tradição que vem longe. Foi nesta mesma cidade, em 1907, que a jovem nação republicana que era então o Brasil marcou presença nos foros em que se negociavam as regras da ordem internacional, afirmando sua opção definitiva pela supremacia dos valores do direito e da justiça.

Com sua eloqüente defesa do princípio da igualdade jurídica dos Estados, um grande homem público brasileiro, Rui Barbosa, traduziu de modo memorável aquilo que

nunca deixou de ser o traço distintivo da atuação do Brasil no concerto das Nações: uma diplomacia que diz não ao uso da força e às ambições de hegemonia, e busca afirmar-se pela ascendência de suas razões e pelo poder de convencimento da causa da justiça.

Rui Barbosa foi um dos primeiros juízes eleitos para a Corte Permanente de Justiça Internacional, tendo recebido a mais alta votação na Assembléia da Liga das Nações. Além de jurista eminente, Rui viveu sob o calor da política, e por isso não chegou a ocupar seu assento naquele tribunal. Mas a luta intelectual que havia travado na Conferência da Haia na defesa do critério de escolha dos magistrados da Corte deixou sua marca.

A outro grande brasileiro, o Chanceler Raul Fernandes, coube dar também uma contribuição decisiva à própria definição dos mecanismos institucionais da Corte Permanente, com a proposta da cláusula facultativa de jurisdição obrigatória, que ainda hoje é parte importante do quadro jurídico que governa o funcionamento da CIJ.

Gostaria ainda de mencionar os outros juristas brasileiros que também foram magistrados desta Corte e da que a precedeu: Epitácio Pessoa, Philadelfo de Azevedo, Levi Carneiro e José Sette Câmara. São lembranças que revelam o quanto o pensamento e a ação

diplomática brasileira estão enraizados na adesão aos princípios do direito internacional. E repito: o pensamento e a ação. Porque a adesão aos princípios é fácil e sem custos enquanto se mantém no plano da retórica, mas é na prática, nas decisões concretas de política externa que ela exige grandeza de visão e firmeza de propósitos para garantir a prevalência dos ditames do direito das gentes.

No momento em que celebramos os 500 anos da formação histórica de sua nacionalidade, nós, os brasileiros, podemos orgulhar-nos de que o processo de definição de nossas fronteiras tenha sido uma das páginas mais brilhantes na história universal dos procedimentos de solução pacífica de controvérsias. Temos confiança na força que emana das regras livremente construídas e respeitadas.

Senhoras e senhores,

O século que se encerra foi marcado, sem dúvida, por episódios de graves violações dos direitos humanos e dos direitos dos povos. Mas foi também um tempo de avanços sem precedentes na afirmação e consolidação do direito internacional.

Criou-se uma rede de instituições jurisdicionais, progrediu-se na codificação das normas que regem as relações entre os Estados e aperfeiçoaram-se os instrumentos da convivência internacional. De certa forma, é significativo que esse século, que assistiu a tantas atrocidades perpetradas pelo homem contra seus semelhantes, se conclua sob o signo das esperanças despertadas pelo esforço de criação de um Tribunal Penal Internacional. É significativo e muito promissor.

Desde o fim da Guerra Fria, o mundo vive um momento de transição, de mudança das

estruturas internacionais. E é justamente em momentos como este que o direito assume plenamente sua importância: mais do que nunca é preciso que os princípios universais de justiça nos sirvam de orientação e inspirem a ordem internacional que queremos construir. Não há fundamento válido, para essa ordem, fora do direito.

É imperativo que o unilateralismo e o uso da força sejam definitivamente superados pelo fortalecimento de instituições multilaterais que sirvam de fonte de legalidade e legitimidade para a ação em prol da paz e da solução pacífica de controvérsias. Por isso, o Brasil quer o fortalecimento das Nações Unidas e dos princípios e propósitos que elas representam. Nesse sentido, foi extremamente auspiciosa a recente realização da Cúpula do Milênio.

Como é auspicioso o fato de que esta Corte venha sendo mobilizada para a consideração de um volume crescente de casos de controvérsias internacionais. Isso atesta, mais do que qualquer outra coisa, o reconhecimento, pela comunidade internacional, do papel indispensável que a Corte Internacional de Justiça é chamada a desempenhar na construção da paz entre as Nações.

É grande a responsabilidade daqueles a quem foi confiada a tarefa de aplicar, para dirimir as diferenças entre Estados soberanos, os princípios da justiça e da prevalência do direito. O Brasil confia em que a sabedoria estará sempre ao lado dos Senhores, guiando seus passos no desempenho dessa elevada missão. Esteja certo, Senhor Presidente, estejam certos, Excelências, de que em cada um desses passos esta instituição conta com o mais decidido apoio do Brasil.

Muito obrigado.

VISITA ÀS CÂMARAS ALTA E BAIXA DOS ESTADOS GERAIS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA VISITA ÀS CÂMARAS ALTA E BAIXA DOS ESTADOS GERAIS. HAIA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

Sinto-me honrado pela oportunidade de dirigir-me aos representantes do povo neerlandês, nesta Casa de tanta tradição e significado. Sinto-me honrado porque esta é uma Casa de liberdade e de democracia, valores que são os mesmos que orientam o povo brasileiro em seu percurso histórico – que este ano completa cinco séculos – na construção de um país comprometido com a justiça e o desenvolvimento social.

E no momento em que celebramos no Brasil os quinhentos anos do Descobrimento, lembramos também o papel fundamental que as relações com os Países Baixos tiveram na formação de nossa nacionalidade. Quem vai ao Recife e a Olinda – cidades que formaram o núcleo da presença neerlandesa no Brasil no século XVII – vê ali, e vê com prazer, ainda hoje, os traços permanentes do riquíssimo legado cultural flamengo.

Recentemente, organizou-se em São Paulo uma grandiosa exposição da arte brasileira no âmbito da celebração do nosso Quinto Centenário. Foi uma mostra belíssima, e os que lá estiveram tiveram a chance de rever nossas paisagens com olhos de Frans Post, tiveram a satisfação de redescobrir traços essenciais de nossa etnografia pelos olhos de Albert Eckhout.

São testemunhos de um momento importante na evolução histórica do Brasil. O nome de Maurício de Nassau é lembrado, ainda hoje, como um administrador de larga visão, de grande capacidade de iniciativa e movido por um saudável espírito de tolerância religiosa.

E é com base nessa inspiração histórica que hoje trago aos representantes do povo deste país amigo a palavra de um Brasil novo, um Brasil que se transformou, ao longo dos últimos anos, pela reconquista e consolidação da democracia, um Brasil que se renovou pelo maior dinamismo de sua sociedade na luta pelos direitos humanos e pela justiça social, um Brasil que mudou com a abertura econômica e a estabilização da moeda, processos que abriram horizontes inteiramente novos de crescimento sustentado e desenvolvimento humano para o povo brasileiro.

Nos últimos anos, as condições internas da economia brasileira transformaram-se com invulgar intensidade.

Foi o que nos permitiu, com a estabilidade macroeconômica, aumentar o poder aquisitivo dos mais pobres, fazendo com que milhões de brasileiros superassem a “linha da pobreza”. Foi o que nos permitiu ter a base sólida para políticas de educação e saúde que resultaram

em níveis sem precedentes de acesso das crianças à educação básica e secundária, bem como em uma redução expressiva nos níveis de mortalidade infantil. São conquistas de que se orgulha a sociedade brasileira.

O fortalecimento de nossa economia permitiu-nos, igualmente, uma inserção sólida e competitiva do Brasil na economia mundial. E várias empresas neerlandesas têm sido partícipes desse processo, demonstrando sua confiança no potencial de nossa economia e ajudando, com seus investimentos, a construir as condições para um novo ciclo de crescimento sustentado, com a criação de empregos e, o que é mais importante, com a melhora dos níveis de bem-estar e de justiça social.

As relações econômicas entre nossos dois países são hoje mais relevantes do que nunca. Os Países Baixos são o sétimo maior investidor estrangeiro no Brasil, com um total de investimentos e re-investimentos estimados em cerca de 10 bilhões de dólares norte-americanos. Foram, no ano passado, o quarto principal investidor estrangeiro no país, com entradas de 1,5 bilhão de dólares, superando a França, a Alemanha e o Reino Unido.

E esta é uma presença que não veio da noite para o dia. É uma presença já tradicional, que vem do próprio início do processo de industrialização do Brasil, há quase um século. São investimentos que, gerando empregos e aportando novas tecnologias, ampliaram-se de forma vertiginosa nos últimos anos, em particular nas áreas de prospecção de petróleo e no setor financeiro.

Temos aí um reconhecimento do empresariado neerlandês do êxito das transformações por que vem passando o Brasil. Temos aí um fortalecimento ainda maior dos laços de parceria entre nossos países.

Senhoras e senhores,

Em um mundo como o de nossos dias, que atravessa um período de transição, um processo de configuração do que poderá vir a ser uma nova ordem internacional, Brasil e Países Baixos compartilham preocupações e interesses. A comunidade internacional tem hoje uma oportunidade histórica de colocar o processo de inovação tecnológica, que avança a um ritmo sem precedentes, a serviço da redução da pobreza e da superação das desigualdades, dentro dos países e entre os países.

O Brasil tem uma tradição diplomática de paz, de universalismo em suas relações de cooperação e amizade, de compromisso com o direito internacional. Procuramos, na atualidade, exercer um papel construtivo nas grandes questões que, cada vez mais, afetam as sociedades contemporâneas em escala global, desconhecendo fronteiras e distâncias. Questões como direitos humanos, democracia, meio ambiente, desarmamento e não-proliferação, que exprimem valores e princípios compartilhados pelos povos do Brasil e dos Países Baixos.

Temos o desafio de fazer com que os valores universais que hoje se difundem com grande força no plano internacional não sejam meras palavras, mas se traduzam em ações concretas na defesa dos direitos dos mais humildes, no respeito à diversidade étnica e cultural, na promoção do acesso universal à educação e à saúde, no fortalecimento da paz e a segurança internacionais e no tratamento responsável da questão das mudanças climáticas.

Aproveito esta oportunidade para anunciar o estabelecimento, no Brasil, de um Fórum Nacional sobre Mudanças Climáticas, integrado por representantes do Governo e da sociedade civil, que se encarregará de

preparar uma contribuição substantiva a próxima Conferência dos Estados Parte do Protocolo de Kyoto, a realizar-se aqui na Haia. Esperamos que o tema da implementação do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo receba a prioridade que merece.

O Brasil procura, igualmente, levar sua palavra e dar sua contribuição ao esforço de aperfeiçoamento da economia internacional, seja no fortalecimento do sistema multilateral de comércio, seja na discussão sobre a necessidade de uma nova arquitetura financeira internacional. E também aqui encontramos muitos pontos em comum com os Países Baixos. Avançamos no processo de integração no Mercosul, e nesse contexto mantemos um diálogo de grande importância com a União Européia com vistas à maior aproximação entre os dois agrupamentos.

Estamos reforçando a identidade própria da América do Sul como região na qual já não há espaço para aventuras anti-democráticas, como região cuja vocação é a de ser um espaço econômico ampliado, fortalecido pela liberalização do comércio e pelo desenvolvimento de uma moderna infraestrutura integrada de transportes, energia e comunicações.

Ainda nesta tarde terei a oportunidade de visitar a Corte Internacional de Justiça e a sede da Organização para a Proibição das Armas Químicas. São instituições que simbolizam a luta por um futuro mais digno para a humanidade, por uma ordem internacional mais justa e mais segura.

E não é por acaso que essas entidades estão sediadas na Haia. Sua presença, aqui, reflete um aspecto essencial da contribuição que os Países Baixos dão à convivência internacional: a defesa de princípios por um povo que se faz respeitar, não pelo exercício do poder, mas pela força de suas idéias.

O Brasil, que se inspira nos mesmos princípios, deixa aqui a expressão de sua admiração pela grandeza deste povo amigo, que para nós é uma referência obrigatória no continente europeu. É com base no sentimento de respeito mútuo que temos dado passos importantes para o aprofundamento dos vínculos de amizade entre o Brasil e os Países Baixos.

Esta visita é prova disso. É prova de que nossos países alcançaram uma extraordinária densidade de diálogo, não apenas sobre temas de interesse bilateral, mas também sobre questões que nos preocupam de forma semelhante na agenda internacional.

Levo daqui a certeza de que o Brasil e os Países Baixos têm muito a ganhar se caminharem juntos, se trabalharem juntos, com estão trabalhando, na economia, nos investimentos, no comércio, nas questões internacionais, em suma, no esforço conjunto de assegurar uma vida melhor aos nossos povos. Por isso, desejo agradecer às Senhoras e Senhores a gentileza e a hospitalidade do povo e do governo neerlandês, e expressar minha convicção de que poderemos vir a colher, juntos, os bons resultados dessa aproximação crescente entre nossos países.

Muito obrigado.



SESSÃO ESPECIAL DO CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO DAS ARMAS QUÍMICAS (OPAQ)

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA SESSÃO ESPECIAL DO
CONSELHO EXECUTIVO DA ORGANIZAÇÃO PARA A PROIBIÇÃO DAS
ARMAS QUÍMICAS (OPAQ). HAIA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

É grande minha satisfação em comparecer hoje à sede da OPAQ. Recordo-me que era Chanceler, em 1993, quando, após quase 20 anos de negociação na Conferência do Desarmamento, foi aberta para assinatura a Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas.

Naquele momento, era clara para mim a percepção de que se alcançava um patamar inédito de entendimento entre os Estados em benefício da paz e da segurança internacionais. Não se mantiveram, infelizmente, no ritmo e nos patamares que então pareciam alcançados os esforços da comunidade internacional em prol do desarmamento e da não-proliferação.

Um ex-Chanceler brasileiro, João Augusto de Araújo Castro, afirmou em 1963 perante a Assembléia-Geral da ONU que o desarmamento é um problema de poder, e os problemas de poder são tradicionalmente resolvidos pela operação do próprio mecanismo de poder. A diplomacia do desarmamento sempre procurou solucionar esse dilema por meio da negociação e da persuasão. E quando isso acontece, dá-se um passo à frente na história das relações entre os Estados.

A Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas incorpora, de maneira exemplar, elementos que são essenciais para a paz e a segurança internacionais: o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa, a cooperação científica e tecnológica, e a legitimidade que é própria das regras definidas pela diplomacia multilateral.

Não devemos ignorar o quanto de irracionalidade há nas doutrinas de legitimação das armas de destruição em massa, o quanto de riscos envolve o círculo vicioso da corrida pela paridade de poder de destruição. É lamentável que haja ainda quem acredite que essas armas são necessárias para alcançar ou para preservar a condição de potência.

O Brasil, ao mesmo tempo em que participava ativamente das negociações da Convenção em Genebra, uniu-se a Argentina e Chile para firmar, na Declaração de Mendoza de 1991, compromisso solene de proibição completa de armas químicas e biológicas. A adesão posterior de Bolívia, Equador, Paraguai e Uruguai àquele compromisso confirmou a tradição latino-americana de pioneirismo na implementação de iniciativas com vocação global.

Na Conferência do Desarmamento, em Genebra, o Brasil se empenhou pela criação da Organização para a Proibição das Armas Químicas. E por ocasião da I Conferência da Organização, voluntariou um de seus mais talentosos diplomatas para ser o seu primeiro Diretor-Geral. E entendemos que a renovação, em maio último, do mandato do Diretor-Geral, Embaixador José Maurício Bustani, é também manifestação do reconhecimento do papel construtivo do Brasil em temas afetos à segurança internacional.

Na área nuclear, o Brasil renunciou, juntamente com a Argentina, ao desenvolvimento do artefato explosivo, estabeleceu um sistema comum de controle e contabilidade de materiais nucleares, aderiu plenamente ao Tratado de Tlatelolco e negociou um Acordo de Salvaguardas com a Agência Internacional da Energia Atômica (AIEA).

Aderimos ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares. Assim o fizemos com a consciência das novas oportunidades do pós-Guerra Fria, em fidelidade a nossos princípios e em reforço de nossas credenciais em matéria nuclear. Em sintonia com as transformações do ambiente estratégico mundial, temos buscado, ao lado de nossos parceiros da “Coalizão da Nova Agenda”, contribuir para o alcance do objetivo do desarmamento nuclear.

O Brasil tem um compromisso inequívoco com a paz e a segurança internacional. E para isso está sempre pronto a dar sua contribuição. Na Cúpula dos Presidentes da América do Sul, realizada em agosto passado em Brasília, decidimos criar uma Zona de Paz Sul-Americana. Reiteramos nossa convicção de que o progresso duradouro se assenta sobre

instituições democráticas, coesão social, competitividade econômica e cooperação internacional.

Vamos continuar a pautar nossas posições pelos objetivos do desarmamento e da não-proliferação, da promoção do bem estar dos povos, da democracia. Estamos habilitados a exercer crescentes responsabilidades. “Por quê?”, pode-se perguntar.

Em razão da paz ininterrupta de mais de um século que mantemos com nossos vizinhos, de nossa singular formação multicultural, de nossas habilidades - provadas historicamente - para promover e construir a paz, mesmo em condições adversas, de nossa renúncia inequívoca aos meios de destruição em massa, de nossa crença nas virtudes da solução pacífica de controvérsias, de nossas instituições democráticas. Tudo isso nos habilita a exercer, com legitimidade, crescentes responsabilidades.

Senhoras e senhores,

É preciso recuperar o entusiasmo e o compromisso coletivos pelo desarmamento que nos legaram a Convenção de Armas Químicas e o Tratado de Proibição Abrangente de Testes Nucleares, o CTBT.

Não basta, no entanto, acabar com as armas de destruição em massa. O bem-estar das nações é outra importante vertente da paz e da segurança internacionais. É necessário que se encontrem soluções para a escassez, a pobreza e a miséria e, sobretudo, para as diversas manifestações de intolerância e de violações dos direitos humanos que colocam em risco a paz mundial.

Hoje, diversos focos de instabilidade internacional coincidem com as áreas mais atrasadas e carentes do planeta. Não pode haver

verdadeira paz num mundo crescentemente marcado por disparidades entre as nações, pela concentração de conhecimento, ou pelo predomínio de visões e interesses de curto prazo.

A Convenção sobre a Proibição das Armas Químicas é exemplo do alto grau de entendimento alcançado pela comunidade internacional. Mas mesmo no âmbito do atual regime químico, há ainda um esforço a fazer no sentido de tornar mais efetivos os controles da Organização, com vistas a contribuir para o objetivo de que todos os controles de transferências de bens químicos sensíveis se tornem compatíveis com as regras multilateralmente acordadas.

Isso me leva a insistir sobre outro aspecto essencial da paz e segurança: a legitimidade dos atores e da regras do convívio internacional. É imprescindível o fortalecimento dos canais democráticos internos das nações e, ao mesmo tempo, a articulação de modalidades democráticas na convivência das relações internacionais. Os autoritarismos recorrem

amiúde ao conflito. A democracia favorece o entendimento e a responsabilidade perante a cidadania.

Não há poder, nem mesmo o poder das armas químicas, das armas biológicas, nem mesmo o poder atômico, que possa derrotar a força da ética, da legitimidade, da opinião pública, da paz. É na perspectiva dessa legitimidade e da responsabilidade democrática, que o Brasil considera indispensável que se verifiquem avanços efetivos no processo de desarmamento. A manutenção por alguns países de estoques de armas de destruição em massa é incompatível com o objetivo de construção de uma ordem internacional baseada na justiça e na igualdade entre as nações.

Senhor Presidente do Conselho Executivo,
Pela sua natureza não-discriminatória, sua vocação universalista, a Convenção para a Proibição de Armas Químicas é um marco modelar desse nosso objetivo comum. Vamos continuar a trabalhar para fortalecê-la, para o bem de nossos povos.

Muito obrigado.



ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL - ALEMANHA 2000

INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NO PAINEL “A” DO
ENCONTRO ECONÔMICO BRASIL - ALEMANHA 2000: “O DIÁLOGO BRASIL
- ALEMANHA COMO MOTOR DA INTEGRAÇÃO MERCOSUL - UNIÃO
EUROPÉIA”. POTSDAM, ALEMANHA, 9 DE OUTUBRO DE 2000

Em Belo Horizonte, no ano passado, tive o privilégio de participar de um painel sobre o mesmo assunto que hoje nos reuniu: o diálogo entre o Brasil e a Alemanha como motor da integração entre o MERCOSUL e a União Européia. Esse era então e continua a ser um tema central para a diplomacia brasileira.

Alegra-me mais uma vez ter como moderador o Dr. Hans-Olaf Henkel – Presidente do BDI, a quem transmito saudação especial. Honra-nos a presença do Dr. Werner Müller e de empresários que tanto têm contribuído para uma maior aproximação entre o Brasil e a Alemanha, entre o MERCOSUL e a União Européia.

Em Belo Horizonte, ainda ouvíamos os ecos da desvalorização cambial ocorrida no Brasil no início de 1999. Insisti, contudo, naquele momento, em que estávamos presenciando o início de desdobramentos muito positivos no âmbito da economia brasileira e do MERCOSUL, que constituiriam sólida base para impulsionar o relacionamento entre MERCOSUL e União Européia.

Os Senhores todos estão a par da evolução da economia brasileira. Já tiveram, ademais, a oportunidade de ouvir o Ministro Alcides

Tápias. Estão definitivamente superadas as incertezas de 1998 e 1999. A estabilidade alcançada pelo Plano Real, lançado em 1994, revelou-se ampla e vigorosa.

Respeitamos no ano passado a meta de inflação e o compromisso de gerar superávit primário nas contas públicas acima de 3% do Produto Interno Bruto. Em 2000, está assegurado o cumprimento dos objetivos nesses dois campos, assim como a retomada do crescimento em bases sustentáveis.

No plano político, haverá no final de 2002 a escolha do sucessor do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Descartada a hipótese extrema de uma nova turbulência da economia internacional, os eleitores estarão votando após três anos de crescimento sustentado e de melhora consistente nos indicadores sociais. Nesse que parece ser o cenário mais provável, tudo indica que se manterá no longo prazo o rumo da estabilidade, das reformas e da abertura econômica.

Também no MERCOSUL os desdobramentos desde o ano passado são positivos. Não pretendo parecer excessivamente otimista. Temos pela frente uma agenda de desafios nada fáceis, mas

encoraja-nos o fato de que a integração regional continua a ser absoluta prioridade política de nossos governos e de nossas sociedades. Encoraja-nos também o fato de que operamos agora em ambiente mais favorável. Pela primeira vez desde 1997, tanto o Brasil quanto a Argentina – as duas principais economias do bloco – terão crescimento em 2000. Crescimento mais modesto no caso da Argentina, mas que segundo as mais recentes previsões internacionais deverá ganhar mais vigor já a partir de 2001. Estamos, portanto, diante de uma nova “janela de oportunidade” para avançar em nossa agenda.

Está concluída a negociação entre o Brasil e a Argentina de um acordo automotivo que fixa as normas da transição gradual para o livre comércio entre os dois países a partir de 2006. Chegaremos em breve a um entendimento sobre o último ponto pendente, que diz respeito à interpretação da norma de conteúdo nacional para veículos produzidos na Argentina. Teremos definido, então, as bases para a negociação de um regime quadripartite com a participação do Paraguai e do Uruguai.

Demos início ao tratamento do tema da coordenação macroeconômica, com a participação também do Chile e da Bolívia, Estados associados do MERCOSUL. Está bem encaminhada a meta de anunciarmos até março de 2001 metas comuns nas áreas de preços, déficit público e dívida pública.

Em outro importante desdobramento estratégico, o MERCOSUL e o Chile estão definindo neste momento os critérios e procedimentos para dar início às negociações visando à adesão do Chile ao Tratado de Assunção. Tais critérios e procedimentos deverão ser anunciados por ocasião da próxima reunião de cúpula do MERCOSUL, em dezembro, na cidade de Florianópolis. Os Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Ricardo Lagos têm registrado seu interesse

pessoal em resultados positivos nesse campo.

Na recém realizada Reunião de Presidentes da América do Sul, os países do MERCOSUL e da Comunidade Andina assumiram compromisso de estabelecer, o mais tardar até janeiro de 2002 uma área de livre comércio entre os dois agrupamentos. Vamos também trabalhar em âmbito sul-americano para desenvolver uma visão comum sobre projetos prioritários na área de infra-estrutura, em especial nos campos da energia, dos transportes e das telecomunicações. Para tanto, estarão reunidos em Montevidéu, em dezembro próximo, os Ministros responsáveis de nossos países.

O MERCOSUL, portanto, continua avançando nos caminhos paralelos de sua consolidação e aprofundamento, de um lado, e de articulação com os demais países sul-americanos de outro. Essa é uma direção irreversível, que nos fortalece na determinação de levar em frente o projeto da associação inter-regional com a União Européia.

Como os Senhores sabem, trata-se de objetivo da maior relevância estratégica, relevância agora acrescida pela perspectiva da aceleração das negociações da ALCA após a eleição presidencial nos Estados Unidos. Queremos manter o padrão de equilíbrio de nossa inserção internacional. Não veríamos como favorável um cenário de ligações preferenciais apenas com um dos grandes pólos da economia internacional.

Temos plena consciência das grandes dificuldades que nos aguardam no processo de negociações com a União Européia. As negociações terão de ser conduzidas com pragmatismo e espírito de equilíbrio. Em qualquer hipótese, não podemos renunciar a um entendimento no setor agrícola e noto com satisfação as perspectivas positivas existentes nesse setor segundo a avaliação que nos expôs o Ministro Müller.

A Alemanha é um dos mais importantes parceiros do MERCOSUL entre os países industrializados. Contaremos com seu apoio para fazer avançar as negociações MERCOSUL - União Européia. A esse respeito repito o que disse na abertura: o comércio entre o Brasil e Alemanha, entre o MERCOSUL e a União Européia somente poderá continuar a se expandir na medida em que sejam criadas condições para o aumento das exportações do Brasil e do MERCOSUL.

Temos agora pela frente a data de julho de 2001 para o início das negociações tarifárias propriamente ditas. É fundamental nesse contexto manter e aprofundar a disposição política de liberalizar o comércio entre as duas regiões e criar uma associação inter-regional.

Dentro de poucas semanas, o Brasil receberá o Comissário Chris Patten, sob cuja supervisão se desenvolvem pelo lado europeu as negociações com o Mercosul. Receberemos também a visita do Comissário Pedro Solbes, com quem discutiremos experiências em matéria de coordenação macroeconômica. Vamos criando assim um processo de diálogo mais profundo e diversificado, necessário para garantir o impulso político ao processo de aproximação entre os dois blocos. Assim, esperamos obter avanços concretos na próxima sessão do Comitê de Negociações Bilaterais, que se reunirá em novembro em Brasília, de modo a ir além dos resultados pouco expressivos obtidos na última rodada.

Em seus pronunciamentos públicos e privados por ocasião de sua recente visita à Alemanha, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi muito enfático ao reafirmar a

prioridade que o Brasil atribui ao processo MERCOSUL - União Européia. Diante da perspectiva de avanços mais acelerados da ALCA a negociação com a UE permitiria manter o saudável equilíbrio existente no relacionamento externo do MERCOSUL com seus principais parceiros externos, ao contrário de vários países latino-americanos, muito dependentes dos fluxos de comércio e investimentos com os Estados Unidos. Contudo, faz-se necessário traduzir essa prioridade em soluções práticas. Essas soluções vêm-se evidentemente muito dificultadas pela política agrícola comum da União Européia, que constitui um instrumento inaceitável de proteção de mercado e fonte de enormes desequilíbrios em nossos intercâmbios. Basta dizer que, nos últimos dez anos, as exportações da UE para o MERCOSUL cresceram 340%, enquanto que as vendas do MERCOSUL para a UE aumentaram apenas 10%.

O apoio decisivo do Governo e dos empresários alemães foi fundamental para o início do processo negociador e continua a ser fundamental para o seu avanço. Encorajo-os, portanto, com muita ênfase a manter vivo o mecanismo anual de coordenação empresarial União Européia - MERCOSUL que, de resto, é fruto de uma iniciativa essencialmente teuto-brasileira. Esse apoio, aliás, corresponde a uma compreensão profunda de nossos interesses comuns e à percepção clara de que o relacionamento MERCOSUL - União Européia constitui um dos principais campos que requerem a atuação conjunta do Brasil e da Alemanha. Estejam seguros de contar com o apoio do governo brasileiro.



IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE DEFESA DAS AMÉRICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE ABERTURA DA IV CONFERÊNCIA MINISTERIAL DE DEFESA DAS AMÉRICAS. MANAUS, 17 DE OUTUBRO DE 2000

É com muita satisfação que venho a Manaus abrir a IV Conferência Ministerial de Defesa das Américas. A escolha da capital do Amazonas para abrigar este encontro não foi gratuita. Moveu-nos o desejo de partilhar com as nações amigas do hemisfério a nossa percepção de que a Amazônia pode e deve prestar valiosa contribuição ao desenvolvimento e à segurança regional.

São conhecidas minhas ligações com a Amazônia. Aqui nasceu minha mãe, e aqui sempre me trouxeram ora motivações acadêmicas, ora responsabilidades de político e homem público, ora simples vontade de cidadão.

Como Presidente, tenho vindo à Amazônia inúmeras vezes. E não só a Manaus, Belém, Santarém, Rio Branco, Porto Velho. Falo, também, de São Gabriel da Cachoeira, Carajás, Xapuri, Pacaraima, Oiapoque, Mamirauá, Urucu, Parintins, Tabatinga, Tefé, Iauaretê, Itacoatiara e outros confins amazônicos dos quais o Brasil inteiro se orgulha. Hoje, passarei a noite em uma Base de Instrução do Exército brasileiro encravada na floresta.

Senhores Ministros, Senhores Delegados

Vivemos um mundo que ainda não encontrou a paz almejada. A nova ordem global convive com ameaças e conflitos difusos. Ao

recebê-los hoje em Manaus, desejo reiterar a preocupação, que é de todos os países das Américas, com a escalada da violência no Oriente Médio.

É triste constatar que, em um conflito como este, para cuja solução a comunidade internacional não tem poupado esforços diplomáticos, a lógica da hostilidade e da confrontação suplanta a lógica da conciliação e da paz. É necessário inverter esse processo, e para tanto o Brasil confia em que as lideranças israelenses e palestinas não perderão as novas oportunidades que se abrem a partir da reunião de cúpula no Egito para trilhar o caminho do diálogo e do entendimento.

Diálogo e entendimento é o que justamente se busca nas reuniões de Ministros da Defesa das Américas, que têm servido como um instrumento indispensável para o aprofundamento de convergências neste continente em temas decisivos para o futuro de nossos povos.

São temas complexos, sensíveis, e que por isso mesmo exigem o permanente intercâmbio de experiências, o refinamento das análises, e – o que é óbvio – a preocupação invariável do respeito mútuo entre Estados soberanos, democráticos e amantes da paz como são os nossos. Os tempos mudam, e isso exige,

com frequência, atualização de conceitos. Realidades que se davam por eternas desapareceram. Conflitos que se viam como insuperáveis foram varridos pela força da própria história.

A afirmação de princípios democráticos e de valores universais como os direitos humanos, o reforço da cooperação internacional, a globalização dos fluxos de bens, capital e tecnologia, o avanço nos processos de integração regional – tudo isso trouxe alterações, e alterações muito positivas, para a compreensão dos temas de segurança.

O Brasil, como vários outros países, tem feito esforços para atualizar seu pensamento na área de defesa. Adotamos novas diretrizes para a política de defesa nacional. Criamos um Ministério da Defesa. E avançamos na compreensão dos riscos e desafios à segurança dos Estados no século XXI. Não tenciono, aqui, entrar no detalhe da visão brasileira sobre os temas ligados à paz e à segurança, ou à cooperação hemisférica em matéria de defesa. O Ministro Quintão terá a oportunidade de fazê-lo.

Quero aproveitar esta ocasião para dizer algumas palavras sobre a importância que atribuo à Amazônia e ao esforço desta região para fazer frente aos novos desafios – que não se situam apenas na área de segurança, mas que delineiam um panorama que, acredito, é de grande relevância para a reflexão sobre os temas da agenda desta reunião.

Sabemos que a Amazônia, pela magnitude de suas escalas, sempre exerceu fascínio, desafiando a imaginação, suscitando mitos, ora sob uma nota positiva e utópica, como a promessa do Eldorado, ora sob um tom pessimista e superficial, como o mito do Inferno Verde. Lendas como essas fizeram a fortuna de romancistas e contribuíram para um continuado desconhecimento da Amazônia,

fonte maior dos sofismas e mal-entendidos que se perpetuaram ao longo do tempo sobre a região.

Dizia um estadista brasileiro, Joaquim Nabuco - amigo da cooperação hemisférica e que estudou como poucos a fronteira setentrional do Brasil - que a ação pública não pode jamais prescindir do conhecimento, da análise prévia e cuidadosa da realidade. Somente assim se faria uma política com P maiúsculo, uma política que seja história. E isso é particularmente importante no caso da Amazônia. Porque as suas próprias dimensões geográficas tornam indispensáveis o conhecimento e a informação.

Um dos problemas seculares dos habitantes da região amazônica foi sempre, e em boa medida ainda é, o seu isolamento. Com as novas tecnologias – que não eliminam, mas tornam irrelevantes, as grandes distâncias –, essa situação pode experimentar mudanças históricas no que se refere ao acesso à educação, à presença do Estado nas áreas mais remotas e, de forma mais geral, na elevação da qualidade de vida de todos os cidadãos.

Precisamos colocar o conhecimento e o avanço tecnológico, as telecomunicações e a informática, cada vez mais a serviço dos habitantes da região amazônica. É o que estamos fazendo no Brasil, com uma política que não transige com mitos, uma política que, sempre atenta à dimensão humana, lastreia-se na técnica, na busca permanente de um melhor conhecimento sobre os recursos e as potencialidades da região.

É normal que seja assim, pois a população da Amazônia está comprometida com a perspectiva de um desenvolvimento amparado no conhecimento, na informação, no progresso técnico que preserve o meio ambiente, promova a melhoria dos indicadores econômicos e sociais e contribua para o reforço da segurança

regional. Emblemático desse novo tempo que se inaugura na região é o Sistema de Proteção e Vigilância da Amazônia, o Sipam/Sivam, projeto com sólido suporte tecnológico e cuja montagem está em curso.

Aeronaves de sensoriamento, estações receptoras de imagens e plataformas de radares, além de recursos da telemática, em breve estarão compondo uma rede de monitoramento e análise inteiramente a serviço do desenvolvimento e da segurança da Amazônia.

O Sipam/Sivam será fundamental para a política ambiental brasileira, não apenas na identificação e prevenção de danos à natureza, mas também no mapeamento de possibilidades para o aproveitamento racional e sustentável do ecossistema amazônico.

União, Estados e Municípios terão a seu dispor um importante banco de dados para a definição de políticas nas áreas de aproveitamento florestal, uso do solo, biotecnologia, gerenciamento agrícola e pecuário, transporte fluvial e terrestre, ecoturismo e assentamento agrário. Isto sem falar dos ganhos para a demarcação e proteção das terras indígenas.

As instituições de pesquisa também se beneficiarão das informações colhidas e disseminadas pelo Sipam/Sivam, sobretudo núcleos de reconhecida excelência como o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia e o Museu Paraense Emílio Goeldi, que já se encontram envolvidos no programa que o Brasil desenvolve em parceria com o G-7 de proteção às florestas tropicais.

O sistema será relevante também para as atividades regulares de policiamento aéreo e terrestre, que incluem o controle de práticas nocivas ao meio ambiente e, sobretudo, de combate e repressão ao crime organizado. O Sipam/Sivam será um instrumento muito

importante na consecução do objetivo de mapeamento e eliminação das rotas de tráfico de entorpecentes e de contrabando de armas.

Sabemos que o crime organizado e outras atividades ilícitas podem prosperar com mais facilidade em áreas carentes de uma presença mais ostensiva do Estado. Daí a atenção que meu Governo tem procurado dedicar às regiões de fronteira, principalmente aquelas na faixa setentrional da Amazônia, de acesso mais difícil.

Com apoio do Congresso, estou empenhado em dotar dos recursos necessários o Programa Calha Norte, dedicado a reforçar a ação do Estado no extremo norte do país. É uma área de 1 milhão e 200 mil quilômetros quadrados ao norte dos rios Solimões e Amazonas que passa a ser melhor assistida em segurança, comunicações, transporte, energia e serviços sociais básicos.

A integração da Amazônia às demais regiões do Brasil ver-se-á fortalecida pelo programa plurianual de investimentos em infra-estrutura, o “Avança Brasil”. Com participação maciça de capital privado, o programa prevê dois importantes eixos de integração e desenvolvimento na Amazônia: o “Arco Norte”, incluindo os Estados de Roraima e Amapá”, e o “Madeira-Amazonas”.

Quanto mais a região se integra ao país, maior o seu envolvimento nas decisões nacionais, inclusive naquelas que contribuem para a maior convergência de interesses entre o Brasil e seus vizinhos. Boa parte da estratégia acordada na Reunião de Presidentes da América do Sul passa pela Amazônia, a começar pela meta de integração em transporte, energia e comunicações. Novas ligações viárias, bem como os acordos de gás natural e energia elétrica concorrem para a definição da nova geografia econômica da América do Sul.

Também é de grande relevância para a Amazônia a decisão adotada pelos Chefes de Estado reunidos em Brasília de constituir um Fundo Sul-Americano de Ciência e Tecnologia, cujos aportes devem favorecer a adoção pelos países amazônicos de novos padrões tecnológicos, inclusive na área de telecomunicações, que é essencial para o reforço da segurança regional.

A Cúpula de Brasília foi enfática em considerar o problema das drogas e delitos conexos um risco à coesão das estruturas políticas, econômicas e sociais dos países sul-americanos. Não visualizamos, no caso brasileiro, a participação das Forças Armadas no combate direto a esta modalidade de crime que aflige grande parte da sociedade das Américas. No entanto, é lícita a preocupação com o problema, que pode em alguns casos ameaçar a segurança institucional.

Reafirmamos o entendimento já consagrado no âmbito da OEA de que a cooperação internacional nesse campo deve se reger pelo princípio da responsabilidade compartilhada entre países produtores, países de trânsito e países consumidores, segundo uma estratégia que confira igual ênfase ao controle da oferta, à redução da demanda e ao tratamento de dependentes.

Com vistas a controlar a oferta, concordamos em estreitar a cooperação no campo da inteligência, das operações policiais, da repressão ao tráfico e desvio de precursores químicos, do controle ao tráfico ilícito de armas e do combate à lavagem de dinheiro. Para tanto, instituímos um mecanismo formal de consultas regulares entre os órgãos responsáveis em cada um de nossos países, a fim de afastar o flagelo do crime organizado.

O Brasil considera fundamental que essa ameaça seja enfrentada com as armas da democracia, com respeito pleno às liberdades públicas e aos direitos humanos, sem o que a luta contra o crime organizado perde legitimidade.

É com essa convicção democrática que o Presidente Andrés Pastana tem buscado a pacificação da Colômbia. Por isso merece nosso firme apoio, que se amplia na compreensão de seus esforços na luta contra o narcotráfico.

Sempre houve solidariedade entre os países amazônicos. Solidariedade que sempre soube combinar cooperação e respeito à soberania nacional. E um dos melhores exemplos é o Tratado de Cooperação Amazônica, cujo compromisso com o desenvolvimento sustentável e a estabilidade da região muito valorizamos. Estamos dotando o Tratado de uma nova envergadura institucional, com a criação e funcionamento de sua Secretaria Permanente, e para isso é fundamental que se complete o processo de ratificação do Protocolo de Emenda.

Costumo dizer que o mundo globalizado recomenda que os interesses comuns sejam promovidos segundo uma “geometria variável”, que envolve participação em vários foros, sobretudo quando a relevância do tema em pauta transcende o entorno geográfico.

O importante é que a concertação se dê sempre em torno de valores comuns, como sói ocorrer com as tratativas no âmbito hemisférico. Partilhamos com as nações amigas das Américas uma concepção ampla da segurança regional, que pressupõe a adesão à democracia e ao desenvolvimento sustentável, valores que se consolidam do Alasca à Terra

do Fogo e que são muito caros à região que hoje tem o orgulho de hospedar os Ministros de Defesa das Américas.

Também é patrimônio comum dos países aqui representados o compromisso com o princípio da solução pacífica e negociada de controvérsias, em oposição ao uso da força ou à ameaça de seu uso contra qualquer Estado. Os países sul-americanos orgulham-se desse compromisso.

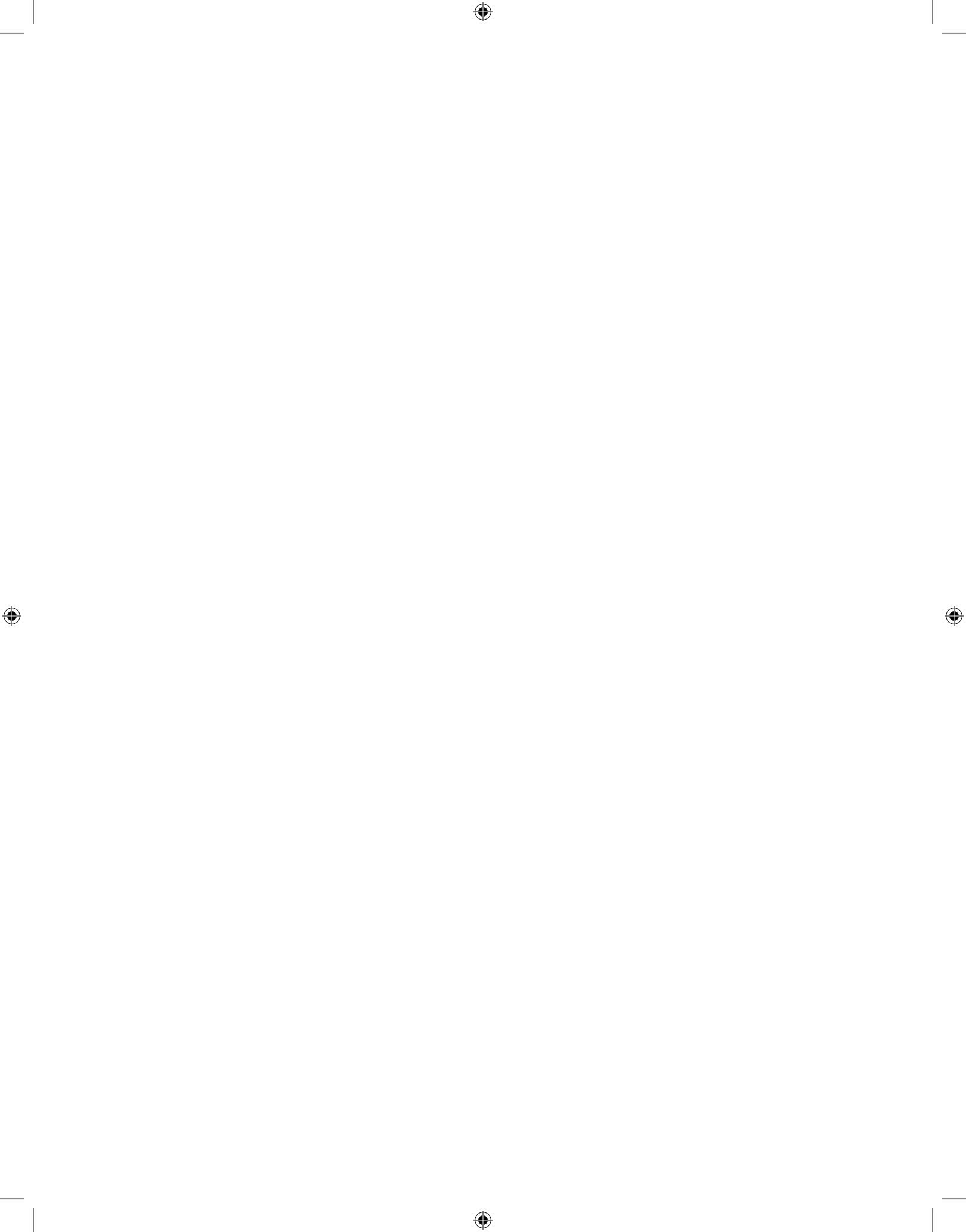
Isto tem permitido não apenas a resolução definitiva de disputas territoriais, como bem exemplifica o acordo de 1998 entre Equador e Peru, mas a manutenção da América do Sul como uma das regiões menos militarizadas do planeta.

Causou-me particular satisfação a decisão adotada na Cúpula de Brasília de se criar uma Zona de Paz Sul-Americana, que se soma à Declaração do Mercosul, Bolívia e Chile como Zona de Paz e Livre de Armas Nucleares e ao Compromisso Andino de Paz, Segurança e Cooperação. O ambiente não poderia, portanto, ser mais propício a exercícios como este diálogo hemisférico sobre defesa. Falamos a mesma linguagem, a linguagem da democracia, do desenvolvimento, do direito.

Queremos cooperar, para a segurança de nossos povos e para a elaboração de um novo conceito de Defesa. Um conceito mais amplo, que envolva todos os setores do Estado e da sociedade e extrapole o ambiente exclusivo das Forças Armadas.

Desejo a todos uma discussão das mais frutíferas nos dias que se seguem. Bem vindos a Manaus. Bem vindos ao Brasil.

Muito obrigado.



PRÊMIO DE PERSONALIDADE DO ANO DA CÂMARA DE COMÉRCIO BRASIL - ESTADOS UNIDOS

DISCURSO DO MINISTRO LUIZ FELIPE LAMPREIA AO RECEBER O
PRÊMIO DE PERSONALIDADE DO ANO DA CÂMARA DE COMÉRCIO
BRASIL-ESTADOS UNIDOS. NOVA YORK, 19 DE OUTUBRO DE 2000

Estou muito contente por estar aqui, esta noite, com todos vocês e me sinto imensamente honrado por receber o Prêmio de Personalidade do Ano da Câmara de Comércio Brasil - Estados Unidos. Agradeço à Câmara, na pessoa de seu Presidente Gabriel Safdié, por esta distinção. Gostaria também de cumprimentar o Presidente-emérito Vicente Bonnard pela organização tão competente deste belíssimo encontro.

Queria saudar meus amigos do Brasil que vieram numerosos de tantos lugares para estar comigo nesta noite tão especial. De todo o coração, obrigado. Estou muito feliz em dividir o prêmio deste ano com Roger Sant. É sempre bom estar junto de alguém que acredita no futuro do Brasil, e toma decisões de acordo com essa convicção. Além disso, trata-se alguém que se tem dedicado a causas tão importantes para o nosso País como a proteção do meio ambiente. Também é um privilégio ser apresentado pelo meu velho amigo Alan Belda. Há apenas duas semanas atrás ele foi escolhido, muito merecidamente, aliás, como um dos mais importantes e bem sucedidos líderes empresariais do Brasil.

Senhoras e Senhores,

Este evento é uma comemoração das relações Brasil-Estados Unidos, e do trabalho que, em nossos diversos ramos de atividade, dedicamos ao fortalecimento ainda maior desta parceria. Por isso, decidi compartilhar com vocês esta noite minha experiência pessoal durante três momentos muito diferentes nas vidas de nossas duas grandes nações.

No, já distante, verão de 1966, cheguei a Nova York para servir como um jovem diplomata em nossa Missão junto às Nações Unidas. Embora tenha vivido em outros países com a minha família – meu pai também era diplomata – foi o meu primeiro posto no exterior. Para que vocês possam entender o que eu pensava e como me sentia, deixem-me apenas mencionar que tinha 24 anos quando cheguei.

O Brasil era um País muito diferente daquele que conhecemos hoje. Sua população era, aproximadamente, metade da atual. A economia, muito menos complexa, era modesta e pouco sofisticada. A industrialização havia avançado com o Presidente Juscelino Kubitschek, no final dos anos cinquenta, mas

era ainda rarefeita e pouco profunda. O Brasil era conhecido, quase exclusivamente, como um exportador de café.

Naquele momento, o Governo tentava controlar os primeiros sintomas da crônica doença inflacionária com a qual tínhamos que conviver por mais de três décadas. Aquele primeiro remédio, embora doloroso, foi bastante eficaz no curto prazo, mas, como sabemos hoje, a inflação havia-se tornado a malária econômica do Brasil e tínhamos muitos surtos de febre alta ainda por vir.

O dado mais importante, a meu juízo, era que o estado de espírito positivo dos primeiros anos da Bossa Nova não mais existia. O governo civil tinha sido derrubado em 1964 e já havíamos vivido dois anos do que seriam duas longas décadas de regime autoritário. No que diz respeito ao meu trabalho na ONU, a realidade não era estimulante. Contrariando uma longa tradição de diplomacia independente, racional e orientada por princípios, o regime militar brasileiro decidiu assumir diversas posições constrangedoras. Estávamos, também, endossando causas indefensáveis, como a perpetuação do regime colonial português na África. Meus colegas e eu estávamos muito frustrados.

Aqui nos Estados Unidos, por outro lado, as coisas aconteciam com rapidez. O que qualquer um podia notar, apenas olhando pela janela, eram os fortes ventos que precedem as tempestades de mudança. Minha geração estava nas ruas. Havia uma atmosfera festiva, mas também ressentimento, intolerância e violência. Este era um país profundamente dividido. Dividido entre gerações e também social, étnica, ideologicamente. Uma nação nascida e criada com um claro senso de direção estava confusa. O certo e o errado, o bem e o mal estavam sendo reexaminados e questionados. Eu deixei Nova York no simbólico ano de 1968, depois de ter

participado da famosa manifestação contra a guerra na Hammarskjold Plaza.

Onze anos mais tarde, em 1979, eu fui para Washington como um ainda jovem Ministro Conselheiro. O Brasil – onde eu acabava de viver por sete anos – havia passado por mudanças perceptíveis. No início dos anos setenta, o período conhecido como o “Milagre Brasileiro”, nossa economia havia experimentado um crescimento extremamente rápido. A infra-estrutura havia sido modernizada: estradas, pontes, barragens e arranha-céus se multiplicavam num ritmo impressionante. Havia um sentimento de confiança. Tanto que, após a primeira crise do petróleo, em 1973, o Governo brasileiro decidiu pisar fundo no acelerador ao invés de parar a economia. Em certa medida, esta estratégia arriscada funcionou, a industrialização avançou e aprofundou-se. Investimento e créditos continuaram a entrar no País. O Brasil havia-se tornado um exportador de bens manufaturados. Éramos uma das poucas histórias de sucesso numa década turbulenta.

Problemas, sérios problemas, no entanto, nos esperavam logo mais à frente. Estávamos prestes a sentir o choque da realidade com a segunda crise do petróleo e, depois, com os devastadores efeitos da política macroeconômica norte-americana sobre os pagamentos da dívida externa dos países em desenvolvimento. O Brasil estava começando a experimentar uma era de instabilidade econômica – inflação alta, crescimento lento ou nulo – que duraria nada menos do que quinze anos.

Na frente da política interna, o regime autoritário, após um período particularmente repressivo, havia iniciado um processo de abertura lenta e gradual, mas tínhamos que esperar até 1985 pela presidência civil – com o Presidente José Sarney – e, até 1989, pelas

primeiras eleições diretas para presidente em quase trinta anos. Assim, por razões políticas e econômicas, os brasileiros já não demonstravam o “alto-astral” de costume: havia um sentimento crescente de frustração e pessimismo.

Para nossa satisfação, no entanto, a política externa brasileira tinha voltado a apresentar um perfil mais autônomo desde o início dos anos setenta, especialmente depois de 1974. Como um assessor próximo do então Chanceler Azeredo da Silveira, eu havia estado diretamente envolvido naquela mudança da qual me orgulhava, assim como meus amigos e colegas no Itamaraty. Algumas de nossas atitudes mais desafiadoras foram motivadas pelas razões erradas. A principal delas era a resistência de nosso regime a aceitar qualquer crítica internacional ou pressão em áreas como Direitos Humanos ou Meio Ambiente.

Ao mesmo tempo, as relações com os EUA atingiram seu pior momento histórico, especialmente devido à oposição norte-americana ao acordo de cooperação nuclear Brasil-Alemanha e às políticas de direitos humanos do presidente Jimmy Carter. Aqui nos Estados Unidos, os últimos anos do governo Carter e os primeiros da administração Reagan foram momentos de sentimentos contraditórios. O Presidente Carter encerrou seu mandato em meio a uma crise econômica - que ele mesmo descreveu como um sentimento de “mal-estar” no País - e com os Estados Unidos enfraquecidos no exterior. O Presidente Ronald Reagan deu início ao que seria uma reviravolta histórica, inicialmente movida pelo apelo à guerra contra dois inimigos. Contra o *big government*, no plano doméstico, e, no plano internacional, contra o comunismo e a União Soviética, que ele chamou de o “Império do Mal”.

O lado latino-americano desta situação de renovada Guerra Fria – particularmente

o envolvimento e intervenção americanos na América Central e no Caribe – deixava o Brasil pouco à vontade. Nossas relações não eram nem muito boas, nem muito ruins, quando deixei Washington em 1983.

Senhoras e Senhores,

Como Ministro das Relações Exteriores desde janeiro de 1995, tenho visitado os Estados Unidos pelo menos duas vezes por ano para me encontrar com minhas contrapartes – os queridos amigos Warren Christopher e Madeleine Albright, Mickey Kantor e Charlene Barshefski, aos quais rendo minha homenagem esta noite, – bem como com demais membros do Governo, Congresso, comunidades empresariais e acadêmicas, ONGs e da mídia. A cada nova visita, minha equipe e eu percebemos mudanças. O Brasil está-se tornando, sem dúvida, mais importante nos Estados Unidos e para os Estados Unidos. Nós todos conhecemos a razão disso: o Brasil é, hoje e a cada dia que passa, um país novo, melhor e mais forte. Os desafios que se apresentam ainda são imensos, mas recobramos a confiança em nossa capacidade de enfrentá-los.

Conforme acabamos de ver nas eleições municipais – e veremos isso novamente no segundo turno na semana que vem – o Brasil tornou-se uma democracia forte com 108 milhões de eleitores e, ao mesmo tempo, madura e dinâmica. A sociedade brasileira faz valer, cada vez mais, seu poder no processo democrático para preservar o que deve ser preservado, e para mudar o que deve ser mudado. É justo que nos orgulhemos disso.

Nossa economia sofreu transformações que ninguém poderia antecipar no começo dos anos noventa. Façamos uma simples pergunta: alguém aqui previu, em 1993, a realidade econômica brasileira de hoje? Algum de nós acreditava que, no ano 2000, teríamos uma inflação de um só dígito, crescimento da

ordem de 4%, uma produtividade em rápido crescimento, e investimentos externos acima de 25 bilhões de dólares por ano? Todos nós sabemos a resposta. E também devemos ter orgulho, muito orgulho, de nosso feito extraordinário.

Todo esse progresso tem-se traduzido no aumento do prestígio do Brasil no contexto internacional. Nosso país é mais respeitado hoje do que jamais foi. Apoiados em uma longa tradição diplomática de relações respeitadas, construtivas e transparentes com nossos parceiros, fortalecemos nossa capacidade de promover e participar de diversas formas de integração econômica regional e de iniciativas de paz, bem como de defender a democracia e aprofundamento de nossas relações com outros parceiros. A Reunião dos Presidentes da América do Sul em Brasília foi clara demonstração disso.

Permitam-me dizer algumas palavras a respeito das relações Brasil - Estados Unidos. Pode-se dizer, sem rodeios, que em termos muito claro: elas nunca foram melhores do que são hoje. É claro que continuamos a discordar sobre uma variedade de questões. É claro que continuamos a ter pontos de vista conflitantes, por exemplo, em relação às restrições impostas ao acesso de produtos brasileiros relevantes ao mercado americano. Mas aprendemos a discordar e a tentar conciliar nossos interesses de maneira natural e mutuamente respeitosa, sem comprometer o conjunto maior de nossas relações.

O Presidente Ted Roosevelt é conhecido por sua afirmação segundo a qual, em matéria de relações internacionais e política, deve-se “falar manso e carregar um grande porrete”. Eu acredito na tática oposta para o Brasil: falar claramente – e firmemente quando necessário – e ter uma mente aberta. É isso que temos feito em nossas relações nos últimos anos.

Senhoras e Senhores,

Para concluir, gostaria de compartilhar com vocês a minha opinião sobre a história recente das relações Brasil - Estados Unidos que têm sido, em grande medida, a história de dois líderes. Dois grandes líderes. O Presidente Fernando Henrique Cardoso está liderando no Brasil um período de reconstrução e renovação política, econômica e social. Ganhou reconhecimento e respeito por isso, bem como por seu envolvimento direto, cada vez mais importante, na política externa do Brasil, bem como em questões internacionais nas Américas e no resto do mundo.

O Presidente Bill Clinton liderou os Estados Unidos por oito de seus anos de maior êxito de todos os tempos, uma era que entrará para a história marcada por avanços extraordinários. Nas relações com o Brasil, ele tem mostrado capacidade de perceber a importância crescente de nosso país no cenário global, e a necessidade de termos uma melhor compreensão mútua e um diálogo mais denso entre nossas duas nações. A amizade pessoal cultivada pelos Presidentes Cardoso e Clinton tem sido um fator importante na realização desse objetivo.

Não há dúvida: a globalização, o progresso tecnológico, e a redução da presença governamental na economia não mudaram em nada o fato de que os indivíduos e os líderes podem fazer e fazem uma grande diferença. Os Presidentes Cardoso e Clinton são prova viva disso.

Seu exemplo deve servir de inspiração a todos nós. Devemos viver e trabalhar com a convicção de que cada um de nós tem um papel importante a desempenhar e pode representar uma a diferença. Devemos enfrentar esse desafio. Contribuir para o progresso de nossos países e para a amizade sempre crescente entre o Brasil e os Estados Unidos.

PRÊMIO PRÍNCIPE DE ASTÚRIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, AO RECEBER O PRÊMIO PRÍNCIPE DE ASTÚRIAS DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL. OVIEDO, ESPANHA, 27 DE OUTUBRO DE 2000

Ao saber que havia sido agraciado com o Prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional, escrevi a Don José Ramón Álvarez Rendueles, Presidente da Fundação, dizendo-lhe que acolhia esta homenagem como um gesto de apreço pelo Brasil e por seu povo.

Hoje, tenho o prazer de visitar pela primeira vez a bela e histórica cidade de Oviedo, para receber o prêmio das mãos de Sua Alteza Real o Príncipe Felipe. É uma distinção honrosa, que me dá muita alegria, especialmente porque leva a marca da Espanha e do mundo ibérico. Leva a marca da história e da cultura deste país, que dá ao mundo um exemplo de vitalidade da democracia, exemplo de sociedade aberta, de economia vibrante e moderna.

Quero ressaltar o sentido simbólico de que se reveste este prêmio ao ser-me outorgado no ano em que celebramos o Quinto Centenário do Descobrimento de nosso país. Essa coincidência dá realce às afinidades históricas e culturais que nos ligam à Espanha e que adquirem ainda mais relevo quando sabemos que mais de 10 milhões de brasileiros têm ascendência espanhola.

Em tempos mais recentes, a Espanha tornou-se o maior investidor europeu no mercado brasileiro e um aliado no fortalecimento de

nossa aproximação com a União Européia. Isso no contexto de uma nova união, como se a Europa latina – Espanha à frente – estivesse redescobrando a América. Mas as semelhanças vão além disso.

Estão na experiência do reencontro pacífico com a democracia e no compromisso com os direitos humanos, a luta contra a pobreza e pela preservação do meio ambiente.

Estão, por exemplo, na literatura, como no belo ensaio de Carlos Fuentes, publicado há pouco no Brasil, que traça um paralelo instigante entre a obra de Machado de Assis e a de Cervantes, descrevendo o grande romancista brasileiro como o principal representante, no século XIX, do que ele denomina a “tradição de La Mancha”, mesclando humor e inteligência, ironia e sensibilidade.

Voltar à Espanha é para mim sempre motivo de encantamento, que se desdobra hoje, nesta atmosfera asturiana de hospitalidade e amizade. Isso me permite algumas reflexões sobre o tema a que se refere o Prêmio Príncipe de Astúrias: a cooperação internacional.

A necessidade de cooperação internacional tornou-se ainda mais premente com o processo de globalização.

Não existe um governo mundial, mas já existe uma economia mundial. Não existe

governo mundial, mas já existem vítimas da exclusão do mercado, que clamam por ações coletivas motivadas pela solidariedade e pelo imperativo ético de maior igualdade.

Cada vez mais os países sofrem o efeito de eventos ocorridos no exterior, às vezes em países distantes. As crises financeiras da Ásia, em 1997, e da Rússia, em 1998, atingiram as economias emergentes e deixaram ainda mais no desalento os países onde vivem os “deserdados da terra”. Há um “déficit de governança” no plano internacional, que é um déficit de cooperação entre os Estados no que diz respeito a questões de interesse global.

Menciono alguns exemplos. As trocas financeiras internacionais são, talvez, a dimensão mais óbvia do problema. O atual sistema não assegura a previsibilidade e segurança necessárias para consolidar um ambiente favorável ao investimento produtivo, que gera empregos, contribui para o avanço da ciência e da tecnologia e para a melhora das condições de vida.

Alguns avanços foram alcançados, como a instituição do G-20, que se consolida como um foro de diálogo com maior representação de países em desenvolvimento. As questões referentes à nova arquitetura financeira internacional requerem uma discussão mais profunda.

O Brasil não deseja ser apenas informado das decisões do G-7. Queremos ampliar nossa participação nas instâncias deliberativas mundiais. Nas trocas internacionais, não é possível defender princípios de livre-comércio e, ao mesmo tempo, manter uma vasta e dispendiosa estrutura de protecionismo nos países mais ricos.

Em 1999, segundo cálculos da OCDE, cerca de trezentos bilhões de dólares foram gastos para proteger a agricultura dos países desenvolvidos e subsidiar suas exportações.

Este protecionismo não é uma das causas maiores da desigualdade de renda entre os países? Não é uma das causas da persistência da pobreza?

Esta forma de protecionismo fere tanto as regras da economia quanto os princípios da justiça social. E quando se fala de pobreza e desigualdade no plano internacional, a África é, sem dúvida, o grande desafio. Enquanto uma fração da humanidade conhece prosperidade nunca vista, o continente africano debate-se em meio a conflitos crônicos, à miséria e à doença. A propagação da AIDS, a falta de estruturas de prevenção – para não falar do tratamento – impõem um dever de solidariedade que não é somente moral, mas também político.

Também o conflito em Angola, herança anacrônica da guerra fria, segue causando grande sofrimento. É preciso superar definitivamente esse conflito e ajudar o povo e o governo de Angola a trilhar seu caminho próprio de desenvolvimento e liberdade. Posso assegurar-lhes que, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa, preocupa-nos especialmente ser solidários com os esforços daquele país irmão.

As dificuldades no Oriente Médio, com seu trágico saldo de hostilidades, rancores e mortes, chegam melancolicamente ao século XXI sem perspectivas seguras de solução. Sem falar nas tragédias em pleno solo europeu, nos Bálcãs, nas quais, como no Oriente Médio, aos dramas próprios da busca de poder somam-se as nuvens turvadas de fundamentalismo religioso, como se as três grandes religiões monoteístas fossem incapazes de sustentar uma ética da diversidade e da tolerância recíproca.

Os desdobramentos nas últimas semanas mostram o potencial de conflito que ainda persiste entre Israel e a Palestina. Mostram o quanto ainda são necessários os esforços

da comunidade internacional para ajudar os povos daqueles países a encontrar juntos o seu caminho de paz e justiça. Espera-se muito das Nações Unidas.

Por isso é indispensável que avance o seu processo de reforma. Esta reforma envolve superação de dificuldades financeiras e materiais, mas envolve também aspectos intangíveis, não menos importantes, como o da legitimidade, que é, em última análise, a condição sine qua non para a eficácia da ação internacional.

A ação de países isolados, ou mesmo de grupos regionais com a anuência quando muito formal do Conselho de Segurança, por mais justificados que sejam seus propósitos, deixam o mundo com a sensação de que a ordem restabelecida é arbitrária.

Como se situa o Brasil nesse panorama? As transformações internas – com a democracia, a estabilidade econômica e a retomada do crescimento – têm-nos permitido assumir um perfil de maior relevo no tratamento das questões mais amplas da agenda internacional e nos avanços inéditos na integração regional e sub-regional. A maior prova disso é o Mercosul. E paralelamente à construção do Mercosul, nossa aliança estratégica com a Argentina projeta-se para o futuro de forma cada vez mais promissora.

O Brasil de hoje sente-se detentor de considerável responsabilidade no plano internacional e, muito especialmente, no âmbito regional, embora sem veleidades de poder ou protagonismo algum. Foi com esse espírito que tomei a iniciativa – pela primeira vez na história da região – de convidar os presidentes de todos os países da América do Sul para um encontro que se realizou há menos de dois meses em Brasília. Foi um momento de reafirmação da identidade própria da América do Sul.

Por lamentáveis injunções históricas, a América do Sul foi vista, em algumas épocas, como uma terra de atraso e de ditaduras. Hoje, ela afirma uma nova imagem internacional, não pela retórica, mas a partir da transformação de sua realidade. Por isso, apoiamos o processo de paz na Colômbia e os esforços daquele país na luta contra o narcotráfico.

Por isso, defendemos o fortalecimento das instituições democráticas no Peru. Sem ingerências indevidas, não devemos calar, no entanto, frente a ameaças concretas à democracia. Por isso, em outro momento, ajudamos a preservar a ordem constitucional no Paraguai, com a “cláusula democrática” que hoje não se aplica só no Mercosul, mas também em toda a América do Sul.

Ao mesmo tempo, foi possível resolver disputas que há muito perturbavam a harmonia da região, como no caso do acordo entre Equador e Peru, para o qual o Brasil orgulha-se de ter contribuído – e eu próprio, como Presidente, tive a satisfação de participar desse processo. Mas a cooperação no mundo de hoje não está limitada a um único tabuleiro, a um único espaço. Todos os países têm identidades múltiplas e participam simultaneamente de diferentes arranjos de cooperação.

Brasil e Espanha compartilham a identidade ibero-americana, como um instrumento de solidariedade e ação conjunta. Em breve estarei com Sua Majestade o Rei Juan Carlos, o Presidente Aznar e os demais líderes ibero-americanos na reunião de cúpula do Panamá.

Pouco depois, terei o prazer de visitar o México para posse do Presidente-eleito. Será um momento histórico, de afirmação da democracia e do pluralismo político naquele grande país latino-americano, ao qual tanto Brasil quanto Espanha estão ligados por laços tão profundos.

Quero referir-me, também, a Cuba, país com o qual o Brasil mantém vínculos de confiança e diálogo. Nosso tempo é um tempo de mudanças, e minha esperança é a de que se possa alcançar a plena normalização do relacionamento de Cuba no âmbito interamericano, com o término completo dos embargos e com a reafirmação dos direitos humanos, o bem-estar e a prosperidade do povo cubano.

Quero retomar por onde comecei: as afinidades entre Brasil e Espanha. O diálogo entre nossos dois países, ademais de seus méritos no plano bilateral, tem uma dimensão mais ampla. Se almejamos um sistema internacional pluralista e avesso aos monopólios e à concentração de poder e riqueza, a associação entre o Mercosul e a União Européia será um passo indispensável. Brasil e Espanha têm uma responsabilidade especial no esforço de aproximação entre as duas regiões, que consideramos urgente, inclusive em função do calendário de negociação da Área de Livre Comércio das Américas.

E essa é uma responsabilidade que exercemos não apenas por interesse – e são interesses reais os que estão em jogo – mas também com satisfação, tantos são os pontos que nos unem e tão forte a herança comum que temos a celebrar.

E sobretudo porque para ambos os países “cooperação internacional” quer dizer especialmente cooperação entre pessoas que

prezam o ser humano concreto, homens e mulheres, jovens e mais velhos, que aspiram a uma vida melhor.

Majestade, Alteza Real, Senhoras e Senhores,

As grandes navegações, a epopéia dos “conquistadores”, a dialética da colonização e da independência, tudo isso criou as pontes que permitem pensar a união entre o velho e o novo mundo, entre uma Europa que é tão rica em tradições – mas que é ao mesmo tempo tão pródiga em promessas e oportunidades para o futuro – e uma América Latina cuja melhor tradição é a de criar novas oportunidades: de desenvolvimento, de justiça e de liberdade.

América Latina, que a pobreza e a exclusão social ainda a tornam distante da Europa democrática, integrada e próspera. Esta América Latina e suas lutas pela democracia e por melhores condições de vida para seus povos têm sido parte de minha vida acadêmica e de homem público. América Latina, cujos desafios procurei investigar desde meus tempos de pesquisador no Chile, e mesmo antes. América Latina, que também é Ibero-América e que sempre me aproximou de tantos amigos na Espanha.

Por tudo isso, sinto-me honrado de receber este prêmio das mãos de Sua Alteza Real o Príncipe das Astúrias. Vou guardá-lo como uma lembrança singular de tudo o que para mim representa a Espanha, com a grandeza de sua gente, com sua liberdade e sua cultura.

Muito obrigado.

XXI REUNIÃO DE CHANCELERES DO G-15

TEXTO DE INTERVENÇÃO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA XXI REUNIÃO DE
CHANCELERES DO G-15. CIDADE DO MÉXICO, 30 DE OUTUBRO DE 2000

O debate sobre este tema nos oferece a oportunidade de uma reflexão em voz alta sobre os propósitos do G-15, seu funcionamento e métodos de trabalho. Enseja também uma ocasião para a análise de questões que dizem respeito à própria razão de ser do Grupo, sua capacidade tanto para gerar cooperação e iniciativa conjunta entre seus membros quanto para desempenhar um papel mais ativo e relevante de interlocução no cenário internacional.

Essa dupla visão era, sem dúvida, o que se tinha em mente quando este Grupo foi criado. Somos forçados a admitir que estamos ainda distantes dos objetivos a que nos propusemos, e que para cumpri-los devemos ser capazes de tratar simultaneamente destas duas ordens de questões, uma ligada à outra: como aumentar o grau de consistência interna do Grupo e assim transformá-lo num fator efetivo de dinamização e revitalização do sistema internacional.

Temos hoje o benefício de perspectivas mais favoráveis -- ou para não parecer excessivamente otimista, perspectivas um pouco mais favoráveis do que nos últimos trinta anos --, para enfatizar a questão do desenvolvimento na agenda internacional.

Os resultados da Rodada Uruguai refletiram as dificuldades que enfrentamos no passado recente. A correlação de forças e as circunstâncias de então levaram ao resultado que -- hoje vemos claramente -- foi mais favorável aos países ricos do que para os países em desenvolvimento.

Pelo menos desde o que ocorreu (ou não ocorreu em Seattle), vai ganhando terreno a percepção de que as assimetrias da globalização, que operam em detrimento dos países em desenvolvimento, devem merecer mais atenção e devem ser objeto de providências criativas. Seattle não foi, naturalmente, um corte abrupto, e nem todas as formas de contestação à globalização ali registradas refletiam interesses dos países em desenvolvimento. Mas foi o momento que cristalizou a imagem de uma nova atitude em relação à globalização.

Há hoje sinais de alguma flexibilidade por parte dos países industrializados quanto ao entendimento de que é preciso procurar corrigir essas assimetrias. Instituições como o Banco Mundial e o FMI, nessa mesma linha, vêm incorporando a suas ações, cada vez mais, a questão do desafio do desenvolvimento. Ambos têm reiterado, por

exemplo, a necessidade de maior abertura de mercados dos países ricos. Esta mudança de atitude é positiva, mas não é ainda suficiente para resolver os nossos problemas.

Se é verdade que a questão do desenvolvimento e das assimetrias da globalização está voltando legitimamente ao centro da agenda internacional, falta ainda aos países em desenvolvimento a capacidade de concertar-se melhor, de apresentar propostas comuns, de agir em conjunto. Na medida em que representamos um universo fragmentado, disperso e, em boa medida exposto a pressões externas e interesses setoriais, torna-se muito difícil dar um conteúdo formal e encontrar metodologias de ação apropriada para lograr certos objetivos, sem que isso represente a abertura de focos de crispação ou ameaças de desentendimentos que não levariam a lugar algum.

Por sua composição, por sua própria vocação institucional, o G-15 poderia vir a servir de conduto para um processo de reconciliação e de redirecionamento deste imenso e disperso conjunto de aspirações e demandas de países que ainda estão situados no lado negativo da equação da globalização.

Será preciso, portanto, dialogar, trocar impressões, apresentar propostas para buscar orientar a atuação dos países em desenvolvimento nesse novo cenário. Devemos procurar defender, de forma tão concertada quanto possível, posições comuns nos mais diferentes foros em que são tratadas questões do nosso interesse.

Não se trata de prefixar objetivos para esses exercícios de concertação, ou de dar-lhes uma moldura institucional rígida. O processo de consultas, em si mesmo, já seria um ganho muito importante. Por meio de sua repetição, de sua incorporação à prática de nossas estruturas negociadoras, iremos identificando, de forma natural e objetiva, sem apriorismos,

aquilo que podemos fazer em conjunto sobre temas nos quais possamos defender posições comuns.

A troca de impressões sobre os temas incluídos no item II da agenda reconfirma a impressão de que ganhamos todos, os membros do G-15, com esse exercício. Podemos, sem dúvida, explorar visões comuns, interesses convergentes sobre os grandes temas da agenda internacional. Para o Brasil, essa é, em sua essência, a razão de ser do G-15: um foro de consultas e intercâmbio de idéias, para que a expressão internacional dos nossos países passe a ser maior do que a simples soma de nossas expressões nacionais.

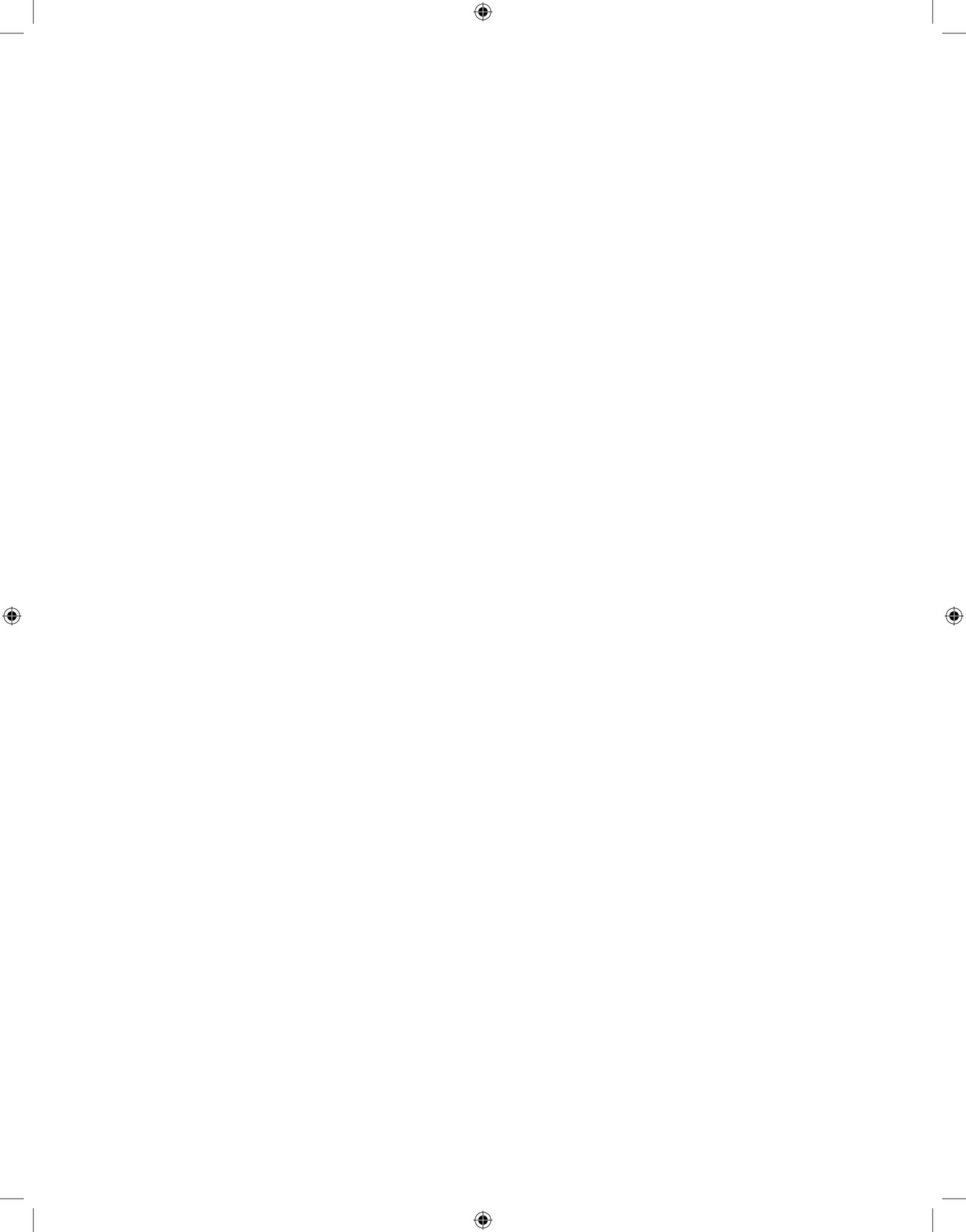
Nosso foco devem ser as demandas específicas, a correção das assimetrias evidentes, naqueles temas em que temos do nosso lado a força dos argumentos objetivos. Este é o caso, apenas para citar um exemplo, das barreiras protecionistas dos países industrializados.

Uma reunião entre Chefes de Estados do G-15 é um patrimônio político considerável, que devemos preservar. Pela importância dos países que integram o Grupo, as reuniões constituem ocasiões apropriadas para reforçar junto aos governos dos países industrializados, e junto à opinião pública daqueles mesmos países, mensagens de caráter político sobre a importância de maior atenção ao tema do desenvolvimento na agenda internacional.

Não temos idéias preconcebidas sobre o tema da frequência das reuniões. Pensamos que devemos estruturá-las de maneira mais objetiva, mais propícia ao encontro de pontos de vista e convergências que permitam a atuação coesa do grupo em determinados temas prioritários da agenda internacional. Continuamos a favorecer a idéia de organizar reuniões de cúpula em torno de um ou dois temas-chave. Mencionei o tema do protecionismo, em que o ambiente

internacional está inteiramente mais propício para a defesa dos nossos interesses. Está-se firmando a consciência de que nesse campo, em que no passado éramos vistos como devedores, hoje somos claramente credores. É o momento, portanto, de consolidar essa imagem, de fortalecer alianças. Esse trabalho poder resultar em condições mais favoráveis para os interesses dos países em desenvolvimento na OMC. As nossas convergências são mais amplas e sólidas do que as nossas eventuais divergências. Haveria outros temas, e a Presidência indonésia certamente nos propôs uma agenda relevante. O importante é orientar o processo de preparação e os debates das reuniões de cúpula em torno de algumas propostas objetivas e críveis de ação conjunta.

Essa é, em suma, do ponto de vista do Brasil, a linha de atuação prioritária para o G-15: fortalecer a sua identidade como grupo de consultas sobre temas de interesse comum. Aproveitar a projeção externa de seus membros para dar maior visibilidade na agenda internacional a temas selecionados, em especial às questões do desenvolvimento. Aproveitar a força da imagem da nossa unidade em torno de propósitos comuns para aumentar o grau de participação e a capacidade de influência dos países em desenvolvimento nos foros mundiais mais importantes. O Brasil está disposto a contribuir com o melhor de seus esforços para a busca desses objetivos.



CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DA ORDEM DO MÉRITO CULTURAL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, NA CERIMÔNIA DE CONDECORAÇÃO DA ORDEM DO MÉRITO CULTURAL. BRASÍLIA, PALÁCIO DO PLANALTO, 7 DE NOVEMBRO DE 2000

É com imenso prazer que presido a cerimônia de condecoração da Ordem do Mérito Cultural. Como lembrou há pouco o Ministro Francisco Weffort, a quem agradeço por suas palavras, sempre precisas, brilhantes, a outorga da Ordem já se tornou uma tradição do Dia da Cultura, uma tradição de que muito me orgulho.

A comenda tem satisfeito o objetivo de ressaltar o empenho com que artistas, intelectuais, empresários e lideranças políticas servem à cultura brasileira. A Ordem não é um prêmio, mas um reconhecimento. Se existe um traço comum aos nomes contemplados desde 1995, é exatamente o da contribuição exemplar que cada um deles prestou ao desenvolvimento cultural do país.

Os agraciados de hoje não escapam à regra. Por distintos que sejam os campos de interesse das ilustres personalidades aqui reunidas, suas trajetórias são variações em torno do tema de defesa da cultura nacional. Daí o respeito e a estima que têm despertado no povo brasileiro.

Sabem os amigos agraciados que os patronos desta cerimônia são personalidades que também fizeram jus ao aplauso de seus contemporâneos: Gustavo Capanema e Gilberto Freyre. Diria mais, inspirado nas palavras do Ministro Weffort. Vejo Capanema

e Freyre como homens que estiveram além de seu tempo, que projetaram muito daquilo que hoje somos, ou desejamos ser.

Uma boa medida da estatura de Capanema era a qualidade de sua entourage. Não falo apenas da companhia fiel de figuras como Drummond, Bandeira e Portinari, que fazia de Capanema, nas difíceis circunstâncias do Estado Novo, uma espécie de Mecenas público, como já o haviam sido D. Pedro II no Império e o Barão do Rio Branco no limiar da República.

Penso também em outro mineiro, Rodrigo de Mello Franco, que ajudou Capanema a montar o IPHAN, projeto que bem exemplifica seu pioneirismo em compreender a educação e a cultura sob uma perspectiva nacional.

Passemos do “jovem turco” ao “Mestre de Apipucos”. Gilberto Freyre foi superlativo em tudo onde fixou seu olhar, um olhar panorâmico, embora atento aos detalhes. Com o apuro literário de quem jamais se afastou, Freyre fez uma vibrante narrativa do cotidiano patriarcal, de suas formas de pensar e de sentir, bem antes de os franceses inaugurarem a história das mentalidades. Casa Grande e Senzala foi também um golpe de misericórdia na etnografia racista, desacreditando de vez as teses de branqueamento, a presunção de que seríamos um povo inferior.

Neste ano emblemático de 2000, em que celebramos os 500 Anos do Descobrimento e o centenário de Freyre, não me privo de louvar o painel que Gilberto pintou do Brasil, idílico em alguns aspectos, mas revelador da pujança de nossa plasticidade, valor que se atualiza a cada dia, nos mais diversos campos da vida nacional, e nos faz gostar mais do que somos, do que estamos credenciados a ser.

A plasticidade é certamente a variante que melhor explica a formação do povo brasileiro. Remete à matriz ibérica, ou especificamente portuguesa, que sabemos híbrida, inclusive com aporte mouro. Esclarece a assimilação das culturas indígenas e africanas, tão fundamentais para a modelagem de nossa experiência nos trópicos.

Não menos plástico foi o processo de absorção dos contingentes migratórios que aqui aportaram a partir da segunda metade do século XIX, provenientes dos mais diversos quadrantes: Itália, Espanha, Estados Unidos, Alemanha, Polônia, Suíça, Ucrânia, Líbano, Japão, Coreia, Bolívia, sem falar em Portugal.

Tenho pouco a acrescentar ao dito com tanto brilho por Weffort sobre a contribuição desses diferentes povos para a construção do Brasil, sobre como prosperou o sonho de fazer deste país un bel mazzolino di fior. Gostaria somente de lembrar que nem sempre a intelectualidade brasileira soube valorizar a importância do permanente diálogo civilizatório em que estivemos envolvidos ao longo da história. Nem sempre se deram ouvidos a Joaquim Nabuco em sua leitura de que nos seria inerente, a nós brasileiros, uma certa ambigüidade cosmopolita, ou uma dupla ausência, que nos faria de um lado do mar, sentir a ausência do mundo, do outro, a ausência do país.

Muitos negligenciaram a lição de Massangana e abraçaram um falso

nacionalismo, sustentado na premissa de que a identidade nacional se define pela subtração de todo e qualquer ingrediente externo, como se a autarquia do pensamento fosse desejável, ou até possível.

Felizmente o argumento do “nacional por subtração” deixou de fazer escola. O contato crescente com o mundo nos tem aberto os olhos para a importância do fato de que no Brasil, como dizia Paulo Emilio Salles Gomes, “nada nos é estrangeiro, pois tudo o é”. Não que estejamos fadados à “dialética rarefeita entre o não-ser e o ser outro”, expressão tão bem cunhada pelo querido crítico e estudioso do cinema.

Soubemos evoluir para a síntese de ser brasileiro na pluralidade, orgulhosos das diferentes experiências que cimentam a nacionalidade, cientes do trunfo que isso representa no diálogo com o mundo, que se diz no limiar de um novo universalismo, calcado em valores humanistas.

Villa-Lobos costumava reclamar quando era chamado por críticos estrangeiros de “compositor brasileiro”, e não de compositor tout court, como ocorria, por exemplo, com Brahms, nunca definido como “compositor alemão”. Ele se achava, sem prejuízo de seu patriotismo, parte de uma confraria universal, com uma obra que poderia sensibilizar a todos.

Estava certo Villa-Lobos, e é essa capacidade de gerar linguagens universais que julgo favorecida por uma formação plural como a brasileira. Isto não somente na expressão musical como nos mais diversos campos da cultura, compreendida em sentido amplo, incluindo ciência e tecnologia. O Brasil tem condições e quer produzir arte e ciência com timbre universal.

Se o pluralismo nos deixa à vontade na interlocução com o mundo, ele também concorre para fazer prosperar no plano

doméstico os atributos da democracia. Afinal, que outros valores devem informar uma sociedade democrática senão a tolerância, a capacidade de transigir, o respeito à diferença, todos eles sabidamente inscritos na vivência cultural brasileira?

Durante anos, nossos teóricos se preocuparam em apregoar a liberalização do estado como ponto nevrálgico na luta pela democracia. O aperfeiçoamento das instituições traria consigo o desanuviamento das tensões sociais. De um estado livre viria uma sociedade sã e próspera.

A história contrariou a teoria. Foi a sociedade, cada dia mais plural, que se colocou à frente do Estado na adoção dos valores democráticos. É certo que hoje temos um estado menos corporativo, mais sensível ao interesse comum, mas alguns importantes ajustes ainda precisam ser feitos, como aqueles que reclamam uma pronta reforma política.

Já a sociedade ganhou inusitado dinamismo, com o exercício da cidadania, a multiplicação de novos atores, a ampliação do espaço público. Os direitos coletivos entraram em pauta. Os atores deixaram de ser definidos por sua posição no processo produtivo e passaram a assumir múltiplas identidades, como consumidores, ativistas ambientais, minorias, internautas.

A atividade sindical, que tanto se beneficiou em seus primórdios do ativismo dos imigrantes italianos e espanhóis, não passou incólume por esse processo. Discute com o empresariado e o Governo soluções mais flexíveis para a relação entre capital e trabalho.

O fato é que importantes desafios são apresentados pela sociedade ao Estado, o que requer não apenas a abertura de novos espaços de deliberação, mas o contínuo aperfeiçoamento do sistema de representação. Se a sociedade se vê ditando boa parte da

agenda do Estado, em vez de ser por ele guiada, também traz benefícios para a ação do poder público, como parceira na definição, implementação e controle de políticas sociais.

Permiti-me ir além da questão cultural e me estender um pouco sobre a nova sociedade brasileira e sua relação com o Estado para mostrar como o pluralismo enquanto valor tem informado a vida pública do país, para benefício da cidadania, para proveito da democracia. Democracia que tende a se radicalizar com a vitalidade crescente de nossa cultura, com o florescimento da atividade artística, com o espírito plástico de nossos intelectuais e artistas, mas sobretudo de nosso povo.

Em prefácio que escrevi recentemente a respeito de um de nossos patronos, Gilberto Freyre, insisti sobre o extraordinário alcance do mito que o intelectual pernambucano, brasileiro e universal construiu sobre o Brasil, particularmente no que toca à plasticidade cultural. Lembrei que, ao lado de Florestan Fernandes, fui crítico de Freyre. Incomodava-nos o olhar generoso que o Mestre de Apipucos estendia sobre a sociedade patriarcal, abafando tensões, que sabíamos reais. Apontávamos a condição degradante do cativo, a exclusão social.

Hoje estou convencido de que o Brasil comporta tanto Gilberto Freyre como seus críticos, de que tanto o sentimento de Freyre como o de Florestan são procedentes, de que o país é ao mesmo tempo culturalmente integrador e socialmente injusto.

Com a frase que podemos ler daqui (“Se depender de mim, nunca ficarei plenamente maduro, nem nas idéias, nem no estilo, mas sempre verde, incompleto, experimental”), Gilberto Freyre sintetizou o espírito do verdadeiro intelectual, que quando exagera, erra ou muda de opinião, aqui e ali, não faz

mais do que ser um intelectual verdadeiro. Assim foi Freyre. E hoje eu me rendo a essa plasticidade de Freyre e digo, sem abdicar da crítica que fizemos no passado, que Freyre nos revelou outro lado do Brasil, que é tão Brasil quanto o lado que nós não gostamos.

Fazer com que o Brasil seja – além de culturalmente integrador – socialmente integrador constitui nosso grande desafio. Desafio que é meu, como Presidente, que é de vocês, como intelectuais, artistas, políticos e empresários, e que é de todos os brasileiros. É o desafio de contribuir para que a mesma plasticidade que habilitou Adoniran Barbosa a produzir O Samba Italiano ou Torresmo à Milanese vingue também nas relações sociais, reduzindo distâncias, diluindo diferenças, transformando o Brasil em uma sociedade mais justa e fraterna.

Se construimos ao longo de 500 anos esta nação plural que é o Brasil, haveremos de ser capazes de enfrentar com êxito nossa herança de desigualdades. E tenho certeza de que estamos no caminho certo, ao somar a força da cultura aos atributos de responsabilidade política e consciência social. Em outras palavras, ao fazer da nossa identidade um instrumento indispensável para que continuemos a realizar as transformações necessárias ao bem do país e de seu povo.

Muito obrigado.

IX REUNIÃO CONJUNTA DO COMITÊ DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA BRASIL – JAPÃO

MENSAGEM DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA CERIMÔNIA DE
ABERTURA DA IX REUNIÃO CONJUNTA DO COMITÊ DE COOPERAÇÃO
ECONÔMICA BRASIL – JAPÃO. SÃO PAULO, 7 DE NOVEMBRO 2000

Em nome do Governo brasileiro, antecipo aos empresários japoneses que nos dão a honra de sua presença os melhores votos de boas vindas.

O Ministério das Relações Exteriores participa com grande satisfação desta nona edição dos encontros econômicos promovidos pela CNI e pela Keidanren. Trata-se de uma ocasião especial, marcada pela apresentação do documento sobre a “Aliança para o Século XXI”. Vemos nesta reunião um exemplo vivo da consistência e do sentido de direção no relacionamento entre o Brasil e o Japão. É mais um sinal de que estão frutificando os esforços dos dois Governos e dos setores privados para retomar o dinamismo excepcional que marcou nos anos sessenta e setenta a presença japonesa no desenvolvimento da economia brasileira.

Em março último, tive a grata oportunidade de manter reunião de trabalho na Keidanren com o Senhor Minoru Murofushi e com empresários japoneses por ele convidados. Lembro-me com alegria daquele encontro. Estávamos naquele momento na expectativa da conclusão do relatório sobre a “Aliança

para o Século XXI”. Essa tarefa foi agora concluída, e o Governo brasileiro saúda os responsáveis pela obra. O relatório apresenta um diagnóstico muito equilibrado de nossas relações econômico-comerciais, e apresenta sugestões de extrema utilidade para orientar o trabalho de aprofundamento da parceria entre o Brasil e o Japão. Constitui desde já, em boa medida, uma pauta para os contatos entre os Governos.

Lembro-me com alegria do encontro em Tóquio com o Senhor Minoru Murofushi por um segundo motivo. Em março, o Brasil mal estava saindo do momento de transição de 1999. Ainda sentíamos, em alguma medida, os ecos da desvalorização cambial. Mas procurei, naquele momento, assinalar a nossa convicção de que as perspectivas para o Brasil eram extremamente positivas. Os desdobramentos posteriores confirmaram essa avaliação positiva que fazíamos então -- e que hoje fazemos com mais razão ainda.

A mudança do regime cambial em nada afetou a trajetória de estabilização da economia brasileira que já dura desde o lançamento do Plano Real em 1994. O Brasil

está vivendo uma nova era. Criou-se uma nova mentalidade, uma cultura da estabilidade, em oposição às incertezas do passado. Em 1999 e 2000, foram respeitadas as metas de inflação fixadas pelo Governo. Esse resultado foi possível, essencialmente, porque as finanças públicas estão em ordem. No ano passado e também agora em 2000, o superávit primário das contas públicas ficou acima de 3% do PIB. Graças a esse quadro, o Brasil pôde retomar uma trajetória de crescimento com estabilidade. A economia fechará o ano com crescimento na faixa de 4%, e deverá pelo menos manter esse ritmo em 2001.

Os fundamentos da economia brasileira são hoje particularmente sólidos. As incertezas do cenário internacional -- em especial os preços do petróleo e a desvalorização do euro -- não põem em risco a avaliação de que as perspectivas para o país são hoje as mais favoráveis de que temos recordação nos últimos vinte anos, pelo menos. Os ingressos de investimentos diretos estrangeiros em níveis recordes e sustentados são a melhor comprovação do que acabo de dizer.

Queremos aproveitar este momento positivo para consolidar as parcerias externas mais relevantes. Com persistência e sentido de direção, estamos trabalhando com prioridade no relançamento do MERCOSUL. Esperamos poder em breve implementar o acordo automotivo a que chegaram o Brasil e a Argentina em março de 2000. O último ponto pendente diz respeito à interpretação da regra referente ao conteúdo nacional de veículos produzidos na Argentina. Fizemos avanços muito importantes na área da coordenação macroeconômica, que demonstram o compromisso estratégico comum com a construção do MERCOSUL. A decisão de

dar início a negociações para adesão do Chile aponta nessa mesma direção.

A partir da base do MERCOSUL, vamos gradualmente criar um espaço econômico ampliado em toda a América do Sul. Com esse espírito, realizou-se em Brasília, recentemente, a primeira reunião de presidentes de toda a região. Já agora, em dezembro, teremos em Montevideu uma reunião ministerial de seguimento muito importante, para discutir obras conjuntas na área da infra-estrutura de integração.

Nas negociações da ALCA, a reunião ministerial de abril de 2001 em Buenos Aires irá examinar um primeiro esboço para o futuro acordo hemisférico. O rumo desse processo depende por ora, fundamentalmente, de definições internas por parte dos Estados Unidos, do compromisso daquele país com a meta de abertura de mercados nas Américas. Estamos também muito ativos na frente das negociações para uma associação inter-regional entre o MERCOSUL e a União Européia. Hoje mesmo, em Brasília, estão sendo iniciados os trabalhos da III reunião do Comitê de Negociações Bi-regionais, com a presença do Comissário Chris Patten.

Por todos os motivos, o Japão é parte fundamental desse leque de parcerias externas. A presença no Brasil de uma tão numerosa e tão representativa delegação de empresários é um sinal alentador, da mesma forma que a adoção do relatório sobre a "Aliança para o Século XXI". Talvez mais do que as próprias iniciativas governamentais, a criação de vínculos cada vez mais íntimos entre os setores privados de nossos dois países é a melhor garantia de que iremos consolidar e aprofundar a parceria Brasil-Japão. Estejam os Senhores seguros, portanto, de que o Governo brasileiro

considera de grande importância o trabalho exemplar que vem sendo desenvolvido pela CNI e pela Keidanren.

Antes de concluir, quero brevemente repetir o que já havia dito ao visitar a sede da Keidanren em março de 2000. O Governo brasileiro é reconhecido ao Senhor Minoru Murofushi pela sua liderança na tarefa de promover laços mais fortes entre o Brasil e o Japão. O conceito mesmo da “Aliança para o Século XXI” é resultado de seu dinamismo e, particularmente, de sua amizade pelo Brasil. Nessa mesma linha, faço breve registro do apreço que temos todos, no Governo brasileiro, pelo trabalho do Deputado Carlos Eduardo Moreira Ferreira. Muito obrigado, Doutor Carlos Eduardo, pela oportunidade que proporciona ao Itamaraty de participar deste encontro entre a CNI e a Keidanren, e pela sua contribuição para o desenvolvimento dessa nova frente de aproximação entre nossos países.

A adoção do relatório sobre a “Aliança para o Século XXI” é um ponto de partida para que possamos atingir metas ambiciosas, mas realistas. O Ministério das Relações Exteriores coloca-se à disposição dos empresários brasileiros e japoneses para atuar em favor dessa parceria.

Muito obrigado.



LANÇAMENTO DO FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DO ALMOÇO DE LANÇAMENTO DO FÓRUM DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS. BRASÍLIA, 8 DE NOVEMBRO DE 2000

Muito obrigado a todos pela presença. Agradeço especialmente aos nossos convidados que não trabalham no governo, que generosamente abriram espaço na agenda dos seus muitos e importantes afazeres para estar conosco hoje. Eu os convidei aqui para compartilhar preocupações com os riscos da mudança do clima no planeta e suas implicações para o Brasil.

O tema não é propriamente novo. Entrou na pauta das Nações Unidas há dez anos, em 1990. A Convenção sobre Mudança do Clima adotada em 1992, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro, recebeu a adesão de mais de 170 países. É um tratado praticamente universal, pelo qual o mundo se compromete com o objetivo de estabilizar a concentração de gases de efeito estufa na atmosfera num nível que evite prejuízos graves à produção de alimentos e ao desenvolvimento econômico sustentado.

O tema não é novo para os especialistas que o estudam, para os diplomatas que tratam dele em nome dos governos. Mas ele remete a um desafio sem precedente na história da humanidade. É um desafio com o qual não

só os especialistas, mas os governos e as sociedades como um todo terão que lidar daqui por diante.

Decisões importantes nesse sentido estão para ser tomadas, no plano internacional e no âmbito de cada país. Para dar consequência ao objetivo fundamental da Convenção sobre Mudança do Clima, foi adotado em 1997 o Protocolo de Quioto, que estabelece metas específicas de redução das emissões de gases de efeito estufa pelos países desenvolvidos. 59 países, incluindo o Brasil, já aderiram ao protocolo. Sua entrada em vigor, dentro de dois ou três anos, terá impacto direto no orçamento dos governos, no funcionamento da economia e na vida cotidiana das pessoas, tanto dos países desenvolvidos como em desenvolvimento.

O Brasil tem tido um papel de relevo nas negociações internacionais a esse respeito, graças ao profissionalismo da nossa diplomacia e ao apoio de um grupo altamente qualificado de especialistas. No ano passado, criei uma comissão interministerial para articular mais amplamente as ações do governo brasileiro decorrentes da Convenção sobre Mudança do Clima.

Falta alguma coisa que na democracia é fundamental para que as ações de governo tenham eficácia – especialmente para que tenham continuidade, da qual depende a eficácia. Falta despertar a sociedade para o problema e possibilitar que ela se mobilize em relação às soluções.

O Fórum Brasileiro de Mudança Global do Clima é um instrumento para isso. Ele será presidido pelo Presidente da República e reunirá membros do governo; pessoas de fora do governo com notório conhecimento da matéria, ou que possam contribuir para a mobilização da sociedade; e, como convidados, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os governadores de estados e os prefeitos das capitais. Será ao mesmo tempo um fórum de debates de alto nível e um instrumento de articulação da sociedade brasileira, através de câmaras temáticas, para a formulação e implementação das medidas relacionadas à mudança do clima.

Nossa presença aqui hoje ajuda a atrair a atenção do país para os objetivos do fórum. E espero que reforce o engajamento permanente de todos e cada um de nós no enfrentamento desta questão. A mobilização da sociedade depende muito da nossa capacidade de explicar em termos claros e diretos os fatos sobre a mudança global do clima. Os fatos básicos podem ser resumidos assim.

Nos últimos duzentos anos, a queima de carvão e derivados de petróleo pelo homem aumentou exponencialmente devido ao crescimento da população, à urbanização e à industrialização. Isto elevou a concentração na atmosfera de gás carbônico, metano e outros gases chamados “de efeito estufa”, isto é, gases que têm a propriedade de absorver e reter o calor do sol. Os cientistas estão convencidos de que o fenômeno chegou a um ponto em que se tornou inevitável um aumento

da temperatura média da Terra, acarretando mudanças no clima das diferentes regiões do planeta.

Ainda vai ser preciso esperar muitos anos para avaliar exatamente o ritmo, a extensão e as conseqüências dessas mudanças. O que não quer dizer que possamos esperar de braços cruzados. As conseqüências começarão a aparecer, talvez ainda na nossa geração, ou mais intensamente na geração dos nossos filhos e netos. E elas podem ser de tal monta que, na dúvida, a única atitude sensata é se antecipar a elas. Se a temperatura da Terra aumentar três graus Celsius ao longo do próximo século, conforme algumas previsões, o nível médio do mar pode subir cerca de meio metro, com imensos prejuízos para as populações e atividades econômicas situadas em ilhas e zonas costeiras de baixa altitude. Outras áreas podem ser duramente castigadas por secas ou chuvas torrenciais, mudanças na fertilidade dos solos, no estado das florestas e assim por diante. De um modo ou de outro, com maior ou menor intensidade, todo o planeta será afetado.

Antecipar-se significa, por um lado, preparar-se desde já para lidar com as conseqüências da mudança do clima, começando por aumentar nossa capacidade de previsão a respeito. Significa, por outro lado, tomar medidas de longo prazo para controlar a causa do problema, que é a emissão de gases de efeito estufa pela ação do homem.

A Convenção sobre Mudança do Clima e o Protocolo de Quioto acenam com a promessa de um amplo esquema de cooperação internacional para enfrentar esse problema em ambas as vertentes, da causa e das conseqüências.

Marx dizia que as sociedades só se colocam problemas que estão prontas para resolver. A mudança global do clima é um problema

criado pelo homem que afeta, não esta ou aquela sociedade, mas toda a humanidade em sua relação vital com o planeta Terra. As respostas a esse desafio sem precedente situam-se na fronteira da economia e da cultura, da ética e da política.

No âmbito da economia, é preciso rever idéias de desenvolvimento que signifiquem a mera projeção para o futuro da trajetória passada de crescimento dos países industrializados. O Clube de Roma, no começo da década de 1970, já havia questionado as projeções de crescimento econômico ilimitado, diante das possibilidades limitadas de expansão da oferta mundial de fontes de energia e matérias-primas. A questão da mudança global do clima repõe esse tipo de preocupação na ordem do dia em função da oferta limitada de outro tipo de recurso essencial, que é a capacidade da atmosfera de assimilar as emissões de gases de efeito estufa. O desafio, em última análise, é repensar as perspectivas de crescimento da humanidade levando em conta a finitude dos recursos naturais do planeta. O Protocolo de Quioto equivale, deste ponto de vista, à explicitação prática, mensurável e abrangente do conceito de desenvolvimento sustentável, num instrumento de direito internacional que repercute ao mesmo tempo sobre o meio ambiente, energia, comércio e padrões de produção e consumo.

No plano da cultura, a resposta ao desafio começa pelo reconhecimento de que os atuais padrões de consumo dos países desenvolvidos se baseiam em níveis insustentáveis de desperdício de energia e emissão de gases de efeito estufa. Para dar um único exemplo: parece difícil reduzir significativamente o imenso desperdício de combustível no trânsito congestionado dos centros urbanos, enquanto o uso individual do automóvel continuar sendo supervalorizado culturalmente em

detrimento das opções de transporte coletivo. Desenvolvimento sustentável importa em mudanças tanto na base material como na hierarquia de valores da sociedade. O que é tarefa para artistas e intelectuais – para os produtores de cultura em geral – tanto ou mais que para os economistas e engenheiros.

Do ponto de vista ético, coloca-se a questão da distribuição eqüitativa dos ônus relacionados à mudança global do clima. A concentração dos gases de efeito estufa foi causada basicamente pelas emissões dos países desenvolvidos nos últimos duzentos anos. No entanto, as conseqüências no próximo século serão sentidas por todos, principalmente pelos países mais pobres, que têm menor capacidade econômica de se adaptar a elas. O Brasil e outros países em desenvolvimento sustentam o princípio da responsabilidade comum mas diferenciada, ou seja: os ônus relacionados à mudança do clima devem ser repartidos entre todos os países de acordo com a responsabilidade objetiva de cada um pelo aumento da temperatura da Terra.

A Convenção sobre Mudança do Clima adotou esse princípio. Em função dele, os países desenvolvidos se obrigam a tomar a iniciativa de reduzir suas emissões, enquanto as emissões dos demais países ainda terão que aumentar para atender às suas necessidades de desenvolvimento e alívio da pobreza. A convenção também prevê que os países desenvolvidos apoiem os países em desenvolvimento, com transferência de tecnologia e de recursos financeiros, para que eles façam o inventário das emissões locais de gases de efeito estufa e tomem medidas de adaptação aos impactos ambientais causados pelos países desenvolvidos.

As negociações sobre mudança do clima incorporam, desse modo, o tema da nova ordem econômica internacional, que foi tão

discutido, com tão poucos resultados, nas décadas de 1970 e 1980. Mas o incorporam num contexto diferente, em que a aspiração de equilíbrio das relações Norte-Sul é ao mesmo tempo reforçada e modificada por outro tipo de preocupação, mais universal e imperativa: a preocupação com a sustentabilidade a longo prazo da vida no planeta. Dito de outra maneira, o sentido de responsabilidade da atual geração pelas chances de sobrevivência e bem-estar das gerações futuras.

As diferenças de interesse Norte-Sul não podem ser subestimadas, mormente por um país como o Brasil, que luta com todas as forças para se livrar do atraso e elevar as condições de vida do seu povo. É inaceitável, por outro lado, que essas diferenças sirvam de desculpa para o impasse nas negociações internacionais. A consequência do impasse seria a fragmentação de interesses e o isolamento dos países e blocos de países. Este é um cenário internacional que não traz resposta, nem para as aflições presentes do povo brasileiro, nem para o futuro do planeta.

Acredito que o maior de todos os desafios está no campo da política. Ele diz respeito à nossa capacidade de avançar, com flexibilidade mas com determinação, na construção dos consensos necessários para que as grandes promessas da Convenção sobre Mudança do Clima saiam do papel.

As dimensões do território, da população, da economia e do estoque de recursos naturais dentro de nossas fronteiras fazem do Brasil um dos principais atores na negociação do regime internacional sobre mudança do clima. A diplomacia brasileira, substantivamente apoiada no conhecimento acumulado pelos nossos cientistas – vários deles aqui presentes, – tem tido um papel relevante e invariavelmente construtivo nesse processo, em termos tanto de negociação como de conceitos novos.

A partir de uma proposta brasileira, o Protocolo de Quioto incorporou um instrumento de cooperação internacional denominado “mecanismo de desenvolvimento limpo”. Ele estimula o apoio dos países desenvolvidos a projetos que reduzam as emissões nos países em desenvolvimento, permitindo que seus resultados sejam abatidos das metas de redução das emissões nos países desenvolvidos. Para o Brasil e outros países em desenvolvimento, esta pode vir a ser uma importante fonte de financiamento de projetos de desenvolvimento de tecnologias limpas em diferentes setores.

Dentro de poucos dias, os países signatários da Convenção sobre Mudança do Clima se reunirão em Haia, em mais uma das conferências anuais previstas pela convenção. O Brasil comparecerá a essa conferência com uma delegação importante, chefiada pelo Ministro Ronaldo Sardenberg, incluindo membros do governo e representantes da sociedade civil. Isto sinaliza o nosso empenho em que essa conferência traga avanços na implementação do Protocolo de Quioto. Um avanço importante, do nosso ponto de vista, seria a criação do Comitê Executivo do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, com a adoção dos termos de referência para o seu funcionamento e a inclusão do Brasil entre os seus membros. O êxito da conferência é o sinal que eu espero para solicitar ao Congresso Nacional a ratificação do Protocolo de Quioto, contando que outros países façam o mesmo.

A pauta das negociações técnicas e jurídicas é extensa e complexa, e com certeza não será esgotada em Haia. E as decisões são adotadas somente por consenso entre todos ou quase todos os países partes da convenção. A necessidade de consenso absoluto tem sido utilizada por alguns países para tentar obter vantagens nas negociações. Eventualmente, verifica-se uma aliança tácita entre o desejo

de obter vantagens para um país e o interesse de certos grupos, dentro do país, de retardar indefinidamente qualquer medida efetiva de redução das emissões.

Nestas condições, a obtenção de consensos com alguma eficácia prática parece às vezes uma aposta irrealista. Eu acredito que ela é, mesmo assim, um caminho viável, porque acredito na capacidade dos países e dos grupos sociais de alcançarem uma compreensão mais ampla do seus interesses.

A mídia e as organizações não-governamentais têm desempenhado um papel fundamental nesse sentido, expondo à opinião pública os interesses particularistas que ameaçam bloquear as decisões por consenso. A diplomacia brasileira encara as ONGs ambientalistas brasileiras e internacionais como parceiros fundamentais na construção do regime internacional sobre mudança do clima. O que o Brasil advoga nos fóruns internacionais condiz com o que praticamos dentro das nossas fronteiras nesta matéria.

De acordo com o compromisso assumido nos termos da Convenção sobre Mudança do Clima, devemos apresentar no próximo ano a primeira comunicação nacional sobre o inventário das emissões locais de gases de efeito estufa. Ela trará uma contribuição significativa para a metodologia de estimativa das emissões num país tropical, com vastos setores agrícola e silvicultor. Nossa comunidade científica também desenvolve trabalhos relevantes em relação à modelagem numérica da mudança global do clima e à compreensão das interações entre a atmosfera e a biosfera em nosso território, notadamente na Amazônia.

Mais de 90 por cento da energia elétrica que consumimos é gerada em usinas hidrelétricas. Nossa frota de automóveis utiliza uma combinação de combustível fóssil – a gasolina – e renovável – o álcool. Só estes

dois fatos já nos colocam numa posição de avanço, mesmo em relação aos países que têm metas quantitativas de redução da emissão de gases de efeito estufa. Para além disso, estamos engajados em programas importantes de eficiência energética e conservação de energia.

Determinei a diferentes órgãos do governo que analisem todos os setores de atividade do país do ponto de vista da mudança do clima. O setor de silvicultura merece uma atenção especial, pela sua potencialidade de contribuir para mitigar a concentração dos gases de efeito estufa.

As medidas relacionadas à mudança do clima não representam necessariamente uma limitação para as nossas perspectivas de desenvolvimento. Boa parte – sou tentado a dizer, a melhor parte – dos empresários brasileiros já se deu conta disso, e está atenta, especialmente, às perspectivas que podem se abrir com a implementação do mecanismo de desenvolvimento limpo.

Admite-se, numa estimativa conservadora, que essas medidas mobilizarão 1,3 por cento do PIB mundial nos próximos anos. No Brasil, isto corresponderia a um montante superior a 10 bilhões de dólares anuais, o que pode representar um fardo ou uma oportunidade, dependendo das políticas adotadas pelo governo, das iniciativas da sociedade e das ações negociadas internacionalmente.

O Brasil vem fazendo a sua parte, de acordo com seu potencial de cooperação internacional e sem negligenciar o compromisso maior com a melhora das condições de vida do seu povo. O tema da mudança do clima, com todos os riscos que apresenta, é fascinante pela maneira como nos obriga a uma nova compreensão das relações entre o individual e o coletivo, o local e o global, o particular e o universal.

Aprendi uns dias atrás que algo tão prosaico como o arrote de um boi, multiplicado pelos

milhões de cabeças do rebanho brasileiro, representa uma fonte de metano que tem um impacto mensurável no clima global. Ações individuais tão corriqueiras como usar um automóvel no dia a dia fazem de cada um de nós ao mesmo tempo agente e paciente do drama civilizatório posto em marcha pelo aquecimento do planeta.

Diante do inusitado e da complexidade desse drama, penso que a única postura sensata é a que nos trouxe aqui hoje: a disposição de compartilhar amplamente informações no âmbito do governo e da sociedade; a franqueza para explicitar diferenças de interesse e de opinião; a confiança na possibilidade de consenso em torno dos valores fundamentais do desenvolvimento sustentável.

As respostas ao desafio não se produzirão por obra e graça da “mão invisível do mercado”, nem tão somente pela varinha de condão da tecnologia. Elas dependem, insisto, de ação política, e ação política em escala global. Ação que por sua vez convoca à cena histórica uma “cidadania planetária”, para usar a expressão que entrou em voga a partir da ECO-92.

Eu acredito que com nosso encontro de hoje, e seus desdobramentos nas atividades do Fórum Brasileiro de Mudança Global do Clima, nós estamos inaugurando um mecanismo eficaz de articulação entre o governo e a sociedade nesta matéria, fortalecendo o papel protagonista do Brasil nas negociações internacionais e dando um passo significativo no sentido da constituição dessa nova cidadania.

INAUGURAÇÃO DA EXPOSIÇÃO “DE TORDESILHAS AO MERCOSUL”

TEXTO DO SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, NA INAUGURAÇÃO
DA EXPOSIÇÃO “DE TORDESILHAS AO MERCOSUL”. PALÁCIO
ITAMARATY, RIO DE JANEIRO, 10 DE NOVEMBRO DE 2000

A exposição que temos o prazer de abrir hoje à visitação pública tem o sugestivo nome de “De Tordesilhas ao Mercosul”. Trata-se de adaptação, renovada e ampliada, de uma exposição originalmente concebida em 1996, com vistas a enriquecer o Museu Diplomático com material iconográfico capaz de ilustrar os nossos inúmeros visitantes a respeito do trajeto percorrido pela política externa do Brasil.

Este Museu Diplomático ocupa o velho casarão da Rua Larga, onde primeiro se instalou o Governo republicano proclamado em 1889 e onde veio a seguir sediar-se o Ministério das Relações Exteriores até a sua transferência para Brasília em 1970. Construído pelos Condes de Itamaraty, cujo nome passou a referenciar por antonomásia a diplomacia brasileira, este Palácio foi o palco maior de onde irradiou a sua obra o Barão de Rio Branco.

Aqui conservamos e reverenciamos a imagem daquele que se tornou a expressão maior de nossa diplomacia. Aqui guardamos algumas relíquias dos tempos antigos, dos tempos em que conquistamos o nosso espaço territorial, consolidamos os nossos direitos

soberanos e construímos o nosso país em paz e harmonia com os vizinhos. Aqui estão também os arquivos históricos do Itamaraty e a nossa mapoteca. Aqui cuidamos da nossa memória como fonte permanente de exemplo e inspiração para a nossa ação no presente e a nossa projeção no futuro.

De Tordesilhas ao Mercosul. Tordesilhas, o instrumento que criou o espaço jurídico anterior ao próprio descobrimento do território, no qual sob o domínio lusitano, viria a se constituir o país que tomaria o nome de Brasil. Mercosul, o instrumento que consolidou definitivamente a integração do Brasil com seus vizinhos do sul. De Tordesilhas, separação, ao Mercosul, integração. Toda uma trajetória em que a política exterior do Brasil manteve-se associada primeiramente à definição do território nacional, em seguida à sua pacífica e perfeita delimitação e ultimamente ao seu desenvolvimento econômico e social. Uma trajetória assinalada pelo respeito invariável aos preceitos do Direito Internacional, à paz e à cooperação. Uma trajetória de que a sociedade brasileira se orgulha com justa razão e que esta exposição pretende reconstituir de maneira objetiva e singela.

Ao declarar oficialmente inaugurada esta exposição e convidar os Senhores a percorrê-la, gostaria de expressar os agradecimentos do Itamaraty à PETROBRAS, cujo renovado patrocínio tornou possível realizá-la. Meus renovados agradecimentos vão também para o Dr Israel Belloch, Diretor da “Memória Brasil Produções Culturais”, responsável pelo projeto. Assim como para todos os colegas e funcionários do Museu e do Escritório do Itamaraty no Rio de Janeiro que contribuíram de uma forma ou de outra para a sua montagem e instalação.

Quero fazer uma menção especial ao anterior Chefe do Escritório, Embaixador Michael Neele, cuja operosa criatividade muito dinamizou a presença do Ministério no Rio. E, finalmente, uma palavra de reconhecimento ao Diretor do Museu Diplomático, nosso colega e mestre, o Embaixador João Hermes Pereira de Araújo, seguramente hoje a maior autoridade em matéria de História Diplomática do Brasil, cujo entusiasmo, cuja dedicação e cuja imensa sabedoria constituem um patrimônio do qual todo o Itamaraty se beneficia e se orgulha.

Muito obrigado a todos os que nos dão a honra de abrilhantar hoje esta Casa, que coincidentemente abriga a reunião dos Ministros da Justiça e Interior do Mercosul, sob a presidência ilustre do meu querido amigo Ministro José Gregori.

Ao Ministro Gregori e a todos os Senhores Ministros do Mercosul, uma palavra muito especial de agradecimento pelo brilho que a presença de todos e cada um traz a esta solenidade de inauguração e pela atualidade que emprestam, por estarem aqui reunidos, ao próprio sentido buscado pela exposição: o de mostrar a trajetória de um país que, nascido sob a intuição esclarecida dos negociadores portugueses de Tordesilhas fixou-se com tenacidade ao longo do período colonial, manteve-se unido, e, hoje, enriquecido pelos elementos indígenas, africanos, europeus e asiáticos que contribuíram para a formação do seu povo, constrói com os seus vizinhos do Mercosul um espaço de prosperidade compartilhada e uma comunidade de interesses que reforça a nossa inserção do Mundo e que certamente nos conduzirá a todos pelos caminhos do desenvolvimento com justiça social.

CERIMÔNIA DE CESSÃO EM DEPÓSITO DAS ATAS DO CONGRESSO ANFICTIÔNICO DE 1826

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE CESSÃO EM
DEPÓSITO DAS ATAS DO CONGRESSO ANFICTIÔNICO DE 1826. EDIFÍCIO
BOLÍVAR, CIDADE DO PANAMÁ, 18 DE NOVEMBRO DE 2000

Quero, antes de mais nada, manifestar o prazer de estar em visita ao Panamá e de participar desta cerimônia. De encontrar-me neste salão cuja dignidade faz justiça à grandeza dos ideais que aqui são lembrados.

Faz justiça ao nome de Simón Bolívar, que pelo valor de sua luta e de suas idéias conquistou o respeito de todos os povos deste continente, e o reconhecimento em todo o mundo. O Congresso Anfictiônico de 1826 foi um exemplo da amplitude de visão de Bolívar e de outros líderes que construíam, naquele momento, a recém-conquistada independência das jovens nações americanas.

E conquistada a duras penas, com grande esforço. Nós, brasileiros, se não estivemos isentos de lutas e conflitos na luta pela independência, tivemos inegavelmente um processo menos violento, mais negociado. Na América hispânica, teve peso muito maior a dimensão militar do processo de independência. As lutas foram mais renhidas, com muitos episódios que configuraram uma verdadeira guerra de independência.

Ao mesmo tempo, a América de colonização espanhola estava marcada por uma pluralidade

de centros de poder, o que tornava mais complexo o processo de conformação das novas unidades políticas que se criavam com a independência.

Essas lembranças são importantes para entender-se a importância política da iniciativa de convocação do Congresso de 1826. Que foi um evento inovador em muitos aspectos. Um evento que antecipou muitas das idéias que, passado mais de um século, encontrariam expressão efetiva na Carta das Nações Unidas, na Carta da OEA e na codificação do moderno direito internacional.

Idéias como a de manutenção da paz, de segurança coletiva, de solução pacífica de controvérsias, de garantia da independência política e da integridade territorial dos Estados. São princípios hoje dados como essenciais ao direito internacional e ao bom funcionamento do sistema internacional. Na terceira década do século XIX, eram propostas arrojadas, que revelavam uma extraordinária visão histórica da parte de quem os propunha.

Enquanto a Europa, devastada pelas guerras napoleônicas, reorganizava-se com base em uma espécie de diretório das grandes

potências, no continente americano Bolívar, Santander, Pedro Gual e outros propunham princípios de igualdade e de respeito mútuo no relacionamento entre as nações. Já aí se via o pioneirismo latino-americano nos temas do direito internacional. O Brasil foi convidado a participar do Congresso. E aceitou o convite. Só não participou porque nosso delegado sofreu contratempos na viagem.

Mas a idéia de união dos povos americanos para estabelecer princípios de convivência e para promover interesses comuns deixou sementes. Já naquele momento, alguém chegou a pensar em oferecer a cidade de Belém do Pará como futura sede de outros encontros dessa natureza. Mais tarde, a idéia ganhou novos contornos, mais efetivos, com as conferências interamericanas, a criação da OEA e – quase um século e meio depois do Congresso do Panamá – com a Operação Panamericana, lançada pelo Presidente Juscelino Kubitschek em 1958.

Pouco antes em 1956, Juscelino visitou o Panamá, nas comemorações dos 130 anos do Congresso Anfictiônico. Naquela ocasião, Juscelino expressou algumas das idéias que, mais tarde, seriam centrais em sua iniciativa panamericana. E quero lembrar aqui as suas palavras: “A unidade do continente, que constitui a substância mesma da idéia panamericana de Bolívar, está hoje associada e intimamente relacionada com o esforço para a eliminação da pobreza”. Isso continua a ser verdade. E continua a encontrar expressão nos diversos esforços de integração e construção da solidariedade entre os povos de nossa região.

Como é o caso do Mercosul, da Comunidade Andina, do Mercado Comum Centro-Americano, do CARICOM, e das negociações com vistas a uma Área de Livre Comércio das Américas. Essa mesma inspiração esteve presente, também, na primeira reunião de Presidentes da América do Sul, que realizamos no Brasil há dois meses e meio.

Ali, demos passos importantes para fortalecer a união dos países sul-americanos no tratamento dos temas de nossa agenda comum. Assumimos um compromisso de solidariedade democrática, destinado a excluir a possibilidade de retrocessos autoritários em qualquer país da região. Identificamos caminhos para avançar no desenvolvimento da infra-estrutura de integração e para enfrentar desafios comuns, como a luta contra o narcotráfico ou a inovação científica e tecnológica.

Creio que é importante lembrar esses fatos. Eles nos dão a perspectiva histórica da diversidade de iniciativas diplomáticas que se desdobram em diferentes formatos, em geometria variável, mas que têm todas em comum uma inspiração que é a mesma do Congresso do Panamá, o sonho bolivariano da unidade dos povos deste continente. Por tudo isso, é uma satisfação muito especial poder participar deste momento que é simbólico dessa inspiração, desse espírito da integração latino-americana e hemisférica.

Sei que as Atas do Congresso Anfictiônico estarão aqui em boas mãos, e constituirão, para quantos visitem este belo edifício, um dos melhores documentos da história da amizade entre nossos povos.

Muito obrigado.

ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NO
ALMOÇO EM HOMENAGEM AO PRESIDENTE DA ÁFRICA DO SUL,
THABO MBEKI. BRASÍLIA, 13 DE DEZEMBRO DE 2000

É com toda minha amizade e admiração pessoal que lhe dou as boas vindas a Brasília, meu caro Presidente Thabo Mbeki. Vossa Excelência aqui esteve, há três anos, quando desempenhava as funções de Vice-Presidente do Governo Mandela. Poder recebê-lo agora na condição de Chefe de Estado da África do Sul é, para mim, motivo de grande alegria. Já ontem à noite, quando tivemos o prazer de acolher Vossa Excelência, a Senhora Mbeki e demais integrantes de sua comitiva em jantar no Palácio da Alvorada, pude mais uma vez comprovar a sólida comunhão de interesses entre nossos países, bem como a coincidência de nossas visões de mundo.

O Brasil sente-se honrado com esta nova visita, que representa um passo a mais no caminho da aproximação e do reencontro de duas grandes nações. Nações que enfrentam os mesmos desafios - a luta pelo

desenvolvimento, a luta contra pobreza, a luta por uma ordem internacional mais equitativa. A África do Sul vem mostrando ao mundo o continuado esforço de uma sociedade para a superação do legado de injustiças e desigualdade de um regime de triste memória.

Também no Brasil, enfrentamos uma herança de séculos de exclusão social. Mas a história recente demonstra que, nessa luta,

nossas armas mais poderosas são a liberdade e a democracia, com a prática da tolerância e com a valorização da diversidade. Muito já fizemos, mas muito ainda há por fazer para avançarmos no desenvolvimento sustentável e superarmos as disparidades de riqueza e de qualidade de vida. A eliminação de todas as formas de discriminação racial é, para nós, um imperativo.

A III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e a Intolerância Correlata, a se realizar na África do Sul no próximo ano, será um marco nos esforços da comunidade internacional. No Brasil, estamos empenhados em contribuir para o êxito da Conferência. Empenhados, sobretudo, em utilizar essa oportunidade para mobilizar a sociedade na luta contra o racismo e para fortalecer ainda mais aquilo que constitui uma das características centrais de nossa cultura: a capacidade de construir uma rica convivência entre pessoas de diferentes etnias, de distintas religiões, de diversas origens nacionais. A semelhança de aspirações torna Brasil e África do Sul parceiros naturais, dentro do espírito da cooperação sul-sul. Coincidimos no esforço de integração à economia global, ao procurarmos promover o aprimoramento do comércio e dos fluxos internacionais de capital.

Também nas Nações Unidas é de grande importância nossa ação conjunta. Temos, ali, tarefas complexas e de grande relevância para todo o sistema internacional, como a reforma do Conselho de Segurança, o aprimoramento dos mecanismos de atuação da Organização, a promoção do desarmamento efetivo, a proteção do meio-ambiente e os direitos humanos. No plano bilateral, a Comissão Mista de Alto Nível que acabamos de criar oferecerá o foro apropriado para a administração do relacionamento, para o monitoramento da implementação dos acordos já assinados e para o planejamento da colaboração em novas áreas de interesse mútuo. É fundamental o desafio de garantir melhores serviços de saúde a brasileiros e sul-africanos.

Foi por isso que nossos Ministros da Saúde encontraram-se no curso desta visita e deram início a um programa de ação que possibilitará transferências de tecnologias e intercâmbio de experiências bem sucedidas. Não precisaria enumerar as imensas potencialidades do intercâmbio comercial entre nossos países. Bastaria citar as operações em curso entre a Embraer e a South Africa Air Link para suprimento de aviões brasileiros ao mercado sul-africano, em um contrato da ordem de 350 milhões de dólares. Esta que é a maior operação comercial já realizada entre empresas dos dois países fornece um estímulo adicional para que os agentes econômicos dos dois lados aproveitem as oportunidades oferecidas pelos dois mercados. Ao estreitamento de vínculos entre Brasil e África do Sul incorpora-se agora a dimensão mais ampla da aproximação entre a América do Sul e a África Austral.

O Acordo-Quadro a ser assinado ainda esta semana em Florianópolis representará a primeira etapa do projeto de criação de uma zona de livre-comércio no Atlântico Sul. A participação de Vossa Excelência na 19ª Reunião do Conselho do Mercosul

constitui, aos olhos brasileiros, a renovação do interesse sul-africano na realização desse projeto.

A África do Sul é, hoje, um ator reconhecido no cenário mundial, uma das vozes mais respeitadas do mundo em desenvolvimento. Exerce liderança. Tem um papel importante nas questões de segurança regional. Vossa Excelência lançou a bandeira do “Renascimento Africano”, e este é um conceito que nos desperta ao mesmo tempo entusiasmo e respeito. Uma nova África está se construindo, com base em princípios como o da democracia representativa, o do convívio pacífico entre vizinhos, o do respeito aos direitos humanos, o da boa governança e do combate à corrupção. E o papel da África do Sul nesse processo é essencial. O Brasil acompanha com grande atenção os acontecimentos políticos na África.

Temos laços fraternos com o povo angolano, que, como bem sabe Vossa Excelência, já sofreu o suficiente e anseia por um futuro de paz, democracia e desenvolvimento, com o apoio da comunidade internacional. Sei do papel importante que a diplomacia sul-africana tem desempenhado na mediação de conflitos, como na República Democrática do Congo e no Burundi. Sabemos que os problemas que afligem a África serão resolvidos pelos africanos. Mas sabemos também que é imprescindível a solidariedade internacional. O Brasil conta com o êxito da autêntica e moderna liderança africana, como a de Vossa Excelência.

É no espírito dessa nova África que convido a todos os presentes a acompanhar-me num brinde à saúde do Presidente Thabo Mbeki e da Senhora Zanele Mbeki, à felicidade do povo sul-africano e ao futuro de amizade e cooperação que cada vez mais haverá de unir o Brasil e a África do Sul.

XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM

DISCURSO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA NA XIX REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DO MERCADO COMUM. FLORIANÓPOLIS, 15 DE DEZEMBRO DE 2000

Quero, antes de tudo, dizer de minha alegria em receber os líderes do Mercosul em Florianópolis, cidade plena de encantos, a começar por seu povo, hospitaleiro e trabalhador.

Agradeço a inestimável colaboração prestada pelo Governo do Estado de Santa Catarina e pela Prefeitura de Florianópolis na organização deste encontro. Não poderíamos ter anfitriões mais eficientes do que os amigos Espiridião e Ângela Amin. É com muita satisfação que saúdo a presença entre nós do Presidente Thabo Mbeki, que simboliza as perspectivas promissoras de aproximação entre o Mercosul e a República da África do Sul.

A marca desta Cúpula é o que se convencionou denominar de relançamento do Mercosul, processo que na verdade começou na Reunião de Buenos Aires, em junho. Avançamos muito nos últimos seis meses, tanto no objetivo de afirmação de um mercado regional, como no aprimoramento da capacidade exportadora de nossas economias, adeptos como sempre fomos do regionalismo aberto.

Vejamos alguns desdobramentos concretos. Entrou em pauta o aperfeiçoamento de um mecanismo de solução de controvérsias ágil, seguro e imparcial, capaz de contribuir

para uma maior fluidez do comércio intra-zona. Nossos empresários poderão dispor em breve de uma instância para mais pronto equacionamento de dificuldades que se apresentem à afirmação do mercado regional.

Também estamos propondo a eliminação dos sistemas nacionais de defesa comercial intra-zona. O combate ao comércio desleal deve travar-se cada vez mais no marco da defesa de concorrência, como ocorre no interior de nossos países. Isto virá sem prejuízo do fortalecimento de nossa defesa contra práticas questionáveis de terceiros países. Andamos a passos largos nesse sentido, e logo estaremos operando um sistema comum de defesa comercial.

Iniciamos as conversações com o propósito de fazer convergir alguns elementos das políticas agrícolas nacionais. Não se cogita, naturalmente, de reproduzir a experiência europeia da política agrícola comum, que tanto prejuízo tem trazido ao comércio internacional. O objetivo, de longo prazo, é afirmar também na agricultura a primazia do mercado regional.

Progredimos na harmonização de métodos e estatísticas com vistas à coordenação macroeconômica. Isto nos permite divulgar hoje metas que devem consubstanciar nosso

“Pequeno Maastricht”. Não se trata mais de discutir em abstrato a hipótese da moeda única, mas de movimentar nossas economias a um tal nível de coordenação e harmonização que mais cedo do que se possa imaginar iremos avançar rumo à união monetária. Quero ressaltar também o acordo sobre a política automotiva comum, que permitirá estruturar no Mercosul uma plataforma produtiva e exportadora capaz de competir nos mercados automotores mundiais.

Trata-se da primeira política setorial comum do Mercosul, exatamente em uma das áreas mais dinâmicas de nosso tecido produtivo. Esperamos que o êxito desta iniciativa possa estimular outras do gênero em setores estratégicos de nossas economias, e para tanto o Brasil oferece sua bem-sucedida experiência dos foros de competitividade.

As lições aprendidas nas negociações sobre o setor automotivo certamente se revelarão úteis nos entendimentos em curso sobre a questão do açúcar, cuja incorporação ao Mercosul é um compromisso a ser cumprido sem falta.

Temos diante de nós a tarefa de atualizar a tarifa externa comum, o que exige rigor e prudência. Se a modernização de nosso parque produtivo e a evolução do mercado internacional recomendam alguns ajustes, é importante que eles não penalizem setores produtivos que planejaram seus investimentos e políticas de emprego segundo a tarifa acordada.

A TEC é o atributo mais visível do Mercosul para nossos parceiros comerciais. Por isso mesmo deve ser matéria de discussão nas tratativas a que nos dispusermos com terceiros mercados. A política externa do Mercosul permanece tão diversificada como tem sido a pauta de nosso comércio exterior. Reafirmo meu apreço em receber o Presidente Mbeki, com quem estamos firmando um

acordo que balizará o esforço de liberalização do comércio entre o bloco e a África do Sul.

Tal como acordado pelo Conselho e reafirmado na Cúpula da América do Sul que tive a honra de presidir em Brasília, mantemos a decisão de poder firmar, antes de janeiro de 2002, um acordo de livre comércio com a Comunidade Andina. E continuamos dispostos a explorar com o novo Governo mexicano a possibilidade de um acordo equilibrado e reciprocamente vantajoso de liberalização de trocas no formato quatro mais um.

Com os principais mercados asiáticos, foram intensificadas as consultas sobre as perspectivas de reforço da cooperação econômica e comercial. É com a Ásia que pela primeira vez atuamos como bloco para propor a abertura de mercado para um produto específico, no caso o arroz.

Com a União Européia, acertamos no mês passado os pontos que nos permitirão ingressar na etapa propriamente negociadora do futuro acordo de associação inter-regional. Produto ou setor algum poderá ficar excluído das negociações. É necessário abrir espaço para a expansão do comércio e dos investimentos nos dois lados do Atlântico.

Esperamos, ainda, que em 2001 possa avançar outro importante processo negociador: o da retomada na Organização Mundial do Comércio dos entendimentos sobre a liberalização dos mercados agrícolas mundiais, tema de crucial interesse para exportadores competitivos como o Mercosul.

Quero referir-me, agora, ao processo de conformação da Área de Livre Comércio das Américas. O Mercosul está comprometido, como sempre esteve, com as negociações para o estabelecimento da ALCA. O Brasil partilha com os demais Membros a expectativa de que as tratativas sejam concluídas o mais tardar em 2005, segundo os termos acordados nas Declarações presidenciais.

E aqui serei bastante claro: o desafio mais importante na ALCA não é definição de datas, nem cumprimento de prazos. É, isto sim, a construção do indispensável consenso em torno de um acordo que possa ser equilibrado e bom para todos. Para tanto, o Mercosul atuará, como vem fazendo, de maneira coesa, pois assim deve proceder um bloco de integração profunda como o que estamos construindo. Quando tivermos esse acordo, ninguém terá dúvida em querer implementá-lo.

Senhores Presidentes,

Permitam-me recordar que esta reunião se realiza três meses após a Cúpula da América do Sul em Brasília. Estou convencido de que o êxito daquele encontro se deveu em larga medida ao compromisso dos Estados Membros e Associados do Mercosul com a perspectiva de uma América do Sul coesa e integrada.

Não se trata de um compromisso fortuito, sabemos todos, mas amparado na convicção de que os valores que inspiram desde sempre o Mercosul podem cimentar a constituição de um espaço comum sul-americano. A começar pela democracia. A aprovação em Brasília da cláusula democrática é um sinal suficientemente claro de que o arbítrio é página virada na história não apenas do Cone Sul, mas de todo o continente.

Se isso é verdade, também se generaliza a percepção de que a integração é fator de desenvolvimento econômico e prosperidade social. Daí a importância que atribuímos à consolidação de uma infra-estrutura comum em transporte, energia e comunicação; e daí o seguimento que demos às discussões sobre esse tema no encontro ministerial de Montevidéu, no início do mês. Não há como esquecer que a integração física e energética foi e continua a ser um dos pilares do Mercosul.

Hoje, também queremos participar de maneira plena da economia do conhecimento e

da informação, colocando as novas tecnologias e a pesquisa científica a serviço da produção em todos os campos – da agroindústria aos serviços. Mas nada disso, como sabemos, pode prescindir da defesa de uma economia estável, de orçamentos equilibrados, de políticas públicas consistentes, de um Estado saneado e virtuoso, voltado para a redução de níveis ainda inquietantes de pobreza e indigência material.

Não sou o primeiro a lembrar que o Mercosul há muito deixou de ser uma obra de Governos para se afirmar como um projeto de sociedades. É fundamental que se tenha isto presente não apenas para aferir o alcance e legitimidade do esforço de integração, mas também para uma melhor compreensão da dinâmica do processo, que não é linear, e não se faz em velocidade de cruzeiro, mas está sujeito a turbulências, a acomodações de percurso, como toda e qualquer construção social.

A razão de nossas eventuais dificuldades é exatamente a fonte maior de nossa permanência e legitimidade. O Mercosul exige esforço porque lida com temas de grande importância para nossas sociedades. Se há necessidade de acomodações, é porque esta não é uma obra tecnocrática, mas uma obra de democracias, que por definição devem manter-se fiéis à pulsação de nossas sociedades, plurais, mobilizadas, com interesses nem sempre convergentes, mas definitivamente comprometidas com o ideal da integração, com a necessidade de aprofundar e expandir o Mercosul.

Hoje, o Brasil passa a presidência pro tempore do Mercosul ao Paraguai. Sei que o Presidente González Macchi partilha minha irrestrita confiança no futuro do Mercosul. O Mercosul é um bloco forte e um interlocutor importante sob qualquer critério de avaliação. É assim que nos consideram as pessoas que lá

fora deliberaram sobre a política, a economia e a sociedade das próximas décadas.

Projeto estratégico como o nosso, que tem por objetivo fazer infletir a história, é trabalho para gerações. Implica pensar com grandeza e agir com equilíbrio. Mas, sobretudo, supõe respeitar os interesses alheios e buscar, buscar sempre, os pontos de convergência, de aproximação, de consenso.

Tenho certeza de que a democracia e o desenvolvimento, valores hoje tão fortes entre nós, habilitam nossas lideranças e nossas sociedades para essa empreitada maior. Vontade política não falta, e já o demonstramos.

O Mercado Comum do Sul é obra dos brasileiros, argentinos, paraguaios e uruguaios, juntos. Ninguém se apresentará para construí-lo em nosso lugar. A responsabilidade é indeclinável, e é nossa.

Os próximos meses marcam o décimo aniversário do Tratado de Assunção. Se recordamos o extraordinário patrimônio que o Mercosul acumulou nesses poucos anos, não podemos sentir senão orgulho e satisfação. Mas é da natureza humana querer sempre mais, e é bom que assim seja.

Em nome dos brasileiros, e de minha parte, Presidente González Macchi, Senhores Presidentes, afirmo com toda ênfase e convicção: quero mais Mercosul. Para todos, em benefício de todos, e com a dedicação de todos nós.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos Relativos a Defesa com a Suécia. 07/07/2000

Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Assuntos de Defesa com o Reino Unido. 11/07/2000

Declaração Presidencial sobre Cooperação nas Áreas de Ciência e Tecnologia com o Chile. 13/07/2000

Declaração na Área da Defesa com o Chile. 13/07/2000

Acordo, por Troca de Notas, sobre Empréstimos Japoneses com vistas a Promover Esforços de Desenvolvimento da República Federativa do Brasil. 14/07/2000

Declaração Conjunta dos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República do Chile. 14/07/2000

Acordo sobre Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço (no âmbito da CPLP) com Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, Angola, São Tomé e Príncipe e Portugal (Em ratificação). 17/07/2000

Acordo sobre o Uso dos Imóveis da República de Moçambique pela República Federativa do Brasil. 18/07/2000

Ajuste Complementar sobre o Projeto de Apoio Técnico à Conservação e ao Manejo de Recursos Naturais na Mata Atlântica de Minas Gerais com a Alemanha. 19/07/2000

Ajuste Complementar sobre o Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea Amazônica com a Alemanha. 19/07/2000

Protocolo de Cooperação Técnica com o Timor Leste. 22/07/2000

Acordo sobre Cooperação no Campo da Sanidade Veterinária com a Romênia. 25/07/2000

Acordo sobre Cooperação nas Áreas da Proteção de Plantas e da Quarentena Vegetal com a Romênia. 25/07/2000

Acordo sobre Cooperação no Campo do Turismo com a Romênia. 25/07/2000

Memorando de Entendimento sobre Consultas Bilaterais com a Bulgária. 28/07/2000

Programa de Cooperação no Domínio da Educação, da Cultura e do Esporte com a Bulgária. 28/07/2000

Acordo por troca de Notas, sobre o Regime Trabalhista e de Previdência Social Aplicáveis aos Trabalhadores e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços com o Paraguai. 20/09/2000

Acordo, por troca de Notas, Tornando Extinto o Protocolo Adicional sobre Relações de Trabalho e Previdência Social Relativo aos Contratos de Trabalho dos Trabalhadores, Empreiteiros e Subempreiteiros de Obras e Locadores e Sublocadores de Serviços, de 10/09/1974, com o Paraguai. 20/09/2000

Protocolo de Cooperação em matéria de Tecnologia Espacial com a China. 21/09/2000

Emenda ao Artigo 5º do Acordo para o Estabelecimento da Representação da União Internacional de Telecomunicações (UIT) em Brasília, de 08/10/1991. 25/09/2000

Acordo em matéria de Cooperação Industrial com a Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). 02/10/2000

Declaração Conjunta com os Estados Unidos relativa à Criação de um Comitê Consultivo Agrícola Comum. 17/10/2000

Memorando de Entendimento Relativo a Consultas sobre Assuntos de Interesse Comum com a Nigéria. 08/11/2000

Ata de Reunião da IV Sessão da Comissão Mista Brasil/Nigéria. 08/11/2000

Acordo de Cooperação na Área de Turismo com a Estônia. 09/11/2000

Acordo de Cooperação Cultural e Educacional com a Estônia. 09/11/2000

Acordo com o Panamá, por troca de Notas, relativo à Cessão em Depósito das Atas do Congresso Anfictiônico de 1826. 13/11/2000

Acordo com o Paraguai, por troca de Notas, referente à atualização do valor dos rendimentos de capital da Itaipu Binacional. 13/11/2000

Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública com Angola. 14/11/2000

Acordo com o Uruguai para a Construção de uma Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão, nas Proximidades das Cidades de Jaguarão e Rio Branco, e Recuperação da Atual Ponte Barão de Mauá. 21/11/2000

Ajuste complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica para Implementação do Projeto Programa de Modernização do Setor dendroenergético da Nicarágua. 22/11/2000

Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica para Implementação do Projeto “Apoio ao Ministério da Saúde de São Tomé e Príncipe na Prevenção às DST/AIDS”. 02/12/2000

Memorando de Entendimento na Área de Transferência de Tecnologia na Produção de Medicamentos com Cuba. 04/12/2000

Declaração de Intenções sobre Cooperação na Área de Saúde com a África do Sul. 13/12/2000

Acordo para o Estabelecimento de uma Comissão Mista Brasil-África do Sul 13/12/2000

Acordo com a Argentina para a Viabilização da Construção e Operação de Novas Travessias Rodoviárias sobre o Rio Uruguai. 15/12/2000

Acordo com o Uruguai para a Construção de Dique de Contenção no Rio Quaraí. 27/12/2000

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

MENSAGEM DE FELICITAÇÕES DO
PRESIDENTE FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO PELA VITÓRIA DO
CANDIDATO VICENTE FOX, ELEITO
PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS
ESTADOS UNIDOS MEXICANOS
(03 DE JULHO DE 2000)

Transcreve-se, a seguir, mensagem de felicitações do Presidente Fernando Henrique Cardoso pela vitória do candidato Vicente Fox, eleito Presidente da República dos Estados Unidos Mexicanos:

“Em nome do Governo e do povo brasileiros e no meu próprio, peço a Vossa Excelência que aceite minhas mais sinceras felicitações por sua brilhante vitória nas eleições para a Presidência da República dos Estados Unidos Mexicanos. Tendo acompanhado com marcado interesse o processo eleitoral, congratulo-me igualmente com o povo irmão do México, pela serenidade e maturidade democrática exemplarmente demonstradas nesse momento singular de sua história.

Antecipo o prazer que terei em trabalhar com Vossa Excelência pelo adensamento das relações de amizade que unem o Brasil e o

México, assim como pelo fortalecimento da cooperação latino-americana.

Mais alta consideração.
Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do
Brasil”

VISITA DOS REIS DA
ESPANHA AO BRASIL
(06 DE JULHO DE 2000)

O Rei de Espanha, D. Juan Carlos I, e a Rainha Dona Sofia realizarão visita de Estado ao Brasil entre os próximos dias 9 e 15 de julho. Em Brasília, os Reis de Espanha serão recebidos pelo Presidente da República e homenageados com almoço no Palácio Itamaraty. No Rio de Janeiro, inaugurarão a exposição “De El Greco a Velázquez” no Museu Nacional de Belas Artes e, em São Paulo, participarão de almoço com empresários brasileiros e espanhóis. A programação será completada com visita ao Estado do Amazonas.

A visita do Rei Juan Carlos I constitui marco simbólico de uma nova etapa da

parceria entre os dois países. As relações entre Brasil e Espanha conhecem hoje o mais alto momento de aproximação e dinamismo de sua história. Tradicionalmente vinculados por elementos históricos (União Ibérica, imigração espanhola) e políticos (processos semelhantes de redemocratização), os dois países passaram a beneficiar-se, na década de 90, de novos vínculos regionais (Mercosul-União Européia) e, sobretudo, econômicos (a Espanha é hoje o maior investidor europeu no País).

No plano político, os contatos de alto nível têm sido freqüentes e produtivos, contribuindo para a mudança de patamar nas relações bilaterais. As visitas do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998), do Presidente José María Aznar (1997) e do Vice-Presidente Marco Maciel (1997 e 1999) -bem como de expressivo número de ministros e outras altas autoridades- proporcionaram excelente nível de concertação e colaboraram para a identificação de áreas de cooperação.

A participação do capital espanhol na privatização dos setores de telecomunicações e de energia do Brasil -aliada à atuação dos bancos Santander e BBV no mercado brasileiro- elevou a Espanha à posição de segundo maior investidor estrangeiro no País (após tão-somente os Estados Unidos). A participação da Espanha nas privatizações brasileiras, até maio de 2000, somava US\$ 9 bilhões (12% do total). Em 1995, os investimentos espanhóis no Brasil limitavam-se a apenas US\$ 300 milhões.

Os números do comércio bilateral têm acompanhado em menor escala o dinamismo dos investimentos e cresceram (fluxo total) cerca de 150% entre 1993 e 1999. Esse aumento ocorreu muito mais em função das exportações espanholas do que das brasileiras. Em 1997, pela primeira vez na década, o comércio bilateral foi deficitário para o Brasil, tendência que se manteve em 1998 e se

estabilizou em 1999, ano em que exportações e importações praticamente se igualaram.

Durante a crise financeira do início de 1999, a Espanha colaborou com o pacote de auxílio organizado pelo FMI e as declarações sobre as perspectivas da economia brasileira -tanto pelo Governo (em particular pelo Ministro da Economia e atual Vice-Presidente, Rodrigo de Rato) quanto pela iniciativa privada- sempre foram positivas, indicando plena confiança na capacidade de recuperação do País.

Todo esse quadro positivo já mostra seus efeitos na opinião pública espanhola, que passou a se interessar mais por temas brasileiros. No terreno da cooperação acadêmica, destaca-se o projeto de criação de um Centro de Estudos Brasileiros, iniciativa conjunta da Embaixada do Brasil em Madri com a Universidade de Salamanca, que se propõe a suprir uma carência de informações mais profundas sobre a realidade brasileira. No campo econômico o projeto que melhor reflete o novo patamar das relações entre os dois países é o do avião EMB 145, que tem as asas e a empenhadura fabricadas na Espanha pela empresa Gamesa.

VISITA DO PRESIDENTE LAGOS AO BRASIL (06 DE JULHO DE 2000)

O Presidente do Chile, Ricardo Lagos, realizará visita de Estado ao Brasil nos dias 13 e 14 do corrente. Sua programação deverá incluir as cidades de Brasília, São José dos Campos e São Paulo. O Presidente Lagos estará acompanhado da primeira-dama, Luisa Durán de Lagos, dos Ministros chilenos de Relações Exteriores, Fazenda, Obras Públicas e Defesa, bem como de autoridades na área de ciência e tecnologia e de expressiva

delegação de parlamentares e empresários. O desembarque da comitiva presidencial chilena na Base Aérea de Brasília está previsto para a noite do dia 12.

O Presidente Ricardo Lagos será recebido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso na manhã do dia 13 no Palácio do Planalto para uma reunião de trabalho, na qual avaliarão as relações bilaterais, as diversas iniciativas de cooperação entre os dois países, o atual estágio da integração regional e as perspectivas de aprofundamento da vinculação do Chile com o MERCOSUL. Em uma parte da reunião estarão presentes ainda os Ministros da comitiva chilena e seus homólogos brasileiros, os quais informarão sobre os avanços na cooperação bilateral em suas respectivas áreas de atuação.

O Presidente chileno conclui sua programação em Brasília, no dia 13, com a participação em um almoço oferecido pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no Palácio Itamaraty. Após o almoço, embarca para São José dos Campos, onde na tarde do mesmo dia realiza uma visita à Embraer, antes de seguir para São Paulo.

A programação do Presidente chileno em São Paulo terá início na noite do dia 13, com uma cerimônia de condecoração de personalidades brasileiras nas áreas da cultura e da ciência. Na manhã do dia 14 o Presidente Lagos participa na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) da cerimônia de abertura de seminário empresarial Brasil-Chile, e em seguida visita a Universidade de São Paulo. O retorno da comitiva chilena a Santiago está previsto para o início da tarde do dia 14.

As diversas dimensões do processo de integração regional e o estreitamento do diálogo político e da cooperação em áreas como as de ciência e tecnologia, educação e defesa receberão atenção especial dos

Presidentes durante a visita. Desde sua posse na Presidência chilena, em março último, o Presidente Lagos tem reiterado a vontade política de aprofundar as ligações de seu país com o MERCOSUL, do qual é membro associado desde 1996, com vistas a possibilitar que o Chile se torne no futuro membro pleno do bloco regional.

CONFERÊNCIA DO DESARMAMENTO (07 DE JULHO DE 2000)

O Brasil assumiu na semana iniciada em 3 de julho de 2000 a presidência da Conferência do Desarmamento (CD), principal órgão internacional de negociação no campo do desarmamento. Ontem, dia 6, na qualidade de Presidente da CD, o Representante Permanente do Brasil junto às Organizações Internacionais em Genebra, Embaixador Celso Amorim, proferiu discurso que foi acolhido com entusiasmo pelas demais delegações presentes.

ACD tem grande relevância para a segurança internacional, tendo sido responsável pela negociação de importantes tratados internacionais de desarmamento e de controle de armas. O Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP), a Convenção para a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) e o Tratado para a Proibição Completa dos Testes Nucleares (CTBT) encontram-se entre os mais conhecidos. Após o término das negociações do CTBT em 1996, no entanto, iniciou-se impasse nos trabalhos da CD, em função de discordâncias quanto às prioridades do programa de trabalho do órgão. Assim mesmo, a comunidade internacional continua a reconhecer amplamente a importância de se dar seguimento aos esforços da CD na área de desarmamento e não-proliferação.

Espera-se que o grande momento político gerado pelo êxito da VI Conferência do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, concluída recentemente em Nova York, tenha impacto positivo sobre os futuros trabalhos da CD. Pela primeira vez na história, os Estados nuclearmente armados (China, Estados Unidos, Federação da Rússia, França e Reino Unido) adotaram compromisso inequívoco com a eliminação completa dos seus arsenais nucleares.

Reflexo de seu firme compromisso com a manutenção da paz e segurança internacionais, o Brasil é membro de todos os principais tratados e foros na área de desarmamento e não-proliferação. Conferimos particular importância às negociações desenvolvidas na CD, pelo significado de sua contribuição à proteção dos anseios vitais de segurança da comunidade internacional. Temos participado dos trabalhos do órgão desde os primórdios de seu funcionamento. No atual contexto, o Brasil tem envidado todos os esforços possíveis para contribuir à resolução do impasse que lamentavelmente perdura desde 1996.

Nossa atuação na presidência da Conferência do Desarmamento constituirá desdobramento natural da ativa participação do Brasil na VI Conferência do TNP, quando, ao lado de seus parceiros da Coalizão da Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear (África do Sul, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia e Suécia), desempenhou papel decisivo para a bem-sucedida conclusão do evento. Em estreita conformidade com o Decreto Legislativo do Congresso Nacional que aprovou o texto do TNP, o Brasil continuará atuando com vistas à eliminação completa das armas nucleares. O Brasil reconhece que a Conferência do Desarmamento tem contribuição fundamental e decisiva a dar nesse campo.

A Presidência brasileira estender-se-á até 25/08.

III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP (11 DE JULHO DE 2000)

Terá lugar em Maputo, Moçambique, nos próximos dias 17 e 18 de julho, com a presença do Senhor Presidente da República, a III Conferência de Chefes de Estado e do Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. As duas Conferências anteriores ocorreram em Lisboa, Portugal, em 1996, ocasião em que foi constituída a Comunidade, e na Cidade da Praia, Cabo Verde, em 1998. As Conferências de Chefes de Estado e de Governo, como órgão máximo da CPLP, têm como propósito definir e orientar a política geral e as estratégias da organização. Em Maputo, serão eleitos os novos Secretário-Executivo e Secretário-Executivo Adjunto da CPLP que, de acordo com as regras de rotatividade da Organização, deverão ser um brasileiro e um moçambicano, respectivamente. Os mandatos são de dois anos, renováveis por um termo, e obedecem ao critério alfabético. Angola foi o primeiro país a indicar o Secretário Executivo da CPLP.

A candidata brasileira ao cargo de Secretária Executiva é a Dra. Dulce Maria Pereira, atual Presidente da Fundação Cultural Palmares.

Antecedendo a Conferência, os Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros se reúnem no dia 16 com o objetivo de avaliar as atividades do ano anterior, aprovar o orçamento e determinar as orientações políticas específicas para o período que se inicia.

O trabalho dos Presidentes e dos Chanceleres é precedido da reunião, nos dias 14 e 15, do Comitê Concertação Permanente. O órgão, composto pelos representantes diplomáticos de todos os países da CPLP residentes em Lisboa, tem reuniões ordinárias todos os meses e cabe a esse colegiado

deliberar sobre os temas de interesse da CPLP no intervalo entre as Reuniões anuais de Ministros das Relações Exteriores e dos Negócios Estrangeiros.

Ainda em Maputo, nos dias 13 e 14, ocorre a Reunião dos Pontos Focais da Cooperação da CPLP, na qual o Brasil participa representado pelo Diretor da Agência Brasileira de Cooperação. Nesta reunião, serão negociados e aprovados, entre outros, projetos na área de saúde e agricultura, preparados pela FIOCRUZ e EMBRAPA, respectivamente.

Nessa reunião deverá ser apresentado, pela parte brasileira, o projeto “Formação em Prática Diplomática” que visa formar 120 funcionários das Chancelarias dos PALOP e do Timor Leste em práticas diplomáticas por meio de cursos ministrados pelo Instituto Rio Branco nas áreas de conjuntura política internacional, organização mundial do comércio e os grandes blocos internacionais, estratégias e práticas de promoção de exportações e temas administrativos/consulares. A cooperação para a formação profissional na área diplomática é uma demanda constante na agenda do Brasil com os países africanos de língua portuguesa.

O Brasil na CPLP

O Brasil assumirá, em Maputo, o cargo máximo da CPLP, e a isso confere especial importância, em razão do impulso que pode imprimir às relações comunitárias.

Em recente discurso no Itamaraty, por ocasião da celebração do Dia da África, o Ministro Luiz Felipe Lampreia lembrou que os vínculos históricos e culturais com a África estão presentes em todos os brasileiros. Esses vínculos, explicou, têm sua origem na escravidão, com distorções e injustiças que se prolongam até o presente, sendo compromisso do Governo do Presidente Fernando Henrique

Cardoso o resgate dessa dívida, mediante a adoção de políticas para a inclusão e melhor participação da população negra no processo de desenvolvimento do País. O legado da escravidão e o racismo, ambos responsáveis por problemas estruturais e com fortes reflexos sobre a desigualdade na distribuição de renda e de oportunidades no Brasil, revelam o quanto a África é, ainda hoje, parte necessária da nossa história. É sobre esse rico e complexo pano de fundo que devem ser entendidos os laços especiais que unem os brasileiros e os africanos.

Nas relações entre o Brasil e a África reflete-se o crescente e justificado interesse da sociedade brasileira pelo continente africano, ao projetar a valorização das raízes e da matriz cultural afro-brasileira.

Assumir o Secretariado Executivo da CPLP oferece, também, oportunidade para o envolvimento e a participação de múltiplos setores da sociedade civil brasileira, em conjunto com o Governo Federal, nos temas da Comunidade.

Com o objetivo de facilitar a construção de sólidos laços de cooperação dentro da CPLP, está sendo criada a Comissão Nacional de Apoio à CPLP, composta por personalidades de elevado prestígio na vida política brasileira, representantes dos principais Ministérios afetos à cooperação e às ações no âmbito da CPLP, com significativa participação de representantes do meio acadêmico, da imprensa e da sociedade civil.

A CPLP e a cooperação brasileira

A cooperação é uma das três vertentes da CPLP. Desde a criação da CPLP, a Agência Brasileira de Cooperação - ABC vem desempenhando importante papel, aportando sua larga experiência no domínio da cooperação técnica internacional. Participou

ativamente dos entendimentos com os demais países para a elaboração e aprovação, em 1998, do Acordo Geral de Cooperação Técnica da CPLP e iniciou a concepção e estruturação de programas de cooperação técnica que respondessem a amplo interesse dos países membros e ensejassem uma contribuição significativa para a capacitação dos PALOP. Assim, foi realizado em novembro de 1998 o Seminário “Fortalecimento da Capacidade Institucional dos PALOP” em Salvador, Bahia, que contou com ampla participação de entidades de excelência brasileiras nas áreas de administração pública, formação profissional e apoio às micro e pequenas empresas, além de agências de cooperação estrangeiras (como a GTZ, da Alemanha e a Agência de Cooperação Internacional do Japão - JICA) e organismos internacionais (Banco Mundial - BIRD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, Banco Africano de Desenvolvimento - BAD, União Européia - UE, entre outros), tendo permitido o estabelecimento dos temas de interesse comum para o desenvolvimento da cooperação técnica no âmbito da CPLP. Outros seminários, sobretudo na área de capacitação, já se realizaram e outros estão previstos.

Na continuação desse esforço de dinamizar a cooperação multilateral na CPLP, a ABC coordenou, juntamente com o Secretariado Executivo da CPLP e com o apoio de entidades brasileiras, a elaboração de dois grandes projetos englobando os temas priorizados no Seminário de Salvador: a criação de um Centro Regional de Excelência em Administração Pública e de um Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial. Esses dois projetos foram apresentados e aprovados na II Reunião dos Pontos Focais da Cooperação, em Curia, Portugal, em abril de 2000. Alguns dos PALOPs manifestaram seu interesse em

sediar os Centros, fornecendo inclusive a infra-estrutura necessária como contrapartida. Esses dois projetos têm custo aproximado de US\$ 7 milhões e a grande parte dos recursos financeiros necessários para a sua execução deverão ser obtidos junto a terceiras fontes financiadoras internacionais. A participação do Brasil nesses dois projetos já ascende a aproximadamente US\$ 350,000, havendo o compromisso de aporte adicional de US\$ 400,000.

A cooperação no âmbito da CPLP estende-se também a outras áreas. A educação é a prioridade da organização, conforme decisão dos Chefes de Estado e de Governo reunidos na Cidade da Praia, por ocasião da II Conferência. Desde então, com a participação do Ministério da Educação, estão sendo realizadas ações sobretudo na área da educação à distância e avaliação educacional, e há compromisso em ampliar a cooperação para envolver outras áreas, como, por exemplo, cooperação no ensino técnico profissionalizante e formação de professores.

As perspectivas da ampliação da cooperação no âmbito da CPLP são proporcionais ao aumento da participação de múltiplos órgãos do Governo, da administração pública e da sociedade brasileira em geral nas atividades setoriais da CPLP. Entre essas, destacam-se as Reuniões de Presidentes de Conselho de Ministros e Secretários da Presidência da CPLP, que priorizaram a área de governabilidade democrática para a cooperação; dos Ministros da Cultura; dos Presidentes de Tribunais Federais e também dos Presidentes de Tribunais de Contas; dos Ministros da Justiça; dos Presidentes de Parlamentos; o envolvimento da Academia Brasileira de Letras nas questões relativas ao Instituto Internacional de Língua Portuguesa e ao Acordo Ortográfico; o Congresso Internacional de Jornalistas de Língua

Portuguesa, realizado, em Recife, em junho último, etc.

A ABC e o Ministério da Saúde estão desenvolvendo esforços nas áreas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, de saúde pública, com ênfase em programas de vacinação em massa. Com o Ministério da Agricultura, o objetivo é ampliar a cooperação em programas de agricultura tropical.

No domínio da cooperação multilateral na CPLP, o Brasil ocupa posição privilegiada, seja pelo grande número de temas nos quais possui experiências relevantes passíveis de serem transferidas, seja pela disponibilidade de instituições nacionais com competência nas áreas de interesse. Além disso, a postura da cooperação técnica brasileira, de efetivamente compartilhar resultados e conhecimentos disponíveis, situa o Brasil em posição diferenciada com relação a outros países doadores.

Por essa razão, as autoridades brasileiras vêm sendo procuradas por agências estrangeiras e organismos internacionais, visando unir esforços e desenvolver uma atuação em conjunto com a Agência Brasileira de Cooperação. Nesse sentido, a GTZ (da Alemanha) e a JICA (do Japão) já firmaram acordos com a ABC para identificação e desenvolvimento de projetos em países em desenvolvimento da América Latina e África, principalmente nos PALOP. Essa atuação conjunta da ABC com instituições congêneres abre grandes perspectivas para intensificação da cooperação coordenada pela ABC no âmbito da CPLP.

A contribuição financeira do Brasil à CPLP

A CPLP é uma organização que optou por manter reduzidas suas estruturas

administrativa e burocrática, ciente de que os recursos necessários para a dinamização de suas atividades e consecução de seus objetivos devem provir sobretudo de terceiras fontes financiadoras, públicas e privadas, que reconheçam a CPLP como parceira privilegiada em um ambicioso propósito de fomentar a paz e o desenvolvimento nos países membros. O Brasil é o segundo maior contribuinte da organização, precedido apenas de Portugal. A cota anual do Brasil é de US\$ 200.000,00.

No corrente ano, com uma rubrica no orçamento da União da ordem de R\$ 2,5 milhões, exclusivamente para a cooperação com os países de língua portuguesa, o Brasil aumentará a sua participação financeira na CPLP, contribuindo, pela primeira vez, para o Fundo Especial da Comunidade, que foi criado para financiar projetos específicos de cooperação na área de desenvolvimento e apoio às instituições.

III CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO DA CPLP (11 DE JULHO DE 2000)

Histórico

Criada por ocasião da I Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Lisboa, nos dias 17 e 18 de julho de 1996, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP - veio conferir uma moldura institucional à relação multilateral entre os países de língua portuguesa.

Com a finalidade de reunir os sete países lusófonos existentes - Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe - em torno

de três objetivos gerais, foram definidos nos Estatutos da Comunidade: a concertação político-diplomática entre os seus membros, a cooperação econômica, social, cultural, jurídica e técnico-científica, e a promoção e difusão da Língua Portuguesa.

Timor Leste participa da CPLP com o estatuto de observador convidado, devendo provavelmente ingressar na CPLP como membro pleno tão logo esteja concluído seu processo de independência.

Na origem da CPLP, está uma iniciativa do Governo brasileiro: a criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, o IILP, por ocasião da Reunião da Cúpula de Chefes de Estado dos Países de Língua Oficial Portuguesa, em São Luís do Maranhão, em 1989. O IILP é identificado como o primeiro instrumento institucional da CPLP e terá sua sede na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Na I Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP foram aprovados os Estatutos e a Declaração Constitutiva da Comunidade e foram eleitos Marcolino Moco, de Angola, e Rafael Branco, de São Tomé e Príncipe, para os cargos de Secretário-Executivo e Secretário-Executivo Adjunto, respectivamente. Reeleitos em 1998, por ocasião da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Cabo Verde, seus mandatos findarão em julho de 2000.

Os quatro órgãos diretores da Comunidade:

- a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que é encarregada de definir e orientar a política geral e as estratégias da CPLP. Reúne-se, ordinariamente, a cada dois anos;
- o Conselho de Ministros, coordena as atividades, supervisiona o funcionamento, define e implementa

políticas, bem como aprova ou não o orçamento da CPLP. Reúne-se uma vez por ano;

- o Comitê de Concertação Permanente, constituído por um representante de cada país membro, reúne-se uma vez por mês, em Lisboa, sob a coordenação do país detentor da Presidência do Conselho de Ministros, e tem a incumbência de acompanhar o cumprimento, pelo Secretário-Executivo, das decisões e recomendações emanadas da Conferência e do Conselho - podendo, quando couber, tomar decisões ad referendum do Conselho;
- o Secretariado-Executivo, que se incumbe de implementar as decisões da Conferência, do Conselho e do Comitê, bem como de assegurar a execução dos programas e responder pelas finanças e pela administração da CPLP. O Secretário-Executivo e seu Adjunto devem ser altas personalidades de diferentes países membros. São eleitos para mandatos de dois anos, que podem ser renovados uma única vez. Para assegurar o financiamento da entidade, cada Estado-membro contribui com uma cota anual, fixada pelo Conselho de Ministros. A contribuição brasileira é de US\$ 200 mil.

Na CPLP, todos os Estados-membros têm iguais direitos e deveres. Todas as decisões são tomadas por consenso. Diversas reuniões em nível governamental e em setores da sociedade civil têm sido realizadas entre os países membros. Cresce o número de fóruns internacionais cuja existência decorre da consciência da solidariedade e cooperação assente sobre a língua portuguesa.

III CONFERÊNCIA DA
CPLP - CIMEIRA DE MAPUTO
(11 DE JULHO DE 2000)

Ex-colônia portuguesa, Moçambique fica no sudoeste da África, e obteve independência de Portugal no dia 25 de junho de 1975, sob o governo marxista da Frelimo - Frente de Libertação de Moçambique - chefiado por Machel.

Os quase 20 anos de guerra civil entre a Frelimo e a guerrilha anticomunista da Resistência Nacional Moçambicana - Renamo - encerrada em 1992, deixaram 1 milhão de mortos e graves conseqüências sociais.

Em 1996 terminou a repatriação de 1,7 milhão de refugiados; a maior operação já realizada pelo Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (Acnur).

Desde o fim do conflito a nação investe na reconstrução da economia, com bom potencial de pesca, extração de gás, mineração e exploração madeireira. A produção, dependente de ajuda externa, não é suficiente para absorver a mão-de-obra, e cerca de 80% dos habitantes praticam a agricultura de subsistência.

Para dinamizar a economia, teve início em 1997 a reforma do porto de Maputo, da rodovia e da ferrovia que unem a capital a Johannesburgo, na África do Sul.

Nos últimos anos, Moçambique vem obtendo ótimos resultados macroeconômicos e o Governo tem atuado no sentido de reduzir os níveis de pobreza. Na década de 80, Moçambique figurava entre os países mais pobres do mundo, com renda média per capita anual de pouco mais de cem dólares. Nos últimos 5 anos, o PIB cresceu 10% ao ano e atualmente a renda média per capita anual passou para cerca de US\$ 350. Ainda

são índices muito baixos mas com tendência ascendente. As enchentes que assolaram o país em fevereiro/março do corrente ano, deixando cerca de 5 milhões de desabrigados, repercutirão negativamente nos bons índices que o país vinha alcançando.

Pelos esforços do Governo e conseqüentes bons resultados, Moçambique obteve redução de sua dívida junto ao FMI e, no âmbito do Clube de Paris, a suspensão do serviço de sua dívida oficial, além do cancelamento de dívidas por diversos credores bilaterais. O Brasil está avaliando as condições mais favoráveis para igualmente oferecer a Moçambique o perdão parcial da dívida contraída com o Brasil com o objetivo de que os recursos com o serviço da dívida possam ser redirecionados para os programas governamentais de combate e erradicação da pobreza.

O PNUD considerou Moçambique como um dos únicos casos de sucesso na aplicação de seu programa na África, salientando a transparência das eleições de 1998 e a ação decisiva do Governo do Presidente Chissano nos setores de saúde e educação, principalmente na redução do analfabetismo e dos desníveis regionais.

ASSINATURA DE ACORDO BRASIL-
JAPÃO BENEFICIA NORDESTE,
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
(13 DE JULHO DE 2000)

O Vice-Presidente da República, Marco Maciel, participará amanhã, 14 de julho, da cerimônia de assinatura de Acordo entre os Governos brasileiro e japonês, que prevê a contratação de empréstimos de até 46,2 bilhões

de Iens (cerca de US\$ 400 milhões) para projetos de desenvolvimento agrícola no semi-árido do Nordeste, saneamento e recuperação ambiental. O Acordo será assinado pelo Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e o Embaixador do Japão no Brasil, Katsunari Suzuki, ao meio-dia, na Sala dos Tratados (Palácio Itamaraty).

O Acordo

O Acordo Internacional por Troca de Notas a ser assinado pelos representantes dos Governos brasileiro e japonês refere-se a dois empréstimos a serem concedidos por aquele país para promover as iniciativas de desenvolvimento empreendidas pelo Brasil, fortalecendo, ainda mais, a excelente relação de amizade e cooperação entre ambas as nações.

O Acordo, assim que aprovado pelo Congresso Nacional, possibilitará a contratação de empréstimos no valor total aproximado de até 46.28 bilhões de Iens (cerca de US\$ 400 milhões) para financiar, parcialmente, os seguintes projetos:

Projeto Caatinga

O projeto contará com financiamento japonês no valor de até 6.123 bilhões de Iens (cerca de US\$ 56,6 milhões) a ser contratado pelo BNB que financiará pecuaristas da região semi-árida central do médio, submédio e baixo São Francisco para implantação de um sistema sustentável de produção agropecuária já aprovado pelo Centro de Pesquisas Agropecuárias do Trópico Semi-Árido - CPTSA, da Embrapa.

Projeto de Modernização do Setor Saneamento - PMSS II

Empréstimo no valor de até 11,32 bilhões de Iens (cerca de US\$ 10,5 milhões) complementar o financiamento deste projeto, executado pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Presidência da República, e que já conta com recursos do BIRD, cujo objetivo é o de promover a reorganização do setor saneamento por intermédio da criação de mecanismos institucionais, financeiros e de gestão que permitam a retomada sustentada dos investimentos para a universalização do acesso aos serviços de saneamento. Os objetivos específicos são: elevação do nível de eficiência dos agentes públicos prestadores de serviços para atingir condições de atuação em bases empresariais e competitivas; ampliação da cobertura dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; fortalecimento do planejamento no setor e participação de agentes privados, estimulando a melhoria da eficiência através da comparação entre indicadores de desempenho

Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos do Semi-Árido Brasileiro -PROAGUA

O projeto, que já está sendo executado pelos Ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional com financiamento do BIRD, será contemplado com empréstimo no valor de até 3,595 bilhões de Iens (cerca de US\$ 33,3 milhões). Seu objetivo é ampliar a oferta de água de boa qualidade na região do semi-árido brasileiro e promover o uso racional desse recurso de modo que a escassez de água não impeça o desenvolvimento sustentável da região.

Programa de Saneamento Ambiental da Ilha de São Luís

O Programa visa atender a demanda por esgotamento sanitário dos aglomerados urbanos da Ilha de São Luís, mediante a ampliação da rede coletora, a despoluição dos rios e córregos e mangues através da eliminação dos lançamentos existentes “in natura” de esgoto sanitário e a proteção ambiental por meio do tratamento, da totalidade dos esgotos coletados, antes do seu lançamento nos corpos receptores.

Para tanto, serão contratados recursos no valor de até 6,886 bilhões de Iens (cerca de US\$ 63,8 milhões).

Programa de Recuperação Ambiental da Baixada de Jacarepaguá

Empréstimo a ser, futuramente, contratado pelo Município do Rio de Janeiro no valor de até 18,362 bilhões de Iens (cerca de US\$ 170 milhões), financiará as ações necessárias à redução dos efeitos das cheias e ao reflorestamento de áreas devastadas na região.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA ROMÊNIA, SENHOR EMIL CONSTANTINESCU (20 DE JULHO DE 2000)

Visitará o Brasil, no período de 23 a 27 de julho corrente, o Presidente da Romênia, Senhor Emil Constantinescu, que cumprirá programação nas cidades do Rio de Janeiro e

São Paulo, além da Capital Federal. O visitante será acompanhado pela Primeira-Dama da Romênia, Senhora Nadia Constantinescu, e por delegação de alto nível, dela constando, entre outras autoridades, o Ministro da Cooperação Econômica e Financeira, Senhor Mircea Ciumara; o Vice-Chanceler, Senhor Stelian Oancea; o Presidente da Agência Nacional Romena para Ciência e Tecnologia, Senhor Lany Szabolcs; o Vice-Governador do Banco Nacional da Romênia, Senhor Cristian Popa; e o Secretário de Estado da Indústria e Comércio, Senhor Sorin Potanc.

A visita do Presidente Emil Constantinescu ao Brasil insere-se no quadro de périplo pela América Latina, que inclui, igualmente, o México. De acordo com o Ministério dos Negócios Estrangeiros romeno, a visita do Presidente Constantinescu tem por objetivo impulsionar uma maior aproximação da Romênia com os principais países da região. Em Brasília, o Presidente Emil Constantinescu participará de reunião de trabalho com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, que lhe oferecerá e à Senhora Constantinescu, almoço oficial no Itamaraty.

No Rio de Janeiro, o Presidente romeno encontrar-se-á com o Governador Anthony Garotinho, que também lhe oferecerá, acompanhado da Primeira-Dama do Estado, almoço oficial no Palácio Guanabara. Participará de Seminário Econômico-Comercial Brasil-Romênia, na sede da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro - FIRJAN e receberá para encontro o Presidente da Cia. Vale do Rio Doce-CVRD, além de alto dirigente da PETROBRÁS / BRASPETRO, a fim de examinar novos desdobramentos da cooperação bilateral. O Presidente romeno

será ainda recepcionado com solenidade na Academia Brasileira de Letras-ABL.

Em São Paulo, o Presidente Constantinescu será recebido pelo Governador Mário Covas, devendo ainda participar de Seminário Econômico-Comercial Brasil-Romênia, organizado na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo-FIESP. O Presidente romeno visitará também a Universidade de São Paulo-USP, quando será assinado um termo de cooperação com instituição universitária da Romênia.

No curso da visita oficial do Presidente Constantinescu, serão assinados, em Brasília, acordos de Cooperação no Setor de Turismo e em matéria fito e zôossanitária e entre a Radiobrás e a Rádio Nacional Romena, além de diversos protocolos de cooperação. As relações entre Brasil e Romênia se caracterizam por apreciável densidade de elos e de afinidades culturais, apresentando promissoras perspectivas de incremento. Na última década, aquele país atravessou expressivas modificações estruturais no campo político-econômico. Embora as relações diplomáticas entre Brasil e Romênia datem de 1880, a densidade do relacionamento no plano econômico-comercial não traduz, ainda hoje, o potencial de intercâmbio dos dois países. As mudanças políticas e econômicas por que têm passado a Romênia nos últimos anos sinalizam, nesse sentido, nova etapa de oportunidades no campo da cooperação bilateral, que deverá ganhar maior impulso com a visita do Presidente Constantinescu ao Brasil.

III CONFERÊNCIA DOS CHEFES
DE ESTADO E DE GOVERNO
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES
DE LÍNGUA PORTUGUESA
(20 DE JULHO DE 2000)

Declaração de Maputo

1. Os Chefes de Estado e de Governo do Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe e o Presidente da Assembléia Nacional de Angola reuniram-se em Maputo, nos dias 17 e 18 de Julho de 2000. A Conferência elegeu Sua Excelência o Senhor Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano, Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.

2. Saudaram a participação de Timor Leste, representado nesta ocasião histórica pelo Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão, a quem transmitiram o desejo de que, a muito breve prazo, Timor Leste requeira a sua adesão à CPLP como seu oitavo membro. Transmitiram também a sua satisfação com a evolução política ocorrida em Timor Leste desde a Cimeira da Praia, lamentando os massacres ocorridos após a consulta popular, que determinou o caminho do povo timorense para a sua autodeterminação e independência. Manifestaram o desejo de, em breve, serem fixadas datas para a realização das eleições gerais e formalização da independência de Timor Leste.

3. Tomaram nota, com satisfação, das medidas adotadas e das ações desenvolvidas desde a Conferência da CPLP, realizada na Praia, a 17 de Julho de 1998, no sentido da consolidação da CPLP. Nesse sentido, destacaram:

a) o papel desempenhado pela CPLP, e em particular pelo Grupo de Contato criado por ocasião da II Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, na cessação das hostilidades e no restabelecimento da ordem institucional democrática na Guiné-Bissau;

b) a participação da Comunidade no processo de consulta popular em Timor Leste, nas eleições na Guiné-Bissau e em Moçambique;

c) a aprovação pelo IV Conselho de Ministros do Regimento do Fundo Especial;

4. Com o objetivo de aumentar o espaço de atuação da CPLP, recomendaram:

a) a identificação e o desenvolvimento de modalidades apropriadas de apoio aos esforços dos Governos dos Países Membros para a consolidação e aperfeiçoamento das instituições democráticas em consonância com as legítimas aspirações dos seus povos, a ampliação da agenda política da CPLP, no sentido de discutir os grandes temas globais da atualidade;

b) o estabelecimento e reforço de vínculos, por meio do diálogo político e da cooperação, com países e organizações internacionais que mantenham afinidade com os Países Membros da CPLP;

c) um renovado empenho junto das entidades financiadoras, públicas e privadas, governamentais ou multilaterais, com o objetivo de obter os recursos necessários à implementação dos projetos de cooperação da CPLP;

d) uma melhor articulação entre iniciativas setoriais e da sociedade civil realizadas no âmbito da CPLP;

e) reforço de todas as iniciativas que contribuam para a promoção e difusão da Língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional da Língua Portuguesa;

f) apoio a projetos de cooperação para a produção e comercialização de livros no âmbito da CPLP, conforme recomendações aprovadas no I Encontro de Escritores e Editores da CPLP.

5. Tomaram nota da aprovação, pelo Conselho de Ministros, de:

a) o Acordo de Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Especiais e de Serviço;

b) a Resolução sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no Espaço da CPLP;

c) a Resolução sobre o Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP;

d) o Plano Indicativo de Utilização do Fundo Especial;

e) o Orçamento para o exercício 2000/2001;

f) a Resolução sobre a Alteração do Ano Orçamental;

g) a Resolução sobre Políticas de Gênero no âmbito da CPLP;

6. Tomaram igualmente nota do Relatório Final da Reunião Extraordinária dos Pontos Focais, saudando a aprovação dos projetos apresentados em matéria de gestão e administração escolar para dirigentes, de formação de técnicos de educação e na área dos arquivos. Saudaram igualmente a decisão do Conselho de Ministros de implementar o Centro Regional de Excelência em Administração Pública em Moçambique, assumindo a Guiné-Bissau a sua direção e o Centro Regional de Excelência em Desenvolvimento Empresarial em Angola.

7. Acolheram com satisfação a iniciativa de S. Tomé e Príncipe de colocar à disposição da Organização infra-estruturas destinadas à instalação de um Centro Internacional de Juventude da CPLP.

8. Tomaram ainda nota da apresentação, por Portugal, de um projeto sobre rede de ensino e formação a distancia, a ser apreciado na próxima Reunião de Pontos Focais de Cooperação.

9. Aprovaram:

- a) a Declaração dos Chefes de Estado e de Governo da CPLP sobre ‘Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na era da Globalização’;
- b) a Declaração sobre Timor Leste, que reitera o apoio da Comunidade à realização de eleições e à formalização da independência de Timor Leste; e
- c) a Declaração sobre HIV/SIDA.

10. Tomaram boa nota da exposição de Portugal sobre o desenvolvimento das relações econômicas no quadro da CPLP, que revela o respectivo incremento após a criação da Comunidade, e registaram igualmente a intenção de Portugal de realizar um estudo sobre as mesmas, bem como de um Fórum Empresarial.

11. Registraram com satisfação o projeto, apresentado pelo Brasil, sobre “Formação Diplomática”, que visa formar 120 funcionários dos Ministérios

dos Negócios Estrangeiros dos países membros da CPLP e de Timor Leste em práticas diplomáticas, administrativas e consulares.

12. Registraram, com satisfação, a intensificação e diversificação de reuniões setoriais no âmbito da CPLP, cujas conclusões e recomendações constituem importantes instrumentos de definição de políticas e ações conjuntas nas áreas de atividade da CPLP, tendo destacado as reuniões nos domínios da Educação, da Presidência e Assuntos Parlamentares, da Defesa, da Cultura, da

Ciência e da Tecnologia, dos Correios e Telecomunicações e das Pescas.

13. Registraram também, com apreço, os múltiplos encontros envolvendo os diversos setores das sociedades Civis dos países de língua portuguesa, o que demonstra o fortalecimento da CPLP, o seu dinamismo, a sua vocação para a cooperação e para a solidariedade em língua portuguesa.

14. Congratularam-se também pela presença cada vez mais freqüente de representantes timorenses nas reuniões governamentais e não-governamentais da CPLP, expressando o seu desejo de que essa participação não só permita o fortalecimento dos laços de cooperação da CPLP e dos seus Países Membros com Timor Leste, mas, sobretudo, que consolide, no novo país, o sentimento de pertencer à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

15. Congratularam-se ainda com a realização da Cimeira do Milênio e com a designação da 55a Assembléia Geral das Nações Unidas como “Assembléia do Milênio das Nações Unidas no Século XXI”, subdividida em dois tópicos:

- i) Paz, Segurança e Desarmamento; e
- ii) Desenvolvimento e Erradicação da Pobreza.

16. Felicitaram o Governo Português pelo lançamento e concretização da Primeira Cimeira África-Europa, no âmbito da Presidência Portuguesa da União Européia, a qual constituiu um ponto de viragem nas relações entre os dois continentes e irá permitir à União Européia aprofundar a sua parceria estratégica com a África, ao mesmo nível das parcerias que já desenvolve com outras regiões do mundo, em particular com o Mercosul. Registraram com satisfação o sucesso da iniciativa, que contou com a

presença de cinquenta Chefes de Estado e de Governo de países dos dois continentes.

Sublinharam a importância do caráter global do diálogo estabelecido ao longo do processo preparatório e no decurso da Cimeira, que permitiu a abordagem de todos os temas de interesse comum e culminou na aprovação de dois documentos finais, que estabelecem os parâmetros do futuro relacionamento euro-africano.

17. Saudaram a Declaração sobre África adotada pela 35ª Sessão Ordinária de Chefes de Estado e de Governo da OUA, realizada em Argel, em Julho de 1999, que sublinha a determinação da organização em envidar esforços para a prevenção e solução de conflitos em África, e registaram com agrado a decisão dos líderes africanos de declarar o ano 2000 como o Ano da Paz, Segurança e Solidariedade. Apelaram ao pleno envolvimento dos líderes africanos na materialização da referida declaração.

18. Expressaram a sua preocupação pela crítica situação económica da África, caracterizada pela pesada dívida externa, deterioração dos preços dos produtos primários, insuficiente investimento estrangeiro e declínio da ajuda pública ao desenvolvimento, apelando aos credores para a necessidade de redução substancial ou cancelamento da dívida externa, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento económico e social, e combate à pobreza absoluta.

19. Notaram com grande preocupação o alastramento do HIV/SIDA, particularmente na África, entre as camadas mais jovens. Notaram igualmente com preocupação a persistência da malária como um dos maiores causadores da morte nos países em desenvolvimento, apelando à comunidade internacional, e em especial aos países

desenvolvidos, para que dêem prioridade aos esforços coordenados para a prevenção e combate ao HIV/SIDA e à malária.

20. Considerando a prevenção e o combate ao HIV/SIDA e à malária como uma das condições essenciais ao desenvolvimento e à segurança nos países africanos, exortaram os países industrializados e os produtores de medicamentos anti-retrovirais a disponibilizarem tais medicamentos aos países em desenvolvimento a preços acessíveis.

21. A este respeito, saudaram a recente realização da Conferência Mundial da SIDA, em Durban, na África do Sul, e, no espírito dos esforços internacionais nessa matéria, recomendaram que, no âmbito da CPLP, sejam substancialmente reforçados os programas voltados para o combate e a prevenção do HIV/SIDA. Saudaram, ainda, a oferta brasileira de expandir a sua cooperação com os países africanos, mediante a disponibilização da sua política de distribuição generalizada e gratuita dos medicamentos anti-retrovirais, inclusive com a transferência graciosa, para os países africanos de língua portuguesa, de tecnologia para a produção de tais medicamentos.

22. Congratularam-se igualmente com o projeto de parceria entre Portugal, Estados Unidos da América e S. Tomé e Príncipe para a erradicação da malária neste último país.

23. Expressaram a sua mais viva solidariedade às autoridades moçambicanas e ao seu povo pelas recentes cheias que causaram milhares de vítimas e a destruição de parte importante do tecido económico, manifestando o seu reconhecimento à comunidade internacional pelo apoio, solidariedade e assistência humanitária prestadas a Moçambique.

24. Saudaram ainda a forma ordeira e pacífica em que decorreram as recentes eleições legislativas e presidenciais em Moçambique,

que mais uma vez demonstraram a maturidade do povo moçambicano no processo de consolidação da paz e democracia.

25. Congratularam-se pelas eleições legislativas e presidenciais recentemente realizadas na República da Guiné-Bissau, que permitiram o restabelecimento da ordem institucional democrática naquele país. Lançaram um apelo à comunidade internacional para desbloquear os apoios prometidos na Mesa Redonda realizada em Genebra, em maio de 1999, a fim de que a República da Guiné-Bissau possa prosseguir os seus projetos de desenvolvimento sócio-econômico e de reconstrução nacional.

26. Examinaram a situação prevalecente em Angola e reiteraram que a ausência de paz efetiva naquele país resulta do não-cumprimento dos compromissos estabelecidos no Protocolo de Lusaka, por parte de Jonas Savimbi e seus seguidores.

27. Condenaram as suas ações armadas e criminosas contra as populações civis e a destruição de infra-estruturas econômicas e sociais. Manifestaram o seu apoio e a sua solidariedade ao Governo de Angola, nos seus esforços de combate à subversão armada, para o restabelecimento da paz duradoura à luz do Protocolo de Lusaka.

28. Saudaram o consenso alcançado no âmbito da CPLP acerca das conclusões do Relatório Fowler, que serviram de base à Resolução 1295/00 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

29. Analisaram o Relatório do Secretário Executivo relativo ao mandato 1998-2000, registrando, com apreço, o seu empenho para que fossem cumpridas as recomendações aprovadas por ocasião da II Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP. Manifestaram o seu reconhecimento pela contribuição pessoal do Secretário Executivo e do Secretário Executivo Adjunto na

consolidação e na projeção da Comunidade na cena internacional, tendo, a esse respeito, feito uma declaração de apreço.

30. Aplaudiram a decisão de Portugal de financiar na totalidade o projeto e as obras da sede do Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP.

31. Elegeram, por unanimidade, a Dra. Dulce Maria Pereira, proposta pela República Federativa do Brasil, para o cargo de Secretária Executiva da CPLP e o Dr. Zeferino Martins, proposto pela República de Moçambique, para o cargo de Secretário Executivo Adjunto.

32. Aceitaram com prazer a disponibilidade da República Federativa do Brasil para acolher a IV Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, prevista para o ano 2002, e registraram com satisfação a oferta da República de S. Tomé e Príncipe para receber a VI Reunião do Conselho de Ministros, em 2001.

Decidiram realizar uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros em Díli, logo após a independência de Timor Leste.

33. Expressaram ao Governo e ao povo de Moçambique o seu agradecimento pela hospitalidade e pelo acolhimento dispensados a todos os participantes à III Conferência dos Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Maputo, República de Moçambique, aos 18 de Julho de 2000.

Declaração sobre “Cooperação, desenvolvimento e democracia na era da globalização”

Os Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), reunidos na Cidade de Maputo, República de Moçambique, de 17 e 18 de Julho de 2000;

Conscientes de que as transformações em curso na economia mundial, como consequência da globalização, estimulam os países a estreitar seus vínculos num exercício de cooperação com vantagens mútuas;

Tomando em consideração que a globalização constitui igualmente um desafio para os Estados membros nos seus esforços para estender os frutos do desenvolvimento a todas as camadas sociais, bem como para ampliar e aprofundar as democracias nos seus países;

Reconhecendo a necessidade do respeito pelos princípios democráticos que garantam a participação dos cidadãos no reforço da democracia, da manutenção de um diálogo permanente entre todas as forças da sociedade e da participação individual no processo de desenvolvimento socioeconômico;

Assumem o compromisso de desenvolver mecanismos de cooperação com o objetivo de:

Promover iniciativas econômicas, sociais e culturais com o fim principal da erradicação da pobreza e a promoção do desenvolvimento sustentável;

Promover o dinamismo econômico, o equilíbrio macroeconômico, estabilidade financeira, a transparência e a concorrência;

Aliviar os encargos da dívida externa dos países mais pobres, mais endividados e mais penalizados com os seus encargos;

Ampliar o comércio;

Estimular o desenvolvimento tecnológico e compartilhar tecnologias;

Fortalecer a sociedade civil e apoiar as famílias;

Garantir a segurança dos cidadãos e a luta contra o crime, designadamente pelo combate ao crime organizado e transnacional;

Modernizar as práticas de Governo, para servir efetivamente os cidadãos;

Valorizar a língua portuguesa através do acréscimo da sua projeção internacional

apoiando iniciativas destinadas à divulgação e ao fortalecimento dos valores culturais compartilhados;

Aperfeiçoar a capacidade técnica da administração pública, investindo na educação dos servidores e na qualidade dos serviços;

Integrar os imigrantes na ordem econômica, social e política;

Apoiar a inclusão social e o respeito pela diversidade étnica, cultural e religiosa;

Aprofundar a concertação político-diplomática nos domínios da paz, direitos humanos, ajuda ao desenvolvimento, comércio internacional e justiça social;

Assumir a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objetivos comuns no que concerne ao respeito e à segurança entre as nações.

Feita e assinada em Maputo, República de Moçambique, aos 18 de Julho de 2000.

BRASIL TREINA MÉDICOS
UCRANIANOS PARA TRATAR
DE VÍTIMAS DE CHERNOBIL
(21 DE JULHO DE 2000)

No âmbito da cooperação bilateral, em matéria de ciência e tecnologia, encontram-se no Brasil, para treinamento em transplante de medula óssea, oferecido pelo Hospital das Clínicas da Universidade Federal do Paraná, por um período de 8 meses, dois médicos ucranianos, integrantes de um grupo de seis médicos e dez enfermeiras, que também virão ao Brasil, sob os auspícios da comunidade de descendentes ucranianos do Paraná e com apoio do Ministério das Relações Exteriores, para serem capacitados na utilização das técnicas de transplante de medula, essenciais ao tratamento de milhares de crianças que

sofrem de leucemia provocada por ionização nuclear.

Nesse sentido, o Diretor do Centro de Transplante da Medula Óssea de Kiev, Dr. Homenko, expressou seu agradecimento a todos os cidadãos brasileiros que viabilizaram a realização do projeto e, em particular, à comunidade ucraniana da cidade de Curitiba, uma vez que o Brasil é o primeiro país do mundo a oferecer este tipo de cooperação à Ucrânia, que abriga milhões de vítimas do desastre nuclear de Chernobil e não dispõe de pessoal habilitado a colocar em funcionamento o referido centro, existente em Kiev há três anos.

VISITA AO BRASIL DA MINISTRA
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA REPÚBLICA DA BULGÁRIA,
NADEJDA MIKHAILOVA
(25 DE JULHO DE 2000)

A Ministra dos Negócios Estrangeiros da República da Bulgária, Senhora Nadejda Mikhailova, realizará visita oficial ao Brasil entre os dias 28 a 30 de julho corrente, período em que cumprirá programação em Brasília e na cidade do Rio de Janeiro. A Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária estará acompanhada por seu Chefe de Gabinete, Petar Stoianovich, e pelos Porta-Voz, Chefe da Divisão da América Latina, e Diretor do Protocolo de Estado, Radko Vlaikov, Stefan Apostolov, e Ivan Pirovski, respectivamente.

Na capital federal, a Ministra Mikhailova será recebida em audiência pelo Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que lhe oferecerá almoço de trabalho no Itamaraty. Está prevista, na ocasião, a assinatura do Programa

de Cooperação Bilateral no Domínio da Ciência, Educação, Cultura e Desporto para o período 2000-2003. No Rio de Janeiro, está previsto encontro com o Governador Anthony Garotinho.

Após a visita ao Brasil, a Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária visitará também Buenos Aires e Montevidéu.

As relações bilaterais têm transcorrido de modo fluido e com boas perspectivas de incremento. A visita da Ministra Mikhailova constitui esforço consciente de aproximação política com nosso país. Nesse sentido, deverá contribuir para a expansão do conhecimento recíproco e igualmente para o estabelecimento de cooperação regular. O programa de cooperação no Domínio da Ciência, da Educação, da Cultura e do Esporte para o período 2000-2003, oferecerá, a esse respeito, oportunidades para iniciativas concretas de interesse bilateral.

Brasil e Bulgária mantiveram, durante a vigência do regime comunista naquele país, relações pouco densas nos âmbitos político e econômico-comercial. Esse quadro vem-se revertendo gradualmente com as transformações políticas e econômicas observadas em ambos os países. Abrem-se, portanto, novas possibilidades de estímulo para as relações bilaterais, na esteira da recuperação econômica da Bulgária e do próprio processo de transição que aquele país atravessa, pressupondo cenário de renovação dos agentes econômicos, de recuperação da infra-estrutura e da captação de investimentos externos. O surgimento de novas empresas e instituições na Bulgária e o programa de privatização poderão representar boas oportunidades de comércio e cooperação entre os dois países, que poderão ser impulsionadas em desdobramento à visita da Ministra dos Negócios Estrangeiros da Bulgária ao Brasil.

VIII REUNIÃO DO MECANISMO
POLÍTICO DE CONSULTA
BRASIL - VENEZUELA
(25 DE JULHO DE 2000)

Realizou-se em Brasília, na segunda-feira, dia 24 do corrente, a VIIIª Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela, por ocasião da visita ao Brasil do Vice-Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, Embaixador Jorge Valero Briceño. Durante a Reunião, o Embaixador Valero Briceño teve a oportunidade de intercambiar com o Secretário-Geral das Relações Exteriores, Luiz Felipe de Seixas Corrêa, opiniões sobre diversos temas da agenda bilateral e multilateral e fazer uma avaliação geral da situação política regional e internacional.

Dentre os assuntos tratados no âmbito bilateral, cabe destaque à satisfação com que ambos os Vice-Ministros reconheceram os progressos alcançados pelos respectivos setores privados no âmbito do Conselho Empresarial Brasil-Venezuela e ao registro do nível de cooperação existente entre a Petrobras e a PDVSA, considerado promissor para ambas as economias.

O Vice-Ministro venezuelano transmitiu ao Secretário-Geral das Relações Exteriores a expressão de apoio do Presidente Hugo Chávez aos preparativos da Reunião de Presidentes da América do Sul, a realizar-se em Brasília nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, e felicitou o Governo brasileiro pelos êxitos alcançados na preparação daquele evento.

ARGENTINA - MEDIDA ANTIDUMPING
CONTRA FRANGOS BRASILEIROS
E TRATAMENTO DO AÇÚCAR
NO COMÉRCIO REGIONAL
(27 DE JULHO DE 2000)

O Secretário-Geral das Relações Exteriores convocou o Embaixador da Argentina para tratar da medida antidumping contra frangos brasileiros, da evolução do tema do tratamento do açúcar no comércio regional e, muito especialmente, das conseqüências desses assuntos para o MERCOSUL.

O Secretário-Geral ressaltou a inconformidade das autoridades brasileiras com a medida sobre frangos. Sua gravidade decorre de três aspectos: (a) as inconsistências técnicas na condução do processo; (b) a forma de anúncio da decisão, que gera problema de comunicação entre as autoridades competentes; e (c) de um ponto de vista mais geral, a discrepância com o espírito de relançamento do MERCOSUL, com a decisão da reunião triministerial Brasil-Argentina em abril de constituir grupo de alto nível na área da defesa comercial, e com a decisão 28/00 da reunião de Buenos Aires do Conselho Mercado Comum, que aponta na direção do progressivo desaparecimento das medidas de defesa comercial intra-zona.

O Secretário-Geral transmitiu ao Embaixador argentino solicitação para que a decisão seja reconsiderada.

Sobre o tema do açúcar, o Secretário-Geral referiu-se à preocupação com que o Brasil acompanha certos movimentos na Argentina diante da perspectiva do fim da vigência do Decreto 797/92 (que protege o mercado

argentino de importações de qualquer origem). Reafirmou que o Brasil continuará a ser flexível quanto aos termos da negociação do regime de adequação do açúcar, mas que seremos inflexíveis quanto ao respeito aos prazos fixados para a “mercosulização” do setor, na linha de compromisso registrado no comunicado conjunto dos presidentes do MERCOSUL, assinado em Buenos Aires em 30 de junho último. Foi dito que a eventual prorrogação do decreto 797/92 representaria um sério golpe para o MERCOSUL no setor agrícola.

RELATÓRIO AMERICANO SOBRE COMÉRCIO GLOBAL DE AÇO (31 DE JULHO DE 2000)

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com preocupação, de relatório divulgado pelo Departamento de Comércio dos EUA, em 26 do corrente, intitulado *Global Steel Trade: Structural Problems and Future Solutions* (Comércio Global de Aço: Problemas Estruturais e Soluções Futuras).

2. O relatório propõe-se a examinar os acontecimentos na indústria siderúrgica norte-americana em 1998, analisando problemas estruturais e alegadas “práticas comerciais distorcidas” nos chamados países-chave, entre os quais situa o Brasil. Avalia o período pós- crise nos EUA, identifica países que teriam o potencial de gerar problemas para o comércio de produtos siderúrgicos na próxima década e faz recomendações sobre o tratamento de práticas distorcidas e barreiras ao comércio.

3. Um exame, ainda preliminar, do relatório permitiu identificar uma série de inconsistências no uso de informações e estatísticas cujo objetivo não parece ser outro

senão o de atribuir às indústrias siderúrgicas de outros países a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas pelo setor norte-americano em 1998.

4. Tendo em conta as inconsistências identificadas no que diz respeito à indústria siderúrgica nacional, o Governo brasileiro instruiu seu Embaixador em Washington a fazer chegar ao Secretário de Comércio, Norman Mineta, as fortes reservas com que recebeu o documento. No caso brasileiro, dentre os aspectos a merecerem reparos figuram os seguintes:

a) A incongruência em atribuir ao Brasil parcela de responsabilidade na crise da siderurgia norte-americana, quando o próprio relatório reconhece que as importações norte-americanas de aço do Brasil, no seu conjunto, declinaram de 1997 a 1998;

b) Ainda que o relatório assinala um aumento nas importações de produtos laminados a quente brasileiros no período, o próprio estudo da Comissão de Comércio Internacional (ITC) demonstra que esse incremento foi inferior a 15.000 toneladas, volume insignificante quando comparado com o aumento global de importações de quase 4,9 milhões de toneladas no mesmo período;

c) As exportações brasileiras de laminados a quente para o mercado norte-americano, mesmo no seu período de pico, não chegaram sequer a 1% do consumo daquele país;

d) O relatório atribui aos produtores brasileiros uma redução nos seus preços com o objetivo de manter suas exportações para o mercado norte-americano, mas demonstra de forma clara que tal redução foi menos acentuada do que a queda de

preços da própria indústria norte-americana ou das importações de outras origens, o que revela que, ao invés de terem contribuído para o declínio de preços, os produtores brasileiros, na verdade, resistiram a esse declínio;

e) O próprio relatório sobre laminados a quente da ITC (International Trade Commission), dos EUA, indica que, como consequência dessa resistência a reduzir preços, a participação do produto brasileiro no consumo norte-americano caiu de 1997 a 1998;

f) A caracterização do mercado brasileiro de aço como “insulado da concorrência externa” não tem sustentação nos números. Embora pareça pequena, a participação do aço importado no mercado brasileiro, situada em 6.4%, não é inexpressiva, quando se tem em conta que o Brasil detém capacidade produtiva para atender integralmente à demanda doméstica e que os produtores brasileiros são reconhecidos como dentre os mais eficientes do mundo; e

g) A produção doméstica dos EUA, em contrapartida, não chega a suprir 80% da demanda interna, levando à necessidade de importações de pelo menos 25 milhões de toneladas/ano.

SEMINÁRIO SOBRE A AMÉRICA DO SUL (02 DE AGOSTO DE 2000)

Realizou-se, na sede do Instituto Rio Branco, em Brasília, entre os dias 31 de julho e 2 de agosto de 2000, o “Seminário sobre a América do Sul: a organização do espaço sul-americano, seu significado político e econômico”, organizado pelos Professores

Hélio Jaguaribe e Celso Lafer, com o apoio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O Seminário teve por objetivo fornecer, com a liberdade inerente ao ambiente acadêmico, elementos de reflexão para a Reunião dos Presidentes Sul-Americanos, convocada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso para os dias 31 de agosto e 2 de setembro próximo. Daí por que se ter concentrado em discutir, no quadro do atual sistema internacional e de suas tendências evolutivas, o significado e o alcance da América do Sul como um espaço histórico-geográfico, propiciador do aprofundamento de uma cooperação voltada para ampliar a capacidade dos países da região no trato dos desafios e oportunidades da globalização, na mesma linha da agenda da reunião presidencial.

Foram convidados para participar do Seminário acadêmicos e personalidades sul-americanas de relevante representatividade na região, como Raúl Alfonsín, Jacques Marcovitch, José Feliz Fernandez Estaigarribia, Aldo Ferrer, José Goldenberg, Oscar Camilión, Enrique Garcia, Sebastian Alegrett, Rafael Guarga, Rosendo Fraga, Fernando Cepeda Ulloa, tendo havido consenso, ao longo dos 3 dias de debates, quanto à conveniência da construção de um sistema sul-americano de regionalismo aberto, que promova a paz e a harmonia, preserve as autonomias nacionais e, ao mesmo tempo, favoreça as condições para o aproveitamento da riqueza e da biodiversidade, bem como o incremento das exportações, com vistas a habilitar a região a aceder a outros níveis de integração.

Os participantes do Seminário sul-americano coincidiram, também, com relação à estratégia de “fazer a melhor Economia

da nossa Geografia”, para assegurar competitividade crescente dos produtos da região no mercado internacional.

Saudaram, ainda, a iniciativa do Presidente Cardoso de convocar a referida Reunião presidencial para que se possam definir, no mais alto nível, as medidas necessárias de cooperação, parceria e integração entre os países do continente sul-americano, à luz do processo maior de globalização da economia e de universalização dos valores.

VISITA A BRASÍLIA DA COMISSÃO JURÍDICA INTERAMERICANA (24 DE AGOSTO DE 2000)

A convite do Ministério das Relações Exteriores, realizou-se em Brasília, de 21 a 23 de agosto corrente, parte do LVII Período Ordinário de Sessões da Comissão Jurídica Interamericana. A CJI, que, por disposição da Carta da Organização dos Estados Americanos, é sediada no Rio de Janeiro, tem por finalidade servir de corpo consultivo da Organização em assuntos jurídicos e promover a codificação do Direito Internacional. É composta por onze juristas naturais dos países-membros da OEA e seu atual Presidente, recentemente eleito, é o Professor João Grandino Rodas, ex-consultor jurídico do Itamaraty. Estiveram presentes às sessões realizadas em Brasília, além de seu Presidente, os seguintes integrantes da Comissão: Dr. Brynmor Pollard, Vice-presidente, da Guiana; Embaixador Sergio González Gálvez, do México; Embaixador Eduardo Vío Grossi, do Chile; Embaixador Luis Marchand Stens, do Peru; e Dr. Gerardo Trejos Salas, da Costa Rica.

A Comissão Jurídica Interamericana sessiona duas vezes por ano. No mês de

agosto, as sessões são concomitantes ao Curso de Direito Internacional, ministrado por eminentes juristas brasileiros e estrangeiros, em colaboração com a Fundação Getúlio Vargas, a bolsistas das Américas.

Os temas do LVII Período Ordinário de Sessões da CJI foram:

Aspectos jurídicos da segurança hemisférica;

Direitos humanos e biomedicina;

Direito da informação: acesso e proteção da informação;

Dimensão jurídica da integração e do comércio internacional;

Aperfeiçoamento da administração da justiça nas Américas;

Aplicação da Convenção das Nações Unidas sobre direito do mar;

Democracia no sistema interamericano;

Cooperação interamericana contra o terrorismo;

Estudo do sistema de promoção e proteção dos direitos humanos; e

Subtração internacional de menores por parte de um de seus pais.

Em Brasília, os membros da CJI foram homenageados com almoço oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores e recebidos em audiência pelo Presidente da República e pelo Ministro da Justiça. Participarão, ainda, do Congresso Roma - Brasília, no Superior Tribunal de Justiça.

OPAQ CONDUZ INSPEÇÃO EM MOGI-MIRIM, SÃO PAULO (29 DE AGOSTO DE 2000)

A Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ) conduziu, de 22 a 25 de agosto corrente, inspeção de rotina

nas instalações da “Cloroetil Solventes Acéticos S/A”, em Mogi Mirim - SP. As atividades realizadas, sob acompanhamento da “Autoridade Nacional para as Armas Químicas”, permitiram confirmar os propósitos exclusivamente pacíficos da empresa e o compromisso inequívoco da indústria e do Governo brasileiros com a proibição das armas químicas. A Convenção sobre a Proibição de Armas Químicas (CPAQ) é o resultado de mais de duas décadas de difíceis negociações na Conferência do Desarmamento, em Genebra. Produto das condições favoráveis do pós - Guerra Fria, foi aberta para assinaturas em Paris, em 1993, e entrou em vigor em 29 de abril de 1997. Atualmente, 135 Estados são partes na CPAQ.

A CPAQ prevê a destruição de todos os arsenais químicos existentes no mundo em prazo de dez anos, isto é, até 2007. Também estabelece um sistema de verificação de instalações químicas industriais, públicas ou privadas, que produzem ou manipulam substâncias com aplicação na produção de armas químicas. Para a implementação da Convenção, foi criada, com sede na Haia (Holanda), a Organização para a Proibição das Armas Químicas (OPAQ), cujo Diretor-Geral é um diplomata brasileiro, o Embaixador José Maurício Bustani.

No que se refere à “verificação” na área industrial, a OPAQ processa e analisa declarações periódicas e obrigatórias prestadas pelos Estados Partes. As declarações identificam as instalações industriais que manipulam substâncias consideradas sensíveis, ou seja, que possam representar algum risco potencial do ponto de vista da proliferação de armas químicas. A Convenção define categorias de substâncias e medidas correlatas de verificação. Com base nas informações prestadas pelos Estados Partes,

a Organização realiza inspeções de rotina às instalações declaradas, selecionadas aleatoriamente. A inspeção de rotina tem a finalidade de verificar a acuidade das informações prestadas, certificar que as substâncias químicas sensíveis produzidas pelos Estados Partes não estão sendo utilizadas ou desviadas para fins proibidos e alimentar, nesse sentido, mecanismo de promoção da confiança e da segurança internacionais. Em casos graves envolvendo denúncia, a OPAQ pode ser chamada a investigar instalações não declaradas.

As inspeções de rotina são realizadas por equipes de inspetores altamente qualificados, que integram contingente de 500 funcionários da Organização, originários de 64 países. No curso de uma inspeção, são rigorosamente observadas precauções para proteger informações sigilosas de interesse comercial, tecnológico ou econômico da indústria, bem como salvaguardar interesses de segurança do Estado inspecionado. Em seus três anos de existência, a OPAQ já realizou mais de 700 inspeções de rotina, em mais de 31 Estados Partes.

No Brasil, a implementação da CPAQ está a cargo de Comissão Interministerial, conhecida como “Autoridade Nacional para as Armas Químicas” -- integrada pelos Ministérios da Justiça, da Defesa, da Fazenda, das Relações Exteriores, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, da Ciência e Tecnologia. O Departamento de Assuntos Nucleares e de Bens Sensíveis do Ministério da Ciência e Tecnologia exerce as funções de Secretaria-Executiva da “Autoridade Nacional para as Armas Químicas”.

A inspeção nas instalações da “Cloroetil Solventes Acéticos S/A” foi a 5ª realizada pela OPAQ no Brasil. Com a permanente colaboração da indústria química nacional, em

geral, da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM) e da empresa “Cloroetil Solventes Acéticos S/A”, em particular, o Governo brasileiro demonstrou, uma vez mais, seu compromisso inequívoco com o desarmamento e a não-proliferação de armas de destruição em massa.

TRIBUNAIS DE CONTAS
DE LÍNGUA PORTUGUESA
DEBATEM FISCALIZAÇÃO DE
RECURSOS PÚBLICOS
(30 DE AGOSTO DE 2000)

Representantes da área de fiscalização governamental de todos os países lusófonos estarão reunidos em Brasília, entre os dias 3 e 7 de setembro, no IV Encontro dos Tribunais de Contas de Língua Portuguesa. Segundo o secretário da comissão coordenadora, ministro Adhemar Ghisi, do Tribunal de Contas da União (TCU), o evento permitirá a troca de experiências na área de controle e fiscalização de recursos públicos.

A sessão pública de abertura, no Palácio do Itamaraty, será na Segunda-feira (4), às 10 horas, com palestra do ministro Luiz Octávio Gallotti, do Supremo Tribunal Federal, sobre as relações do Tribunal de Contas da União com os Três Poderes. O desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e sua aplicação no sistema de gestão financeira e as relações das instituições supremas de controle com o Parlamento serão temas debatidos pelo Plenário.

Estarão presentes delegações de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, que, em conjunto com o TCU, buscarão reforçar a cooperação técnica, científica e cultural

iniciada em 1995. Essa cooperação vem ocorrendo por meio de diversas atividades, como o treinamento de auditores em cursos, o intercâmbio de técnicos para estágios, a troca de informações sobre matérias de interesse comum e de publicações técnicas, bem como a edição, periodicamente atualizada, de um glossário comum.

Participarão, também, como observadores, dois representantes de Timor Leste, país recém-criado após conquistar a independência da Indonésia. Em novembro passado, os tribunais de contas dos países de língua portuguesa, reunidos em Lisboa, aprovaram moção manifestando sua inteira disponibilidade para cooperar tecnicamente na criação de um sistema de controle financeiro naquele país e convidar a futura instituição para integrar a organização aglutinadora desses tribunais. “A presença de delegados timorenses no encontro certamente será proveitosa para o controle externo que vier a ser instituído em Timor Leste”, avaliou o ministro Adhemar Ghisi, acrescentando que o encontro será também uma oportunidade de integração que vai além da cooperação entre as entidades de contas, reforçando a união entre os países de língua portuguesa.

COLETIVAS DOS PRESIDENTES DA
VENEZUELA E DO URUGUAI
(30 DE AGOSTO DE 2000)

A pedido das Embaixadas da República Bolivariana da Venezuela e da República Oriental do Uruguai, o Ministério das Relações Exteriores informa que os Presidentes Hugo Chávez e Jorge Battle concederão entrevistas coletivas, respectivamente, nos dias 30 de agosto corrente e 01 de setembro, a saber:

- Presidente Hugo Chavez, da Venezuela
Data: Quarta-feira, 30 de agosto, às 15 horas
Local: Salão Vermelho do Hotel Nacional, Setor Hoteleiro Sul
(A Embaixada solicita a presença dos profissionais de imprensa com uma hora de antecedência);
- Presidente Jorge Battle, do Uruguai
Data: Sexta-feira, 01 de setembro, às 15h15m
Local: Embaixada da República Oriental do Uruguai, Setor de Embaixadas Sul.

BRASIL RECORRE AO MECANISMO
DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS
DO MERCOSUL NO CASO DOS
FRANGOS COM A ARGENTINA
(30 DE AGOSTO DE 2000)

O Governo brasileiro, tendo em vista a conclusão sem êxito dos entendimentos entre os setores privados brasileiro e argentino no setor de frangos, decidiu recorrer ao Mecanismo de Solução de Controvérsias do MERCOSUL previsto no Protocolo de Brasília, com vistas a contestar a Resolução 574/2000 que impôs restrições ao acesso de exportações de carne de frango para o mercado argentino por parte de empresas brasileiras.

Na avaliação do Governo brasileiro, os procedimentos de investigação e as conclusões das autoridades argentinas que levaram à adoção da resolução 574/2000 padecem de incompatibilidades com as obrigações existentes a respeito no âmbito do MERCOSUL.

O Governo brasileiro está informando o Governo argentino de sua decisão e estará formalizando sua solicitação dentro dos procedimentos previstos no Protocolo de Brasília. A preparação da posição brasileira no particular está sendo ultimada.

DECLARAÇÃO DA PRESIDÊNCIA
FRANCESA DA UNIÃO EUROPÉIA
SOBRE A REUNIÃO DE PRESIDENTES
DA AMÉRICA DO SUL
(31 DE AGOSTO DE 2000)

“A União Européia saúda a iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso de organizar a Reunião de Presidentes da América do Sul, em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1o de setembro de 2000. A União Européia confere pleno apoio a esta iniciativa que, ao favorecer o diálogo a nível sub-continental, contribui para o aprofundamento dos processos de integração e reforça a estabilidade regional.

A União Européia considera que a América do Sul contribui assim para o fortalecimento do equilíbrio internacional e para a construção do mundo multipolar almejados pelos participantes da Cúpula do Rio de Janeiro, realizada nos dias 29 e 30 de junho de 1999.”

COMUNICADO CONJUNTO
VENEZUELA - BRASIL
(31 DE AGOSTO DE 2000)

O Presidente Hugo Chávez Frías realizou visita de trabalho a Brasília, no dia 30 de agosto de 2000, ocasião em que se reuniu com o Presidente Fernando Henrique Cardoso

para rever os aspectos mais importantes da agenda bilateral e manter diálogo a respeito dos entendimentos entre o Mercosul e a Comunidade Andina de Nações.

Os Presidentes reafirmaram o caráter prioritário dos vínculos bilaterais, que se materializam em diversos projetos de grande porte e relevância para ambas as nações, e reiteraram o propósito de seguir fortalecendo os mecanismos de concertação entre o Brasil e a Venezuela. Reviram a Declaração Presidencial de Caracas, subscrita em 6 de abril de 2000, assim como a Ata da VIII Reunião do Mecanismo Político de Consulta Brasil-Venezuela, de 25 de julho último, e verificaram, com especial agrado, que vem sendo cumprida a contento a extensa agenda de objetivos consignados naqueles documentos.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso manifestou a grande satisfação do Governo brasileiro diante da confirmação recebida do Presidente Hugo Chávez Frías de que as obras de interligação elétrica entre a Venezuela e o Estado de Roraima deverão estar concluídas nos primeiros meses de 2001.

Ambos os Presidentes examinaram, com particular interesse, o bom andamento dos entendimentos e projetos entre empresas brasileiras e venezuelanas e o papel indutor desempenhado pelo Conselho Empresarial Binacional. Destacaram especialmente as excelentes perspectivas abertas na área de petróleo e coincidiram em que o adensamento das relações econômicas e comerciais entre os dois países representa contribuição positiva para o objetivo comum de integração sul-americana.

Os dois mandatários voltaram sua atenção também para situações regionais específicas e frisaram a importância de que se continue a preservar a América do Sul como espaço de paz, segurança e estabilidade democrática.

Nesse contexto, enfatizaram ainda a importância do Tratado de Cooperação Amazônica como instrumento de promoção do desenvolvimento sustentável na região e sublinharam ser imprescindível que a Secretaria Permanente da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica possa estar instalada em Brasília no mais breve prazo possível.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em sua qualidade de Presidente pro-tempore do Mercosul, informou o Presidente Hugo Chávez Frías, que exerce a Presidência do Conselho Presidencial Andino, da decisão do Conselho do Mercado Comum, adotada em 29 de julho passado, no sentido de reiniciar as negociações com a Comunidade Andina de Nações, com vistas a assinar, até 31 de dezembro de 2001, um acordo para regular as relações comerciais preferenciais entre os dois blocos. O Presidente Hugo Chávez Frías, como Presidente do Conselho Presidencial Andino, manifestou a disposição favorável dos países andinos para o início das negociações.

Ambos os Presidentes coincidiram quanto ao significado histórico, para a América do Sul como um todo, da decisão de estabelecer uma área de livre comércio entre ambos mecanismos de integração. Com esse propósito comum, ambos os Chefes de Estado acordaram realizar a coordenação necessária, junto a seus sócios em cada agrupamento, com vistas a definir uma data, no próximo mês de outubro, para o início das tratativas.

Os Presidentes salientaram, ademais, a necessidade de fortalecer mecanismos de financiamento para o desenvolvimento dos projetos que comporão a agenda de integração na América do Sul. Nesse sentido, e tendo em conta a sólida experiência financeira da Corporação Andina de Fomento (CAF), estimaram que esse organismo e

o Fundo de Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) deveriam efetuar uma avaliação conjunta de seus programas de trabalho, com vistas a assegurar o financiamento de investimentos em projetos relevantes para o processo de integração.

Brasília, 31 de agosto de 2000

COMUNICADO DE BRASÍLIA (01 DE SETEMBRO DE 2000)

A convite do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, os Chefes de Estado da Argentina, Fernando De la Rúa; Bolívia, Hugo Bánzer Suárez; Chile, Ricardo Lagos Escobar; Colômbia, Andrés Pastrana Arango; Equador, Gustavo Noboa; Guiana, Bharrat Jagdeo; Paraguai, Luís Angel González Macchi; Peru, Alberto Fujimori Fujimori; Suriname, Runaldo Ronald Venetiaan; Uruguai, Jorge Batlle Ibañez; e Venezuela, Hugo Chávez, participaram, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, da Reunião de Presidentes da América do Sul. Estiveram também presentes os Presidentes do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Enrique Iglesias, e da Corporação Andina de Fomento, Enrique García. Evento de caráter histórico e pioneiro na região, o encontro representou um importante estímulo para a organização de nossa convivência no espaço comum sul-americano e para continuar apoiando na América do Sul a conformação de uma área singular de democracia, paz, cooperação solidária, integração e desenvolvimento econômico e social compartilhado.

2. Realizada no contexto das comemorações dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil, a Reunião de Presidentes da América do Sul reafirmou o espírito de entendimento e harmonia que marca a relação entre os países

sul-americanos e que deve ser constantemente promovido. Sua realização resultou da convicção de que a contigüidade geográfica e a comunidade de valores levam à necessidade de uma agenda comum de oportunidades e desafios específicos, em complementação a seu tratamento em outros foros regionais e internacionais.

3. A América do Sul inicia o novo século fortalecida pela progressiva consolidação de suas instituições democráticas, pelo compromisso com os direitos humanos, a proteção do meio ambiente – aplicando o conceito de desenvolvimento sustentável –, a superação das injustiças sociais e o desenvolvimento de seus povos, pelo crescimento de suas economias, pelo empenho em manter a estabilidade econômica e pela ampliação e aprofundamento do seu processo de integração.

4. A paz e o ambiente de amizade e cooperação entre os doze países sul-americanos são características que distinguem favoravelmente a região no plano internacional. A superação definitiva de diferendos territoriais, a exemplo do acordo de 1998 entre o Equador e o Peru, constitui demonstração recente do espírito que prevalece na América do Sul, que tem feito e fará dessa parte do mundo uma área de paz e cooperação, sem conflitos territoriais. Os Presidentes da América do Sul reafirmam, nessa ocasião, sua adesão ao princípio da solução pacífica e negociada de controvérsias, em oposição ao uso da força – ou à ameaça de seu uso – contra qualquer Estado, em observância às normas pertinentes do Direito Internacional.

5. Reconhecendo que a paz, a democracia e a integração constituem elementos indispensáveis para garantir o desenvolvimento e a segurança na região, os Presidentes destacaram a importância da Declaração do MERCOSUL, Bolívia e

Chile como Zona de Paz e livre de armas de destruição em massa, assinada em Ushuaia em julho de 1998, e do Compromisso Andino de Paz, Segurança e Cooperação, contido na Declaração de Galápagos de dezembro de 1989. Nesse espírito, os Presidentes acordaram criar uma Zona de Paz Sul-Americana e, para tanto, instruíram seus respectivos Ministros de Relações Exteriores a tomar as medidas necessárias para a implementação dessa decisão. Os Presidentes estimularão igualmente o aprofundamento do diálogo sobre segurança na América do Sul, levando em conta inclusive os aspectos humano, econômico e social da questão.

6. O respeito decidido aos valores da democracia representativa e de seus procedimentos, dos direitos humanos, do Direito Internacional, do desarmamento e da não-proliferação de armas de destruição em massa constitui base essencial do processo de cooperação e integração em que estão empenhados os países sul-americanos.

7. Os Presidentes coincidiram na avaliação de que a estabilidade política, o crescimento econômico e a promoção da justiça social, em cada um dos doze países da América do Sul, dependerão em boa medida do alargamento e aprofundamento da cooperação e do sentido de solidariedade existentes no plano regional e do fortalecimento e da expansão da rede de interesses recíprocos. Identificaram, nesse sentido, uma série de temas cujo tratamento poderá beneficiar-se de um enfoque específico de cooperação sul-americana: democracia; comércio; infra-estrutura de integração; drogas ilícitas e delitos conexos; informação, conhecimento e tecnologia.

8. Os Chefes de Estado reafirmaram o compromisso com a integração na América Latina e no Caribe, meta de política externa que está incorporada à própria identidade nacional dos países da região. Manifestaram a

convicção de que o reforço da concertação sul-americana em temas específicos de interesse comum constituirá um aporte construtivo ao compromisso com os ideais e princípios que têm guiado seu processo de integração.

9. Os Presidentes recordaram que os processos de caráter sub-regional na América do Sul, em particular o MERCOSUL, seus processos de associação com a Bolívia e o Chile, a Comunidade Andina, a Corporação Andina de Fomento, o Fundo Latino-Americano de Reservas, bem como a ALADI, o Tratado da Bacia do Prata, o Tratado de Cooperação Amazônica, o Grupo dos Três, o Mercado Comum Centro-Americano e a CARICOM, entre outros, têm sido os elementos mais dinâmicos da integração latino-americana e caribenha. Articular a América do Sul significa, portanto, fortalecer a América Latina e o Caribe. O exercício para a conformação de uma área de livre comércio das Américas está, também, baseado na consolidação de processos sub-regionais.

10. Ademais, os Presidentes congratularam-se com a proposta da Comunidade Andina de iniciar diálogo político com o MERCOSUL e o Chile, acatada formalmente nos acordos adotados na Cúpula do MERCOSUL, Bolívia e Chile, celebrada em Buenos Aires, em 30 de junho de 2000. Nesse sentido, acolheram favoravelmente a iniciativa boliviana de celebrar em seu País o referido diálogo, que contará com a participação da Guiana e do Suriname nos temas da agenda de interesse comum.

11. A consolidação e a instrumentação da identidade sul-americana contribuirão, assim, para o fortalecimento de outros organismos, mecanismos ou processos regionais, com abrangência geográfica mais ampla, de que fazem parte países da América do Sul. Essa visão se aplica, no plano político, especialmente, ao Grupo do Rio – para o qual

convergem as iniciativas de aproximação entre países da América Latina e do Caribe –, à Organização dos Estados Americanos, às Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo das Américas, ou à Conferência Ibero-Americana, entre outros foros. Também se aplica, no plano econômico-comercial, à ALADI, ao SELA ou às negociações para a conformação de uma área de livre comércio das Américas. A identidade sul-americana, que se consolida em países que dividem uma mesma vizinhança imediata, reforça e complementa os laços bilaterais e multilaterais com as outras nações da América Latina e Caribe, do continente e do mundo.

12. A coesão da América do Sul constitui, também, elemento essencial para determinar de modo favorável sua inserção na economia mundial. Os desafios comuns da globalização – seus efeitos desiguais para diferentes grupos de países e, dentro dos países, para seus habitantes, – poderão ser melhor enfrentados na medida em que a região aprofunde sua integração e continue, de maneira cada vez mais eficaz, a atuar coordenada e solidariamente sobre os grandes temas da agenda econômica e social internacional.

13. Os Presidentes da América do Sul coincidiram em que o processo de globalização, conduzido com base em uma perspectiva de equilíbrio e equidade em seu desenvolvimento e em seus resultados, pode gerar para os países da região benefícios como a ampliação do comércio, a expansão dos fluxos de investimento e a maior difusão do conhecimento e da tecnologia. Ao mesmo tempo, esse processo também gera desafios que devem ser enfrentados igualmente através de compromissos políticos e ações concertadas dos países da América do Sul, de modo que a globalização se converta em meio eficaz para ampliar as oportunidades de crescimento

e desenvolvimento da região e melhorar de forma sustentada e equitativa os seus padrões de bem-estar social.

14. Os Chefes de Estado concordaram com a avaliação de que a determinação para implementar políticas macroeconômicas consistentes é essencial para a estabilidade interna de cada país e para garantir avanços continuados nos processos de integração. Enfatizaram, por outro lado, a importância fundamental de um ambiente econômico externo favorável que complemente os esforços nacionais e regionais. Assinalaram, nesse contexto, a importância de preços adequados para os produtos básicos exportados pela região, tendo em mente a importância desse aspecto para os esforços de erradicação da pobreza.

15. É vital que as negociações comerciais multilaterais passem a ser orientadas por um maior grau de equilíbrio e de simetria entre os direitos e os compromissos de países desenvolvidos e em desenvolvimento. Os Presidentes recordaram que seus países adotaram programas corajosos de abertura comercial nos anos noventa, ao mesmo tempo em que persistem importantes barreiras impostas pelos países desenvolvidos a exportações de produtos sul-americanos. A implementação dos acordos da Rodada Uruguai não foi suficiente para corrigir os atuais desequilíbrios nos fluxos econômicos e comerciais internacionais. O sistema multilateral de comércio continua a padecer de distorções provocadas por medidas protecionistas e outras medidas de apoio à sua produção por parte dos principais parceiros.

16. Os Presidentes dos países da América do Sul reafirmaram seu compromisso com o fortalecimento da Organização Mundial de Comércio e com o aprimoramento do sistema multilateral de comércio, em bases equitativas, justas e não discriminatórias. Para tanto, as

futuras negociações comerciais multilaterais deverão basear-se numa agenda positiva e levar em consideração a relação entre comércio e desenvolvimento, bem como as necessidades e preocupações específicas dos países em desenvolvimento. É prioritário para a América do Sul o lançamento de uma nova rodada multilateral de negociações comerciais, que inclua um compromisso claro sobre acesso e liberalização dos mercados agrícolas, bem como sobre a eliminação das distorções em tais mercados e dos subsídios neste campo. É também prioritária a inclusão de fórmulas de tratamento especial e diferenciado que levem em conta as diferenças estruturais e respondam com instrumentos adequados às necessidades dos países em desenvolvimento.

17. Os desequilíbrios nos mercados financeiros internacionais continuam a ser fonte de preocupações. A comunidade internacional deve perseverar, com maior grau de prioridade, na identificação e implementação de medidas para corrigir tais desequilíbrios, os quais podem ter efeitos altamente negativos para os esforços domésticos de estabilização econômica na América do Sul. Da mesma forma, para alguns países sul-americanos altamente endividados, o serviço de sua dívida não somente constitui uma pesada carga, mas também põe em perigo a estabilidade e compromete seriamente seu desenvolvimento econômico e social. Nesse sentido, os mandatários instaram a comunidade financeira internacional a trabalhar para que se encontre, em conjunto, uma rápida solução para esse problema e exortaram os credores a adotar medidas tendentes a favorecer tal propósito, de maneira a contribuir para o restabelecimento do crescimento econômico dos países afetados pelo endividamento e apoiar a luta dos governos da região contra a pobreza.

18. Os Presidentes expressaram sua satisfação com a participação do Representante do Congresso Nacional do Brasil, Deputado

Vilmar Rocha, e a presença dos seguintes observadores: Representante do México, Jorge Castañeda; Secretário-Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Juan Francisco Rojas Penso; Secretário-Geral da Comunidade Andina (CAN), Sebastián Alegrét; Presidente Alternativo do Parlamento Latino-Americano (PARLATINO), Ney Lopes de Souza Júnior; Secretário Permanente do Sistema Econômico Latino-Americano (SELA), Otto Boye; Secretário-Executivo da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), José Antonio Ocampo; Presidente do Diretório do Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), Genaro Sánchez e Presidente do Conselho do Banco Latino-Americano de Exportações (BLADDEX), Sebastião Cunha.

19. Os Presidentes da América do Sul fazem a seguir registro dos entendimentos, conclusões e recomendações resultantes de suas deliberações sobre os temas da agenda da Reunião de Brasília.

Democracia

20. A consolidação da democracia e da paz em toda a região está na raiz da aproximação histórica entre os países da América do Sul e da superação, por meio de soluções negociadas, de controvérsias entre nações irmãs. A plena vigência das instituições democráticas representa, assim, condição essencial para o fortalecimento dos processos de integração regional. O amplo intercâmbio de idéias registrado durante a Reunião de Brasília fortaleceu o compromisso comum, irrenunciável, com a democracia, a paz e a integração.

21. A democracia representativa é o fundamento de legitimidade dos sistemas políticos e a condição indispensável para a paz, estabilidade e desenvolvimento da região. É indispensável estimular a participação

efetiva, ética e responsável dos cidadãos e de suas organizações na democracia; contribuir para a modernização e o fortalecimento dos partidos políticos; promover a participação das organizações civis e sua contribuição na discussão dos temas de interesse público; ampliar o acesso à justiça das populações dos países da América do Sul; garantir a manutenção de processos eleitorais livres, periódicos, transparentes, justos e pluralistas, baseados no sufrágio secreto e universal, e estimular o fortalecimento institucional dos processos eleitorais, por meio do uso de tecnologias avançadas de informática.

22. Os Chefes de Estado coincidiram em que a democracia na América do Sul deve ser reforçada com a permanente promoção e defesa do estado de direito; a aplicação eficiente dos princípios da boa governança; transparência das instituições públicas e dos processos de definição de políticas públicas; combate à corrupção, por meio de medidas legais, administrativas e políticas; reformas e aperfeiçoamento dos serviços judiciários, de modo a consolidar sistemas mais eficazes, transparentes e de amplo acesso para os habitantes dos países sul-americanos; acesso livre à informação sobre as atividades de autoridades públicas, bem como aos recursos administrativos, e aumento dos níveis de competência e promoção da ética e profissionalismo dentro do serviço público.

23. Os Chefes de Estado sublinharam a importância do “compromisso democrático” do MERCOSUL, Bolívia e Chile, formalizado pelo Protocolo de Ushuaia, de julho de 1998, e do Protocolo Adicional ao Acordo de Cartagena sobre o “Compromisso da Comunidade Andina com a Democracia”. Trata-se de duas garantias adicionais para a estabilidade política e a continuidade institucional na América do Sul. Inspirados por esses precedentes, decidiram que a manutenção

do estado de direito e o pleno respeito ao regime democrático em cada um dos doze países da região constituem um objetivo e um compromisso comuns, tornando-se doravante condição para a participação em futuros encontros sul-americanos. Respeitando os mecanismos de caráter regional existentes, acordaram, nesse sentido, realizar consultas políticas na hipótese de ameaça de ruptura da ordem democrática na América do Sul.

24. O fortalecimento da democracia e seu aperfeiçoamento e atualização estão intimamente ligados ao desenvolvimento econômico e social dos povos sul-americanos. A pobreza e a marginalidade ameaçam a estabilidade institucional da região. Sua erradicação deve continuar a merecer tratamento prioritário por parte dos governos da América do Sul. Nesse sentido, os Presidentes da América do Sul tomaram nota com satisfação da assinatura da Carta de Buenos Aires sobre Compromisso Social no MERCOSUL, Bolívia e Chile, em 29 de junho de 2000.

25. A chegada do novo milênio coincide com grandes desafios no cenário social da América do Sul. Nas últimas duas décadas a vulnerabilidade de amplos setores da população da região não deixou de crescer. Permanecem as carências essenciais em áreas como a nutrição, a saúde, a educação, a habitação e o emprego. Erradicar a pobreza absoluta e diminuir as desigualdades, incorporando as camadas pobres aos demais setores sociais em programas de desenvolvimento integral, requer a implementação de programas que tenham efeitos sobre a desnutrição e o acesso à educação e a serviços de saúde básicos, de modo a melhorar os índices de desenvolvimento humano de cada país.

26. Os Presidentes da América do Sul destacaram a necessidade de garantir o direito a uma vida digna, como direito inalienável

da pessoa, e assinalaram a necessidade de definir um programa de ação pública regional incorporando múltiplos atores sociais, econômicos e políticos, com o propósito de favorecer – no marco de regras democráticas e atendendo a critérios sistemáticos e de solidariedade – a adoção de políticas que contribuam para enfrentar os desequilíbrios históricos na distribuição da renda. Ademais, os Presidentes da América do Sul coincidiram na necessidade de incentivar ações que fortaleçam os direitos e deveres dos cidadãos e que contribuam também para sua segurança individual, estabelecendo mecanismos de intercâmbio de informação e de cooperação para essa finalidade.

27. Os governos da região reforçarão seu empenho na adoção de medidas necessárias para combater as violações de direitos humanos, inclusive aquelas freqüentemente associadas a situações de desequilíbrio social. Com esse espírito, os Presidentes da América do Sul instruirão os órgãos competentes a identificar programas de cooperação para o fortalecimento institucional dos respectivos sistemas nacionais de proteção dos direitos humanos. Os Presidentes da América do Sul reiteraram o compromisso com o Sistema Interamericano de Proteção e Promoção dos Direitos Humanos e se comprometeram a dar decidido apoio ao exercício de reflexão, no âmbito da OEA, com vistas a seu aperfeiçoamento.

28. Na área dos direitos humanos, tem significado especial para as sociedades da América do Sul a luta contra o racismo e a discriminação em todas as suas manifestações e expressões, em virtude de sua incompatibilidade com o estado de direito e com os ideais e a prática da democracia. Os Presidentes acompanham com preocupação o ressurgimento do racismo e das manifestações

e expressões discriminatórias em outras partes do mundo e expressam seu compromisso de preservar a América do Sul da propagação desse fenômeno. Reconheceram que a Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância oferece oportunidade ímpar para a busca de respostas adequadas da comunidade internacional. Os Presidentes reafirmaram que os países de origem e destino de migrantes têm a responsabilidade de fortalecer a cooperação nessa área, a fim de assegurar aos migrantes o pleno exercício de seus direitos humanos, em especial o direito à vida e a um tratamento digno, justo e não discriminatório.

Comércio

29. Os Presidentes da América do Sul coincidiram na avaliação dos avanços substantivos nos processos de integração econômico-comercial entre os países da região nos anos noventa, bem como no entendimento de que é necessário persistir no fortalecimento de tais processos. Referiram-se às negociações para a construção do MERCOSUL, à conclusão de acordos de livre comércio do MERCOSUL com a Bolívia e com o Chile, aos progressos registrados no Sistema Andino de Integração, aos acordos de livre comércio entre o Chile e os países da Comunidade Andina e, ainda, ao interesse em incentivar maior articulação entre a Guiana, o Suriname e as demais economias sul-americanas.

30. A participação do setor privado, tanto de empresários quanto de trabalhadores, e o apoio da sociedade representam garantias de êxito e de continuidade para esses processos. Nessa perspectiva, os Presidentes decidiram instruir seus Ministros competentes a coordenar a elaboração de propostas para a constituição de um foro consultivo sul-americano entre

altos funcionários e lideranças civis, com o propósito de identificar ações conjuntas dos países da região nos campos do comércio e dos investimentos, voltadas à consolidação e ao aprofundamento do processo de integração na América do Sul. Essa iniciativa poderá contribuir, também, para facilitar a coordenação de posições sul-americanas nos foros da sociedade civil que se vêm reunindo de forma regular no contexto das negociações para a conformação de uma área de livre comércio das Américas. Tais negociações deverão levar em conta os diferentes níveis de desenvolvimento sócio-econômico entre os países da América do Sul e, em particular, as circunstâncias, necessidades, condições econômicas e oportunidades das economias menores, com o objetivo de garantir sua plena e efetiva participação naquele processo.

31. Os Chefes de Estado do MERCOSUL e da Comunidade Andina (CAN) decidiram iniciar negociações para estabelecer, no mais breve prazo possível e antes de janeiro de 2002, uma área de livre comércio entre o MERCOSUL e a CAN. Os Presidentes, em conjunto, destacaram a importância do processo de liberalização de mercados na América do Sul e, nessa perspectiva, acolheram com satisfação o início do processo de negociações para a plena incorporação do Chile ao MERCOSUL.

32. As negociações com vistas à assinatura de um acordo de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina, reconhecendo o aporte dos Acordos subscritos pela CAN com o Brasil e com a Argentina, representarão um impulso decisivo em direção à meta compartilhada de formação de um espaço econômico-comercial ampliado na América do Sul, com a participação do Chile, da Guiana e do Suriname, baseado na progressiva liberalização do intercâmbio de

mercadorias e serviços, na facilitação dos investimentos e na criação da infra-estrutura necessária para a consecução desse objetivo.

33. Os Presidentes dos países sul-americanos reafirmaram o entendimento de que o processo de formação de um espaço econômico ampliado na região se dará de acordo com os princípios do “regionalismo aberto” e reforçará a posição dos países da América do Sul em negociações importantes, que a região deseja ver levadas a bom termo, como as de uma área de livre comércio das Américas, as que envolvem a busca de maior articulação com a União Européia, ou no âmbito da Organização Mundial de Comércio, entre outras. Assinalaram a expectativa de que essas negociações comerciais extra-regionais devam contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico e para a plena integração dos países sul-americanos na economia internacional.

34. Os Presidentes dos países da América do Sul reafirmaram seu apoio ao processo de expansão e aprofundamento da integração econômica no Hemisfério. Nesse contexto, receberam com satisfação os resultados da V Reunião Ministerial da ALCA, realizada em Toronto, em novembro de 1999, e reafirmaram seu engajamento na conformação progressiva de uma área de livre comércio nas Américas, cujas negociações deverão estar concluídas, no mais tardar, até 2005, em bases equitativas e equilibradas que assegurem o acesso efetivo a mercados para as exportações provenientes dos países da América do Sul. Os Presidentes decidiram, para tanto, intensificar a coordenação das posições negociadoras dos países sul-americanos.

35. Os Presidentes da América do Sul enfatizaram que as negociações da ALCA, para lograr resultados abrangentes e equilibrados, que satisfaçam os interesses de todos os países

envolvidos, deverão levar em consideração as diferenças nos níveis de desenvolvimento e no tamanho das economias dos atores envolvidos. O projeto hemisférico deve ser um instrumento efetivo para o desenvolvimento sustentável e equitativo do conjunto das Américas.

Infra-estrutura de integração

36. Os Chefes de Estado observaram que o impulso da integração transfronteiriça se fortalece porque decorre, entre outros fatores, da proximidade geográfica, da identidade cultural e da consolidação de valores comuns. As fronteiras sul-americanas devem deixar de constituir um elemento de isolamento e separação para tornar-se um elo de ligação para a circulação de bens e pessoas, conformando-se assim um espaço privilegiado de cooperação.

37. Integração e desenvolvimento da infraestrutura física são duas linhas de ação que se complementam. A formação do espaço econômico ampliado sul-americano almejado pelas sociedades da região dependerá da complementação e expansão de projetos existentes e da identificação de novos projetos de infraestrutura de integração, orientados por princípios de sustentabilidade social e ambiental, com capacidade de atração de capitais extra-regionais e de geração de efeitos multiplicadores intra-regionais. Avanços no campo da infraestrutura, por sua vez, reverterão em novos impulsos para a integração, criando-se assim uma dinâmica que deve ser incentivada. Esse cenário seria ainda beneficiado por uma política de investimentos com perspectiva regional e não apenas nacional.

38. Os Presidentes consideraram prioritária a identificação de obras de interesse bilateral e sub-regional. Pelo seu vulto, o financiamento dos projetos de infraestrutura de integração

deverá ser compartilhado pelos governos, pelo setor privado e pelas instituições financeiras multilaterais, entre as quais se destacam o Banco Interamericano de Desenvolvimento, a Corporação Andina de Fomento, o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata e o Banco Mundial. Os Presidentes assinalaram, em especial, a importância de regras que favoreçam o acesso dos países sul-americanos a financiamentos de longo prazo e com taxas de juros adequadas, por parte das instituições financeiras internacionais, para projetos de infraestrutura. Ressaltaram, ademais, a necessidade de identificação de fórmulas inovadoras de apoio financeiro para os projetos de infraestrutura, de modo a estimular a participação de investidores privados e a mobilizar todos os recursos possíveis, a exemplo do Fundo Latino-Americano de Reservas.

39. Os mandatários da região tomaram nota, com especial satisfação, do Plano de Ação para a Integração da Infra-Estrutura Regional na América do Sul (em anexo), que contém sugestões e propostas, com um horizonte de dez anos, para a ampliação e modernização da infraestrutura física na América do Sul, em especial nas áreas de energia, transportes e comunicações, com vistas a configurar eixos de integração e de desenvolvimento econômico e social para o futuro espaço econômico ampliado da região, tendo presente, em particular, a situação dos países que enfrentam dificuldades geográficas para ter acesso por via marítima aos mercados internacionais. O referido Plano de Ação, elaborado pelo BID, valeu-se amplamente de contribuições da CAF e contou ainda com subsídios de outros organismos regionais relevantes e dos países sul-americanos.

40. Os Presidentes destacaram o papel motriz da energia, das redes de transporte e das comunicações para a integração dos países

da América do Sul. Nesse sentido, os projetos de infra-estrutura para a integração devem ser complementados pela adoção de regimes normativos e administrativos que facilitem a interconexão e a operação dos sistemas de energia, de transportes e de comunicações.

41. No campo dos transportes, os países sul-americanos têm como prioridade a conformação de redes multimodais, que articulem a melhor utilização das vias terrestres, fluviais, marítimas e aéreas, bem como facilitem o trânsito fronteiriço de pessoas, veículos e cargas, além de contribuírem para a dinamização do comércio e dos investimentos no conjunto da região. Ainda no campo dos transportes, os Presidentes recordaram a existência de outras fontes importantes de informação para o trabalho de ampliação e de modernização da infra-estrutura física na América do Sul. Assinalaram, nesse contexto, a Rede de Transportes e o Inventário de Projetos Prioritários para a Integração da América do Sul, aprovados na Conferência de Ministros de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da América do Sul; o Plano-mestre de Transportes e sua Infra-Estrutura para a América do Sul, elaborado pela ALADI no marco da Conferência de Ministros de Transportes, Comunicações e Obras Públicas da América do Sul; as atividades do Grupo de Trabalho Multilateral sobre Corredores Terrestres Bioceânicos, e o trabalho realizado no âmbito do Tratado da Bacia do Prata e do Tratado de Cooperação Amazônica, com vistas à integração das redes de transporte.

42. No setor de energia, a integração e complementação dos recursos do continente sul-americano – nas áreas de carburantes líquidos e gasosos, em matéria de integração e intercâmbio de combustíveis, a exemplo de gás natural, e de interconexão elétrica e empreendimentos em energia elétrica – constituem eixo de aproximação

entre os países da região, que deve ser expandido e melhorado, paralelamente à preservação do meio ambiente e à eliminação de barreiras injustificáveis derivadas de restrições e regulamentos neste setor.

43. Os Presidentes recordaram que o desenvolvimento das telecomunicações é fator indispensável à constituição dos sistemas de logística e à integração de sistemas energéticos com uma perspectiva regional sul-americana. Apóiam-se na infra-estrutura de telecomunicações, ainda, as iniciativas de cooperação entre os países da América do Sul para o atendimento das demandas da sociedade da informação.

44. Os Presidentes decidiram instruir seus governadores no BID e representantes junto aos organismos financeiros internacionais para que, quando oportuno, proponham, naquelas instituições – tendo presente, inclusive, as dificuldades mencionadas no parágrafo 39 e a situação dos países com restrições de endividamento externo – a adoção de todas as medidas necessárias à implementação das propostas contidas no Plano de Ação em anexo, com vistas à realização de estudos, prestação de serviços de consultoria e desembolso de financiamentos para apoiar a implementação de iniciativas visando o desenvolvimento de eixos de integração para o futuro espaço econômico ampliado da América do Sul. Os Presidentes destacaram, neste sentido, a importância singular do trabalho futuro de coordenação com o BID e a CAF, entre outros organismos internacionais e regionais relevantes.

45. Paralelamente, os Presidentes da América do Sul reforçaram o compromisso de atribuir prioridade política ainda maior às iniciativas nacionais, bilaterais ou sub-regionais já em curso, com vistas à modernização e ao desenvolvimento da rede de infra-estrutura de integração em

toda a região, destacando, nesse sentido, o papel fundamental do setor privado nessa empreitada.

46. A fim de consolidar uma visão regional integrada sobre linhas de atuação para a ampliação e a modernização da infraestrutura na América do Sul, com base no já mencionado documento em anexo e nas demais referências acima, os Presidentes dos países sul-americanos decidiram convocar, através de suas chancelarias, reunião em nível ministerial, a realizar-se em novembro/dezembro. O convite da República Oriental do Uruguai para sediar esse encontro foi aceito com satisfação. Nessa oportunidade, deverão ainda ser examinadas fórmulas que estimulem e viabilizem o pleno engajamento da iniciativa privada no processo de modernização da infraestrutura na região.

Drogas ilícitas e delitos conexos

47. Os Presidentes da América do Sul enfatizaram a preocupação com o problema das drogas ilícitas e delitos conexos na região, o qual – segundo realidades nacionais específicas – pode estar associado a questões como o contrabando, o tráfico ilícito de armas e o terrorismo. Trata-se de ameaças que representam riscos para a própria integridade das estruturas políticas, econômicas e sociais dos países sul-americanos. O engajamento dos poderes do Estado e do conjunto da sociedade civil é essencial na luta contra esses problemas.

48. Os Presidentes destacaram o papel da OEA no avanço da luta contra as drogas no Hemisfério. Assinalaram a importância da Estratégia Anti-Drogas no Hemisfério, de 1996, que aprovou o princípio da responsabilidade compartilhada. Sublinharam, ademais, a aprovação, no âmbito da CICAD, do Mecanismo de Avaliação Multilateral

(MEM), em 1999, que, por utilizar parâmetros transparentes e multilateralmente acordados para a avaliação sobre a evolução do combate às drogas em cada país das Américas, deverá incentivar a cooperação hemisférica e substituir iniciativas unilaterais de avaliação.

49. Reafirmaram, assim, o compromisso da América do Sul com os princípios que regem as relações entre Estados e a cooperação internacional nesse campo: responsabilidade compartilhada, entre os países produtores, de trânsito ou consumidores, e tratamento equilibrado, que confira igual ênfase aos aspectos de controle da oferta, de redução da demanda e de tratamento de dependentes.

50. No tocante às medidas de controle da oferta, os Presidentes da América do Sul concordaram em estreitar a cooperação nos campos da inteligência, das operações policiais, do controle ao tráfico e desvio de precursores químicos (inclusive a homologação de listas de substâncias controladas no âmbito regional), e do controle ao tráfico ilícito de armas, bem como em combater a lavagem de dinheiro. Os Presidentes decidiram instituir um mecanismo formal de consultas regulares entre os órgãos responsáveis pela luta contra o narcotráfico e delitos conexos.

51. Os Presidentes reiteraram seu interesse na criação de um grupo regional contra a lavagem do dinheiro, nos moldes do *Financial Action Task Force*/Grupo de Ação Financeira (FATF/GAFI). Nesse sentido, apoiaram os entendimentos a que chegaram os responsáveis nacionais pelo controle da lavagem de dinheiro de países sul-americanos, reunidos em Brasília, nos dias 16 e 17 de agosto, ocasião em que elaboraram o Memorando de Entendimento relativo à criação do Grupo de Ação Financeira da América do Sul – GAFISUD. Ademais, estimularam a participação de todos os países da América do Sul no GAFISUD, bem como

a criação de uma Secretaria Executiva para o Grupo Regional.

52. Os Presidentes reiteraram seu apoio à busca de atividades econômicas alternativas, de caráter sustentável, para garantir renda adequada à população vinculada com os cultivos ilícitos, e se comprometeram a orientar seus representantes a examinar fórmulas para facilitar o acesso dos produtos alternativos ao mercado regional, no contexto de negociações sobre liberalização comercial na região.

Informação, conhecimento e tecnologia

53. Os Presidentes dos países da América do Sul coincidiram na percepção de que as últimas décadas do século XX vêm presenciando a emergência de uma revolução do conhecimento, sem precedentes, cujas conseqüências perpassam todos os âmbitos da vida e se farão sentir com intensidade ainda maior no futuro.

54. Os Presidentes coincidiram em que a vinculação existente entre a produção de ciência e tecnologia e o nível de desenvolvimento das nações constitui uma premissa que a realidade vem confirmando de maneira persistente. O conhecimento científico e tecnológico afirma-se, portanto, como a base de produção da riqueza nacional em todos os planos. Em nível nacional, o acesso ao conhecimento e à informação é cada vez mais determinante para impulsionar e melhorar a qualidade e eficiência do setor produtivo, incentivar a criação de empresas de base tecnológica, especialmente pequenas e médias empresas, melhorar as oportunidades de trabalho, romper os círculos de marginalização e pobreza e distribuir de uma forma mais justa e eqüitativa a riqueza nacional.

55. Nesse sentido, assinalaram a importância de que a aceleração do acesso

à nova era da sociedade da informação e do conhecimento seja respaldada em seus países pelo fortalecimento de um sistema de educação continuado que assegure a educação, em todos os seus níveis, aos mais amplos setores da sociedade e assegure um acesso sem restrições ao conhecimento e à informação, através da incorporação e utilização crescente das novas tecnologias da informação nos sistemas educativos e do acesso progressivo das escolas e dos centros de formação profissional à Internet.

56. Os Presidentes estiveram de acordo com a necessidade de empreender esforços para implantar uma estrutura básica de conectividade entre a região e as centrais da INTERNET no mundo. Além disso, concordaram em disseminar serviços avançados de redes sobre essa estrutura básica, incluindo, entre outros temas, Processamento de Alto Desempenho, Bibliotecas Digitais, Telemedicina e Educação e Trabalho à Distância, com vistas a colocar o potencial de educação, ciência e tecnologia da região a serviço do desenvolvimento sustentado de cada um dos respectivos países. Os países da Comunidade Andina destacaram as possibilidades de cooperação entre os países sul-americanos com base no precedente dos resultados do Comitê Andino de Autoridades de Telecomunicação (CAATEL) e do Conselho Andino de Ciência e Tecnologia.

57. Reconheceram que, para avançar no desenvolvimento da base científica e tecnológica da região, é preciso estimular a constituição, com sentido solidário, de redes cooperativas de pesquisa em áreas estratégicas, cuja construção permitirá a articulação das competências nacionais e o fortalecimento da infra-estrutura de pesquisa, com vistas a elevar a capacidade criativa e a competitividade dos países da região a um patamar compatível com as exigências de uma

sociedade do conhecimento e da informação, no espírito mais amplo da Declaração Ministerial sobre tecnologia de informação, comunicação e desenvolvimento, adotada em 7 de julho de 2000, pelo Segmento de Alto Nível do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas, documento este que recolhe as percepções contidas na chamada “Declaração de Florianópolis”, aprovada pelos países da América Latina e Caribe, em reunião regional preparatória daquele Segmento.

58. Os Presidentes registraram que, com a intensificação do comércio em escala global, assiste-se a uma sistemática redução das barreiras tarifárias, ao mesmo tempo em que se observa um progressivo aumento dos obstáculos técnicos ao comércio de nossos países. O progresso científico e tecnológico demanda cada vez mais laboratórios e estruturas complexas, operadas por pessoal de alto nível científico e técnico, bem como o desenvolvimento intensivo e extensivo da educação superior em todos os seus níveis. A médio e longo prazo, somente será possível uma inserção superior dos países sul-americanos na economia internacional com a incorporação permanente de inovações tecnológicas que elevem o valor agregado das exportações e melhorem a competitividade regional. O compromisso de empreender esforços conjuntos para o desenvolvimento de tecnologias básicas capazes de fortalecer tais metas deve figurar entre as maiores prioridades dos Governos sul-americanos. Nesse sentido, e tendo em vista a recente adoção do “Comunicado de Okinawa 2000”, os países da América do Sul expressam seu firme interesse em interagir com os membros integrantes do G-8, sobretudo no âmbito das questões relativas às áreas de tecnologias de informação e biotecnologia.

59. Os Presidentes da América do Sul

acolheram favoravelmente o anúncio, por parte do Governo brasileiro, de um programa específico para o setor, a concretizar-se por meio do estabelecimento de um Fundo Sul-Americano de estímulo às atividades de cooperação científica e tecnológica na região, no quadro da sua integração à sociedade da informação e do conhecimento, com participação aberta a todos os países, de modo a propiciar novas atividades e favorecer aquelas já em curso.

* * *

60. Os Chefes de Estado da América do Sul felicitaram-se pelos resultados da Reunião de Brasília e pela forma objetiva, franca e transparente que caracterizou a troca de opiniões sobre os temas da agenda. O encontro reforçou as sinergias existentes na região. Seus resultados constituem contribuição relevante para o debate em curso sobre esses mesmos temas em outros foros regionais e hemisféricos de que também participam os países sul-americanos.

61. Os Presidentes da América do Sul decidiram instruir seus respectivos Ministros de Relações Exteriores a tomarem as providências para a designação, em coordenação com as áreas competentes, quando necessário, de pontos focais para a implementação dos compromissos contidos neste Comunicado.

62. Os Primeiros Mandatários agradeceram ao Governo e ao povo da República Federativa do Brasil pela hospitalidade recebida e destacaram a excelente organização que permitiu o êxito da Reunião de Presidentes da América do Sul, bem como ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, pela iniciativa e o convite que lhes estendeu para este importante encontro sul-americano, que, sem dúvida, marcará um caminho renovado de entendimento na região.

Brasília, em 1º de setembro de 2000

Declaração de apoio ao processo de paz na Colômbia

A Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, nos dias 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, expressa seu decidido apoio aos esforços em favor da paz empreendidos pelo Governo da Colômbia, que refletem os anseios mais legítimos do povo colombiano de construção de um futuro pacífico, num ambiente democrático e de respeito aos direitos humanos.

A Reunião de Presidentes manifesta, ademais, sua convicção de que as corajosas medidas tomadas pelo Presidente da Colômbia ajudarão a fomentar um clima de crescente confiança entre as partes envolvidas no conflito interno colombiano, para alcançar uma paz firme e duradoura e a reconciliação de seu país.

Estende, igualmente, seu firme respaldo às iniciativas de fortalecimento do Estado colombiano nos campos social, econômico, político, ambiental e institucional. Nesse espírito, congratula-se com os resultados da Reunião do Grupo de Apoio ao Processo de Paz na Colômbia, realizada em 7 e 8 de julho passado em Madri, e formula os melhores votos de êxito para a próximo encontro do Grupo, a ter lugar em Bogotá.

A Reunião de Presidentes da América do Sul sublinha, ademais, que o rico e franco diálogo propiciado pelo encontro presidencial de Brasília reforça o clima de cooperação e favorece a integração cada vez mais efetiva entre os países da região, contribuindo positivamente para o avanço do processo de paz na Colômbia.

Declaração sobre Malvinas

A Reunião de Presidentes da América do Sul, realizada em Brasília, em 31 de agosto e 1º de setembro de 2000, constata que ainda

subsiste, no Atlântico Sul, a situação colonial das Ilhas Malvinas.

Convencida de que a manutenção de situações coloniais é incompatível com os ideais de paz, segurança e cooperação do subcontinente, a Reunião de Presidentes coincide com a necessidade de que as duas Partes retomem as negociações com vistas a que se encontre, com a maior brevidade possível, uma solução pacífica e duradoura para a disputa de soberania, de acordo com as Resoluções pertinentes das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos.

INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A CÚPULA DO MILÊNIO (04 DE SETEMBRO DE 2000)

As Nações Unidas programaram uma série de eventos para marcar a virada do milênio. Entre outros: o Foro do Milênio (encontro de organizações não-governamentais) - 22 a 26/5/2000; a Conferência dos Presidentes dos Parlamentos Nacionais - 30/8 a 1/9/2000; a Cúpula do Milênio - 6 a 8/9/2000; a Assembléia do Milênio - 5/9 a 22/12/2000 (denominação dada à 55ª Assembléia Geral das Nações Unidas. Após a abertura, a Assembléia será interrompida para a realização do segmento da Cúpula do Milênio).

O tema central da Cúpula do Milênio será “O papel das Nações Unidas no século XXI”, que tem sua base de discussão no relatório divulgado pelo Secretário-Geral da ONU, em 3/4/00, intitulado “Nós, os povos: o papel das Nações Unidas no século XXI”. Os Presidentes Sam Nujoma, da Namíbia, e Tarja Halonen, da Finlândia, irão co-presidir a reunião da Cúpula. Uma Declaração Final da Cúpula do Milênio deverá ser emitida.

Durante a Cúpula, além das sessões

plenárias envolvendo os Chefes de Estado ou de Governo, serão montadas quatro mesas-redondas para promover interação entre os mandatários sobre assuntos relativos à ONU. Os mandatários de Argélia, Cingapura, Polônia e Venezuela (Presidente Hugo Chávez) foram escolhidos pelos respectivos grupos regionais para presidir quatro mesas-redondas. O número de membros da cada mesa deve ser de, pelo menos, 40 países. Os participantes, acompanhados, no máximo, por dois assessores, poderão orientar suas intervenções livremente dentro do tema central do evento. Espera-se que os presidentes apresentem o resultado das discussões na forma de sumário de conclusões.

O Secretário Geral convidou os Estados membros a considerar a possibilidade de assinar ou ratificar, por ocasião da Cúpula do Milênio, atos internacionais depositados junto ao Secretariado da ONU (mais de 500). Há interesse particular em ampliar a participação em 25 tratados e convenções, identificados como especialmente representativos dos objetivos da ONU nas áreas de direitos humanos, refugiados, questões penais, desarmamento e meio ambiente.

Os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) realizarão encontro à margem da Cúpula do Milênio, no dia 7/9/2000. O tema da reunião será “Como assegurar papel eficaz do CSNU na manutenção da paz e da segurança internacionais, em particular na África”.

O Brasil, representado pelo Vice-Presidente da República, discursará na sessão da tarde do dia 6/9/2000 e participará da mesa-redonda da manhã do dia 7/9/2000.

ATAQUES EM TIMOR OCIDENTAL (06 DE SETEMBRO DE 2000)

O Governo brasileiro acompanha com preocupação os acontecimentos em Timor

Ocidental e lamenta a perda de vidas humanas nos ataques ao escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para refugiados e da Organização Internacional de Migrações em Atambua. O Brasil condena esse atentado aos funcionários envolvidos no processo de repatriação de refugiados, o qual viola o direito internacional humanitário e a Convenção sobre a Segurança do Pessoal das Nações Unidas e Pessoal Associado.

O Governo brasileiro exorta o Governo da Indonésia a tomar as medidas necessárias para punir os responsáveis por tão grave ato e impedir novos e lamentáveis episódios de violência contra a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (UNTAET) e outros organismos internacionais comprometidos com a implementação dos resultados da consulta popular de agosto de 1999, pela qual o povo timorense pronunciou-se em favor da independência do Território.

BRIEFING À IMPRENSA DO REPRESENTANTE ESPECIAL DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PARA ASSUNTOS DO MERCOSUL, EMBAIXADOR JOSÉ BOTAFAGO GONÇALVES, EM 5 DE SETEMBRO DE 2000, SOBRE ASSUNTOS RELACIONADOS AO COMÉRCIO ENTRE O BRASIL E PAÍSES DO MERCOSUL (06 DE SETEMBRO DE 2000)

Ministro Ligiero (Chefe da Assessoria de Comunicação Social) - Boa tarde. O Embaixador José Botafogo Gonçalves dará aos senhores algumas explicações sobre a questão do açúcar em relação à Argentina e

depois responderá às questões que os senhores tiverem interesse.

Embaixador Botafogo - Vamos começar pelo açúcar que é uma notícia mais recente. Eu só queria dar uma explicação prévia e depois com prazer esclarecer alguma dúvida. O assunto tem uma certa complexidade formal e substantiva. Do lado argentino, nós podemos considerar que existem três centros de movimentação em relação ao tema açúcar.

O número um é o Centro Açucareiro Argentino, que é um lobby poderosíssimo, tradicional, de formação centenária, e que construiu toda a sua atuação em torno de uma proteção ao fechamento do mercado argentino de açúcar e que busca preservar os interesses dos usineiros da região do noroeste argentino, ou seja, mais precisamente localizada nas 3 províncias de Salta, Jujuy e Tucumã. Dentro desse programa de proteção dos interesses açucareiros, eles naturalmente trazem à tona uma realidade que é de uma estrutura de produção dessa região, que ao longo dos anos vem demonstrando ser ineficiente e perdendo sua capacidade competitiva, não só dentro da atividade econômica argentina, mas também em relação a outros países. Este é um interlocutor, um protagonista.

O segundo protagonista é o Congresso argentino, que obviamente, como em qualquer outro lugar do mundo - nós conhecemos bem isso, quem não está acostumado estranha - é sensível aos lobbies dos setores que pedem proteção. E o Congresso argentino tem também uma história de buscar intervenção através de leis no tema de açúcar, usando como argumento da impossibilidade de incorporar o açúcar ao Mercosul o regime sulcroalcooleiro, brasileiro, em particular o Pro-álcool, que gera um tal volume de produção no Brasil de cana, açúcar e álcool que praticamente torna essa produção muito mais competitiva, muito mais dominadora do que aquela de uma região

que só produz açúcar e em menor quantidade.

O terceiro protagonista é o governo, o Executivo argentino, que também tem durante muitos anos, como vocês sabem, esse sistema, que talvez seja o mais antigo do Mercosul,... tem sempre postergado os entendimentos entre os quatro sócios, em particular em relação ao Brasil, que é o principal interessado, para que cheguemos ao entendimento na área do açúcar. Usam o argumento de que a produção brasileira, além de ter esse alto volume, decorrente do Pro-álcool, também está carregada de subsídios, a tal ponto que distorceria a competitividade.

Eu estou resumindo em alguns minutos uma história que já dura vários anos. O episódio que ocorreu durante o governo do Presidente Menem, merece ser trazido à lembrança para que possamos entender o que está passando durante essa semana. Houve uma lei aprovada pelo Senado e pelo Congresso, unanimemente inclusive, que determinava que a incorporação do açúcar ao Mercosul não se daria enquanto o Brasil não desmantelasse o Pro-álcool. Essa lei foi vetada pelo Presidente Menem e o veto dele foi derrubado pelo Congresso. Essa situação persistiu até recentemente. Depois que nós iniciamos, em janeiro desse ano, o debate para o relançamento do Mercosul, nós insistimos via Chancelaria brasileira, outros Ministérios, Agricultura, Indústria, de que era chegado o momento de passar de soluções puramente protelatórias para uma negociação séria. Além do mais, durante todo esse período dos últimos 3 anos, houve um grande número de reuniões técnicas, tanto a nível bilateral, Brasil/Argentina, quanto no nível dos quatro países, num grupo de açúcar "ad hoc", especialmente criado para tratar desse problema, onde todas as questões dos regimes alcooleiros ou supra alcooleiros, os açucareiros de cada um dos quatro países foram exaustivamente examinadas. Todos

os dados técnicos foram contemplados, informações foram trocadas entre os quatro países, atualização das respectivas legislações. Essas reuniões, que aconteceram há alguns meses atrás praticamente esgotaram todo o aspecto informativo em torno das respectivas políticas de produção e de proteção do açúcar nos quatro países do Mercosul.

Eu vou apenas mencionar alguns aspectos mais relevantes da informação que o Brasil prestou durante essas reuniões técnicas tanto do Grupo “ad hoc” quanto em reuniões bilaterais. Há praticamente dez anos que o governo brasileiro vem se retirando progressivamente de uma política de grande interferência no setor de açúcar e depois de álcool. Não há dúvida nenhuma que esse era um setor altamente regulamentado com grande intervenção do Estado, com um complexo problema e sistema de financiamentos à produção, financiamento de safra, mas tem havido, e curiosamente, independentemente de mudanças governamentais ou de até mesmo de governos (inaudível), uma constante retirada do governo brasileiro dessa excessiva regulamentação. (E isso) por muitas razões e sabemos que todas essas razões são largamente debatidas pela imprensa brasileira, com relação a esse relacionamento do mundo dos usineiros e o mundo dos financiadores, com recursos públicos.

Hoje nós temos uma intervenção mínima no financiamento da cana de açúcar do Nordeste, em relação ao resto do país, não há mais nenhuma outra intervenção artificial, não há subsídio à cana, se é que se pode chamar assim. É um financiamento que equivale a encontrar uma equalização entre o custo do Nordeste e o custo de São Paulo e Paraná, equalizando os custos das duas regiões. São Paulo e Paraná não recebem nenhum benefício do Estado em função da produção de açúcar, porque efetivamente são os mais

competitivos do mundo e ainda há alguns apoios com relação à equalização de fretes de transporte de álcool do Mato Grosso para esses Estados. Mesmo assim esses programas estão com datas marcadas para sua eliminação e redução significativa até 2003. Do ponto de vista da Organização Mundial de Comércio, esse assunto foi profundamente analisado pelos brasileiros e também por esse grup “ad hoc”, tendo-se chegado à clara conclusão de que os apoios à produção da cana no Nordeste estão, em primeiro lugar, modificados na OMC e, em segundo lugar, não atingem o que na linguagem técnica é chamado de minimis, aquele tipo de apoio acima do qual, ou até o limite do qual a OMC não endossaria e não apoiaria. Nós estamos na metade do de minimis, aproximadamente. Depois em outro momento, as explicações técnicas poderão ser dadas. Este quando demonstra que o argumento repetido insistentemente por parte de nossos parceiros e a Argentina é o mais interessado. O Paraguai e o Uruguai também têm regimes fechados e o argumento de que nós estamos distorcendo a competitividade em função de políticas pouco (inaudível), ele já perdeu toda a sua substância. Tendo chegado a esse entendimento, no início desse ano, então começamos, dentro do contexto do relançamento do Mercosul, a repropor de maneira séria e agora negociada e não simplesmente dentro de uma hipótese de postergação o tratamento de incorporar futuramente o açúcar ao Mercosul.

Aí voltam os protagonistas. O Centro Açucareiro Argentino percebendo que agora tanto o governo brasileiro quanto o governo argentino estavam encarando de outra maneira e caminhando para uma efetiva negociação, rearticulou a sua resistência e encontrou um clima favorável porque nós estamos vendo que a situação econômica argentina é difícil, estamos vendo que o desemprego nesses

estados do noroeste argentino é grande, e voltou esse lobby a fazer uma pressão sobre o Congresso argentino para votar uma nova lei cuja primeira redação praticamente postergava indefinidamente a proteção ao açúcar argentino.

Mesmo assim, como fica cada vez mais difícil propor que mexam no texto da lei de que o condicionante para entrar o açúcar no Mercosul é o desmantelamento do regime brasileiro, sobretudo do Pro-álcool, a lei que foi aprovada pelo Congresso desvinculava a proteção do regime brasileiro e o texto que foi aprovado falava que vigirá até que outra legislação venha substituí-lo. Esse é um elemento importante do ponto de vista formal e jurídico porque o próprio Congresso Argentino, dando-se conta de que era muito difícil sustentar um argumento que perde validade concreta, mudou o texto da redação. Do ponto de vista do governo brasileiro, nós sempre alertamos aos nossos sócios argentinos de que considerávamos gravemente inconveniente de que um assunto que está no âmbito da discussão entre os Executivos, está no âmbito de uma negociação do relançamento do Mercosul, viesse a ter um tratamento por via Legislativa, recordando inclusive que em situações diversas e com poderes constitucionais diversos, nós temos tido dificuldades no Mercosul, quando outro Poder que não o poder negociador venha buscar soluções que são da competência do Executivo. Todos nós conhecemos as intervenções do Judiciário do lado brasileiro e do lado argentino com relação a visões particulares que tinham com produtos que poderiam entrar ou não entrar no Mercosul ou com cotas ou proibição total, como foi recentemente no caso do arroz.

Nós temos consistentemente e creio que inevitavelmente insistir que a negociação tem que seguir o seu curso normal, que é

a negociação dentro do Grupo Mercado Comum. Uma complacência, uma tolerância, uma cumplicidade, se é que poderíamos chamar (?) um país do Mercosul para que poderes de outra natureza intervenha na solução desse problema era visto como uma grave ameaça à sobrevivência do Mercosul como um projeto, não só de livre comércio, mas de união aduaneira. O governo argentino, para não entrar nesse terreno perigoso, decidiu vetar a lei que fora aprovada pelo Congresso. Este evento se deu ontem (4/9) à tarde, à noite. Então a lei está vetada. Paralelamente a isso, o Ministro da Economia baixou uma resolução cujo texto acabamos de receber, não sei se a imprensa já tem, e esta resolução contém alguns considerandos e contém uma fase operacional. Nos considerandos o Ministério da Economia argentina faz menção ao andamento das negociações no âmbito do Mercosul, faz menção da necessidade de incorporar o açúcar ao Mercosul, cita o grupo “ad hoc” e o Mercosul, reconhecendo que o foro adequado para a solução do problema é esse. Até aí eu diria que as notícias são boas porque é uma mudança importante, tanto do ponto de vista do Congresso, ainda que a lei tenha sido afortunadamente vetada, mas também do ponto de vista também do Executivo argentino que não insiste mais nessa resolução, ligar a incorporação do açúcar ao Mercosul ao sistema sucroalcooleiro do Mercosul a um processo negociador que certamente será posto sobre a mesa, levando em conta a necessidade de fazer uma conversão da indústria e da economia do noroeste argentino para que o problema social seja (inaudível) ... não é uma pretensão oficial brasileira provocar o agravamento da situação social nas três províncias argentinas.

O lado ruim desta mudança de política é a fixação por cinco anos de um critério de cálculo do direito de importação do açúcar que de fato representa uma extensão do regime de proteção

do açúcar, inclusive talvez até com regras mais explícitas que amplie a margem de proteção. A situação hoje até agora é essa. A resolução positiva no seu aspecto conceitual, no seu aspecto formal e jurídico, mais uma decisão unilateral de prorrogar por mais cinco anos o regime protecionista do açúcar na Argentina.

O que fazer daqui para frente? Bem, Nós vamos repetir pela enésima vez que nós no Brasil, e estamos falando isso para os três sócios, não apenas para a Argentina, nós vamos continuar a negociar, nós temos um calendário de negociações do Grupo “ad hoc” de Açúcar. A primeira reunião, a próxima, será em Brasília, no dia 25 de setembro. Estamos aguardando, como foi acordado na última reunião do Grupo “ad hoc” no Rio de Janeiro, propostas por escrito dos três parceiros, com relação a como eles vêem a incorporação do açúcar. Até então nunca conseguimos obter nenhuma proposta, havia sempre uma recusa liminar de sequer considerar uma proposta de incorporação. Agora há um compromisso de apresentar por escrito uma proposta, qualquer que seja, e temos informações de que nos próximos dias o governo argentino já estará encaminhando ao governo brasileiro pelo Itamaraty, pelo Repsul (Representante Especial do Presidente da República para Assuntos do Mercosul) uma proposta, resta saber o formato desta proposta. Será muito importante analisar esse formato para ver se começamos efetivamente um jogo negociador concreto, e não uma mera fase de nova postergação. Estamos convencidos de que com este calendário, com compromissos que foram assumidos inclusive a nível presidencial de chegarmos até a cúpula de Florianópolis com algo de concreto, nós então poderemos eventualmente, nesta cúpula já ter equacionado o problema da incorporação do açúcar do Mercosul.

Acrescentaria apenas que as questões internas da sensibilidade social nunca foram ignoradas, nem nunca serão pelo Brasil. Nós estamos falando entre sócios. Estamos falando entre países que têm sensibilidade pelos problemas dos outros países e que qualquer discussão que venha a ser levada em conta, esse processo de reconversão terá sempre boa acolhida e boa receptividade brasileira. Acrescento mais. Há muitos encontros, tem havido muitos encontros entre privados brasileiros e argentinos, produtores paulistas e nordestinos de cana, com produtores argentinos e há uma enorme disposição desses privados brasileiros de fazerem programas de assistência técnica, de cooperação de melhorias, de produtividade, quer dizer, nem os privados nem o governo brasileiro não estão se recusando a fazer um esforço para que a eficiência do setor açucareiro argentino seja crescida e nem poderia ser de outra maneira, porque todos sabem a visão do governo brasileiro de que o Mercosul tem possibilidade de sucesso e a visão de integrar cadeias positivas, de aumentar a eficiência regional e não nacional, não é dividindo o comércio em barreiras nacionais, para que cada um perpetue as suas ineficiências, mas ao contrário, negociar através de um diálogo, não mais nacional, todas aquelas medidas que venham a levar os setores seja de açúcar, seja automóvel, seja eletro-eletrônicos, a serem mais competitivos sobretudo no plano mundial. Nós repetimos que estamos com a ALCA pela frente, amanhã a União Européia. O mercado do açúcar é um mercado regulamentado no mundo inteiro, altamente protegido, muito mais na Europa e Estados Unidos do que no Mercosul. São mercados absurdamente fechados, o consumidor desses países paga um preço absurdo para proteger interesses cada vez menores, seja em termos

quantitativos e qualitativos, há um enorme benefício, transferência de recursos da população como um todo para um numero pequeno de beneficiários e esse processo está cada vez mais evidente, tem que ser rejeitado, e as negociações internacionais, seja na ALCA, seja na mudada do milênio, vão te que tratar desse tema. E se nós queremos chegar lá com a nossa condição Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, não só, e tornar nossos mercados produtores mais eficientes, mas também cedermos aos mercados desses países, nós temos que ter uma posição arriscada. Como é que nós vamos sustentar uma abertura de mercados se não conseguimos nos entender nem dentro de casa. Então esse é o quadro genérico com relação ao açúcar, que, repito, tem aspectos positivos, que são essas últimas medidas e tem aspectos negativos, que ainda, pressão sofrida pelo governo argentino de prorrogar por 5 anos a proteção para o açúcar.

EXPOSIÇÃO “O SÉCULO XIX NA
FOTOGRAFIA BRASILEIRA
(06 DE SETEMBRO DE 2000)

A exposição “O Século XIX na Fotografia Brasileira”, organizada pela Fundação Armando Álvares Penteado, será inaugurada no dia 07 de setembro, no Palácio Itamaraty, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. A mostra está dividida em dois segmentos: Retratos e Paisagens.

A idealização da exposição - que reúne cerca de 150 imagens de pessoas, cidades e paisagens do Brasil, muitas delas nunca apresentadas ao público - é de Celita Procópio de Carvalho, presidente do Conselho Curador

da FAAP. A curadoria é de Pedro Corrêa do Lago e Rubens Fernandes Júnior. A coleção de fotos pertence a Pedro Corrêa do Lago, com concepção artística de Jorge Elias.

“O Século XIX na Fotografia Brasileira” estará aberta para o público entre os dias 08 e 24 de setembro.

COMUNICADO DO MERCOSUL,
BOLÍVIA E CHILE SOBRE AS ELEIÇÕES
PARA VICE-PRESIDENTE NO PARAGUAI
(17 DE SETEMBRO DE 2000)

Os Estados membros do Mercosul, Bolívia e Chile expressam a sua satisfação pelo clima de normalidade democrática e de civismo que prevaleceu nas eleições realizadas no último Domingo, 13 de agosto, para Vice-Presidente do Paraguai e, em particular, felicitam o Governo e as autoridades eleitorais daquela República irmã por haver organizado de maneira exemplar esta manifestação de cidadania.

Os Governos dos países do Mercosul, Bolívia e Chile, recordando o compromisso democrático adotado por ocasião da assinatura do Protocolo de Ushuaia, confiam em que essas eleições contribuam para a consolidação e aperfeiçoamento da democracia no Paraguai, a partir do respeito integral à independência da Justiça eleitoral e à expressão do desejo do povo paraguaio.

No âmbito da fraternidade que une os Estados membros do Mercosul, Bolívia e Chile, aspiramos a união de todos os paraguaios para que juntos possam construir um país mais próspero, justo, democrático e plenamente integrado ao projeto que nos une no Cone Sul.

PRONUNCIAMENTO DO PRESIDENTE
ALBERTO FUJIMORI SOBRE A
CONVOCAÇÃO DE ELEIÇÕES GERAIS
(17 DE SETEMBRO DE 2000)

Tendo tomado conhecimento do pronunciamento do Presidente Alberto Fujimori sobre a convocação de eleições gerais, o Governo brasileiro reitera sua permanente solidariedade com a Nação peruana.

Diante da gravidade dos fatos anteriores que vieram a público, o Governo brasileiro compreende a decisão tomada pelo Presidente Fujimori como um passo adiante no esforço de aperfeiçoamento institucional e de integral observância dos padrões de dignidade, transparência e limpeza na vida pública, cuja transgressão é incompatível com o regime democrático.

O Governo brasileiro expressa sua confiança em que a evolução do quadro político peruano reforçará os mecanismos de diálogo existentes e assegurará inequivocamente a plenitude da ordem democrática, em consonância com o disposto no Comunicado de Brasília, aprovado pelos Presidentes da América do Sul no dia 1º de setembro.

MÚSICOS PARAENSES INTEGRAM
BANDA OLÍMPICA
(18 DE SETEMBRO DE 2000)

Seis jovens músicos brasileiros – todos paraenses, e com idades entre 18 e 21 anos - estão integrando a Banda Olímpica, em Sydney, graças a uma iniciativa conjunta

do Ministério das Relações Exteriores, do Ministério do Esporte e Turismo, do Comitê Olímpico Brasileiro e do Governo do Pará. Os músicos, que estrearam na Banda Olímpica na abertura dos jogos, no último dia 15, são quatro trompetistas e dois trombonistas, selecionados pela Fundação Carlos Gomes, de Belém.

Assim, o Brasil é um dos vinte e dois países que integram a Banda Olímpica. Os trompetistas são Elielson Gomes, Ilson Cruz, Danilson Costa e Álvaro Dias, e os trombonistas Kelson Luís e Fernando André. Todos são alunos do Conservatório Carlos Gomes.

Kelson, Fernando e Elielson são talentos descobertos pelo Projeto de Interiorização da Fundação Carlos Gomes (respectivamente nos municípios paraenses de Vigia, Marapanim e Marituba). Ilson e Kelson participaram este ano como monitores do Plano de Educação Profissional do Estado do Pará durante o VII Encontro de Bandas do Projeto de Interiorização da FCG. Elielson é monitor do Projeto em Marituba.

Os músicos foram convidados pelo Itamaraty por indicação do professor Oscar Dourado, da Universidade Federal da Bahia. Viajaram no dia 29 de agosto com o patrocínio do Governo do Estado do Pará por intermédio da Secretaria Especial de Estado de Promoção Social (SEPROS), do próprio Itamaraty e da Fundação Carlos Gomes.

Os jovens músicos que foram a Sydney são oriundos de um projeto que atende a 63 municípios e vilas paraenses. Esse projeto foi premiado em 1997 no Programa Gestão Pública e Cidadania da Fundação Getúlio Vargas e, em 1998, foi um dos 40 Projetos selecionados no Habitat 98 da ONU.

ASSINATURA DO PROTOCOLO DE
COOPERAÇÃO EM TECNOLOGIA
ESPACIAL ENTRE O GOVERNO
DA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA POPULAR DA CHINA
(20 DE SETEMBRO DE 2000)

Será assinado, em 21/09/00, o “Protocolo de Cooperação em Tecnologia Espacial entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da China”. Por meio desse acordo, assentam-se as bases para o prosseguimento da frutífera cooperação espacial entre o Brasil e a República Popular da China, por meio da construção de mais dois Satélites Sino-Brasileiros de Recursos Terrestres (CBERS 3 e 4).

A cooperação espacial com a China é marcada pelo bem-sucedido lançamento do CBERS-1, que já está enviando imagens da superfície terrestre. O CBERS-2 será montado no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), e deverá ser lançado no ano de 2001. Os satélites da série CBERS realizam atividades de sensoriamento remoto, colhendo dados e enviando imagens digitais da Terra, as quais podem ser usadas para monitoramento ambiental e apoio às atividades agrícolas.

O Programa CBERS, que se restringe às aplicações pacíficas das tecnologias espaciais, reveste-se de singular significado político, ao representar associação inédita de dois países em desenvolvimento em área de alta tecnologia, servindo como emblema da maturidade do relacionamento bilateral entre o Brasil e a República Popular da China.

ASSINATURA DE CONVENÇÃO
ENTRE OS GOVERNOS
BRASILEIRO E PARAGUAIO
(20 DE SETEMBRO DE 2000)

Cerimônia de assinatura da convenção para evitar a dupla tributação em matéria de impostos de renda, prevenir e combater a evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras, e dos acordos por troca de notas relativos ao protocolo adicional sobre relações de trabalho e previdência social relativo aos contratos de trabalho dos trabalhadores, dos empreiteiros e subempreiteiros de obras entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Paraguai.

Brasília, Palácio Itamaraty, 20 de setembro de 2000.

O Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e o Ministro de Estado das Relações Exteriores do Paraguai, Embaixador Juan Esteban Aguirre Martínez, celebraram hoje, 20 de setembro de 2000, a assinatura dos seguintes acordos:

- a) Convenção para evitar a dupla tributação em matéria de imposto de renda, prevenir e combater a evasão fiscal e sobre matérias aduaneiras.

1 - A celebração do acima mencionado ato acarretará três incentivos para as relações econômicas bilaterais, a saber: a cláusula de

tax-sparing tornará efetivos os incentivos fiscais que o Governo paraguaio quiser criar para empresas brasileiras instalarem-se no Paraguai, pois a Receita Federal brasileira renunciará a cobrar das empresas brasileiras o imposto economizado no Paraguai;

2 - O Paraguai poderá criar depósitos francos paraguaios e, ao mesmo tempo, serão intensificados os controles sobre as mercadorias destinadas à reexportação; e

3 - As autoridades de ambos os países passarão a atuar conjuntamente contra a falsificação de marcas brasileiras de cigarros no Paraguai, fiscalizando tanto os fornecedores de insumos, no Brasil, quanto as “tabacaleras”, no Paraguai.

b) Acordos por troca de notas relativos à denúncia do Protocolo Adicional sobre relações de trabalho e previdência social relativo aos contratos de trabalho dos trabalhadores, dos empreiteiros e subempreiteiros de obras e locadores e sublocadores de serviços, de 10 de setembro de 1974.

1 - Pelos mencionados instrumentos os Governos dos dois países denunciam o Protocolo Adicional sobre relações de trabalho e previdência social dos trabalhadores dos empreiteiros, subempreiteiros de obras e locadores e sublocadores de serviço de Itaipú Binacional, de 10 de setembro de 1974, e estabelecem normas que passam a disciplinar os direitos dos referidos trabalhadores.

CRIAÇÃO DE MECANISMO DE
COOPERAÇÃO EM MATÉRIA
DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO
CONSULAR AOS NACIONAIS DO
MERCOSUL, BOLÍVIA E CHILE
(22 DE SETEMBRO DE 2000)

Criação de mecanismo de cooperação em matéria de assistência e proteção consular aos nacionais do Mercosul, Bolívia e Chile, quando estes se encontrarem em cidades de terceiros Estados onde não exista Representação diplomática ou Repartição consular de seu próprio país.

Por ocasião da XV Reunião do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul, Bolívia e Chile, realizada, em Buenos Aires, no período de 26 a 28 de julho de 2000, acordou-se estabelecer um mecanismo de cooperação em matéria de assistência e proteção consular aos nacionais desses países que se encontrarem em território de terceiros Estados e não disponham do apoio de suas próprias representações diplomáticas ou consulares.

Inicialmente, ficaram definidas como ações de cooperação consular as seguintes medidas:

- a) permitir a utilização do endereço postal do Consulado ou do setor consular da Embaixada para recepção de correspondência privada, no entendimento de que isso não cria responsabilidades por parte do posto pela conservação dessa correspondência ou seu encaminhamento ao destinatário, o qual deverá procurar os meios de recuperá-la;
- b) dar orientação em matéria de assistência médica e jurídica a nacionais de outros países que solicitem esse tipo de apoio,

dentro da jurisdição da Embaixada ou do Consulado, proporcionando lista de advogados, médicos e outros profissionais liberais mantida no posto para esse fim, sem ser responsável pela utilização ou resultado das gestões que os nacionais dos outros países logrem com os referidos profissionais;

c) prestar assistência, dentro das possibilidades a seu alcance, a pessoas acidentadas ou em situação de emergência ou necessidade comprovada, e informar, por meio do Departamento de Assuntos Consulares da Chancelaria do país de origem do acidentado, sobre a ocorrência. Auxílios financeiros, gastos com repatriação e outras despesas decorrentes da assistência a ser prestada somente poderão ser cobertos com recursos provenientes do país da nacionalidade do assistido, com a antecedência necessária;

d) informar, por meio dos mesmos canais diplomáticos, os parentes ou pessoas próximas sobre a ocorrência de acidentes, falecimentos ou catástrofes;

e) interessar-se pelos nacionais dos países do Mercosul, Bolívia e Chile que estejam detidos ou em prisão, comunicando tal situação às autoridades do país de origem dos assistidos por meio dos canais diplomáticos acima mencionados;

f) apoiar o esforço de localização de pessoas, cujo paradeiro, dentro da jurisdição consular da Embaixada ou do Consulado, seja desconhecido, e transmitir, por meio dos canais diplomáticos, as informações disponíveis às autoridades do país de origem do nacional.

Para fins de agilização do tratamento dos casos mais urgentes, os postos poderão, sem prejuízo da informação a ser transmitida pelos

canais diplomáticos apropriados, procurar comunicar-se diretamente com os familiares ou outra repartição oficial do país do assistido.

Os postos deverão prestar a assistência possível aos nacionais dos países membros do Mercosul e Países Associados (Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai) quando não haja, na cidade em que o posto tem sede, Representação diplomática ou Repartição consular de carreira do país de origem do interessado. Simultaneamente, procurarão informar o consulado ou serviço consular do país de origem do interessado que tenha jurisdição sobre a localidade onde ele se encontra.

NOTA SOBRE A POSIÇÃO DO GOVERNO DO PANAMÁ A RESPEITO DA SITUAÇÃO POLÍTICO-INSTITUCIONAL NO PERU (25 DE SETEMBRO DE 2000)

O Governo brasileiro muito apreciou a sensibilidade demonstrada pelo Governo do Panamá ao contribuir para o encaminhamento positivo da situação político-institucional peruana.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso esteve em comunicação pessoal com a Presidente Mireya Moscoso, bem como com outros Presidentes, havendo antecipado a satisfação com que esses governos acolheríamos uma decisão positiva panamenha.

O Governo brasileiro confia em que o Governo panamenho, à luz de sua histórica vocação latino-americana, possa agora definir os procedimentos adequados para que se encontre uma solução definitiva da questão,

Ao recordar que o Panamá será anfitrião da próxima reunião de cúpula ibero-americana,

ocasião em que o Brasil fará solenemente a entrega dos originais da Ata do Congresso Anfictiônico para guarda definitiva por aquele país, o Governo brasileiro expressa o seu reconhecimento pela esclarecida atuação do Governo panamenho em prol dos ideais de irmandade, paz e concórdia entre os povos de nossa região. O Brasil reafirma, ao mesmo tempo, a convicção de que a situação interna peruana continuará a evoluir em pleno respeito e acatamento à ordem democrática, em consonância com os objetivos da sociedade peruana de promover um amplo entendimento nacional, coroado por eleições livres respaldadas pelos partidos e tribunais.

JUSTIFICATIVA ELEITORAL DO
BRASILEIRO RESIDENTE NO
EXTERIOR OU EM TRÂNSITO
(25 DE SETEMBRO DE 2000)

De acordo com a Corregedoria-Geral da Justiça Eleitoral, o eleitor brasileiro em trânsito no exterior na data das próximas eleições municipais, em 1º de outubro, deverá procurar a Zona Eleitoral onde é inscrito no prazo de 30 (trinta) dias após seu retorno ao Brasil, para justificar sua ausência às urnas. A justificativa será feita mediante requerimento, ao qual deverá ser anexada prova de sua ausência do país (cópia autenticada do passaporte, bilhetes de passagem ida e volta, entre outros). Não serão emitidos formulários para justificativas dos eleitores em trânsito no exterior.

Os eleitores inscritos no exterior (que votam apenas em eleições presidenciais), bem como aqueles inscritos no Distrito Federal (onde não haverá eleições este ano), não precisarão apresentar justificativa.

SEMINÁRIO SOBRE A SITUAÇÃO E
PERSPECTIVAS DO SETOR SUCRO-
ALCOOLEIRO NO MERCOSUL
(27 DE SETEMBRO DE 2000)

Natureza: evento a ser organizado conforme previsto no artigo 27 do Regimento Interno do Grupo Mercado Comum (Decisão 4/91).

Datas: 30 e manhã de 31 de outubro de 2000.

Local: Centro de Tecnologia da COPERSUCAR - CTC, na cidade de Piracicaba, Estado de São Paulo, Brasil. Centro de pesquisa que constitui referência mundial para o setor, localizado em importante região produtora de cana-de-açúcar.

Participantes: autoridades governamentais dos quatro Estados Partes do MERCOSUL, inclusive negociadores do Grupo Ad Hoc Setor Açucareiro; lideranças políticas regionais; parlamentares (a exemplo, no caso do Brasil, dos integrantes do Grupo Parlamentar Ad Hoc para o Açúcar); empresários representantes da cadeia produtiva sucroalcooleira; técnicos, especialistas e acadêmicos interessados pelos temas do setor sucroalcooleiro, da matriz energética, dos combustíveis alternativos e da proteção ambiental.

Objetivo: o Seminário servirá para reunir conjunto variado de opiniões para uma discussão aberta sobre a situação atual e as perspectivas de desenvolvimento do setor sucroalcooleiro dos países do MERCOSUL, desde a perspectiva da plataforma produtiva regional. A agenda, ampla, tratará tanto de processos intra-zona quanto da inserção do MERCOSUL no mercado internacional. Serão consideradas a produção de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool e suas inter-relações.

O Seminário não terá como propósito resolver dificuldades específicas do processo

negociador quadrilateral sobre a incorporação do açúcar ao MERCOSUL. Poderá oferecer, contudo, novos elementos para avançar, de forma conseqüente, na negociação durante os meses de novembro e de dezembro, de modo a facilitar a apresentação de uma proposta para incorporação do açúcar ao MERCOSUL à próxima Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum (Florianópolis, 14 e 15 de dezembro de 2000). O Seminário, portanto, não se confunde com o trabalho do Grupo Ad Hoc Setor Açucareiro, mas para ele contribuirá.

Agenda: organizada em cinco blocos temáticos:

Características da produção e da comercialização de cana-de-açúcar, de açúcar e de álcool no MERCOSUL. As políticas públicas e o desenvolvimento regional.

Possibilidades e iniciativas de cooperação para o desenvolvimento científico, técnico e tecnológico do setor açucareiro desde a perspectiva regional (aprimoramento genético; produtividade agrícola e industrial; aproveitamento de produtos derivados)

As matrizes energéticas nacionais e as possibilidades de aproveitamento dos produtos do setor sucroalcooleiro

A proteção do meio ambiente e o setor sucroalcooleiro

O contexto extra-zona (mercado global, negociações multilaterais, comercialização em terceiros mercados)

MERCOSUL / REUNIÃO DO GRUPO AD HOC AÇÚCAR (27 DE SETEMBRO DE 2000)

Regime de adequação do setor açucareiro

TENDO EM VISTA: O Tratado de Assunção, o Protocolo de Ouro Preto e as Decisões 7/94, 19/94 e 16/96 do Conselho do Mercado Comum

CONSIDERANDO:

A necessidade de consolidar a União Aduaneira, mediante a garantia de livre comércio para todos os produtos na região e a aplicação de uma Tarifa Externa Comum;

A importância do setor açucareiro para a economia dos Estados Partes;

A conveniência de contar com um regime Mercosul que permita a negociação de acordos de livre comércio com terceiros países ou agrupamentos regionais no setor açucareiro;

Os parâmetros estabelecidos pelas Decisões 19/94 e 16/96 para a definição do regime de adequação do setor;

O conselho do mercado comum decide

Art. 1º - O regime de adequação do setor açucareiro à União Aduaneira será aplicado aos seguintes itens tarifários da Nomenclatura Comum do Mercosul:

1701.11.01 – Açúcar de cana em bruto, sem adição de aromatizantes ou corantes

1701.12.00 – Açúcar de beterraba em bruto, sem adição de aromatizantes ou corantes

1701.91.00 – Demais açúcares adicionados de aromatizantes ou de corantes

1701.99.00 – Demais açúcares.

Art. 2º - Os gravames aplicados pelos Estados Partes para o comércio intrazona serão submetidos a um processo de desgravação progressiva e automática, de acordo com o seguinte cronograma:

Data Percentual de Desgravação

31.12.2000	30%
30.06.2001	60%
31.12.2001	100%

Parágrafo Único - As preferências serão aplicadas sobre os gravames vigentes no momento de sua aplicação e consistem em redução percentual dos gravames mais favoráveis aplicados à importação dos produtos procedentes de terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

Art. 3º - Durante a vigência do regime de adequação, os gravames totais incidentes sobre o comércio intrazona deverão ser inferiores aos incidentes sobre importações provenientes de terceiros países não membros da Associação Latino-Americana de Integração.

Art. 4º - Para os fins desta Decisão, adota-se a definição de gravame contida no Art. 2º, a, do Anexo I do Tratado de Assunção, a qual inclui direitos variáveis aplicados às importações e demais medidas de efeito equivalente.

Art. 5º - Os gravames aplicados pelos Estados Partes para as importações provenientes de terceiros países serão substituídos por uma Tarifa Externa Comum de 16%, mediante um processo de convergência progressiva e automática, definido em cronograma anexo, acordado entre os quatro Estados Partes, o qual integra a presente Decisão.

Art. 6º - Para as importações provenientes de terceiros países, os Estados Partes comprometem-se a aplicar a Tarifa Externa Comum de 16%, a partir de 01/01/2002, inclusive. A partir da mesma data, inclusive, nenhuma restrição quantitativa de qualquer espécie ou gravame adicional à Tarifa Externa Comum poderá ser aplicado pelos Estados Partes para as importações provenientes de terceiros países.

Art. 7º - A partir da data de aprovação desta Decisão, inclusive, os Estados Partes não poderão elevar seus níveis de proteção nominal total ao comércio intrazona (incluindo a tarifa ad valorem e outros direitos tarifários e paratarifários), seja pela alteração dos gravames existentes, seja pelo estabelecimento de novos gravames ou de restrições quantitativas.

Anexo

(Art. 5º - Cronograma do Brasil de Convergência à TEC)

Data	Tarifa	Outros Gravames
31/12/2000	4%	Não há
30/06/2001	8%	Não há
31/12/2001	16%	Não há

**INAUGURAÇÃO DA
EMBAIXADA EM BERLIM
(28 DE SETEMBRO DE 2000)**

No dia 5 de outubro próximo o Senhor Presidente da República, em visita oficial à Alemanha, inaugurará formalmente a

Embaixada do Brasil em Berlim, situada na Wallstrasse 57. É a 108ª Embaixada a se instalar em Berlim.

O evento marca a conclusão de projeto que se seguiu à decisão do governo alemão de transferir sua capital de Bonn para Berlim.

Consubstancia, por outro lado, a determinação do governo brasileiro de se fazer representar em Berlim em nível condizente com a alta importância de suas relações com a Alemanha. Com este propósito buscou-se desde o início da década de 90 identificar na capital as instalações mais adequadas para a Embaixada.

As severas restrições orçamentárias dos últimos anos não possibilitaram a aquisição ou a construção de prédio próprio. Tampouco foi possível encontrar no mercado imobiliário de Berlim imóvel para aluguel que atendessem às necessidades da nova Embaixada. A solução veio com a negociação de proposta de incorporadora alemã para a construção de imóvel e posterior aluguel ao governo brasileiro.

Em 13 de fevereiro de 1998 foi assinado o contrato de locação futura, por vinte anos, com previsão de entrega do imóvel em 1º de setembro de 2000, data a partir da qual a Embaixada em Berlim iniciou efetivamente suas atividades.

O acordo permitiu ao Itamaraty decidir sobre o projeto e local onde seria construída a Embaixada. Optou-se pela construção na Wallstrasse, tendo em vista o preço do aluguel comercial na área, de US\$ 17/m², que representa cerca de metade do aluguel praticado em outros bairros centrais de Berlim, além de ser sensivelmente inferior ao vigente em outras cidades do hemisfério norte, como Nova York, onde supera US\$ 55/m².

Com o objetivo de agregar representações brasileiras no exterior e consequentemente reduzir os custos de manutenção, optou-se

pela construção de prédio único para abrigar simultaneamente a Residência da Embaixada e a Chancelaria. Passam agora a ser desenvolvidas no atual prédio, com significativa economia de escala, funções até recentemente exercidas em cinco imóveis alugados pelo Itamaraty, a saber: Chancelaria da Embaixada em Bonn; Residência em Colônia; Setores de Promoção Comercial e Consular em Colônia; Consulado-Geral em Hamburgo; e Consulado-Geral em Berlim.

EVOLUÇÃO DAS RELAÇÕES BRASIL-ALEMANHA (28 DE SETEMBRO DE 2000)

A parceria entre Brasil e Alemanha -cujas origens remontam à imigração iniciada em 1824 e ao tratado de comércio assinado em 1827- teve nas últimas quatro décadas o seu período de maior crescimento. Impulsionados por um intercâmbio econômico sem precedentes e pela firme vontade política de ambos os Governos, os dois países tornaram-se parceiros privilegiados em suas respectivas regiões.

Para a Alemanha, o Brasil é visto como país prioritário no contexto latino americano - percepção compartilhada não só pelos setores público e privado, mas também pela opinião pública alemã em geral. Essa visão, consolidada durante a gestão democrata-cristã, tornou-se ainda mais forte com a vitória da social-democracia em 1998. Tanto Helmut Kohl quanto Gerhard Schröder estiveram no Brasil nos últimos quatro anos (o primeiro em setembro de 1996 e o segundo em junho de 1999, durante a Cimeira do Rio de Janeiro).

A demonstração da prioridade que também atribuímos a essas relações foi dada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso ao

incluir a Alemanha no roteiro de sua primeira visita bilateral à Europa, em setembro de 1995. O Presidente ali voltaria em duas outras ocasiões (em abril de 1999, para iniciar os contatos com o Governo de Gerhard Schröder, e em maio de 2000, para a inauguração da Expo 2000 e a reunião de Berlim sobre Progressive Governance). Reiterando essa prioridade, o Presidente da República vai agora pela quarta vez à Alemanha.

Entre os países desenvolvidos, a Alemanha é aquele com que o Brasil tem um dos relacionamentos mais abrangentes, que abarca, com elevado nível de densidade, o diálogo político, o intercâmbio econômico e múltiplas formas de cooperação. Trata-se de uma relação viva e dinâmica, que, no melhor interesse de ambos os lados, vem-se desenvolvendo com criatividade e pragmatismo.

Diálogo Político

O Governo brasileiro atribui alta prioridade ao desenvolvimento das relações bilaterais em bases de crescente dinamismo e produtividade. Os encontros entre Chefes de Governo têm apresentado seqüência também no nível ministerial. Somente nos últimos 15 meses, o Brasil recebeu quatro integrantes do Gabinete Schröder: os Ministros Joschka Fischer (Exteriores), Karl-Heinz Funke (Agricultura), Herta Däubler-Gmelin (Justiça), Heidemarie Wieczorek-Zeul (Cooperação) e Hans Martin Bury (sem pasta). De nossa parte, nos três meses seguintes à posse do Governo do SPD, estiveram na Alemanha os Ministros das Relações Exteriores, da Fazenda e da Indústria e Comércio. Essa intensa fase de aproximação vem proporcionando importante contribuição ao aprofundamento da cooperação existente, à identificação de novos pontos de interesse mútuo e à divulgação precisa da realidade brasileira. Esse esforço por manter e aprofundar

o patrimônio de realizações conjuntas ganhará certamente novo e forte impulso caso se possa concretizar, no ano próximo, a primeira visita bilateral do Chanceler Federal Schröder ao Brasil.

Como uma pequena mostra dos resultados da fluidez nos contatos governamentais - bem como da convergência de nossas políticas em inúmeros pontos-, cabe citar o lançamento em 1997 da Iniciativa Conjunta sobre Meio Ambiente (envolvendo ainda a África do Sul e Cingapura), onde apresentou-se elenco de importantes contribuições ao debate multilateral sobre meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Além de cristalizar em torno de posições comuns a liderança do Brasil e da Alemanha no assunto, a Iniciativa associou de maneira altamente simbólica, através da África do Sul e Cingapura, a participação de quatro continentes num exercício que por seu conteúdo e significação política seguirá marcando as discussões internacionais sobre desenvolvimento sustentável.

Comércio e Investimentos

Em perfeita harmonia com a aproximação entre os Governos, as relações na esfera econômica têm-se desenvolvido com grande intensidade: a Alemanha é o nosso terceiro maior parceiro comercial -após EUA e Argentina- e está entre os três maiores investidores estrangeiros no País -ao lado de EUA e Espanha.

O fluxo total de comércio entre o Brasil e a Alemanha aumentou de cerca de 3,5 bilhões de dólares em 1990 para mais de 8 bilhões em 1999. Os investimentos alemães no País aproximam-se dos 12 bilhões de dólares (até 199), concentrados principalmente na indústria de transformação (setores automotor, mecânico, farmacêutico e químico). Estima-

se haver cerca de mil empresas alemãs estabelecidas no Brasil, gerando mais de 400 mil empregos diretos, e São Paulo é a maior cidade industrial “alemã” fora da Alemanha. Entre 1990 e 1999, as exportações brasileiras para a Alemanha cresceram cerca de 50% -contra 200% das exportações alemãs- e desde 1993 o saldo comercial tem-se mostrado favorável para a Alemanha. No ano passado, o Brasil exportou US\$ 2,5 bilhões para a Alemanha e importou US\$ 4,7 bilhões, resultando um déficit para o Brasil de US\$ 2,2 bilhões. Essa proporção manteve-se nos seis primeiros meses do corrente ano, projetando novo saldo desfavorável para o Brasil, uma vez mais acima de US\$ 2 bilhões.

Esse severo quadro deficitário não se deve somente à abertura do mercado brasileiro, mas também à manutenção do protecionismo e aos subsídios promovidos pela União Européia, que continuam a dificultar o acesso ou a reduzir a competitividade de diversos produtos brasileiros - tais como café solúvel, suco de laranja, carne de frango e celulose. A remoção ou diminuição desses entraves é de fundamental importância para um melhor desempenho das exportações brasileiras para a UE. No caso específico das relações entre Brasil e Alemanha, o diálogo com o setor privado da Alemanha é de importância estratégica para o Brasil, pois o empresariado alemão -crítico aberto da política de subsídios e protecionismo da União Européia- poderá ser um de nossos principais aliados na eliminação dos obstáculos no acesso aos mercados europeus.

Com relação aos investimentos, a Alemanha - que teve participação ativa na industrialização brasileira a partir de 1950 - tem tido sua participação relativa diminuída em função de sua pequena participação no processo de privatização. O fluxo de investimentos diretos alemães no Brasil nos

últimos quatro anos ficou abaixo de países como Espanha, Portugal, França e Países Baixos.

A fim de contribuir para o progresso continuado dessa mutuamente vantajosa relação econômica motor principal do relacionamento como um todo-, os Governos e o empresariado dos dois países promovem há 26 anos a realização anual de um Encontro Econômico, bem-sucedido exemplo de cooperação entre o setor público e o privado com o objetivo de definir políticas e estratégias comuns, além de identificar oportunidades concretas de negócios. A última edição do Encontro, ocorrida em Belo Horizonte, em novembro de 1999, contou com a presença de 500 empresários e autoridades brasileiras e alemãs.

No Encontro Econômico deste ano, a realizar-se em Potsdam nos dias 9 e 10 de outubro, dar-se atenção especial aos dois dos principais desafios do relacionamento Brasil-Alemanha para a próxima década: o encaminhamento satisfatório das negociações MERCOSUL - União Européia, com a conseqüente correção do desequilíbrio comercial existente, e a atração de novos investimentos alemães para o País, recuperando o espaço perdido para novos atores.

Da evolução desses dois importantes elementos - crescimento equilibrado do comércio e retomada dos investimentos - dependerá em larga medida o desenvolvimento das relações entre Brasil e Alemanha nos próximos anos.

O grande potencial de ambas as nações e as vantagens de uma contínua aproximação -comprovadas pelo passado recente- fazem crer que esse relacionamento continuará a traduzir-se na geração direta de riquezas, na transferência de tecnologias e no lançamento de exitosas iniciativas políticas.

AVALIAÇÃO GERAL DO
RELACIONAMENTO
BRASIL - PAÍSES BAIXOS
(28 DE SETEMBRO DE 2000)

A consolidação de nossas instituições democráticas e os resultados positivos do programa de estabilização e modernização da economia brasileira provocaram uma mudança de percepção por parte do Governo e do setor privado neerlandeses com relação ao Brasil, fazendo com que os setores governamentais e as lideranças empresariais daquele país passassem a ter maior consciência da importância do Brasil nos contextos regional e internacional e a percepção das amplas possibilidades de uma parceria vantajosa com o País.

Essa visão da realidade brasileira conferiu maior ímpeto às relações bilaterais, contribuindo para um crescente intercâmbio de visitas de autoridades holandesas ao Brasil. Em 1996, visitaram o Brasil o Ministro de Assuntos Econômicos, Hans Wijers, e o então Ministro da Agricultura, Josias van Aartsen (hoje Ministro dos Negócios Estrangeiros). Em 1998, visitaram o País o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Hans van Mierlo; o Príncipe Herdeiro Willem Alexander, em duas ocasiões diferentes; e o Primeiro-Ministro Wim Kok, na primeira visita de um Chefe de Governo daquele país ao Brasil. Em maio de 2000 visitou o Brasil o Ministro da Indústria e Comércio, Gerrit Ybema, acompanhado de expressiva delegação empresarial.

Pelo lado brasileiro, a visita do Vice-Presidente da República aos Países Baixos, em fevereiro de 1998, demonstrou nosso interesse em buscar intensificar relações com esse país. A visita muito contribuiu para reforçar a percepção positiva do Brasil junto aos principais interlocutores holandeses e

abrangeu três principais vertentes: no plano político, os encontros mantidos com o Primeiro-Ministro Wim Kok, com o Vice-Primeiro-Ministro Hans Dijkstal e com diversos outros Ministros; no plano econômico, a participação em seminário sobre a economia brasileira, com a presença de grande número de investidores; no plano cultural, o anúncio da criação de uma cátedra de estudos brasileiros na Universidade de Leiden.

Os Países Baixos têm dado mostras significativas de seu interesse em uma maior aproximação com o Brasil. Essa postura no plano político reflete a expressiva intensificação da presença empresarial holandesa no País nos últimos quatro anos, sobretudo nos setores financeiro (ABN-Amro/Real), comercial (C&A e Bompreço), petrolífero (Shell) e industrial (Unilever).

Visita do Primeiro-Ministro Wim Kok

Na primeira visita de um Chefe de Governo dos Países Baixos ao Brasil, o Primeiro-Ministro Wim Kok esteve em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 24 e 28 de novembro de 1998, acompanhado do Ministro da Indústria e Comércio, Gerrit Ybema, e delegação empresarial composta por cerca de 60 homens de negócios, representando algumas das mais importantes empresas holandesas e chefiada pelo Presidente da Confederação Holandesa das Indústrias.

A visita do Primeiro-Ministro Wim Kok ao Brasil constituiu momento de significativa importância para o estreitamento e para a dinamização das relações com os Países Baixos. A extensa e densa agenda de contatos mantida pelo Primeiro-Ministro holandês permitiram a criação de condições para uma consolidação de uma parceria política

e econômica bilateral, que ora encontra sua continuidade com a visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Em várias ocasiões durante sua estada, Wim Kok ressaltou a importância crescente do Brasil no cenário internacional e a intenção de seu país de aproximar as relações bilaterais em todos os seus aspectos.

Na ocasião, o Primeiro-Ministro foi recebido pelo Presidente da República, pelo Vice-Presidente Marco Maciel, pelos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados, pelo Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e por representantes do setor privado brasileiro. Foram assinados, em Brasília, o Acordo sobre Proteção e Promoção de Investimentos e o Memorando de Entendimento em matéria de Inspeção Fitossanitária.

Comércio e investimentos

As relações econômicas entre os dois países possuem dimensão elevada. Os Países Baixos dispõem de investimentos e re-investimentos diretos da ordem de US\$ 4,5 bilhões no Brasil, ocupando a posição de quinto maior investidor europeu no País, sétimo entre todos os investidores estrangeiros. O ABN AMRO Bank comprou, em 1998, o Banco Real e instituições afiliadas, por US\$ 2,1 bilhões, e o BANDEPE, por US\$ 183 milhões. Dentre os 60 maiores grupos estrangeiros no Brasil por patrimônio, constam seis grupos com capital majoritariamente holandeses: Shell, Unilever, ABN-Amro, ING, Akzo e Phillips.

As exportações do Brasil para o mercado holandês atingiram um pico de quase US\$ 4 bilhões em 1997, embora tenham decrescido desde então. As importações provenientes dos Países Baixos somaram US\$ 600 milhões em 1999. A participação percentual holandesa nas exportações

brasileiras é de cerca de 5% e a participação holandesa nas importações brasileiras é de 1%. Por outro lado, os Países Baixos constituem o 3º principal destino de nossas exportações, ocupando o 20º lugar entre os maiores exportadores para o Brasil.

Visita de missões empresariais ao Brasil

A visita do Primeiro-Ministro neerlandês, do Ministro da Indústria e Comércio, Gerrit Ybema, e de importante missão empresarial ao Brasil, Argentina e Chile teve como objetivo, em sua dimensão econômica, estabelecer contatos, identificar áreas promissoras de atuação e ampliar as relações econômicas já existentes entre os Países Baixos e seus principais parceiros comerciais na América Latina.

Durante seu encontro com o Senador Fernando Bezerra, então Presidente da Confederação Nacional da Indústria, o Primeiro-Ministro Wim Kok ressaltou o desejo do governo e das classes produtoras de seu país de ampliar e diversificar a interação nos planos comercial e de investimentos com o Brasil. A missão de 60 empresários holandeses que o acompanharam procurou, em seus inúmeros contatos, identificar oportunidades para negócios, principalmente por meio de associações e joint-ventures.

A importância do aspecto econômico da visita refletiu-se na assinatura do Acordo sobre Proteção e Promoção de Investimentos e do Memorando de Entendimento em Matéria de Inspeção Fitossanitária. O primeiro - ainda não ratificado pelo Congresso Nacional - atende à nova realidade gerada pela dinâmica do relacionamento bilateral no plano econômico e tem por objetivo criar condições mutuamente vantajosas para uma maior intensificação das inversões holandesas em projetos no Brasil.

Já o acordo fitossanitário tem por objetivo aprimorar e facilitar o comércio de produtos de origem vegetal e de harmonizar seus métodos de pesquisa, notadamente quanto às análises laboratoriais.

O Ministro Gerrit Ybema retornou ao Brasil (Rio de Janeiro, São Paulo e Recife) em maio do corrente ano, novamente acompanhado de expressiva delegação de funcionários do governo neerlandês e cerca de 40 empresários.

Investimentos

De acordo com dados do Banco Central do Brasil, os investimentos diretos neerlandeses no País vêm registrando significativo e contínuo crescimento desde 1995, tanto em números absolutos quanto percentualmente, com relação ao total dos investimentos estrangeiros no país. Assim é que de um estoque de US\$ 1,53 bilhão em 1995, ou 3,61% do total de investimentos estrangeiros, os Países Baixos, registrando um fluxo positivo da ordem de US\$ 1,5 bilhão em 1997, figuraram como o terceiro maior país investidor no Brasil em 1998. Esta posição foi desbancada pela participação portuguesa, espanhola e francesa nas privatizações brasileiras nos últimos dois anos, mas mantêm-se hoje solidamente entre as sete maiores.

Estima-se que o total de investimentos e re-investimentos neerlandeses no Brasil seja da ordem de US\$ 10 bilhões. Em 1999, os Países Baixos foram o quarto principal investidor estrangeiro no país, com entradas de US\$ 1,5 bilhão, posicionando-se atrás da Espanha, EUA e Portugal, e superando a França, a Alemanha e o Reino Unido. O empresariado neerlandês investe nos chamados mercados emergentes de forma tradicionalmente moderada. Entre 1990 e 1996, apenas 10% dos investimentos externos dos Países Baixos dirigiram-se a esses mercados, repartidos

sobretudo entre a Ásia, com maior peso, a Europa Oriental e a América Latina, com pesos equivalentes. Nesse contexto, a aquisição do controle acionário do Banco Real pelo ABN-Amro, em julho de 1998, pela soma de US\$ 2,1 bilhões, alterou significativamente o quadro dos investimentos neerlandeses em mercados emergentes. Com a operação, o Brasil torna-se o terceiro maior centro de operações do banco no mundo, após seu país de origem e os EUA, sendo de prever-se significativo crescimento do investimento neerlandês no País, estimulado pela presença de uma das mais sólidas instituições financeiras dos Países Baixos.

Vale lembrar que, nos últimos anos, os investimentos diretos dos Países Baixos na economia brasileira superam até mesmo os destinados para a Indonésia, antiga colônia holandesa. Em 1999, o Brasil absorveu cerca da metade de todos os investimentos neerlandeses direcionados a países emergentes.

Cabe salientar, também, que entre os 60 maiores grupos estrangeiros no Brasil por patrimônio estão cinco grupos com capital holandês: Shell (5ª posição), Unilever (13ª posição), ABN-AMRO (28ª posição), ING (51ª posição) e Akzo (58ª posição)

Entre os investimentos holandeses realizados no Brasil, nos últimos quatro anos, ressaltam-se as seguintes transações:

- a) o Ahold, o maior grupo holandês no setor de supermercados, que já havia adquirido 50% das ações do grupo congêneres “Bom Preço” em 1996, comprou a rede brasileira de supermercados “Super Mar”, na qual o “Bom Preço” detinha metade das ações com direito de voto;
- b) o ABN-AMRO Bank, maior banco holandês, assumiu, em setembro de 1997, a gestão de cinco fundos de investimentos do

Banco Interfinance, liquidado pelo Banco Central;

c) a Unilever comprou, da Philip Morris, por US\$ 925 milhões, a Kibon, a maior fabricante brasileira de sorvetes.

d) O ABN-Amro Bank, comprou o Banco Real, por US\$ 2,1 bilhões.

e) O ABN-Amro Bank comprou, em novembro de 1998, o Banco do Estado de Pernambuco (BANDEPE), por US\$ 180 milhões.

A Shell, uma das mais tradicionais empresas instaladas no Brasil, adquiriu recentemente 6 blocos de exploração de petróleo, dos quais 5 localizados na Bacia de Campos e um na região amazônica. A comercialização do gás oriundo da Bolívia apresenta-se, igualmente, como excelente oportunidade para a companhia holandesa. Encontra-se em andamento negociação, em conjunto com organizações não-governamentais da área de meio-ambiente, de projeto de proteção ambiental na área de Chiquitano, a ser gerido pela Shell, que propiciaria a preservação de

extensa região por onde passará o gasoduto.

O incremento no fluxo de novos investimentos holandeses no Brasil expressa o otimismo com que o empresariado dos Países Baixos vem acompanhando a implementação do plano de estabilização da economia brasileira. Nesse contexto, a continuidade da política de privatização de empresas estaduais e federais dos setores elétrico e comunicações em 1998, tem merecido a atenção não apenas dos grandes investidores holandeses, mas também de empresas de porte médio.

Os valores extremamente elevados do comércio bilateral -que fazem dos Países Baixos o segundo parceiro comercial do Brasil na Europa e nosso terceiro maior mercado de exportação- são resultado do chamado efeito “Rotterdam”, a contabilização nas exportações para os Países

Baixos de todas as mercadorias destinadas ao porto de Rotterdam, independentemente de seu verdadeiro destino final. Parte expressiva dessas cargas é reexportada para outros mercados da União Européia e do Leste Europeu.

Os Países Baixos funcionam, sobretudo, como compradores e re-exportadores de produtos brasileiros (aço, cacau, suco de laranja e outros) e não apenas como simples ponto de trânsito de mercadorias. O lucro que auferem nessas transações parece compensar o desequilíbrio na balança comercial, marcadamente desfavorável aos holandeses, que não têm apresentado reclamações sobre esse fato.

A pauta das exportações tem-se mantido estável, constituindo-se, principalmente, de produtos primários e semi-acabados. Entre os principais itens exportados para o mercado holandês constam a forragem animal, os legumes e frutas, suco de frutas e extratos de legumes e sementes/frutos oleaginosos. Com relação às importações, destacam-se máquinas e equipamentos, produtos químicos, equipamentos de transporte, aeronaves e aparelhos elétricos, gerando desnível contra o Brasil no que respeita ao valor agregado dos produtos da parte comercial.

Principais produtos exportados: aço, cacau, farelo e resíduos da extração de óleo de soja, suco de laranja congelado, soja mesmo triturada, ferro-ligas, carne de bovino, alumínio em bruto, ligas de alumínio em bruto, aviões, café cru em grão.

Principais produtos importados: máquinas, aparelhos e materiais elétricos, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, produtos orgânicos, aparelhagem e instrumentos óticos, fotográficos, de precisão e médicos, plásticos e derivados.

Em 1828 foi assinado o primeiro ato bilateral entre o Brasil e a Holanda, o Tratado de Amizade, Navegação e Comércio

Intercâmbio Cultural

Durante a visita do Vice-Presidente Marco Maciel aos Países Baixos, em março de 1998, foi anunciada a criação de Cátedra de Estudos Brasileiros na Universidade de Leiden, único centro difusor da língua e cultura especificamente brasileiras no mundo acadêmico holandês. O sistema de cátedras auto-financiadas vem sendo praticado em Leiden com grande sucesso. Ativos esforços foram realizados no Brasil e nos Países Baixos para o financiamento da iniciativa. O projeto mereceu o apoio de empresas brasileiras e holandesas, que estarão garantindo sua

viabilização financeira através do estabelecimento de fundo de investimento, administrado pelo Banco do Brasil de Amsterdam. Espera-se que se possa eventualmente assegurar o autofinanciamento da Cátedra e, portanto, sua perpetuação.

A Universidade de Leiden, a mais antiga do País, tradicionalmente ligada aos estudos brasileiros e detentora de importante documentação histórica sobre a presença holandesa no Brasil no século XVII, é uma das instituições acadêmicas de maior prestígio intelectual no contexto europeu. A criação da cátedra muito contribuirá para a maior difusão da cultura brasileira nos Países Baixos e dará ensejo à vinda periódica de professores e estudiosos brasileiros à Holanda, com conseqüente aprofundamento de conhecimentos mútuos. Outras instâncias acadêmicas vêm sendo abordadas, com destaque para o Centro de Estudos e Documentação Latino-Americanos de Amsterdam (CEDLA), o Centro de Estudos Latino-Americanos e Caribenhos da Universidade de Utrecht, a Universidade Agrícola de Wageningen, a Universidade de Groningen, a Universidade de Tilburg e a Universidade Tecnológica de Delft. São igualmente freqüentes os contatos com o

Centro Cultural Holanda-Portugal-Brasil, entidade privada dedicada à aproximação cultural entre os países mencionados. A Embaixada na Haia proporciona apoio logístico e facilita contatos para grupos de estudantes universitários holandeses que, em número crescente, se dirigem ao Brasil em viagens de estudos, motivados pelos desenvolvimentos recentes do cenário político e econômico brasileiro. Mencionem-se, desde 1994, missões das Universidades Erasmus de Rotterdam, de Eindhoven, de Tilburg e de duas Universidades de Amsterdam (*Universiteit van Amsterdam e Vrije Universiteit*). Ao mesmo tempo, reforçam-se vínculos e oportunidades de colaboração com diversas entidades brasileiras: Banco do Brasil, VARIG, VASP, Transbrasil e

outras vêm sendo solicitadas a unirem-se à Embaixada para a disseminação da cultura brasileira nos Países Baixos.

Projeto Resgate

No contexto das comemorações do V Centenário do Descobrimento, o Ministério da Cultura vem implementando um projeto de resgate de documentação histórica em vários países europeus que se relacionam a nosso passado cultural. Uma das vertentes do projeto, o “Resgate - Brasil Holandês”, em execução na Haia, tem sido implementada pelo Professor Marcos Galindo Lima, historiador da Universidade Federal de Pernambuco. O professor, que conta com o apoio da Embaixada do Brasil na Haia, faz o levantamento de fontes arquivísticas e bibliográficas do Brasil Holandês em diversas instituições, entre elas o Arquivo Real da Haia e a Biblioteca da Universidade de Leiden.

O Professor Galindo Lima desenvolve e coordena, além disso, o projeto da edição neerlandesa da obra “Tempo dos Flamengos”,

do historiador pernambucano José Antônio Gonçalves de Mello. A obra do Professor Gonçalves de Mello, primeiro texto crítico sobre todos os documentos do período holandês em depósito nos Países Baixos, tem grande relevância para a compreensão da relação colonial entre o Brasil e a Holanda, que até hoje carece de discussão aprofundada, em razão, entre outras, do número limitado de estudiosos capazes de ler os documentos disponíveis em português e / ou holandês arcaico. A tradução para o holandês e a publicação desse texto - com apoio financeiro dos Ministérios da Cultura e das Relações Exteriores - revestem-se de grande importância acadêmica e constituirão precioso instrumento para futuras pesquisas, nos Países Baixos, em torno da compreensão daquele período histórico.

O GOVERNO BRASILEIRO
ACOMPANHA COM APREENSÃO OS
ACONTECIMENTOS EM JERUSALÉM
E NOS TERRITÓRIOS PALESTINOS,
QUE RESULTARAM EM MORTOS
E CENTENAS DE FERIDOS
(30 DE SETEMBRO DE 2000)

O Governo brasileiro acompanha com apreensão os acontecimentos em Jerusalém e nos territórios palestinos, que resultaram em mortos e centenas de feridos.

É de se lamentar, sobretudo, que fatos dessa gravidade ocorram no momento em que se renovam as expectativas da comunidade internacional de uma retomada das negociações entre palestinos e israelenses, em busca de um acordo definitivo de paz para a região.

O Governo brasileiro faz um veemente apelo às autoridades israelenses e palestinas para que empreendam o máximo dos seus

esforços a fim de serenar os ânimos e debelar a violência. Da mesma forma, conclama as duas partes a restabelecerem, no mais breve prazo, o diálogo, único caminho em direção à paz e garantia de um futuro de prosperidade para os povos da região.

MECANISMO DE COOPERAÇÃO
EM MATÉRIA DE ASSISTÊNCIA
E PROTEÇÃO CONSULAR
(04 DE OUTUBRO DE 2000)

Os Governos dos países do Mercosul, Bolívia e Chile têm o prazer de informar que está em funcionamento um mecanismo de cooperação em matéria de assistência e proteção consular aos nacionais dos Estados membros do Mercosul, Bolívia e Chile, em terceiros países, nos quais não haja representação diplomática ou repartição consular de carreira de seu país de origem.

Esta iniciativa reflete o propósito dos Governos do Mercosul, Bolívia e Chile de estender diretamente a seus nacionais os benefícios oriundos do processo de integração.

O mecanismo de cooperação consular tem por finalidade assegurar que nossos nacionais estejam protegidos em situações de emergência em países onde não haja representação de seu país de origem.

Tal decisão foi adotada por ocasião da XV Reunião do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul, Bolívia e Chile, realizada em Buenos Aires, no período de 26 a 28 de julho de 2000 e foi detalhada por ocasião da V Reunião do Grupo de Assuntos Consulares e Jurídicos do Foro de Consulta e Concertação Política do Mercosul, Bolívia e Chile, realizado em Brasília, em 25 e 26 de setembro de 2000.

RELACIONAMENTO BRASIL-ESPANHA (11 DE OUTUBRO DE 2000)

As relações entre Brasil e Espanha conhecem hoje o mais alto momento de aproximação e dinamismo de sua história. Tradicionalmente vinculados por elementos históricos (União Ibérica, imigração espanhola) e políticos (processos semelhantes de redemocratização), os dois países passaram a beneficiar-se, na década de 90, de novos vínculos regionais (Mercosul-União Européia) e, sobretudo, econômicos (a Espanha é hoje o maior investidor europeu no País). Com base nesses fundamentos favoráveis, Brasil e Espanha vêm assegurando para seu relacionamento uma densidade à altura de seus interesses mútuos.

No plano político, os contatos de alto nível têm sido regulares e produtivos, refletindo a mudança de patamar nas relações bilaterais. As visitas do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1998), do Presidente José María Aznar (1997) e do Vice-Presidente Marco Maciel (1997 e 1999) — bem como de expressivo número de ministros e outras altas autoridades — têm proporcionado nível crescente de concertação, permitindo a identificação de amplas áreas de entendimento e de novos campos para a cooperação. Na ocasião da comemoração dos 500 anos do Descobrimento, a visita do Rei Juan Carlos I teve por objetivo assinalar o reconhecimento do Governo espanhol por esse novo patamar da parceria entre os dois países.

A concessão do prêmio Príncipe de Astúrias de Cooperação Internacional ao Presidente Fernando Henrique é extremamente significativa dessa importância que a Espanha atribui ao Brasil. A relevância dessa premiação pode ser medida pela qualidade dos demais

homenageados deste ano, como o Cardeal Montini, de Milão, o escritor Umberto Eco e os cientistas Robert Gallo e Luc Montaignier, descobridores do vírus HIV. Entre outras personalidades anteriormente agraciadas com o prêmio de Cooperação Internacional encontram-se Mikhail Gorbatchov, Yasser Arafat, Isaac Rabin, Oscar Arias, Belisario Betancur e Nelson Mandela. A ida do Presidente a Oviedo, em 27 de outubro próximo, permitirá que, na véspera, em Madri, possam ser mantidas desejáveis conversações com o Presidente do Governo e com o Rei Juan Carlos, além de um encontro de trabalho entre o Ministro de Estado e o novo chefe da diplomacia espanhola, Josep Piqué i Camps.

A participação de capitais espanhóis no processo de privatização dos setores de telecomunicações e de energia do Brasil — aliada à atuação dos bancos Santander e BBVA no mercado financeiro brasileiro — elevou a Espanha à posição de segundo maior investidor estrangeiro no País após os Estados Unidos. A participação da Espanha nas privatizações brasileiras, até maio de 2000, já era superior a US\$ 9 bilhões (12% do total). Em 1995, os investimentos espanhóis no Brasil limitavam-se a cerca de US\$ 250 milhões.

Os números do comércio bilateral têm acompanhado em menor escala o dinamismo dos investimentos e cresceram (fluxo total) cerca de 150% entre 1993 e 1999. Esse aumento ocorreu muito mais em função das exportações espanholas do que das brasileiras. Em 1997, pela primeira vez na década, o comércio bilateral foi deficitário para o Brasil, tendência que se manteve em 1998 e se estabilizou em 1999, ano em que exportações e importações praticamente igualaram-se.

Durante a crise financeira do início de 1999, a Espanha colaborou com o pacote de auxílio

organizado pelo FMI e as declarações sobre as perspectivas da economia brasileira - tanto pelo Governo (em particular pelo Ministro da Economia e atual Vice-Presidente, Rodrigo de Rato) quanto pela iniciativa privada - sempre foram positivas, indicando plena confiança na capacidade de recuperação do País.

Todo esse quadro positivo já mostra seus efeitos na mídia espanhola, que tem demonstrado crescente interesse por temas brasileiros. No terreno da cooperação acadêmica, destaca-se a futura criação, já aprovada, de um Centro de Estudos Brasileiros, iniciativa conjunta da Embaixada do Brasil em Madri com a Universidade de Salamanca, que se propõe a suprir uma evidente carência de informações mais profundas sobre a realidade brasileira. No campo econômico e tecnológico, a parceria entre a Embraer e a Gamesa reflete, de forma significativa, a alta qualidade das relações entre os dois países, indicando uma nova dimensão para associações e joint ventures entre empresas brasileiras e espanholas.

A intensificação de suas relações com o Brasil representa para a Espanha a consolidação de uma estratégia de recuperação de sua presença na América Latina, e em especial no Cone Sul. Executada com determinação a partir do ingresso do país na União Européia, a política espanhola de irradiação latino-americana sustenta-se em uma estratégia de inversões que, nesta década, transformou a Espanha em um dos maiores investidores europeus na região. Com o crescente peso de seus investimentos e uma efetiva atuação diplomática, a Espanha credencia-se como ator de primeira grandeza no cenário latino-americano e encontra no Brasil um de seus mais importantes parceiros.

SITUAÇÃO NO ORIENTE MÉDIO (12 DE OUTUBRO DE 2000)

O Governo brasileiro encara com extrema preocupação o agravamento das confrontações no Oriente Médio, que provocaram uma centena de mortos e cerca de dois mil feridos, culminando, no dia de hoje, com o linchamento de dois soldados israelenses e ataques das Forças de Defesa de Israel às cidades palestinas de Gaza e Ramallah. O Governo brasileiro lamenta que os esforços diplomáticos e fortes apelos da comunidade internacional no sentido da contenção da violência não tenham produzido efeito, observando-se, ao contrário, a intensificação dos enfrentamentos.

O Governo brasileiro reitera que as negociações são o único caminho que pode render benefícios duradouros a israelenses e palestinos. Nesse sentido, exorta as autoridades israelenses e palestinas a que empreguem todos os meios para fazer cessar as confrontações, a fim de criar novamente condições para a retomada do processo negociador, com vistas à paz definitiva.

BRASIL É ELEITO PARA MAIS UM MANDATO NO ECOSOC (13 DE OUTUBRO DE 2000)

Em votação realizada ontem pela Assembléia Geral das Nações Unidas o Brasil foi eleito para cumprir mais um mandato de três anos no Conselho Econômico e Social (ECOSOC).

O ECOSOC é o principal órgão das Nações Unidas encarregado da promoção do desenvolvimento econômico e social dos

Estados membros. Com esse objetivo, realiza estudos e elabora relatórios sobre assuntos econômicos, sociais, ambientais, humanitários e educacionais, entre outros, e submete recomendações a respeito à Assembléia Geral, às Agências Especializadas e a membros das Nações Unidas.

O Brasil tem exercido com freqüência mandatos como membro do ECOSOC. No escrutínio do dia 12 do corrente, recebeu 122 votos, a votação mais expressiva entre os países do Grupo da América Latina e Caribe. O resultado da votação testemunha a confiança depositada pelos Estados membros na atuação do Brasil naquele foro, na busca de soluções justas e equilibradas para as grandes questões sócio-econômicas da atualidade.

Além do Brasil, foram também eleitos para as 18 vagas que estavam sendo renovadas este ano: África do Sul, Andorra, Argentina, Egito, Estados Unidos, Etiópia, Geórgia, Irã, Itália, Nepal, Nigéria, Países Baixos, Paquistão, Peru, República da Coréia, Romênia e Uganda.

INFORMAÇÃO SOBRE A PRIMEIRA REUNIÃO DA COMISSÃO NACIONAL DE APOIO À COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA (20 DE OUTUBRO DE 2000)

Realizou-se ontem, 19/10/00, no Ministério das Relações Exteriores, a instalação formal e a Primeira Reunião da Comissão Nacional de Apoio à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CNA/CPLP).

A Comissão conta com representantes de diversos órgãos do Executivo, do Legislativo, do meio acadêmico e da sociedade civil. Foi constituída por Portaria do Ministério das

Relações Exteriores, datada de 14/7/2000, com o objetivo de assessorar, em nível nacional, a implementação de políticas e projetos que estejam em conformidade com os objetivos principais da CPLP, quais sejam, a concertação político-diplomática, a cooperação técnica e a promoção e difusão da língua portuguesa. É também função da Comissão promover e facilitar, internamente, a divulgação da CPLP e da participação brasileira nessa Organização, com vistas a ampliar o diálogo entre o Governo e a sociedade em temas relativos à cooperação com os países de língua portuguesa, entre os quais Timor Leste, que se tornará o oitavo membro da CPLP tão logo ascenda à condição de país independente.

Em sua primeira reunião, da qual tomou parte a nova Secretária-Executiva da CPLP, Dra. Dulce Maria Pereira, concordou-se em promover um maior engajamento entre Governo e sociedade civil nos trabalhos afetos à CPLP e sugeriram-se projetos e ações em áreas prioritárias de cooperação entre o Brasil e os demais membros da Comunidade.

O Ministério das Relações Exteriores confere especial importância à realização desta primeira reunião de instalação da CNA/CPLP na medida em que a Comissão aporta a esse relevante projeto da política externa brasileira os interesses e o dinamismo do conjunto da sociedade brasileira.

COMUNICADO DO MERCOSUL SOBRE A SITUAÇÃO NO PERU (25 DE OUTUBRO DE 2000)

Os Estados Membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile vêm acompanhando com grande preocupação os mais recentes desdobramentos da situação no Peru.

Ao reiterar sua confiança no papel que a OEA vem desempenhando para assistir as forças políticas peruanas no encaminhamento de uma transição pacífica e democrática, conforme decisão da Assembléia Geral da OEA em Windsor, Canadá, os membros do MERCOSUL, Bolívia e Chile recordam que a plena vigência do regime democrático e das instituições do Estado de Direito são condições essenciais para a convivência harmoniosa e o desenvolvimento das nações do hemisfério.

Nesse espírito, reafirmam sua determinação de continuar a colaborar com todos os segmentos representativos do povo peruano e com a Organização dos Estados Americanos para assegurar que, dentro dos prazos consensuados, se estabeleçam novas bases para a evolução política do país, em clima de paz e tranquilidade.

Damesma forma, condenam veementemente qualquer intento de interromper esse processo pela força e advertem que qualquer ação que atente contra as instituições democráticas e o Estado de Direito no Peru merecerá o mais firme repúdio do MERCOSUL, dos Estados que o integram e dos países associados.

VISITA DO MINISTRO DOS
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA
REPÚBLICA DA ESTÔNIA
(01 DE NOVEMBRO DE 2000)

Visitará o Brasil no período de 07 a 09 de novembro corrente o Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estônia, Toomas Hendrik Ilves, devendo cumprir programa de encontros na Capital Federal e na cidade de São Paulo com autoridades brasileiras.

O Ministro estoniano será acompanhado por delegação de altos diplomatas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, integrada pelo Embaixador Vaino Reinart, Diretor-Geral do Departamento Político; Senhor Tarvo Raid, Diretor da Divisão da América Latina; Senhor Andre Pung, Diretor da Divisão de Relações Bilaterais; Senhora Mare Veja Salamanca, do Departamento da América Latina; e Senhor Juri Saukas, Cônsul Honorário da República da Estônia em São Paulo.

A visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da República da Estônia insere-se no quadro do grande interesse que vem sendo manifestado pelo governo estoniano no sentido não apenas de incentivar os vínculos bilaterais, como também de afirmar, em périplo por países das Américas do Sul e Central, a presença da Estônia no mundo ibero-americano.

O visitante e sua comitiva chegarão a São Paulo na noite do dia 07 de novembro, procedentes de Montevidéu e Buenos Aires, devendo cumprir, no dia 08, programação naquela capital estadual, que prevê visitas de cortesia ao Governador do Estado e ao Prefeito da cidade, além de encontro com empresários brasileiros na FIESP.

A visita a Brasília no dia 09 de novembro compreende encontro com o Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, seguido de almoço de trabalho. Acha-se previsto igualmente encontro com o Vice-Presidente da República, além de entrevistas no Congresso Nacional, com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal e com o Presidente da Câmara dos Deputados.

Prevê-se, no contexto da visita, a assinatura de acordos negociados com a parte estoniana na área de turismo e de cooperação cultural, educacional e científica.

VISITA AO BRASIL DO MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
DA MALÁSIA, DATUK SERI
SYED HAMID ALBAR
(01 DE NOVEMBRO DE 2000)

Realizará visita oficial ao Brasil, entre os dias 4 e 7 de novembro corrente, o Chanceler da Malásia, Datuk Seri Syed Hamid Albar, que visitará o Rio de Janeiro (no dia 4), Brasília (nos dias 5 e 6) e São Paulo (no dia 7). Em Brasília, o Chanceler malásio será recebido pelo Vice-Presidente da República, Marco Maciel, pelo Chanceler brasileiro, Luiz Felipe Lampreia, pelos Ministros da Agricultura, Pratin de Moraes, e de Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, bem como pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Senador José Sarney. Em São Paulo, estão programadas visitas à Embraer, em São José dos Campos, e à Avibras, em Jacareí.

Relações políticas bilaterais

A visita do Presidente Fernando Henrique Cardoso à Malásia em dezembro de 1995, acompanhado por diversos Ministros de Estado, jornalistas e empresários, bem como as três visitas do Ministro das Relações Exteriores à Malásia (a primeira, acompanhando o Presidente da República; a segunda, de caráter essencialmente bilateral, em abril de 1996; a terceira, para reunião multilateral, em novembro de 1997) puseram as relações políticas bilaterais em novo patamar, sinalizando a prioridade atribuída ao Sudeste Asiático - e à Malásia, em especial - pela política externa brasileira. No período 1998-99, em decorrência da crise asiática-russa-LTCM-brasileira, houve uma natural retração nos contatos de alto nível. Ainda assim, em 1998, o então Secretário de Assuntos Estratégicos,

Embaixador Ronaldo Sardenberg efetuou visita à Malásia. No ano 2000, já se verificaram quatro visitas ministeriais malásias ao Brasil: Finanças (junho), Transportes (julho), Turismo (setembro) e Negócios Estrangeiros (novembro), e vislumbra-se a continuidade do programa de intercâmbio de visitas de alto nível.

Intercâmbio comercial

Em virtude da crise econômica e financeira que atingiu ambos os países, a corrente de comércio Brasil-Malásia caiu de US\$ 921 milhões em 1997 para US\$ 484 milhões em 1999, sempre com superávit para a Malásia (US\$ 235 milhões em 1997, 243 milhões em 1998 e 132 milhões em 1999). Superada a crise financeira - o FMI projeta crescimento do PIB de 7% neste ano, e de 6,1% no próximo ano -, existem oportunidades para recuperar o comércio bilateral, em condições mais favoráveis para o Brasil, de vez que a moeda brasileira teve depreciação real superior à do ringgit.

Nos primeiros oito meses deste ano, no entanto, verificou-se forte incremento (75,73%) das exportações da Malásia para o Brasil, que já superaram o valor exportado em todo o ano de 1999. As exportações brasileiras para a Malásia, em contraste, declinaram 28,92%; em consequência, o déficit acumulado já alcança US\$ 220 milhões no período janeiro-agosto. A pauta de exportações brasileira consiste basicamente de produtos básicos e matérias-primas (açúcar, óleo de soja, minério de ferro, soja em grãos, fumo e peles), ao passo que a pauta malásia tem forte incidência de partes e peças de televisores, computadores e impressoras (cinescópios, circuitos integrados, microprocessadores).

Em 1999, ainda em processo de recuperação, a Malásia foi o 17º maior

exportador (US\$ 84,5 bilhões) e o 21º maior importador no comércio mundial de bens (US\$ 65,5 bilhões). No período janeiro-agosto de 2000, as exportações globais da Malásia aumentaram 19,7% e as importações, 31,2% em relação ao mesmo período do ano passado.

DELEGAÇÃO DO BRASIL FAZ
DISCURSO SOBRE O PROBLEMA
DA AIDS NO MUNDO
(03 DE NOVEMBRO DE 2000)

A Delegação do Brasil fez ontem, 2 de novembro, em Nova York, pronunciamento no Plenário da 55ª Assembléia Geral das Nações Unidas sobre a crise do HIV/AIDS no mundo. Nesse pronunciamento, a representação brasileira registra a grave preocupação do Brasil com o problema, menciona iniciativas adotadas nacionalmente e no plano externo, e pede que a comunidade internacional tome medidas urgentes nas áreas de prevenção e controle da pandemia e assistência às vítimas, inclusive mediante o reforço das capacidades internas dos países em desenvolvimento.

Estava prevista para ontem a adoção pela Assembléia Geral da ONU de uma resolução específica sobre o problema da AIDS no mundo. Trata-se do primeiro passo nos preparativos para a realização, de 25 a 27 de junho de 2001, de uma Sessão Especial da Assembléia Geral da ONU sobre o problema do HIV/AIDS. Espera-se que os preparativos e o evento em si contem com uma participação governamental de alto nível e com o ativo envolvimento de representantes da sociedade civil, ONGs e setor privado.

O Programa Conjunto das Nações Unidas para o HIV/AIDS (UNAIDS) estima que, até o ano passado, cerca de 19 milhões de pessoas

havam morrido de AIDS no mundo. Calcula-se que existam, hoje, mais de 44 milhões de portadores do vírus HIV. Desse total, 4 milhões são crianças. 90% das vítimas da AIDS vivem em países pobres. No Brasil, no final de 1999, havia 540.000 casos registrados.

A íntegra do discurso brasileiro pode ser lida no *site* da missão permanente do Brasil junto à ONU (www.un.int/brazil).

Nova York, 2 de novembro de 2000

III REUNIÃO DO COMITÊ DE
NEGOCIAÇÕES BIRREGIONAIS
MERCOSUL-UNIÃO EUROPÉIA
(06 DE NOVEMBRO DE 2000)

Nos próximos dias 07 a 10 de novembro, representantes dos quatro Estados Partes do Mercosul se reunirão, em Brasília, com representantes da União Européia (Comissão Européia e Estados Membros da UE) para dar seguimento às negociações visando ao estabelecimento de um Acordo de Associação Interregional entre as duas Partes.

O evento, que constitui a terceira reunião do Comitê de Negociações Birregionais (CNB), órgão criado em novembro de 1999 para o cumprimento do objetivo descrito acima, será subdividido em encontros sobre temas políticos, comerciais e de cooperação. A abertura do III CNB terá lugar às 11:30 horas do dia 07/11, no auditório do Palácio do Itamaraty, e contará com a presença do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e do Comissário de Relações Exteriores da Comissão Européia,

Christopher Patten. Prevê-se o encerramento do III CNB para as 13:00 horas do dia 10/11.

O acordo de associação

A estrutura de trabalhos do CNB, definida durante a primeira reunião do Comitê, realizada em Buenos Aires, em abril deste ano, prevê que o Acordo de Associação Interregional, que deverá substituir o já existente Acordo-Marco de Associação e Cooperação Mercosul-UE, assinado em 1995, na cidade de Madri (“Acordo de Madri”), seja dividido em três grandes “capítulos”, que constituem os três aspectos em negociação atualmente (político, comercial e cooperação).

O Acordo deverá, por outro lado, conter dispositivos de natureza institucional, de forma a orientar a criação de uma estrutura de foros para o seguimento dos compromissos assumidos.

O capítulo comercial das negociações baseia-se no objetivo geral de uma progressiva liberalização do comércio de bens e serviços entre as duas regiões, conforme estabelecido pelo mandato aprovado pelos Chefes de Estado do Mercosul e da UE em encontro realizado à margem da Cimeira América-Latina/Caribe – União Européia, realizada no Rio de Janeiro, em junho do ano passado.

O capítulo sobre cooperação retoma vários dos aspectos do Acordo de Madri, definindo áreas específicas para a realização de ações concretas em matéria de cooperação entre as duas Partes, que poderão tomar a forma, entre outras, de projetos de cooperação técnica.

O funcionamento do CNB

A Estrutura para a negociação do Acordo foi definida durante a I reunião do Conselho de Cooperação Mercosul-UE (Bruxelas, novembro de 1999), órgão estabelecido no

âmbito do Acordo de Madri. É importante salientar que o Acordo de Madri já previa, em seus dispositivos, a possibilidade de as duas Partes estabelecerem, em conjunto, um compromisso de alcance ainda maior, que viria a substituir o instrumento já existente.

Em abril deste ano, durante sua primeira reunião, o CNB definiu os objetivos gerais do futuro acordo, assim como a metodologia para sua negociação, que foi dividida entre temas políticos, comerciais e de cooperação. Decidiu-se que o Comitê reunir-se-ia ao menos três vezes por ano e que, em cada reunião, seriam tratados os três aspectos do futuro instrumento.

O capítulo comercial do Acordo mereceu cuidado especial das Partes, tendo sido criada uma metodologia de trabalho específica, que divide os temas em negociação entre três diferentes Grupos Técnicos. O GT-1 concentra temas afetos ao Comércio de Bens (tarifas, regras de origem, normas técnicas, barreiras sanitárias e fitossanitárias, temas aduaneiros, agricultura, defesa comercial, barreiras não tarifárias, etc.). O GT-2 tratará do Comércio de Serviços, de Propriedade Intelectual e de regras sobre Investimentos e Movimentos de Capitais. Caberá ao GT-3 os temas Compras Governamentais, Defesa da Concorrência e Solução de Controvérsias.

Foi definido, por outro lado, que as negociações comerciais concentrar-se-iam, em um primeiro momento (até julho de 2001), nos seguintes exercícios: troca de informações, definição de objetivos específicos para temas em negociação e identificação de barreiras não tarifárias praticadas de lado a lado. Deverão ter início, a partir de julho de 2001, as negociações de natureza tarifária entre os dois lados.

Os temas de cooperação foram subdivididos, por seu turno, entre três subgrupos: subgrupo de cooperação econômica, que se reúne esta semana, subgrupo de cooperação social e

cultural e subgrupo de cooperação técnica e financeira. Cada reunião do CNB corresponde, em princípio, à reunião de um dos subgrupos.

Cumpra aos subgrupos deliberar sobre a definição de temas e modalidades de cooperação em suas áreas respectivas. Para o III CNB, o Mercosul propôs fossem discutidos os seguintes temas do subgrupo de cooperação econômica: cooperação industrial, diálogo macroeconômico, normas técnicas e promoção de investimentos.

VISITA DA DELEGAÇÃO TIMORENSE AO DIRETOR-GERAL DA ABC (07 DE NOVEMBRO DE 2000)

No próximo dia 8 de novembro de 2000, às 17:45, o Diretor-Geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Elim Dutra, receberá visita da Delegação timorense de professores, chefiada pela professora Manuela Gusmão, irmã do Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorense, Xanana Gusmão.

2. A Delegação é constituída por 17 professores, que participam no Brasil de treinamento, financiado pela ABC e pelo Ministério da Educação, no âmbito do projeto “Formação de Professores e Alunos com Recurso da Educação à Distância em Timor Leste”, com a participação da Fundação Viva Rio e da Fundação Roberto Marinho.

3. O objetivo do projeto é formar jovens e adultos nos ensinos básico e pré-secundário; formar professores leigos em exercício para o ensino básico; e, utilizar a metodologia do programa brasileiro “parâmetros em ação” para aperfeiçoar o professor em sala de aula. O valor da cooperação brasileira é da ordem de 549 mil dólares.

CERIMÔNIA DE LANÇAMENTO DA MEDALHA ALUSIVA AOS 250 ANOS DE ASSINATURA DO TRATADO DE MADRI E DA PRESENÇA MILITAR NA AMAZÔNIA (07 DE NOVEMBRO DE 2000)

Realizar-se-á no próximo dia 8 de novembro, quarta-feira, às 12:00h, no Palácio Itamaraty, cerimônia de lançamento da Medalha alusiva aos 250 anos de assinatura do Tratado de Madri e da Presença Militar na Amazônia. A cerimônia será presidida pelo Ministro das Relações Exteriores e deverá contar com as presenças dos Ministros da Fazenda, da Cultura e da Defesa, do Secretário-Geral das Relações Exteriores, dos Embaixadores de Portugal, Espanha e dos países da América do Sul, do Presidente da Casa da Moeda e outras autoridades civis e militares.

Com a assinatura do Tratado de Madri, em 13 de janeiro de 1750, as Coroas portuguesa e espanhola buscaram pôr fim a quase um século de litígios referentes à definição das fronteiras de suas colônias. Lideradas, do lado português por Alexandre de Gusmão, diplomata nascido em Santos, as negociações levaram à aplicação pioneira na demarcação das linhas de fronteira dos princípios do *uti possidetis* - segundo o qual cada Estado teria direito às terras que efetivamente ocupavam - e dos limites naturais - que decorrem de acidentes geográficos notáveis, como rios e serras.

A configuração geográfica do Brasil de hoje começou a ser estabelecida pelo Tratado de Madri. O território que incorporou a Amazônia e o atual Centro-Oeste brasileiros, e que recebeu o reconhecimento de Portugal e Espanha, resultou do esforço permanente de interiorização levado a cabo pelos bandeirantes nos séculos XVII e XVIII. A celebração dos 250 anos de assinatura do Tratado de Madri

serve para que seja registrado o reconhecimento e a admiração da Nação brasileira pelo paciente e dedicado trabalho diplomático executado por Alexandre de Gusmão ao longo de todo o processo de negociação entre os Governos de Portugal e de Espanha, que definiu o espaço territorial brasileiro.

III RODADA DE NEGOCIAÇÕES PARA A ASSOCIAÇÃO MERCOSUL - UNIÃO EUROPÉIA (10 DE NOVEMBRO DE 2000)

A III Reunião do Comitê de Negociações Birregionais Mercosul-UE realizou-se, em Brasília, no período de 07 a 10 de novembro de 2000, e foi inaugurada pelo Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, e o Comissário para Relações Exteriores da União Européia, Christopher Patten. Ambos ressaltaram o firme compromisso e prioridade atribuídos pelas duas Partes às negociações MERCOSUL - UE. A terceira rodada compreendeu negociações sobre o futuro diálogo político, de comércio e de cooperação com vistas ao estabelecimento de uma Associação Inter-regional entre as duas Partes.

Essas negociações foram lançadas pelos Chefes de Estado e de Governos do Mercosul e da União Européia, por ocasião de sua reunião no Rio de Janeiro, em junho de 1999, quando decidiram promover uma parceria mais ampla e profunda entre as duas regiões.

Durante esta última semana, os dois lados examinaram uma grande variedade de assuntos. Número expressivo de técnicos participou das negociações, conduzidas pelo Embaixador José Alfredo Graça Lima,

em nome do Mercosul, e pelo Diretor-Geral de Relações Exteriores, Guy Legras, representando a União Européia.

Um progresso significativo foi registrado no que se refere ao futuro diálogo político, sendo que as Partes alcançaram entendimentos sobre vários elementos para um projeto de texto conjunto na matéria, a ser incorporado ao futuro Acordo de Associação Mercosul-U.E.

No campo comercial, os negociadores realizaram uma troca substancial de informações e decidiram iniciar igualmente processo de preparação de projetos de textos de negociação em várias áreas, a ser desenvolvido nas próximas rodadas.

Durante os quatro dias de reunião, as Partes realizaram um fértil intercâmbio de pontos de vista, ao longo de várias sessões paralelas de grupos técnicos encarregados das questões comerciais, abrangendo diversas matérias de interesse mútuo, tais como agricultura, medidas sanitárias e fitossanitárias, indústria, serviços, defesa comercial e compras governamentais.

No tocante à Cooperação Econômica, foi possível alcançar acordos relevantes nesta ocasião. As Partes decidiram continuar a examinar, durante as próximas rodadas de negociações, os meios para elevar o nível dos seus programas de cooperação no contexto da futura Associação entre as duas regiões.

As Partes concluíram que um progresso significativo foi realizado em muitas áreas durante a presente rodada, atingindo-se avanços importantes no processo negociador. Destacaram, finalmente, seu firme compromisso de continuar e intensificar suas iniciativas para impulsionar o estabelecimento da Associação Inter-Regional.

A IV Rodada de Negociações será realizada em Bruxelas, em março de 2001.

X CÚPULA IBERO-AMERICANA DE
CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
(14 DE NOVEMBRO DE 2000)

Por ocasião da X Cúpula Ibero-americana de Chefes de Estado e de Governo, a realizar-se na Cidade do Panamá, nos próximos dias 17 e 18 de novembro, terá lugar a Cerimônia de Cessão, em Depósito, das Atas (ou Protocolos) do Congresso Anfictiônico de 1826, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso à Presidenta Mireya Moscoso.

Nessa solenidade, o Brasil – que detém os únicos originais conhecidos das Atas - depositará, junto ao Governo panamenho, os aludidos documentos, em monumento que foi erigido para tal fim. O Governo da Presidenta Mireya Moscoso recentemente concluiu a restauração do recinto em que as Atas serão depositadas, o Salão Bolívar, local onde foi celebrado o Congresso Anfictiônico, entre 22 de junho a 15 de julho de 1826. O conclave foi convocado por Simón Bolívar com o objetivo de consolidar a independência das nações americanas e estabelecer vínculos de cooperação mútua e de defesa.

As Atas registraram as dez sessões realizadas ao longo do Congresso Anfictiônico, mas o principal documento que dele resultou, e cujo processo de deliberação consta das Atas, foi o Tratado de União, Liga e Confederação Perpétua do Panamá. Embora não tenha entrado em vigor, o Tratado do Panamá de 1826 tem significativa importância histórica, por conter idéias e princípios que inspirariam o pan-americanismo e os sistemas interamericano e das Nações Unidas, tais como segurança coletiva, garantia da independência política, integridade territorial dos Estados membros e solução pacífica de controvérsias.

A cessão das Atas do Congresso de 1826 está sendo efetivada de conformidade com

parecer do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e da consultoria jurídica do Itamaraty. Constitui mais um gesto para demonstrar os sólidos vínculos de amizade com o Panamá e, ao mesmo tempo, para significar o apreço do Brasil aos países bolivarianos e à figura do Libertador e seus ideais de paz, justiça e união dos povos.

REUNIÃO PREPARATÓRIA
À CONFERÊNCIA DA ONU
SOBRE TRÁFICO ILÍCITO DE
ARMAS PEQUENAS
(20 DE NOVEMBRO DE 2000)

Será realizada no Palácio do Itamaraty em Brasília, de 22 a 24 de novembro, a Reunião Regional Preparatória dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos à Conferência das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos (Nova York, 9 a 20 de julho de 2001).

Armas pequenas e armamento leve têm sido os principais instrumentos de violência na grande maioria dos conflitos do pós-Guerra Fria. A proliferação e acumulação excessivas e desestabilizadoras dessas armas transformaram-se, dessa maneira, em tema de grande importância para a comunidade internacional nos últimos anos. A convocação da Conferência da ONU, em atendimento a resoluções da Assembléia-Geral das Nações Unidas, constitui novo desdobramento dessa crescente mobilização internacional.

O Brasil tem firme compromisso com a realização da Conferência de 2001. O evento permitirá aos Estados-Membros das Nações Unidas examinar medidas concretas de

cooperação com vistas a combater e reduzir o tráfico ilícito de armas pequenas e os problemas dele decorrentes.

A realização da Reunião Regional Preparatória de Brasília constituirá importante oportunidade de concertação para os países da América Latina e do Caribe, permitindo o estabelecimento de posições comuns com relação à Conferência de 2001 e a avaliação de possíveis medidas adequadas para enfrentar os problemas da região. Como a América Latina é uma região de gastos militares tradicionalmente baixos e de reduzida ocorrência de conflitos armados, a questão da circulação de armas tem relevância para a região principalmente no que diz respeito ao aspecto criminal, em função do vínculo entre o tráfico ilícito de armas de fogo e o agravamento do crime transnacional organizado e do narcotráfico.

O Brasil mantém-se ativo nas discussões internacionais relativas à proliferação das armas pequenas, participando e prestando seu apoio a diversas iniciativas, nos planos internacional, regional e sub-regional, do que é prova seu oferecimento para sediar esta Reunião Regional Preparatória.

**CONSULADO EM NAGOYA LEVA
ASSISTÊNCIA A 8 MIL BRASILEIROS
QUE VIVEM EM TOYOHASHI
(20 DE NOVEMBRO DE 2000)**

O Consulado do Brasil em Nagoya (Japão) realizou ontem (19/11), na cidade de Toyohashi - onde vivem cerca de 8.600 cidadãos brasileiros - , o sexto “ Consulado Itinerante” deste ano, iniciativa que contou com o patrocínio da Prefeitura daquela cidade.

A organização impecável por parte dos patrocinadores e o amplo local oferecido

(o andar térreo do edifício da Prefeitura), bem como uma ampla campanha prévia de divulgação, contribuíram para o sucesso do “Consulado Itinerante”, que teve o maior índice de comparecimento (1.017 brasileiros) dentre os 15 até agora realizados na jurisdição do Consulado em Nagoya.

Foram processados 362 documentos: 117 procurações, 82 passaportes, 58 registros de nascimento, 44 reconhecimentos de firmas e autenticações de documentos, 26 documentos militares (alistamento e adiamento de incorporação), 22 atestados diversos e 13 registros de casamento. Foram, ainda, atendidos seis casos de assistência jurídica.

O Prefeito da cidade visitou o local. Durante sua permanência, manteve reunião com o Cônsul Eurico de Freitas, durante a qual foram abordados os temas das relações da Prefeitura com a comunidade brasileira e da adoção de medidas que possibilitem o incremento da assistência já prestada pelo município.

Brasileiros no exterior

Em 1997, cerca de 1,5 milhão de brasileiros viviam no exterior. Destes, cerca de 200 mil residiam no Japão.

**COMUNICADO DO MERCOSUL,
BOLÍVIA E CHILE SOBRE
A SITUAÇÃO NO PERU
(20 DE NOVEMBRO DE 2000)**

Os países do Mercosul, Bolívia e Chile, diante da decisão do Presidente Fujimori de renunciar à Presidência do Peru, expressam a esperança de que a nação peruana possa reencontrar-se, no marco da Constituição,

com a estabilidade política e alcançar a consolidação da institucionalidade democrática a que aspira.

Ao reafirmarem os valores absolutos da democracia representativa, os países do Mercosul, Bolívia e Chile reiteram sua disposição de contribuir positivamente para que o povo peruano possa escolher seus futuros dirigentes em clima de paz, plena liberdade e transparência, nas eleições previstas para o próximo mês de abril.

ESTUDO COMPARATIVO DAS
CONDIÇÕES DE ACESSO DE
PRODUTOS INDUSTRIAIS
MEXICANOS E BRASILEIROS NO
MERCADO AMERICANO SOB O
ASPECTO TARIFÁRIO, O QUAL
PODERÁ SERVIR DE SUBSÍDIO
PARA A POSIÇÃO BRASILEIRA
NAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA
(22 DE NOVEMBRO DE 2000)

A Embaixada do Brasil em Washington realizou estudo comparativo das condições de acesso de produtos industriais mexicanos e brasileiros no mercado americano sob o aspecto tarifário, o qual poderá servir de subsídio para a posição brasileira nas negociações da ALCA.

Foram analisados 7 setores (madeireiro, têxtil, cerâmico, automotivo, calçadista, aço, maquinário do capítulo 84), o que correspondem a aproximadamente 800 produtos.

Examinou-se não só a tarifa da Nação Mais Favorecida e a tarifa NAFTA aplicada

aos produtos selecionados, mas também outros regimes tarifários de que se beneficiam o Brasil (Sistema Geral de Preferências) e o México (regime especial de importação previsto no capítulo 98 da tarifa americana).

Foi feito, igualmente, um exame comparativo do regime preferencial aplicado pelos Estados Unidos aos países caribenhos (Caribbean Basin Initiative - CBI), a fim de avaliar o potencial gerador de comércio de outros esquemas preferenciais norte-americanos com países em desenvolvimento.

À luz deste estudo, foram feitas as seguintes considerações:

- a) apesar do tratamento preferencial concedido aos produtos mexicanos no NAFTA, os principais concorrentes de determinados produtos industrializados brasileiros no mercado americano são a China ou mesmo os países do Caribe;
- b) para os setores examinados, de forma geral, à exceção do setor têxtil, o diferencial de competitividade do México em função do tratamento preferencial do NAFTA atualmente tende a ser marginal, em função da convergência verificada entre a tarifa NAFTA e a tarifa NMF para um número expressivo de produtos;
- c) Isso significa que a eventual extensão ao Brasil do tratamento preferencial dado ao México no NAFTA não corresponderá a um acesso ampliado que beneficie necessariamente todos os produtos industrializados brasileiros no mercado americano; e
- d) apesar de existirem na tarifa americana médias baixas, subsistem ainda picos e escaladas tarifárias incidentes sobre produtos do interesse do exportador brasileiro.

VISITA AO BRASIL DO SENHOR
JOAQUIM RAFAEL BRANCO, MINISTRO
DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E
DA COOPERAÇÃO DA REPÚBLICA
DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE
(24 DE NOVEMBRO DE 2000)

No cargo de Chanceler de São Tomé e Príncipe desde maio último, o Ministro Rafael Branco, acompanhado de dois assessores, realiza visita oficial ao Brasil, com uma agenda que se concentra em temas de cooperação bilateral. As áreas de interesse prioritário do visitante são saúde, educação, ecoturismo, meio-ambiente e micro-empresas. Bom conhecedor das potencialidades das instituições nacionais, Rafael Branco já esteve anteriormente no Brasil, na qualidade de Secretário-Executivo Adjunto da Comunidade de Países da Língua Portuguesa-CPLP, posição em que incentivou a agenda da cooperação brasileira na organização.

Atualmente, a cooperação entre o Brasil e São Tomé e Príncipe concentra-se no Programa Estudante Convênio, através do qual 39 estudantes são-tomeenses já cursaram universidades brasileiras. O Instituto Rio Branco tem hoje entre seus alunos bolsista de São Tomé. Por intermédio da ABC, estão sendo implementados projetos de cooperação em DST/AIDS e no desenvolvimento da cultura da mandioca. As possibilidades de cooperação entre os dois países poderão ser alargadas para incluir, por exemplo, programas de luta contra a malária, e outros na área ambiental e empresarial.

REUNIÃO REGIONAL PREPARATÓRIA
DA CONFERÊNCIA DE 2001
DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE
O TRÁFICO ILÍCITO DE ARMAS
PEQUENAS E ARMAMENTO LEVE
EM TODOS OS SEUS ASPECTOS
(24 DE NOVEMBRO DE 2000)

De 22 a 24 de novembro de 2000, os representantes dos Estados da América Latina e do Caribe reuniram-se em Brasília para procurar uma abordagem comum que contribua, mediante uma perspectiva regional, para o trabalho da Conferência das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos, a realizar-se em Nova York, de 9 a 20 de julho de 2001, e para seu Comitê Preparatório, de modo a que a Conferência possa ajudar a enfrentar, de maneira eficaz e abrangente, os problemas decorrentes do tráfico ilícito de armas pequenas.

2. Os representantes dos Estados da América Latina e do Caribe reafirmaram a importância de uma abordagem comum para a Conferência das Nações Unidas, que leve em conta as necessidades e experiências específicas das regiões, sub-regiões e países individuais.

3. Os representantes reconheceram os esforços pioneiros que levaram à negociação oportuna e abrangente, concluída no âmbito da Organização dos Estados Americanos, da Convenção Interamericana Contra a Fabricação e o Tráfico Ilícitos de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e Outros Materiais Conexos.

4. Os representantes recordaram que os Estados da América Latina e do Caribe compartilham um compromisso inabalável com as normas básicas do Direito Internacional e com os princípios consagrados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos: igualdade soberana dos Estados; solução pacífica de controvérsias, proibição do uso ou da ameaça de uso da força; e não-ingerência nos assuntos internos dos Estados.

5. O espírito de amizade e cooperação que tem tradicionalmente caracterizado as relações entre os Estados da América Latina e do Caribe se tem traduzido em ação política, mediante várias iniciativas e empreendimentos, em várias instituições e mecanismos regionais e sub-regionais: a Organização dos Estados Americanos, a Associação dos Estados do Caribe, o Sistema Centro-Americano de Integração, a Comunidade Andina, a Comunidade do Caribe (CARICOM), o Mercosul e seus Estados Associados e o Grupo do Rio. A consolidação da América Latina e do Caribe como uma Zona de Paz e Cooperação, livre de conflitos territoriais entre Estados, é uma aspiração permanente e uma realização contínua de toda a região.

6. Os representantes tomaram nota da “Declaração da Recuperação de Armas Ilícitas em Mãos de Civis na América Central”, assinada pelos Presidentes da América Central em janeiro de 1997, como uma contribuição regional aos esforços que visam a diminuir o flagelo causado pelo tráfico ilícito e pelo uso indevido de armas pequenas e armamento leve.

7. Os representantes recordaram que o tráfico ilícito de armas pequenas na região está relacionado, principalmente, com o

narcotráfico, o terrorismo, o crime organizado transnacional, as atividades mercenárias e outros atos e conduta criminosos. A prevenção do crime deve ser uma parte integral da abordagem no combate ao tráfico ilícito de armas pequenas.

8. Os representantes consideraram que a Conferência sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve oferece uma oportunidade promissora de enfrentar esse problema, de modo a aliviar a situação aflitiva das populações expostas à criminalidade e aos conflitos armados, que são alimentados por esse comércio ilícito, e a gerar benefícios em termos de desenvolvimento social e econômico e de estabilidade nacional, regional e internacional.

9. Os representantes reiteraram sua determinação de participar ativamente da Conferência das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos. Ademais, os Estados da América Latina e do Caribe expressaram a convicção de que a Conferência das Nações Unidas deve adotar uma declaração política e um Programa de Ação global.

10. Os representantes manifestaram seu apoio ao trabalho do Presidente do Comitê Preparatório e acolheram suas propostas sobre os Objetivos e o Programa de Ação como uma base apropriada para dar prosseguimento ao processo preparatório e fizeram comentários e sugestões com vistas a desenvolver tais propostas.

11. Os representantes reafirmaram seu compromisso de participar ativamente nas negociações do Protocolo Contra a Fabricação

e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, suas Peças e Componentes e Munições, com vistas à sua conclusão, de modo a fortalecer a cooperação internacional nesse campo.

12. Os representantes ressaltaram a importância de uma participação adequada da sociedade civil no processo preparatório e na Conferência de modo a contribuir para a consecução de seus objetivos. Nesse contexto, notaram a importância de uma representação equilibrada das ONGs relevantes para o escopo e o propósito da Conferência, que deveria envolver participação adequada de entidades de países em desenvolvimento.

13. Os representantes reafirmaram a importância do Artigo 51 da Carta das Nações Unidas e concordaram que os resultados da Conferência não deverão, de qualquer modo, prejudicar seu direito inerente à autodefesa, o que pressupõe que os Estados também têm o direito de adquirir armas para defender-se.

14. Os representantes concordaram que a Conferência deve procurar atingir os seguintes objetivos:

- (i) Consolidar uma abordagem global, equilibrada e não-discriminatória da questão do tráfico ilícito de armas pequenas e armamento leve, de maneira que leve em conta as especificidades e experiências de regiões, sub-regiões e países;
- (ii) Fortalecer a cooperação internacional em todos os seus aspectos (judicial, técnico, financeiro e entre autoridades policiais) e assegurar que os mecanismos estabelecidos para tal fim beneficiem a todas as regiões, sub-regiões e países afetados;
- (iii) Reconhecer a importância da implementação das medidas nacionais adotadas pelos Estados afetados em situação de pós-conflito com vistas ao recolhimento de armas pequenas e armamento leve. A esse respeito, os países que estão implementando

tais medidas devem ser apoiados pela comunidade internacional;

- (iv) Recomendar a adoção de medidas concretas, que se devem caracterizar por uma abordagem flexível, prática e multifacetada, que confira às regiões, sub-regiões e países a capacidade necessária para a formulação dos planos que melhor se adequem às suas necessidades reais e problemas específicos;
- (v) Promover abordagens construtivas e pragmáticas no escopo da Conferência;
- (vi) Frisar a importância das experiências regionais, sub-regionais e nacionais e examinar novas iniciativas e compromissos que possam adicionalmente complementar, reforçar e fortalecer politicamente as medidas e os acordos já adotados ou em vias de implementação;
- (vii) Reconhecer que a sociedade civil tem um papel importante a desempenhar na consecução das metas da Conferência, as quais poderiam ser crescentemente fortalecidas, inclusive mediante iniciativas educacionais e campanhas publicitárias.

15. Os representantes reconheceram que o Centro Regional das Nações Unidas para a Paz, o Desarmamento e o Desenvolvimento na América Latina e no Caribe tem um papel importante a desempenhar na promoção das atividades das Nações Unidas nessa esfera e louvaram sua contribuição para o processo preparatório da Conferência de 2001.

16. Após recordar as credenciais e a experiência do Embaixador Camilo Reyes Rodríguez, da Colômbia, nos campos da diplomacia e do desarmamento, os representantes da América Latina e do Caribe reiteraram seu pleno apoio à sua candidatura à Presidência da Conferência das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os seus Aspectos, e tomaram nota, com satisfação, do endosso

de sua candidatura pelo Movimento dos Países Não-Alinhados.

17. Os Representantes manifestaram seu reconhecimento ao excelente apoio oferecido pelo Governo brasileiro ao sediar a Reunião Regional Preparatória dos Estados da América Latina e do Caribe, o que possibilitou à região apresentar sua contribuição para o êxito da Conferência de 2001 das Nações Unidas sobre o Tráfico Ilícito de Armas Pequenas e Armamento Leve em Todos os Seus Aspectos.

Brasília, 24 de novembro de 2000.

OBTENÇÃO FRAUDULENTA DE PASSAPORTES DE SERVIÇO (24 DE NOVEMBRO DE 2000)

Com relação às notícias na mídia sobre obtenção fraudulenta de passaportes de serviço esclarece-se que:

1. Em Dezembro de 1999, o Itamaraty, ao tomar conhecimento de comprovados casos de falsidade ideológica em passaportes de serviço, levou o assunto imediatamente ao conhecimento do Departamento de Polícia Federal, que abriu processo de investigação. Naquela ocasião, não se instaurou sindicância administrativa disciplinar para evitar que com tal procedimento, obrigatoriamente público, pudesse a investigação policial, mais importante no momento, vir a ser prejudicada;

2. No final de julho de 2000, ao saber de que se havia repetido a mesma ação delituosa, o Itamaraty, após a pertinente comunicação ao DPF, decidiu abrir sindicância, realizada por Comissão presidida por diplomata de nível de Ministro de Segunda Classe, a qual desenvolveu exaustivo trabalho, consubstanciado em autos de 285 páginas, com tomada de 12 depoimentos, alguns com mais de 6 horas de duração;

3. Como parte de seu trabalho, a Comissão Sindicante obteve cópias de peças do Inquérito Policial, autuado em 10/01/2000 na 10ª Vara Federal da SJ/DF, instaurado para apurar falsidade ideológica em passaportes oficiais;

4. A Comissão Sindicante por meio de depoimentos de funcionários da DPP, bem como baseada no Inquérito acima mencionado, que apontava um denominado “Carlos”, que seria funcionário do Itamaraty, como provável autor do delito, considerou também como provável suspeito da ação dolosa, no âmbito administrativo, o Sr. Carlos Augusto Silva de Carvalho, ex-funcionário da DPP, que já havia solicitado desligamento do Itamaraty antes da abertura da ação disciplinar, valendo-se do Programa de Desligamento Voluntário (PDV). Não pertencendo mais o referido senhor aos quadros da Administração Pública, não estava mais ao alcance de sanção administrativa; esclareça-se não existir na legislação a figura de cassação de desligamento voluntário;

5. A Comissão de Sindicância concluiu não haver razões, por falta de provas, para indicição de qualquer dos servidores por ela ouvidos. No entanto, a Comissão apontou a existência, na Divisão de Passaportes, de falhas estruturais que poderiam facilitar ações fraudulentas. Nesse sentido, recomendou uma série de medidas saneadoras; essas medidas já se encontram em execução, incluindo a substituição de funcionários;

6. Finalmente, caberia uma vez salientar haver o Itamaraty tomado a única medida que legalmente lhe era permitida, isto é, uma ação administrativa disciplinar, procedimento que, como sabido, tem menor alcance e dispõe de menos recursos técnicos do que o inquérito policial.

7. O Itamaraty, por meio de seus setores competentes, está acompanhando cuidadosamente o desenvolvimento do inquérito policial e adotará as medidas

administrativas pertinentes, caso se comprove o envolvimento de qualquer funcionário do seu Quadro no delito em apuração.

VISITA OFICIAL AO BRASIL
DO PRESIDENTE DA ÁFRICA
DO SUL, THABO MBEKI
(08 DE DEZEMBRO DE 2000)

Principais aspectos da visita:

A assinatura do Acordo de Criação da Comissão Mista de Alto Nível entre Brasil e África do Sul. A Comissão foi proposta pela parte sul-africana, que sinaliza, assim, a disposição de privilegiar relações com o Brasil, na medida em que tal mecanismo permitirá o adensamento do diálogo entre as instâncias oficiais de ambos os Governos em torno de uma vasta agenda de cooperação, em múltiplos setores, já identificados ou ainda a identificar.

A assinatura do Acordo-Quadro Mercosul - África do Sul, em Florianópolis, dia 15/12, durante a Cúpula do Mercosul, à qual o Presidente Thabo Mbeki comparecerá, na qualidade de convidado ao evento. Em junho de 1998, o então Presidente Nelson Mandela compareceu à Cúpula do Mercosul realizada em Ushuaia.

**Perfil Biográfico do Presidente
da República, Thabo Mbeki:**

THABO MBEKI nasceu em 18 de junho de 1942. Formou-se e obteve mestrado em Economia na Universidade de Sussex. Recebeu treinamento militar na União Soviética. Deixou a África do Sul em 1962,

exilando-se na Tanzânia e depois na Inglaterra, onde se casou com sua atual esposa, Zanele Mbeki, com quem não tem filhos. Nos anos 70, chefiou as representações da ANC (Congresso Nacional Africano) em Botsuana, Suazilândia e Nigéria. Em Lusaca, Zâmbia, ocupou as funções de Diretor de Informação e de Chefe do Departamento de Assuntos Internacionais do Movimento. Até o fim dos anos 80, foi membro do Partido Comunista. Em 1990, retornou à África do Sul, juntamente com toda direção do ANC, participando ativamente das negociações que conduziram à redação da nova Constituição.

Após as eleições de 1994, foi escolhido por Mandela – depois de ter sido cogitado para ocupar o Ministério de Negócios Estrangeiros – como um dos dois Vice-Presidentes Executivos. Desde seu período como vice-presidente, suas idéias sobre a regeneração política e econômica do continente, o chamado Renascimento Africano, constituem um dos conceitos centrais da política externa do país. Visitou o Brasil em setembro de 1997. Entrevistouse, na ocasião, com o Ministro de Estado das Relações Exteriores, com o Vice-Presidente Marco Maciel e com o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Assumiu a Presidência em junho de 1999, em cerimônia a que compareceu o Vice-Presidente Marco Maciel.

Relações bilaterais

O Brasil é percebido, nos meios intelectuais e políticos sul-africanos, como parceiro, ainda não plenamente aproveitado, para uma associação de grande potencial econômico-comercial. As relações entre os dois países representariam o paradigma geral das relações da África do Sul com os países do Sul.

O Ministro do Comércio e da Indústria, Alec Erwin, utiliza a imagem de uma borboleta de asas abertas para simbolizar o desejo de acrescentar, ao “corpo” tradicional de relacionamento com o Norte, duas “asas” que representam o desenvolvimento da cooperação Sul-Sul, na qual se inclui a América Latina e a Ásia.

A experiência do Mercosul vem despertando interesse crescente, seja pelos seus atrativos de mercado potencial ampliado, seja como modelo de integração econômica regional, a ser estudado e mesmo seguido pela SADC.

O Brasil foi incluído em uma lista de doze parceiros estratégicos da África do Sul, elaborada durante reunião das altas chefias do Ministério dos Negócios Estrangeiros sul-africano, em janeiro de 1999.

A agenda bilateral do Brasil com a África do Sul mostra-se, até o momento, livre de controvérsias significativas. Desde 1994, os dois países vêm negociando vários acordos, alguns já assinados, com vistas a preencher o vazio jurídico herdado do período de isolamento.

Nos últimos anos, visitas a Brasília de representantes da Chancelaria sul-africana para troca de opiniões sobre temas da agenda bilateral e multilateral, assim como o êxito dos trabalhos da I Sessão da Reunião de Consultas Políticas, realizada, em Pretória (maio de 1999), confirmam a percepção dos dois governos de que há ampla agenda de interesse comum, em especial na área multilateral, recomendando estreita e freqüente coordenação entre as delegações dos dois países nos foros internacionais.

Em fevereiro de 2000, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, realizou visita de trabalho à África do Sul, ocasião em que se iniciaram as

discussões relativas à assinatura de um acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a África do Sul.

Relações Mercosul – África do Sul

Na próxima reunião dos Chefes de Estado do MERCOSUL (Florianópolis, dezembro de 2000) será assinado o Acordo Quadro Mercosul – África do Sul para a criação de uma Área de Livre Comércio entre o Mercosul e aquele país africano.

Em junho de 2000, o Conselho do Mercado Comum adotou a Decisão 36/00, autorizando o início de negociações com vistas à assinatura do Acordo-Quadro.

Comércio bilateral

O intercâmbio comercial somou, nos anos de 1998 e 1999, respectivamente, US\$ 507 milhões (déficit brasileiro de US\$ 67 milhões) e US\$ 409,5 milhões (superávit brasileiro de US\$ 64 milhões). Os principais produtos da pauta são: do lado das exportações brasileiras, veículos, produtos agro-industriais, caldeiras e máquinas e aparelhos elétricos (6%); do lado das compras brasileiras: combustíveis (25%), pedras e metais preciosos (14%) e níquel (10%).

Em novembro último foi anunciada a aquisição, pela South Africa Airlinck, subsidiária da South African Airways, de 30 aeronaves do tipo ERJ 135, da EMBRAER. Esse primeiro contrato de US\$ 350 milhões constitui a maior operação comercial entre empresas dos dois países. Representa também a abertura do mercado continental para a indústria aeronáutica brasileira.

A FIAT sul-africana inaugurou, em fevereiro de 2000, o projeto de fabricação da linha de veículos Palio a serem fabricados com componentes importados do Brasil. A previsão

de produção é de cerca de 18.000 veículos por ano, destinados ao mercado sul-africano e aos países vizinhos (Moçambique, Namíbia e Botsuana). A participação do Brasil no projeto representará exportações anuais da ordem de U\$ 4,5 milhões.

A MARCOPOLO inaugurou, em agosto de 2000, unidade industrial para montagem de carrocerias reforçadas para ônibus do tipo rural para transporte intercidades. Com exceção dos pneus, todos os demais componentes dos ônibus a serem produzidos na África do Sul serão importados da Scania Brasil (chassis, motor e mecânica em geral) e da própria Marcopolo (carroceria). A montadora terá capacidade para produzir 20 ônibus por mês.

O conglomerado sul-africano de mineração Billinton anunciou, em julho último, haver adquirido participação acionária de 2,1% da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), por US\$ 327 milhões.

Cooperação Bilateral

Os dois países estão discutindo as possibilidades de cooperação em matéria de DST/AIDS. Em novembro de 1999, missão técnica da Coordenação Nacional de DST/AIDS do Ministério da Saúde visitou a África do Sul e identificou três áreas de interesse sul africano para cooperação: vigilância epidemiológica, informação em saúde, e IEC – informação ao público, educação e comunicação. O Brasil também ofereceu às autoridades sul-africanas tecnologia para produção de AZT em laboratórios sul-africanos.

No próximo dia 12/12, portanto, concomitante ao início da visita presidencial, a Ministra da Saúde da África do Sul, Manto Tshabalala-Msimang estará realizando visita oficial ao Brasil e assinará, com o Ministro José Serra, da Saúde, Protocolo de Intenção de Cooperação em Matéria de Saúde.

Cooperação Multilateral

Tem sido ativo e freqüente o diálogo político entre brasileiros e sul-africanos em diversos foros multilaterais. Tendo em conta interesses comuns e perspectivas assemelhadas sobre a ordem internacional, delegações dos dois países mantém estreito contato e entendimento em temas afetos a desarmamento, reforma do Conselho de Segurança e da própria ONU, sobre operações de paz, cooperação em meio-ambiente e, cada vez mais, em temas afetos à economia internacional.

DIRETOR DA FAO VISITA BRASÍLIA (11 DE DEZEMBRO DE 2000)

O Diretor-Geral da FAO, Senhor Jacques Diouf, estará visitando Brasília no dia 11 de dezembro, ocasião em que manterá encontros com o Senhor Presidente da República e com o Ministro da Integração Nacional. O Secretário-Geral das Relações Exteriores lhe oferecerá almoço no Clube das Nações. No Rio de Janeiro, o Senhor Diouf manteve encontro com o Ministro da Agricultura e Abastecimento.

Os temas a serem tratados na visita incluirão a realização, no final de 2001, de reunião de seguimento da Cúpula Mundial de Alimentação de 1996, para examinar a implementação, pelos países participantes, das metas acordadas, das quais a mais importante é a redução à metade do número de pessoas desnutridas no mundo (estimado em cerca de 800 milhões) até 2015.

Outro tema a ser abordado pelo Diretor-Geral é a cooperação sul-sul na área de segurança alimentar, entre outros no âmbito dos países de língua portuguesa.

MENSAGEM DE CONGRATULAÇÕES
AO NOVO PRESIDENTE-
ELEITO DOS EUA
(14 DE DEZEMBRO DE 2000)

O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, enviou a seguinte mensagem de congratulações ao Presidente-eleito dos Estados Unidos da América, George W. Bush:

“Em nome do povo brasileiro e no meu próprio, felicito Vossa Excelência por sua eleição à Presidência dos Estados Unidos da América.

Em nosso hemisfério, estamos diante de uma excepcional oportunidade. No aprofundamento do diálogo e da cooperação entre o Brasil e os Estados Unidos, e de nossos países com os demais parceiros regionais, está a chave para que se avance com determinação e sentido de propósito na consolidação da democracia e da paz, na redução das desigualdades e na promoção da prosperidade compartilhada nas Américas.

Ao colocar as relações hemisféricas como uma das prioridades de sua agenda de política externa, Vossa Excelência dá-nos a certeza de que, todos juntos, poderemos efetivamente fazer deste o século das Américas. As condições para isso estão postas, e é com justificável expectativa que nos dispomos a trabalhar para transformar em realidade essa generosa perspectiva.

Não tenho dúvida de que, na gestão de Vossa Excelência, Estados Unidos e Brasil continuarão a trilhar o caminho da excelência em suas relações, norteados pelo respeito

mútuo e por nossas muitas afinidades e valores e objetivos comuns. Receba os melhores votos de felicidade para Vossa Excelência e família e de continuada prosperidade para os Estados Unidos da América.

Mais alta consideração,
Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil”

COMUNICADO CONJUNTO DE
ARGENTINA, BRASIL, CHILE E
URUGUAI SOBRE TRANSPORTE
DE MATERIAL RADIOATIVO
(21 DE DEZEMBRO DE 2000)

Os Governos da República Argentina, da República Federativa do Brasil, da República do Chile e da República Oriental do Uruguai, diante da realização de novo transporte marítimo de rejeitos radioativos pelo Atlântico Sul e pelo Pacífico Sul, reiteram sua preocupação, expressada em outras oportunidades aos Governos da França, Japão e Reino Unido, quanto à utilização por embarcações dessa natureza da rota do Cabo Horn, em especial devido aos riscos que essa rota apresenta para a navegação em função de suas características físicas e meteorológicas e da vulnerabilidade dos ecossistemas antártico e sub-antártico.

Os Governos preocupam-se, ademais, com os eventuais efeitos nocivos que este transporte representaria para a saúde das populações

humanas costeiras e para a integridade do meio ambiente marinho da região pela qual se dará o trânsito, devido à natureza intrinsecamente perigosa de seu carregamento.

Os Governos lembram que as normas do direito internacional em vigor, em especial a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982, reconhecem a soberania dos Estados costeiros sobre seu mar territorial e sua jurisdição em matéria de proteção e preservação do meio ambiente marinho em suas respectivas zonas econômicas exclusivas. O cumprimento de tal responsabilidade deve contar com a cooperação de outros Estados no sentido de que exerçam um controle estrito sobre as embarcações de sua bandeira que transitem pelas adjacências das águas jurisdicionais, com vistas a evitar os riscos de poluição e de contaminação.

Esta operação de transporte confirma a necessidade de se continuar trabalhando no âmbito dos organismos internacionais competentes a fim de fortalecer as normas sobre segurança do transporte de material radioativo. Tal fortalecimento deveria contemplar, entre outros aspectos, garantias sobre a não contaminação do meio marinho, o intercâmbio de informações sobre as rotas escolhidas, a comunicação dos planos de emergência para casos de sinistro, o compromisso de recuperar os materiais radioativos em caso de acidente nos navios que os transportam e a importância de que estejam em vigência mecanismos efetivos de responsabilidade.

Os Governos recordam e reiteram os conceitos expressados na declaração formulada pelo Uruguai em nome dos países do Mercosul no seio da I Comissão da LIV Assembléia-Geral das Nações Unidas, no mês de outubro de 1999.

ARTIGOS

ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, NO JORNAL
FOLHA DE SÃO PAULO, PUBLICADO EM 28 DE JULHO DE 2000
JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 28/07/2000

“Diplomacia com rumo”

A nossa diplomacia tem uma larga experiência em litígios na Organização Mundial de Comércio; ganhamos e perdemos.

LUIZ FELIPE LAMPREIA

Dois recentes editoriais da Folha - “Derrotas na OMC” (22/7) e “Diplomacia à deriva” (26/7)- não fazem justiça nem ao governo, como um todo, nem ao Itamaraty, em particular. Os textos expressam opinião negativa a respeito do desempenho da diplomacia econômica brasileira a partir da situação atual do contencioso entre Brasil e Canadá sobre jatos regionais.

A controvérsia entre Brasil e Canadá teve início em 1996, quando ambos os países questionaram, na OMC, a compatibilidade dos respectivos subsídios governamentais à indústria aeronáutica. Nesse período, o programa brasileiro de apoio às exportações proporcionou à Embraer a oportunidade de se firmar no mercado internacional e de contribuir decisivamente para o aumento das vendas externas de produtos brasileiros de alta tecnologia.

O exercício da diplomacia pressupõe a construção de cenários positivos e negativos, a consideração minuciosa das vantagens e custos de cada situação e a busca da maximização das vantagens, para atender aos interesses nacionais. No caso Brasil-Canadá, as vantagens da manutenção do programa de apoio às exportações durante anos cruciais para uma empresa estratégica certamente superam os custos da controvérsia.

Afirma-se que a defesa do Proex empreendida pela diplomacia brasileira foi deficiente. Essa avaliação não me parece fundamentada em argumentos factuais sólidos. Há regras na OMC, que o Brasil ajudou a construir e deseja preservar e aprimorar, que estabelecem limites para a assistência governamental à atividade exportadora. O Brasil não só perdeu na OMC, o Brasil também ganhou na OMC. Se é certo que o Órgão de Apelação, a última instância, depois de anos de batalha jurídica e diplomática, julgou o Proex aplicado às vendas de jatos regionais contrário ao Acordo sobre Subsídios, não é menos certo que também o Canadá, acusado pelo Brasil de prática análoga, foi

considerado culpado de incorrer em subsídios proibidos e obrigado a mudar alguns de seus programas. E, se não foi possível demonstrar cabalmente que outros subsídios canadenses ferem regras multilaterais, isso se deveu não à falta de esforço do Brasil, mas à total falta de transparência na concessão de tais subsídios, o que foi reprovado pela OMC e põe a *Export Development Corporation* e o próprio Canadá sob alça de mira em futuras controvérsias.

Além de atacar com êxito práticas de subsídio do Canadá, a diplomacia brasileira defendeu até o limite do possível uma determinada modalidade do Proex que estava sendo questionada. O Proex para as vendas de aviões será modificado, esse é um compromisso do governo. Mas restam problemas residuais a resolver, que decorrem de contratos antigos (até 900 aeronaves ainda por serem entregues nos próximos sete anos), cujo cumprimento, nas bases previamente acertadas, a OMC considera incompatível com suas normas. Entra aí a questão da “compensação”, que estamos dispostos a negociar com o Canadá. O Brasil oferecerá o que lhe parecer justo, na certeza de que, tanto a nós quanto aos canadenses, interessa pôr fim a esse contencioso, em vez de deixar que se instaure entre os dois países um clima de guerra comercial.

A diplomacia brasileira tem experiência em litígios na OMC. Fomos demandantes (casos relativos a gasolina, contra os EUA; carnes de aves, contra a União Européia; têxteis, contra a Argentina) e demandados (coco ralado, por iniciativa das Filipinas), sem contar potenciais controvérsias solucionadas por acordos, como o caso do setor automotivo. Ganhamos e perdemos, em suma.

Na controvérsia com o Canadá, foram utilizados, nos últimos quatro anos, os melhores recursos, envolvendo um arsenal

de diplomatas e advogados internacionais que conhecem intimamente os meandros da OMC. A elaboração e a apresentação de nossas razões contaram com a participação ativa de funcionários dos ministérios do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e da Fazenda, do Banco Central e do BNDES, em um esforço bem coordenado de defesa dos nossos interesses. Sempre houve perfeito entrosamento entre o Itamaraty e os demais órgãos do governo.

O caso com o Canadá, de toda forma, ainda não terminou. É muito cedo para avaliar suas consequências. A decisão final dos árbitros sobre o montante das concessões que o Canadá poderá retirar, no caso de não haver acordo bilateral, foi adiada por um mês. O adiamento resultou de argumentos de substância apresentados pelo Brasil no dia 24 de julho. O processo de negociação com o Canadá deve continuar em agosto. Tirar conclusões gerais a partir de um caso ainda em andamento é prematuro.

O comércio internacional é muito mais do que um jogo de soma zero. Em diplomacia, como em outros campos de atuação política, não se podem vencer todas as batalhas. À medida que aumenta a participação brasileira no comércio internacional, novas barreiras e resistências surgirão, sob diferentes formas. A consequência natural do crescimento de nossas exportações, sobretudo de produtos de maior valor agregado, que competem com aqueles fabricados em países desenvolvidos, é que disputas comerciais se tornam cada vez mais comuns. O essencial é que sejamos capazes de enfrentar os desafios e de proporcionar melhores oportunidades de acesso para produtos brasileiros nos principais mercados consumidores. O Itamaraty dedica seus melhores esforços a estar à altura desses desafios, com vistas a permitir que o Brasil tenha uma inserção internacional cada vez melhor.

ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, PUBLICADO NO
JORNAL DO BRASIL. “POLÍTICA EXTERIOR SEM COMPLEXOS”
JORNAL DO BRASIL , 04/08/2000

A política exterior do Brasil obedece a um fio condutor que vem do mais profundo de nossa História. No período colonial, orientou-se pelo objetivo de consolidar e definir o território que viria a se constituir no Brasil independente. Na fase monárquica, cuidou de respaldar os esforços pela manutenção do patrimônio de grandeza e de unidade territorial. Com Rio Branco, já na República, delimitaram-se uma a uma as linhas de fronteira com os países vizinhos, construindo-se com todos uma relação sem litígios, baseada na paz e cooperação. Desde então, a política exterior do Brasil busca coadjuvar os esforços da sociedade e do Governo com vistas ao pleno desenvolvimento econômico e social do Brasil e à construção de um espaço de paz e prosperidade compartilhada com os vizinhos da América do Sul.

Se algo nos ensina a experiência histórica, portanto, é que, ao longo de toda a sua trajetória, a política externa do Brasil sempre esteve associada, de um lado, à soberania e, de outro, à necessidade de contribuir para gerar prosperidade e justiça social. Daí a legitimidade reconhecidamente associada à diplomacia brasileira, como representativa das aspirações e das demandas da sociedade no plano externo.

Pautamos invariavelmente nossa atuação internacional por linhas muito claras de interesses nacionais, conciliando, como é da tradição brasileira, o respeito aos princípios e

a busca de ideais com uma noção realista de possibilidades. Entendemos neste contexto que o sistema multilateral representa um fator de proteção dos nossos direitos e dos nossos interesses, e não uma ameaça.

Na verdade, o sistema internacional construído a partir da Paz de Westphalia (1648) foi gradualmente incorporando o conceito do multilateralismo como antídoto à aplicação das políticas de poder que sempre refletiram os interesses dos mais fortes. Foi esta uma lentíssima evolução. Hoje, podemos dizer, em termos gerais, que prevalece uma ordem internacional fundada no respeito à norma jurídica e nos princípios da boa convivência entre os Estados, e que se acham consolidados mecanismos cada vez mais eficazes de solução de controvérsias. O Brasil orgulha-se de haver participado, desde a conhecida intervenção de Ruy Barbosa na II Conferência da Haia (1907), da construção dessa ordem internacional, que gradativamente veio a criar garantias para a defesa dos direitos e interesses dos países menos poderosos.

Nossa imagem no mundo é comprovadamente a de um país que faz ouvir a sua voz, que está presente em todos os planos da convivência internacional, que atua com grande sentido de responsabilidade e que nunca faltou aos seus compromissos e ao respeito à norma pactuada. Este patrimônio de credibilidade e

de confiabilidade foi construído com muita tenacidade, sem complexos de qualquer natureza. Tem sido reconhecidamente um fator de prestígio para o Brasil.

Se hoje enfrentamos conflitos comerciais é justamente porque estamos dando certo, porque estamos abrindo e ocupando espaços cada vez mais significativos no conjunto das relações econômicas e comerciais internacionais. O comércio é por definição uma atividade que envolve competição. Todos querem vender mais e comprar mais barato. Uns serão mais eficientes, outros menos. Todos buscam proteger-se. E todos estaremos mais protegidos se no âmbito internacional formos capazes de disciplinar o comércio com normas de eficácia análoga às de cada país em sua ordem interna. Esta é a rationale e a grande vantagem que assegura para países como o Brasil uma instituição como a OMC (Organização Mundial do Comércio), que, apesar de suas limitações, é o foro em que melhor se pode trabalhar para conter o arbítrio e as práticas protecionistas unilaterais das grandes potências comerciais. Não é por outro motivo que a China vem negociando por tantos anos, e com tanto empenho, sua admissão na OMC, em troca de concessões em termos de abertura de seu mercado.

A diplomacia brasileira empenha-se permanentemente para corrigir os desequilíbrios do sistema multilateral de comércio. As normas da OMC devem ser vistas em uma perspectiva evolutiva. Nas discussões para o lançamento da Rodada do Milênio, por exemplo, o Brasil tomou a iniciativa de apresentar propostas para aperfeiçoar as regras atuais sobre subsídios (justamente as que se aplicam ao contencioso Brasil-Canadá), investimentos estrangeiros (com base nas quais o regime automotivo brasileiro

chegou a ser objeto de contestações) e anti-dumping (que ainda não são suficientemente fortes para coibir o recurso a tais medidas com propósitos nitidamente protecionistas, como se observa nas penalidades impostas a siderúrgicos brasileiros no mercado norte-americano), de modo a introduzir ou fortalecer nesses regimes o princípio de tratamento mais favorável a países em desenvolvimento. Insistiremos nesses pontos nas consultas em curso sobre eventual lançamento da Rodada do Milênio.

Mas não é só na OMC que estamos presentes. O Itamaraty dedica seus melhores esforços ao bom encaminhamento de toda e qualquer questão internacional que tenha conseqüências para o desenvolvimento do país. Nas negociações da ALCA, por exemplo, a firmeza do Brasil tem sido amplamente reconhecida. O governo vem também atuando com muito empenho para procurar melhorar as condições de acesso dos produtos nacionais aos mercados europeus, em especial no setor agrícola. Logramos em 1999 promover o lançamento de negociações entre o MERCOSUL e a UE com vistas à liberalização do comércio entre as duas regiões. Em diferentes foros, a diplomacia brasileira vem apontando e buscando corrigir as assimetrias da globalização.

Constitui grave equívoco de apreciação enxergar na diplomacia brasileira “complexos coloniais” ou atitudes de timidez e insegurança, tal como indicado em editorial de 31 de julho do Jornal do Brasil. O Itamaraty sempre esteve aberto a críticas, mas não pode deixar de registrar que esse tipo de visão auto-depreciativa não corresponde absolutamente à realidade. No mundo das coisas concretas, somos confrontados com situações que não podem ser controladas por voluntarismos

ou arroubos retóricos. É necessário seguir negociando, com coesão interna, maturidade e responsabilidade, e manter viva a consciência de que os avanços são graduais. Muitas vezes, torna-se impossível fazer valer integralmente as próprias posições. É preciso compor, e é preciso respeitar as normas. Esta é a lógica da política e das relações internacionais.

Como recentemente recordou o Ministro Luiz Felipe Lampreia em artigo na imprensa, a diplomacia brasileira tem ampla experiência e capacidade de atuação em litígios na OMC. Em alguns casos temos sido demandantes, em outros demandados. Ganhamos em uns, perdemos em outros. Esta é a regra do jogo, que vale para todos, inclusive para as principais potências comerciais. O processo de codificação das relações econômicas internacionais é o rumo da história. Apoiá-lo virá em benefício de países emergentes como o Brasil.

Quanto ao episódio do contencioso Brasil-Canadá, nunca demoramos a reagir. Ao contrário: atuamos com grande empenho em todas as fases do processo. Além de

atacar com êxito práticas de subsídios daquele país, defendemos até o limite do possível uma determinada modalidade do PROEX que estava sendo questionada como subsídio. Durante o período em que se vem desenvolvendo a controvérsia, iniciada há quatro anos (e que, por sinal, ainda não encerrou todas as suas etapas formais), o apoio diplomático à EMBRAER proporcionou-lhe o espaço de tempo necessário para expandir-se e consolidar-se como uma grande empresa mundial, algo que inegavelmente representa uma vitória.

O Chanceler Azeredo da Silveira dizia que o subdesenvolvimento está na cabeça das pessoas. Recorro a ele para afirmar que a imagem do “complexo colonial” não tem qualquer relação com o Itamaraty. É algo que definitivamente não está na cabeça dos diplomatas brasileiros. Continuaremos a atuar com firmeza e equilíbrio nas negociações comerciais com as principais potências comerciais, na ALCA, no processo MERCOSUL-UE ou na OMC, onde quer que estejam em jogo os interesses nacionais.



ARTIGO DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA,
PUBLICADO NO JORNAL CORREIO BRASILIENSE DE 22 DE AGOSTO
DE 2000. “REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL”

Assistimos nos anos oitenta e noventa a uma reordenação dos espaços políticos e econômicos em todo o mundo. Na América do Norte, os Estados Unidos, o Canadá e o México assinaram, em 1992, o NAFTA. A APEC, constituída no final dos anos oitenta, passou a reunir nações das orlas americana e asiática do Oceano Pacífico. Na Europa, três membros da AELC (EFTA) aderiram, em 1995, à UE e hoje os países da antiga órbita socialista também estão negociando sua adesão.

Essa reordenação de espaços tem-se dado sob um signo positivo: criação de convergências, busca de interesses comuns. Com esse espírito, o Presidente Fernando Henrique Cardoso convidou os demais Chefes de Estado da América do Sul para reunião a ter lugar em Brasília nos dias 31 de agosto e 1º de setembro. Trata-se de iniciativa de caráter inovador e de grande importância histórica.

Em razão da diversidade de nossa região, o emprego de geometrias variáveis é parte da própria singularidade da integração na América Latina e Caribe. A composição do Grupo do Rio tem evoluído ao longo dos anos. A ALADI é integrada por dez países sul-americanos, pelo México e por Cuba. Na América do Sul, está em curso, com

pleno êxito, o processo de construção do MERCOSUL, de cuja vertente política fazem parte integral a Bolívia e o Chile. Estamos agora iniciando conversas com este último para sua plena integração ao MERCOSUL, e queremos mais à frente explorar esta mesma possibilidade com a Bolívia, que é membro da Comunidade Andina. Também na América Central e no Caribe registram-se variadas iniciativas de caráter sub-regional.

A riqueza desse panorama reflete-se nas opções de inserção internacional das várias sub-regiões da América Latina e Caribe. Há uma diferenciação natural. O Brasil acompanha com grande satisfação, por exemplo, os êxitos extraordinários do México em decorrência de sua decisão corajosa e pioneira de buscar, a partir de 1990, a conclusão de acordo de livre comércio com os Estados Unidos. Cada sub-região segue caminhos adequados a suas realidades. Mantém-se ao mesmo tempo o sentimento comum de identidade histórica, cultural e humana entre o conjunto da América Latina e Caribe.

As geometrias variáveis, portanto, sempre estiveram na base da integração na América Latina e Caribe. Somadas, as iniciativas particulares contribuem para a solidez e a riqueza do conjunto. Todas convergem para

a meta comum da integração da América Latina e Caribe, a ser buscada -- como é mais aconselhável -- por aproximações sucessivas.

A Reunião de Presidentes da América do Sul será uma oportunidade para consolidar, estruturar e aprofundar a grande diversidade de iniciativas de aproximação entre os países da região sul-americana. Trata-se de refletir na agenda diplomática realidades que se foram desenhando no curso dos anos noventa. O Brasil vem procurando fazer do conceito da América do Sul um elemento operacional para a sua atuação diplomática desde o início dos anos noventa. Em 1992-93, o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso já se referia à meta da “organização do espaço sul-americano”.

Trata-se de tarefa a ser implementada com base nos processos existentes. A partir da formação do MERCOSUL, dos progressos da Comunidade Andina e do aprofundamento dos vínculos entre todos os países do continente foi tomando sentido e conteúdo o conceito de América do Sul, que não figurava na agenda diplomática anterior. Essa importante inovação diplomática está condicionando uma verdadeira redefinição de nossa atuação internacional.

A especificidade geográfica da América do Sul conduz, de modo natural, à definição de uma perspectiva comum de desafios e oportunidades. A agenda do encontro de Brasília indica que não se pretende duplicar o trabalho de outros foros da América Latina e Caribe, mas sim selecionar, com espírito pragmático, um número de temas muito limitado em que se impõe uma perspectiva específica sul-americana: democracia; comércio; infra-estrutura de integração; narcotráfico e delitos conexos; informação, conhecimento e tecnologia.

A articulação da América do Sul vem em benefício da integração da América Latina e Caribe. Constitui importante contribuição para o fortalecimento de processos de integração mais amplos de que fazem parte os países sul-americanos, a exemplo do Grupo do Rio ou das negociações com vistas à conformação de uma Área de Livre Comércio das Américas. Neste último caso, a América do Sul - unida - poderá defender com maior força seus pontos de vista.

A articulação da América do Sul é, em suma, um jogo em que todos têm a ganhar. O Brasil está trabalhando com prioridade nessa direção, em parceria com os demais países da região.

ARTIGO DO SENHOR PRESIDENTE DA REPÚBLICA, FERNANDO HENRIQUE
CARDOSO, PUBLICADO NO JORNAL VALOR ECONÔMICO EM 30 DE
AGOSTO DE 2000 – “O BRASIL E UMA NOVA AMÉRICA DO SUL”

“Um acordo de livre comércio será a espinha dorsal do continente.”

“Nosso destino está unido ao de nossos vizinhos, e isso nos faz melhores brasileiros e sul-americanos.”

Nos dias 31 de agosto e 1º de setembro, vamos realizar em Brasília um evento que marcará, sem dúvida, um momento histórico para o Brasil e para a nossa região. Será a primeira vez em que se reunirão os presidentes dos 12 países da América do Sul. Será o momento de reafirmação da identidade própria da América do Sul como região onde a democracia e a paz abrem a perspectiva de uma integração cada vez mais intensa entre países que convivem em um mesmo espaço de vizinhança. De fato, vivemos em uma região com traços que a distinguem no cenário internacional.

Uma região que, desde a saga da colonização e passando pelos processos de independência política no século XIX, tem uma história comum e uma herança compartilhada de cultura e de experiência humana.

Uma região cuja geografia oferece extraordinária base física para os esforços de integração. Todo estudante sabe que o espaço sul-americano é caracterizado por grandes formações geográficas que atravessam e

estabelecem continuidades entre vários países: a Amazônia, os Andes, as grandes bacias hidrográficas, os Pampas.

Os países sul-americanos encontram-se hoje empenhados, cada um à sua maneira, em enfrentar as injustiças herdadas de séculos e os obstáculos ao desenvolvimento econômico.

Estamos fortalecidos pela reconquista da democracia e do Estado de Direito, pela valorização dos direitos humanos e das liberdades públicas.

Esse é um traço distintivo de nossa vizinhança. A memória, ainda recente, dos períodos de autoritarismo só nos faz ter consciência mais nítida do quanto é importante preservar e fortalecer a democracia. E é preciso reconhecer: há um importante trabalho a fazer a esse respeito. O aperfeiçoamento institucional e o fortalecimento do Estado de Direito são imperativos para todos os países, e sua realização se vê favorecida pela consolidação, em nossa região, de mecanismos de solidariedade democrática.

A própria condição de atraso e pobreza, que ainda se faz presente nessa região, é um desafio permanente ao bom funcionamento das instituições políticas. Temos a responsabilidade de fazer com que a democracia realize a plenitude de seu potencial para todos os sul-americanos, inclusive aqueles que, de uma forma ou de outra, ainda estão

ou se sentem marginalizados da cidadania. Esse esforço não se resume à economia, mas passa necessariamente pelo desenvolvimento sustentável em um ambiente de estabilidade e gestão macroeconômica responsável.

Os países sul-americanos têm hoje as condições para dar um salto de qualidade em seu desenvolvimento, trilhando um caminho no qual a justiça social e a eficiência econômica não estejam em conflito, mas se reforcem mutuamente. O sistema internacional que se delinea para o início do século XXI apresenta desafios difíceis. À divisão entre países ricos e países pobres soma-se o abismo entre os que estão na linha de frente do conhecimento e da tecnologia e os que vão ficando para trás.

Nós, da América do Sul, não temos por que ficar para trás. Não nos falta criatividade, como não nos faltam a determinação e a vontade política para superar os problemas sociais e econômicos. E compartilhamos o patrimônio comum da paz e da boa vizinhança. Por isso, minha visão para a América do Sul do próximo século é a de uma região vibrante, orientada por ideais comuns de liberdade e justiça, crescentemente próspera e integrada, e plenamente capacitada para fazer frente aos desafios da sociedade do conhecimento.

Nós, da América do Sul, não temos por que aceitar as assimetrias que distorcem a economia globalizada. Temos o interesse comum de lutar contra as barreiras protecionistas que restringem o acesso de nossos produtos aos mercados dos países desenvolvidos. Temos o interesse comum em uma arquitetura financeira internacional estável e justa, que favoreça o investimento produtivo e evite ou minimize a ocorrência de crises. A reunião de Brasília nos dará uma oportunidade sem precedentes para discutir essas questões, e tantas outras que formam a agenda própria dos povos sul-americanos.

A integração – comercial e física – é fator essencial para o futuro da América do Sul. O encontro de presidentes nos dá a certeza de que, nos próximos anos, essa aproximação crescente entre os países no plano econômico avançará de forma acelerada.

A vocação da América do Sul é a de ser um espaço econômico integrado, um mercado ampliado pela redução ou eliminação de entraves de obstáculos ao comércio, e pelo aprimoramento das conexões físicas em transportes e comunicações. Quanto mais nos aproximamos desse objetivo, mais estaremos fortalecidos em nossa inserção nas diversas correntes de capital, mercadorias e tecnologia que desenham o panorama da economia política internacional contemporânea.

Dois grandes passos estão a nosso alcance em um futuro muito próximo. O primeiro é a convergência, em uma perspectiva de integração, dos dois grandes agrupamentos comerciais de nossa região: o Mercosul ampliado e a Comunidade Andina, com a aproximação crescente da Guiana e do Suriname. Um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a Comunidade Andina será a espinha dorsal da América do Sul como espaço econômico ampliado. Deve, portanto, ser visto como um objetivo político prioritário.

O segundo passo se refere ao avanço na identificação e na realização de eixos de desenvolvimento e projetos-chave de integração física. Com a reunião de Brasília, estaremos colocando sobre novas bases todo o exercício de planejamento econômico em nossa região. Por encomenda dos países sulamericanos, o BID e a Corporação Andina de Fomento estão elaborando um estudo que dará subsídios importantes para esse esforço de planejamento.

O resultado de tudo isso será nada menos do que um redesenho da geografia

econômica da América do Sul. Nos últimos anos, tanto o Brasil quanto nossos vizinhos avançaram muito nesse sentido. De nossa parte, pavimentamos a rodovia BR-174, que liga Manaus a Caracas. A duplicação da rodovia do Mercosul abrirá novos horizontes de intercâmbio comercial em um mercado que já se caracteriza por grande dinamismo. Construímos e já iniciamos as operações do gasoduto Bolívia-Brasil. Nossa rede elétrica já está ligada à da Argentina, em Uruguiana e, em breve, estaremos comprando eletricidade produzida na Venezuela, graças à perspectiva de conclusão da linha de transmissão de Guri a Boa Vista. A valorização do transporte fluvial dá novo significado econômico aos grandes rios que cortam a América do Sul.

A agenda comum sul-americana não poderá deixar de incluir as preocupações quanto aos efeitos nocivos do crime organizado e do narcotráfico. Os que violam a lei buscam, cada vez mais, beneficiar-se da porosidade das fronteiras para ocultar suas atividades criminosas e torná-las mais rentáveis. Esse é um desafio de grandes proporções, que merece a melhor atenção e medidas decisivas por parte das lideranças políticas em todos os nossos países. Na América do Sul livre e próspera que estaremos construindo nos próximos anos, será fundamental atender ao anseio de nossas sociedades por segurança e tranqüilidade.

Nem é preciso dizer que esses são temas de grande alcance e que exigem exame atento e medidas que, em muitos casos, não são simples. Estão em jogo, aqui, assuntos de interesse direto para o povo brasileiro e para os nossos irmãos sul-americanos: o fortalecimento da democracia, o avanço no desenvolvimento econômico e social, a preparação para os desafios científicos e tecnológicos do século XXI, a integração econômica, a garantia da segurança pública.

Todos esses são exemplos do que, acredito, será o rosto de uma nova América do Sul. Sem perder nada da pluralidade que a caracteriza, a América do Sul estará cada vez mais unida e, por isso mesmo, cada vez mais forte. Todos os países dessa região só têm a ganhar com isso, assim como só têm a ganhar os países de outras regiões, porque uma América do Sul unida e forte será sempre um fator de paz, estabilidade e progresso no cenário internacional.

Nós, brasileiros, podemos nos orgulhar de que a nossa jovem capital, cuja arquitetura reflete tanta visão de futuro e de modernidade, seja a sede desse encontro histórico, que significativamente ocorre no mesmo ano em que celebramos o quinto centenário do Descobrimento. Sabemos que nosso destino está unido ao de nossos vizinhos, e que isso nos faz melhores brasileiros e sul-americanos.



ARTIGO DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, NO
JORNAL VALOR ECONÔMICO DE 6 DE SETEMBRO DE 2000

“Como foi dito no encontro em Brasília, a América do Sul precisa de 12 líderes.”

A reunião em Brasília de todos os 12 chefes de Estado da América do Sul, por iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi um momento muito especial para a política externa brasileira. Se a diplomacia tem muito a ver com imagens e símbolos que se fixam na memória coletiva, esse encontro constitui, desde já, referência duradoura.

A repercussão na mídia – nacional e internacional – atingiu níveis pouco usuais entre nós para acontecimentos de política externa. As expectativas em torno do evento, antes e depois de sua realização, foram além do que ocorrera em outros importantes encontros diplomáticos realizados no Brasil durante o governo Fernando Henrique Cardoso, a exemplo das Cúpulas do Mercosul em Fortaleza (1996) e no Rio de Janeiro (1998), da Cúpula dos Chefes de Estado da América Latina-Caribe e União Européia no Rio de Janeiro (1999) e da reunião ministerial da Alca (Área de Livre Comércio das Américas), em Belo Horizonte (1997).

Na extensa cobertura de imprensa, esteve sempre presente a avaliação de que a reunião de presidentes da América do Sul foi um acontecimento histórico. É verdade: podemos desde já compará-la aos eventos que estão

na origem do Mercosul (Mercado Comum do Cone Sul), como o encontro de Foz do Iguaçu entre os presidentes José Sarney e Raul Alfonsín (1985) ou a assinatura do Tratado de Assunção (1991). A experiência na formação do Mercosul e da Comunidade Andina e os vínculos que mantemos com a Guiana e o Suriname são a base sólida a partir da qual – de forma concertada, pragmática e gradual – buscaremos agora construir o nosso destino comum no espaço sul-americano, em benefício de todos.

A imprensa também registrou com muita ênfase a percepção de que a reunião teria marcado um momento de afirmação em termos da diplomacia brasileira, em busca de um papel de liderança na região. “América do Sul: o Brasil veste a roupa de líder” – essa foi a capa da última revista “Veja”. A inglesa *The Economist* referiu-se a um sinal de “crescente autoconfiança brasileira”. Para o jornal britânico, *Financial Times*, o Brasil estaria “bem colocado” para assumir o papel de “líder regional”. Segundo manchete do *The New York Times*, “o Brasil começa a assumir um papel no palco mundial”.

Essa segunda percepção da imprensa nacional e internacional deve ser vista com equilíbrio. É positivo que se perceba e se registre o dinamismo da diplomacia nacional e sua capacidade de iniciativa, de somar,

no mais alto nível, a vontade política de aproximação que existe na América do Sul.

Mas não é correto ver na reunião de presidentes uma tentativa de promover articulações em contraposição aos laços das nações sul-americanas com outros países na América Latina e do conjunto do hemisfério, e a outros formatos de integração de que participamos. Se esse tivesse sido o propósito da reunião, não teríamos alcançado resultados tão positivos.

O que o Brasil está buscando é empregar toda a sua capacidade de aglutinação no sentido de promover entendimentos entre os demais países sul-americanos para enfrentar desafios comuns – decorrentes do fato de que compartilhamos um mesmo espaço geográfico.

A articulação da América do Sul nada tem a ver com desígnios de projeção do poder nacional. Tem a ver, isso sim, com a busca de entendimentos concretos em torno de assuntos que interessam muito de perto a todas as sociedades sul-americanas: a defesa da democracia; o reforço da paz e da segurança; o combate à exclusão social; a ampliação

da integração econômico-comercial; a modernização da infra-estrutura física regional; o combate ao flagelo do narcotráfico e delitos conexos; e a busca de uma inserção mais vantajosa na sociedade globalizada da informação e do conhecimento.

Temos agora pela frente o desafio de implementar, um a um, com grande determinação, os compromissos assumidos pelos presidentes no comunicado de Brasília, que envolvem metas precisas em cada uma das áreas mencionadas acima. Para tanto, devemos consolidar e aprofundar o espírito que presidiu a reunião. Estaremos trabalhando como nações-irmãs e como Estados iguais, para o bem de todos.

Não cabem na América do Sul projetos hegemônicos. Foi dito no encontro em Brasília, com muita propriedade, que a América do Sul precisa de muitos líderes – seria apenas o caso de completar que a América do Sul precisa, na verdade, de 12 líderes. Com esse entendimento, estamos no rumo certo para fazer de nossa região uma área de paz, segurança, democracia e prosperidade compartilhada.

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO
MACIEL, PUBLICADO NO JORNAL DE BRASÍLIA EM 26 DE SETEMBRO
DE 2000. “GLOBALIZAÇÃO, DIVERSIDADE E SOLIDARIEDADE”
BRASIL, 26/09/2000

A Cúpula do Milênio, recentemente realizada em Nova York, por iniciativa da ONU, se transformou no mais relevante encontro coletivo de líderes políticos deste século, não apenas pela expressiva presença de chefes de Estado e Governo, ou pela circunstância de haver convergência e consenso em torno de uma pauta inteiramente voltada para os mais importantes desafios da humanidade. A tutela dos direitos humanos, o compromisso com o combate à miséria e à pobreza, a proteção e a repressão aos crimes abjetos contra crianças e adolescentes são apenas alguns dos assuntos que, ao lado da preservação do meio ambiente, entraram definitivamente na agenda das questões internacionais que transcendem os limites e, em muitos sentidos, a própria soberania dos Estados.

Tão importante quanto todos esses aspectos é a circunstância de que a reunião se realizou no momento em que, à exceção de alguns conflitos internos, reconhecidamente limitados, o mundo vive promissor momento de paz, em que não há guerras declaradas entre os 190 países que estarão compondo este mês o número de nações filiadas à ONU. Já não há, como no passado, forças que, sob a bandeira e o mandato da organização internacional, estejam sustentando ou participando de conflitos armados. Ao contrário, as forças

internacionais que atuam em várias partes do mundo são combatentes da paz, colocadas a serviço de soluções pacíficas, onde quer que estejam. O século XX, o mais violento e conflitivo de toda a história, se encerra com promissoras expectativas de uma nova era de tolerância, entendimento e fraternidade.

Nesse sentido, foi significativo o episódio que levou à firme e explícita manifestação de repúdio não só do Brasil, feita no meu pronunciamento perante a Assembléia Geral, mas também de inúmeros países, ao ataque de que vitimou três funcionários da ONU em Timor, com observância de um minuto de silêncio por todos os presentes, entre os quais o próprio presidente da Indonésia.

A convergência pode se dar, virtualmente sem exceções, como nesse encontro, em questões transcendentais para o futuro da humanidade. Mas dificilmente se obterá o mesmo resultado em assuntos que envolvam interesses específicos de alguns países ou regiões. Daí a importância dos blocos regionais que se formam em todas as partes do mundo, na busca da promoção e defesa de temas políticos e econômicos tão fundamentais quanto os de caráter social para a paz e o desenvolvimento.

Um dos efeitos menos visíveis do processo que se convencionou chamar de globalização é, paradoxalmente, a multiplicação do

número de nações soberanas no mundo, que aumentou cerca de 400% desde a Carta de São Francisco, de fundação da ONU, em 1945. A multiplicidade dos países impõe, necessariamente, a diversidade de interesses, e a busca de sua harmonização pressupõe, por sua vez, a aproximação sucessiva das posições, possível de ser alcançada a nível regional, para que, enfim, possam ser materializadas a nível mais amplo, como ocorreu agora com a Cúpula do Milênio.

Considerando a questão internacional sob este ângulo, chega a ser incompreensível que só agora, passados quase dois séculos dos processos de emancipação dos países da América do Sul, é que tenhamos realizado, por iniciativa do Presidente Fernando Henrique Cardoso, o encontro inédito dos presidentes de todos os países sul-americanos, em busca de uma postura comum em favor da integração, da preservação da democracia e da identificação de objetivos comuns na área econômica e na complementaridade científica e tecnológica.

A Cúpula do Milênio serviu a muitos propósitos, inclusive os de estreitar entendimentos bilaterais que, no caso do Brasil abrangeram reuniões com chefes de Estado de países tão diversos quanto a Croácia, a Jordânia, e o presidente da autoridade Palestina, Yasser Arafat. Mas serviu ainda para evidenciar que, embora produtividade e competitividade sejam fatores estratégicos para o comércio, a integração e o desenvolvimento, em um mundo cada vez mais globalizado e intensamente diversificado, ainda há lugar para solidariedade, requisito indispensável para a paz e a prosperidade na qual estamos todos empenhados.

ARTIGO DO SENHOR VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA, MARCO MACIEL, PUBLICADO NO JORNAL CORREIO BRAZILIENSE DE 9 DE OUTUBRO DE 2000. “POLÍTICA EXTERNA E DEMOCRACIA”

O Brasil não tem contenciosos políticos que indiquem a possibilidade de conflitos em nossas relações externas. Ao contrário, temos a nosso crédito longo e incontestável passado de soluções pacíficas, de que são exemplo os recursos ao arbitramento internacional nas questões de nossos limites territoriais. Por outro lado, jamais aspiramos a exercer hegemonia ou liderança que implicasse praticar qualquer forma de soberania além de nossas fronteiras. Sempre respeitamos e defendemos, ao lado do princípio da não-intervenção, o direito à autodeterminação de todos os povos.

Todo esse expressivo patrimônio moral de coerência e isenção não significa nem isolacionismo nem desconhecimento de nossas responsabilidades no concerto das nações, o que pode ser comprovado pelas circunstâncias de termos sido chamados a arbitrar também conflitos alheios.

Participamos, além do mais, de todos os foruns internacionais e somos fundadores de instituições que, como a ONU, têm como objetivo a solução pacífica das divergências entre nações, ou de formas de cooperação, como as agências especializadas daquela organização. No âmbito interamericano, não é menor nem menos ativa nossa cooperação. A iniciativa de constituir o Mercosul representou um passo ainda mais afirmativo no desejo de participarmos da

integração regional. Novas e promissoras expectativas se abriram não só com o acordo marco do Mercosul com a União Européia, mas sobretudo com a primeira reunião de presidentes sul-americanos convocada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso para a formação de uma área de livre comércio com o Pacto Andino, como preliminar para a constituição da Alca que deve incorporar todo o Continente, com a integração física, econômica, científica, tecnológica e cultural de nossos países, sob a égide do compromisso democrático. Todos esses esforços são passos que não somente consolidaram a nossa iniciação cada vez mais ativa no cenário mundial, mas ao mesmo tempo tornaram nossa diplomacia uma presença atuante em todo o mundo.

A tendência à intensificação do comércio, do intercâmbio cultural, científico, político e jurídico se tornou patente com a Cúpula do Milênio, encerrada há poucos dias em Nova York, com a presença de 150 chefes de Estado e de governo. Uma das questões da pauta dessa macro-reunião, sem paralelo em toda a história pelo número de participantes, foi a de manifestar o desejo coletivo do processo de globalização decorrente dos avanços científicos em matéria de comunicação e informação de forma a atenuar as dramáticas diferenças que ainda separam as nações prósperas e desenvolvidas das mais pobres.

Está claro que a aspiração por autonomia e diversidade é legítima e contribui, necessariamente, tanto para a superação dos conflitos como também para o aumento do pluralismo em nível mundial. O resultado tem sido o surgimento de um grande número de nações soberanas que hoje convivem em paz, sem guerras declaradas nem confronto, algo inédito no século que está findando.

O desafio do próximo, portanto, deve ser, antes de mais nada, o de assegurar soberania como forma de propiciar estabilidade e prosperidade. Com os recursos da ciência e da tecnologia, a transferência do conhecimento e o aumento do nível de vida, podemos ter esperança de tornar o comércio mundial mais justo, não discriminatório e fonte de diminuição de disparidades mundiais. Num mundo assim integrado, as pautas políticas e sociais tendem a se universalizar, deixando de ser assunto inscrito apenas na esfera da soberania de cada país. Este, a meu ver, o caminho da paz, pois não se conhece na história contemporânea uma nação democrática que tenha agredido ou se empenhado em guerra com outra nação também democrática.

Está patente que a democracia política é o fator mais importante da paz mundial. Conflitos internos e guerras localizadas, no fim do mais sangrento de todos os séculos, só existem onde não há democracia. Disso o mundo todo, pelo espetáculo presenciado na Cúpula do Milênio, parece cada vez mais convencido, o que é bom augúrio para o século 21.

ENTREVISTAS

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL “O GLOBO”, PUBLICADA EM 2 DE JULHO DE 2000

‘Nossas diferenças podem ser superadas’
Eliane Oliveira e Janaina Figueiredo

BUENOS AIRES. Apesar do fracasso em relação às questões comerciais na reunião de cúpula dos presidentes do Mercosul, realizada na última sexta-feira, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, garante que a união aduaneira terá avanços significativos nas áreas de defesa da concorrência e na eliminação dos subsídios às exportações dentro do bloco. Lampreia destaca, ainda, que uma das mais importantes ações do Brasil durante este semestre, período em que ficará na presidência pro tempore do bloco, será traçar o novo perfil do Mercosul, que passará a ter uma identidade política ao expor a posição dos sócios em temas internacionais.

Globo: A posição do Uruguai e do Paraguai em relação ao regime automotivo não significa um retrocesso no Mercosul?

Luiz Felipe Lampreia: Não creio. Entre Brasil e Argentina, o acordo está completamente fechado e mesmo que ele tenha que ser bilateral, entrará em vigor. As diferenças que existem com os demais parceiros podem ser superadas. As do Uruguai talvez sejam mais difíceis, pois

consideramos as exigências excessivas, que são cotas e facilidades de acesso à importação de autopeças e determinados tipos de veículos, inclusive caminhões.

Globo: E com relação ao Chile? Existe a possibilidade de convergência da Tarifa Externa Comum (TEC) do Mercosul com a tarifa chilena?

Lampreia: Trata-se de um problema complexo para o qual não há respostas nesse momento, dada a relação entre o empresariado e o Executivo daquele país. É questão de negociar. Como o mais importante é a decisão política de aderir ao Mercosul, já expressada pelo presidente Ricardo Lagos, caberá aos negociadores encontrar soluções.

Globo: Mas o Brasil, como a Argentina, ainda aposta na integração do Chile a curto prazo?

Lampreia: Pode acontecer uma incorporação a curto prazo com determinadas cláusulas de convergência progressiva, que faça com que alguns aspectos só sejam adotados ao longo de um certo período, que também tem que ser curto, não pode ser de vinte anos. Três a cinco anos seria um prazo razoável para a convergência.

Globo: O que significa o Brasil assumir a presidência pro tempore do Mercosul?

Lampreia: Fizemos progressos importantes, no sentido do relançamento do Mercosul. Tomamos decisões sobre a questão da tarifa externa e a perspectiva da revisão da Tarifa Externa Comum (TEC) para bens de capital não fabricados no Mercosul, os incentivos fiscais à exportação intrazona, o acordo significativo para avançar numa política comum de defesa compensatória e, finalmente, tivemos um bom entendimento em matéria de relações externas do Mercosul, ou seja, de buscar acordos de livre comércio com o México, a África do Sul e a Comunidade Andina.

Globo: Como ficarão as novas alíquotas de bens de capital?

Lampreia: Vamos estabelecer as novas tarifas até o fim do ano. Mesmo porque a nossa avaliação é de que não podemos nos esquecer da evolução do quadro internacional. É preciso fazer uma reavaliação permanente, para que a tarifa não fique congelada e para não segurarmos nossas indústrias, que precisam ter condições de competitividade e produtividade. As novas alíquotas vão substituir o atual sistema de extarifário.

Globo: O que o presidente quer dizer, quando defende uma identidade política do Mercosul?

Lampreia: Significa uma atitude de solidariedade interna e o apoio dos países a suas respectivas dificuldades. É uma postura em relação ao resto do mundo, uma certa homogeneidade, para não haver disparidades com relação a crises no continente ou com os EUA, a União Européia e outras grandes questões da agenda internacional, como a Guerra do Kosovo.

Globo: E em relação à exigência do Brasil de serem eliminadas medidas antidumping?

Lampreia: Fizemos uma discussão sobre a questão dos subsídios à produção, à exportação, e ao apoio aos investimentos. Na verdade, será feito um levantamento num período de seis meses para, em seguida, os governos firmarem um acordo nesse sentido. Ficou entendido que haveria a redução dos incentivos, mas deixamos claro que, da parte do Brasil, há limitações constitucionais, pois os estados e os municípios têm autonomia. Quanto aos subsídios à exportação, vamos eliminar os subsídios intrazona. Vamos excluir o Mercosul do Programa de Financiamento às Exportações (Proex). Atualmente, só não são subsidiadas as vendas de bens de capital para os países do Mercosul e a exceção vai se estender para todos os produtos a partir de março do ano que vem.

Globo: E quanto à Argentina?

Lampreia: A Argentina aplica mais antidumping contra o Brasil. Decidimos fazer uma harmonização dos processos e dos métodos, para que não haja grandes disparidades. Em relação à Argentina, o que nós mais nos queixamos é da arbitrariedade e da falta de transparência do processo antidumping, que não são coisas de Governo. Antidumping é uma sanção a práticas empresariais de preços. Precisamos dar espaço para que a empresa se defenda. Nosso objetivo é eliminar esse tipo de atitude e ter uma política de defesa comercial, como é o caso da União Européia. Só haverá medidas de defesa da concorrência, com investigação semelhante à realizada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Haverá uma única legislação antitruste.

ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES
EXTERIORES, EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL
“CORREIO BRAZILIENSE” EM 24 DE AGOSTO DE 2000
JORNAL CORREIO BRAZILIENSE, 24/08/2000

“Brasil lidera continente sem imposição.”

“Ressaltamos o conceito geográfico da América do Sul porque é uma ilha cercada de oceanos.”

“O Brasil não quer assumir a liderança da América do Sul, mesmo porque essa não é a nossa tradição e isso levaria a interpretações que não são desejadas por nós, como a de querer uma condição hegemônica.”

Faltando apenas uma semana para a primeira Reunião de Presidentes da América do Sul, a diplomacia brasileira e regional não pára. O documento que os chefes de Estado assinarão. - “Comunicado de Brasília” - está recebendo os últimos retoques. A cidade se prepara para abrigar os onze dirigentes e suas delegações. É que pela primeira vez Brasília será cenário de um encontro de tantos presidentes.

Apesar do nervosismo geral, o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, estava tranquilo ontem quando recebeu o Correio Braziliense em seu gabinete no Itamaraty. Ele acredita que a iniciativa inédita do presidente Fernando Henrique Cardoso estabelecerá a moldura política e a vontade de enfatizar uma maior homogeneidade, aproximação e integração dos países do continente.

Um encontro desse gênero, para Lampreia, não era possível antes porque os governos militares estimulavam a rivalidade e havia um contexto internacional que desfavorecia a aproximação. “Vamos procurar desenhar o plano-mestre dessa integração”, diz o chanceler. “Com isso, nós vamos buscando uma efetiva interdependência dos países da América do Sul, que vai criar uma base de ligação muito profunda, como a que existe na Europa”, explica.

Para viabilizar a idéia, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) está elaborando um estudo que estabelecerá as bases da interconexão sul-americana.

Correio Braziliense: Por que, apesar de quase 200 anos de independência dos países do continente, nunca foi realizada uma reunião de presidentes da América do Sul? Por que fazê-la agora?

Luiz Felipe Lampreia: Acho que por duas razões. A lógica da América do Sul não era uma lógica da integração. Era a de relacionamento com potências extra-região, mas provavelmente de evitar o desenvolvimento de laços muito fortes entre países da região em termos de comunicações, comércio... Em segundo lugar, porque durante muito tempo os regimes predominantes eram militares. Nesses regimes,

o elemento rivalidade era enfatizado. Oscar Camillión (ex-embaixador da Argentina no Brasil e ex-ministro), pessoa relevante durante 30 anos da diplomacia argentina, relata em seu livro o episódio ocorrido durante encontro entre Arturo Frondizi e Jânio Quadros, em Uruguaiana, em 1961. Ele diz que um dos principais propósitos do encontro era colocar ênfase na América do Sul. A tentativa foi abatida por vozes militares que se levantaram fortemente contra. Essas duas razões, mais que nada, não permitiam que houvesse condições para reunião desse gênero. Hoje isso tudo está superado.

Correio: A secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, disse na visita a Brasília semana passada que os Estados Unidos não têm medo da reunião sul-americana. Como o encontro presidencial em Brasília pode ajudar ou prejudicar o projeto de estabelecer a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)?

Lampreia: Acho que tem pouco a ver, porque acho que o destino da ALCA vai ser decidido em outro plano. Ele depende de negociações, do ambiente que houver no Congresso americano, da comunidade empresarial. Depois, essa reunião não tem como foco principal o comércio. O foco principal é o político e o da integração, particularmente na área de infra-estrutura. De maneira que não imagino que essa reunião deva ser uma instância de fortalecimento para a negociação da ALCA.

Correio: Além dos Estados Unidos, o Brasil deverá ser o principal ator das negociações da ALCA?

Lampreia: Já é e sempre será. O Brasil e os seus sócios do Mercosul (bloco dos membros

plenos Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e os associados Bolívia e Chile) têm uma série de ativos e realidades como mercado, como projeto de integração, a tarifa externa comum (TEC, taxa cobrada a produtos importados). Não é por causa da reunião que isso vai mudar.

Correio: Mas o Brasil não terá maior poder negociador diante dos Estados Unidos depois da reunião?

Lampreia: Acho que não. A postura de uma série de países na ALCA é basicamente determinada por fatores permanentes, como o grau de ligação com os Estados Unidos, o grau de acesso ao mercado americano, a capacidade exportadora, os interesses com outras regiões do mundo.

Correio: Mesmo se o Brasil não ganhar maior poder de barganha, ele se apresenta como líder sulamericano com esta iniciativa do presidente Fernando Henrique Cardoso. O Brasil começa a se assumir como liderança regional?

Lampreia: O Brasil não quer assumir a liderança regional nem quer se candidatar a um posto de liderança da América do Sul, mesmo porque essa não é a nossa tradição e isso levaria a interpretações e confusões que não são desejadas por nós, como a de querer uma condição hegemônica. Não é esse o propósito. Agora é claro que não é um país igualzinho aos outros do ponto de vista econômico, de território, tem recursos naturais, mercado, portanto, tem seu peso específico. A postura brasileira não é de utilizar a América do Sul para reforçar sua liderança, mas a de utilizar a sua massa crítica para fortalecer a idéia de integração sul-americana.

Correio: Uma reunião de cúpula da América do Sul pode ser interpretada como uma forma

de se contrapor ao conceito de América Latina, habitualmente usado para definir essa parte do planeta e que reúne o México e países da América Central?

Lampreia: Até certo ponto sim. Porque quando você diz América Latina é um conceito histórico e cultural. Mas evidentemente há segmentos da América Latina, como México, a região andina, América Central, cada um com as suas características. De maneira que nós estamos ressaltando o conceito geográfico da América do Sul, porque é um espaço completo e muito claramente delimitado, é uma marca continental, é uma ilha cercada de oceanos por todos os lados. Há na América do Sul pré-condições de integração que não existem em outras partes da América latina. Não estamos recusando a América Latina, mas estamos dando um foco dessa nossa parte da sub-região que é claramente delimitada.

Correio: O México, que insiste na idéia de América Latina, não gostou nada da reunião sul-americana. O presidente eleito Vicente Fox disse, quando esteve em Brasília, que gostaria de ter sido convidado...

Lampreia: Resolvemos convidar o México a enviar um representante, um convidado especial para a reunião.

Correio: O que muda na América do Sul depois da reunião?

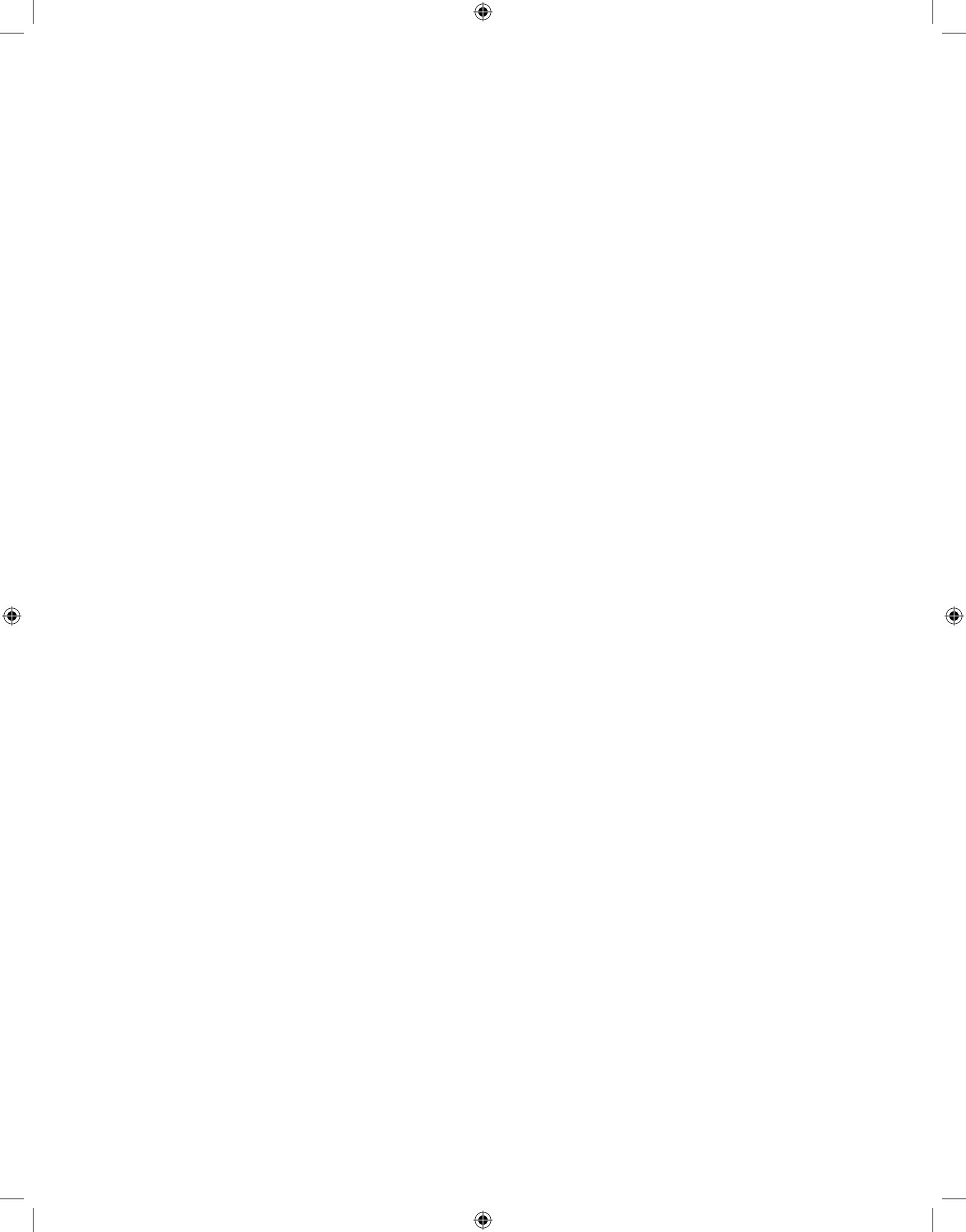
Lampreia: Claro que são processos, não são situações que mudem de modo binário. Eu creio, sem dúvida, que vai estabelecer-se uma moldura política e uma vontade de colocar ênfase numa maior homogeneidade, aproximação e integração entre os países da América do Sul.

Correio: O encontro de cúpula está sendo visto como um primeiro passo para a integração do continente, mas já há vários outros antecedentes para esta integração, como blocos comerciais regionais.

Lampreia: Há antecedentes, mas o encontro pretende ter um foco especial. Com a ajuda de consultores internacionais, organismos financeiros, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Andina de Fomento (CAF), vai se procurar organizar o plano-mestre dessa integração, para então fazer negociações e desenvolver projetos. Com isso, nós vamos tendo, a busca de uma efetiva interdependência dos países da América do Sul que vai criar uma base de ligação muito profunda, como a que existe na Europa. O que é a Europa? Não é só um acordo comercial, é algo que se baseia numa forte conexão dos sistemas elétricos, transporte, comunicação, televisão que faz a trama desse esquema de integração. Nossa referência é a União Européia, pelo menos em termos de Mercosul.

Correio: Quais as preocupações do Brasil com o Plano Colômbia (estratégia do presidente Andrés Pastrana para combater o narcotráfico e superar a crise interna)? O Brasil apóia o Plano? A guerra colombiana será tratada na reunião de presidentes?

Lampreia: O Brasil está preocupado com as suas fronteiras e todos os aspectos que possam ocorrer em termos militares, de narcotráfico, de meio-ambiente, de contaminação do ecossistema amazônico, de agentes biológicos que possam vir a ser usados, de deflorestamentos. O Brasil apóia o plano elaborado pelo governo da Colômbia, que é um governo democrático. O tema não está na agenda, mas é possível que seja levantado.



ENTREVISTA DO SENHOR MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA, AO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”,
SOBRE A REUNIÃO DE PRESIDENTES DA AMÉRICA DO SUL. 28 DE AGOSTO DE 2000

O presidente do Peru, Alberto Fujimori, poderá enfrentar críticas de presidentes durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul nesta semana, segundo o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia. A situação da democracia no Peru, após uma eleição cercada por suspeitas de fraude, pode colocar Fujimori no alvo de reprimendas. Lampreia pretende estender a cláusula democrática do Mercosul para todo o continente sul-americano. Para ele, as experiências políticas na América do Sul pedem essa providência.

“É importante que dessa reunião emane uma decisão de criar a pré-condição democrática para participar de outras reuniões.” A cláusula do Mercosul não permite que países não-democráticos participem do bloco. Segundo Lampreia, não haverá nenhum documento formal, mas os convidados terão liberdade para exprimir suas opiniões.

A seguir, os principais trechos da entrevista concedida à Folha na quinta-feira passada, depois de uma reunião no Planalto em que foram apresentados ao presidente os preparativos finais para a reunião que começa na quinta-feira.

Folha: O que o Brasil pretende com a reunião dos presidentes da América do Sul?

Luiz Felipe Lampreia: O objetivo do Brasil é criar uma maior aproximação entre dos países da América do Sul, com vistas a permitir que as possibilidades, as potencialidades, que existem na região sejam exploradas da melhor maneira possível: nos planos comercial, energético e de transportes.

A nossa avaliação é que é necessário fomentar a integração por meio de uma orientação política do mais alto nível. Essa é a maneira de superar a inércia, as forças que atuam contra essa aproximação. São às vezes meros entraves burocráticos, às vezes resquícios de concepções militares, às vezes são dificuldades de pensar em termos mais que nacionais.

Folha: O Brasil pretende sair dessa reunião como um espécie de porta-voz da América do Sul?

Lampreia: Se o Brasil assumisse uma postura excessivamente voluntarista, de se auto-proclamar o líder ou querer ditar os caminhos, ele rapidamente encontraria resistências. E não é esse o nosso propósito. O nosso propósito é que as ações ocorram da maneira mais solidária possível. Não há intenção de o Brasil ser o porta-bandeira desse episódio. O Brasil tem de desempenhar um papel compatível com o seu tamanho.

Folha: Como lançar uma reunião cujo mote é a democracia num continente no qual os países passam por problemas institucionais com relação à democracia?

Lampreia: É justamente por isso. É por isso que é necessário se discutir. É necessária uma visão comum. É importante que dessa reunião emane uma decisão de criar a pré-condição democrática para participar de outros encontros. E que se estenda a cláusula democrática do Mercosul para toda a região.

Folha: Os países que vivem problemas democráticos podem sofrer algum tipo de reprimenda durante a reunião?

Lampreia: Isso é difícil de julgar a priori. É possível que ocorra. Mas de qualquer maneira não temos nos furtado a fazer comentários com respeito a diversos países, em particular o Peru. Acharmos que é preciso que se manifeste livremente o sentimento dos países com relação aos desafios que existem na nossa região.

Folha: Pode haver algum tipo de documento criticando o Peru?

Lampreia: Não creio. Pode haver posições de países. É preciso reconhecer que o Peru está dialogando, está participando, e não está de costas para seus vizinhos.

Folha: A iniciativa brasileira fortalecerá o Brasil frente a uma futura negociação na ALCA?

Lampreia: A América do Sul ainda é muito heterogênea e é muito difícil falar uma só voz com relação à ALCA. É razoável esperar uma posição coesa do Mercosul. Não é nosso objetivo organizar um time sul-americano para enfrentar um time norte-americano.

ENTREVISTA DO SENHOR SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
EMBAIXADOR LUIZ FELIPE DE SEIXAS CORRÊA, AO JORNAL VALOR ECONÔMICO,
EM 31 DE AGOSTO DE 2000. “META DA REUNIÃO É AMPLIAR O MERCOSUL”.

Seja com o nome de “Mercosul ampliado” ou com outro título qualquer, a integração dos países da América do Sul começa a ser desenhada na reunião de amanhã entre os presidentes dos 12 países como um meio para a região “se robustecer” para as negociações mais pesadas na Área de Livre Comércio das Américas (Alca), mas também para criar uma agenda própria para as prioridades peculiares da região.

Em entrevista ao jornal Valor Econômico, o Secretário-Geral das Relações Exteriores, embaixador Luiz Felipe de Seixas Correa, argumenta que o apego à democracia e o interesse pela integração foram os elementos que fizeram esses países saírem do isolamento na América do Sul e buscarem a aproximação estratégica.

Ex-embaixador do Brasil na Argentina, Seixas Correa foi um dos articuladores da reunião de amanhã. Sob seu ponto de vista, os conflitos comerciais dentro do Mercosul não deverão corroer o projeto sul-americano na origem. Os principais trechos da sua entrevista são os seguintes:

Valor: A reunião de presidente da América do Sul tem o objetivo de deixar claro que a Alca deve ser o resultado da costura de acordos entre os blocos já existentes na região?

Luiz Felipe de Seixas Corrêa: As pessoas tendem a ver o ângulo comercial como o preponderante na reunião de presidentes da América do Sul. Mas é só uma de suas partes. Os países sul-americanos têm composto vários tabuleiros diplomáticos: o interamericano, o latino-americano e o ibero-americano. Queremos adicionar o tabuleiro sul-americano. Ou seja, criar a nossa própria agenda, que responda às nossas prioridades.

Valor: A negociação sobre abertura de mercados na Alca, sob pressão dos EUA, não foi um fator importante para a iniciativa de integrar os países sul-americanos?

Seixas Corrêa: Não estamos fazendo isso contra a Alca. Mas, o que é a Alca? É só um projeto, uma idéia. O que estamos fazendo é negociar uma Alca que seja efetivamente benéfica, proveitosa e adequada para todas as partes. A posição dos países sul-americanos, se tomada coordenadamente, robustece. Caso contrário, enfraquece. O Mercosul tem atuado de forma bem articulada nas negociações da Alca. Se puder ter uma vinculação mais estreita com a Comunidade Andina, todos serão beneficiados.

Valor: Por que foi abandonada a idéia de formação da Área de Livre Comércio da América do Sul (Alcsa)? A estratégia, agora, está na formação de um Mercosul ampliado?

Seixas Corrêa: Quando se fala em Alca, fala-se em uma contraposição à Alca. Nunca tivemos essa idéia, não a temos e não achamos que deva ser um objetivo. O Mercosul deve completar seu formato de união aduaneira, começar a discutir a coordenação macroeconômica e entrar na fase da implementação do mercado comum. Vamos incorporar o Chile e negociar um acordo de livre comércio com a Comunidade Andina até 2002. Discutir se isso vai se chamar Mercosul ampliado é colocar o carro na frente dos bois. O importante é fixar o objetivo político.

Valor: Não é uma dificuldade começar tudo isso com o Mercosul estropiado pelos recentes conflitos comerciais?

Seixas Corrêa: Nego enfaticamente que o Mercosul esteja estropiado.

Valor: O senhor mesmo chegou a dizer, anteriormente, que o açúcar era a questão mais delicada da união aduaneira. Trata-se de um dos principais conflitos.

Seixas Corrêa: A questão do açúcar tem valor simbólico. Em uma união aduaneira, nenhum produto pode estar fora. Se o açúcar puder ser retirado do Mercosul, por que não tirar também o trigo, o leite, o queijo, o vinho?

Por isso não podemos ceder. Na medida em que um processo de integração se aprofunda, toca os problemas mais complicados. A União Européia enfrenta problemas toda hora. Como o Mercosul tem nível de institucionalização reduzido, os problemas tendem a envolver os governos com muita rapidez.

Valor: Mesmo com um plano de proteção aos setores produtivos argentinos pelo novo secretário da Indústria e Mineração argentino?

Seixas Corrêa: Isso é parte da estratégia deles. É o que ele quer. Agora, como isso vai ser aplicado, é outra história. Tudo isso é parte do jogo. Quando digo que o Mercosul vai bem é porque temos a convicção de que as pessoas que têm poder político nos quatro países compartilham a idéia de que o projeto deve ser levado adiante e que os problemas terão de ser enfrentados dentro de seus próprios contextos.

Valor: Recentes declarações do presidente mexicano eleito, Vicente Fox, indicam que o México pleiteia uma posição de liderança na América Latina. Brasil e México disputam a posição de “líder esclarecido” dos latino-americanos?

Seixas Corrêa: O Brasil não tem pretensões de liderança. Essa é a primeira lição no Instituto Rio Branco. Não há confrontação, nem exclusão. São dois grandes países, que representam duas faces complementares da realidade latino-americana, mas que podem ter posições diferentes.

ÍNDICE REMISSIVO

A

África do Sul 129, 130, 131, 132, 136, 140, 145, 151, 190, 200, 214, 215, 216, 238

ALADI 36, 37, 38, 39, 164, 165, 166, 171, 225

ALCA 34, 90, 91, 116, 132, 133, 169, 180, 181, 209, 222, 223, 231, 235, 240, 244, 245, 246

Alemanha 67, 68, 69, 71, 72, 78, 82, 89, 91, 101, 112, 135, 142, 143, 188, 189, 190, 191, 194

América do Sul 20, 21, 25, 33, 34, 35, 36, 38, 42, 48, 51, 52, 59, 62, 65, 66, 68, 77, 83, 86, 90, 95, 97, 102, 105, 116, 128, 130, 132, 133, 155, 157, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 182, 205, 221, 225, 226, 227, 228, 229, 231, 232, 234, 239, 240, 241, 243, 244, 245, 246

América Latina 21, 34, 36, 37, 48, 51, 55, 68, 71, 72, 106, 143, 147, 154, 164, 165, 166, 174, 193, 194, 199, 200, 201, 208, 210, 211, 212, 213, 215, 225, 226, 231, 232, 241, 246, 247

Arábia Saudita 61, 62, 63

Armas Químicas 83, 85, 86, 87, 139, 158, 159

Assembléia Geral 36, 49, 58, 75, 85, 150, 175, 199, 200, 201, 203, 207, 218, 233

B

Brasília 19, 21, 23, 25, 27, 31, 33, 34, 35, 38, 42, 43, 47, 48, 51, 59, 61, 65, 68, 77, 79, 86, 91, 96, 97, 102, 105, 111, 116, 119, 125, 129, 132, 133, 136, 137, 138, 139, 147, 148, 154, 155, 157, 158, 160, 161, 162, 163, 166, 172, 174, 175, 180, 182, 183, 192, 197, 201, 202, 203, 206, 207, 208, 210, 213, 215, 216, 225, 226, 227, 228, 231, 232, 233, 239, 240, 241

C

CEBRI 55

Chile 23, 24, 25, 31, 37, 38, 51, 85, 90, 97, 106, 116, 135, 138, 139, 158, 163, 164, 167, 168, 169, 181, 184, 185, 193, 197, 200, 201, 208, 209, 217, 225, 237, 240, 246

Cingapura 47, 48, 176, 190

Comitê de Cooperação Econômica 115

Conferência Ministerial de Defesa das Américas 93

Congresso Anfictiônico 127, 128, 136, 186, 207

Conselho do Mercado Comum 127, 128, 131, 136, 162, 185, 187, 207, 215

Cooperação internacional 75, 76, 79, 80, 83, 86,, 94, 96, 103, 106, 120, 122, 123, 142, 172, 198, 212

Corte Internacional de Justiça 79, 80, 83

CPLP 27, 28, 29, 30, 135, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 148, 149, 150, 151, 152, 200, 210

Cúpula do Milênio 41, 42, 80, 175, 176, 233, 234, 235, 236

D

Diplomacia 79, 85, 89, 100, 119, 122, 123, 125, 130, 198, 212, 219, 220, 221, 222, 223, 231, 235, 239, 240

diversidade 32, 33, 43, 47, 61, 82, 104, 128, 129, 153, 225, 226, 233, 234, 236

E

Espanha 19, 20, 21, 71, 103, 105, 106, 112, 137, 138, 190, 191, 194, 198, 199, 205, 206

Estados Gerais 81

Estados Unidos 90, 91, 99, 100, 101, 102, 112, 116, 136, 137, 138, 140, 151, 180, 198, 200, 209, 217, 225, 240

G

G-15 107, 108, 109

Globalização 29, 34, 42, 48, 50, 58, 59, 62, 67, 75, 76, 77, 94, 102, 103, 107, 108, 150, 152, 153, 157, 158, 165, 222, 233, 235

H

Haia 79 , 81, 83, 85, 122, 159, 196, 221

I

Imprensa 28, 141, 161, 176, 178, 179, 223, 231

Independência do Brasil 43

Indonésia 65, 66, 109, 160, 176, 194, 233

Instituto Cultural Brasileiro 71, 72

Instituto Ibero-Americano 71, 72

Instituto Rio Branco 33, 141, 157, 210, 246

J

Japão 63, 112, 115, 116, 117, 142, 143, 145, 146, 208, 217

M

MERCOSUL 20, 24, 25, 31, 34, 35, 36, 37, 38, 48, 51, 59, 62, 65, 68, 77, 83, 89, 90, 91, 97, 105, 106, 116, 125, 126, 128, 130, 131, 132, 133, 134, 138, 139, 150, 155, 156, 161, 162, 163, 164, 167, 168, 169, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 186, 187, 191, 197, 198, 200, 201, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 211, 214, 215, 218, 222, 223, 225, 226, 228, 229, 231, 235, 237, 238, 240, 241, 243, 244, 245, 246

mudanças climáticas 82, 119

O

ONU 41, 42, 44, 49, 53, 57, 85, 100, 176, 182, 203, 207, 216, 233, 234, 235

OPAQ 85, 158, 159

Ordem do Mérito Cultural 111

P

Países Baixos 81, 82, 83, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 200

Política Externa 31, 36, 59, 73, 74, 75, 80, 101, 102, 125, 132, 164, 200, 202, 214, 217, 221, 231

Prêmio Príncipe de Astúrias 103, 198

R

Relações Internacionais 25, 41, 55, 59, 72, 73, 78, 87, 102

Reunião de Chanceleres 107

Romênia 31, 32, 135, 147, 148, 200

S

Seminário 24, 32, 33, 34, 35, 36, 139, 142, 147, 148, 157, 186, 187, 192

T

Tordesilhas 125, 126

U

União Européia 20, 62, 68, 83, 89, 90, 91, 103, 106, 116, 132, 138, 142, 150, 161, 169, 180, 191, 195, 198, 199, 203, 204, 206, 220, 231, 235, 238, 241, 246

Capa e Projeto Gráfico

Hilton Ferreira
Vivian Fernandes

Diagramação

Vivian Fernandes

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,
plastificação fosca (capa)
e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

250

Tiragem

500

Endereço para correspondência

Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores,
Anexo II, 1º subsolo, Sala 10
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9279 / 9037
Fax: (61) 3411-6591

Impresso pela Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação